



Bicentennial
DA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL
1822-2022

Cláudio Moreira Bento

DUQUE DE CAXIAS

O PATRONO DO
EXÉRCITO BRASILEIRO



DUQUE DE
CAXIAS

O PATRONO DO
EXÉRCITO BRASILEIRO



BIBLIOTHECA DO EXERCITO

Casa do Barão de Loreto

– 1881 –

Fundada pelo Decreto nº 8.336, de 17 de dezembro de 1881,
por FRANKLIN AMÉRICO DE MENEZES DÓRIA, Barão de Loreto,
Ministro da Guerra, e reorganizada pelo
General de Divisão VALENTIM BENÍCIO DA SILVA,
pelo Decreto nº 1.748, de 26 de junho de 1937.

Comandante do Exército

General de Exército Marco Antônio Freire Gomes

Chefe do Departamento de Educação e Cultura do Exército

General de Exército Flavio Marcus Lancia Barbosa

Diretor do Patrimônio Histórico e Cultural do Exército

General de Brigada Luciano Antonio Sibinel

Diretor da Biblioteca do Exército

Coronel Eduardo Biserra Rocha

Conselho Editorial

Presidente

General de Divisão Ulisses Lisboa Perazzo Lannes

Beneméritos

Professor Doutor Arno Webling

General de Exército Gleuber Vieira

Membros Efetivos

Professor Doutor Guilberme de Andrea Frota

Professor Doutor Paulo André Leira Parente

Embaixador Marcos Henrique Camillo Côrtes

Coronel César Augusto Araripe de Almeida Lacerda

General de Exército Rui Alves Catão

General de Exército Domingos Carlos de Campos Curado

General de Divisão Clovis Purper Bandeira

Biblioteca do Exército

Palácio Duque de Caxias, 25 – Ala Marcílio Dias – 3º andar

20221-260 – Centro – Rio de Janeiro, RJ – Brasil

Tel.: +55 (21) 2519-5716

www.bibliex.eb.mil.br

Cláudio Moreira Bento

DUQUE DE CAXIAS

O PATRONO DO
EXÉRCITO BRASILEIRO



Biblioteca do Exército Editora

Rio de Janeiro

2022

Copyright © 2022 by Cláudio Moreira Bento© (2022) **BIBLIEX™** - 1ª Edição
Todos os direitos sobre esta edição reservados à **BIBLIEX™** –
Biblioteca do Exército Editora (2022) – BRASIL.

Editor-chefe: Eduardo Biserra Rocha
Coordenador Editorial: Daniel Leite Batista
Coordenador de Direitos Autorais: Rogério Luiz Nery da Silva
Coordenador de Publicações: Leocir Dal Pai
Gerente de Publicações: Martieli da Silva Machado Pereira
Revisor: Maria Cristina Santiago da Silveira
Diagramadora: Tatiane Duarte
Capa: Marcos Côrtes

B478 Bento, Cláudio Moreira
Duque de Caxias o Patrono do Exército Brasileiro /
Cláudio Moreira Bento – Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército,
2022.
488 p.: il.; 23 cm. — (Biblioteca do Exército; 1030.
Coleção Pensadores do Brasil – 200 anos de Independência;
0001).
ISBN 978-65-5757-142-2
1. Duque de Caxias – o Patrono do Exército Brasileiro. 2.
Duque de Caxias – Biografia. 3. Luis Alves de Lima e Silva –
Duque de Caxias. 4. Brasil. Exército. I. Título. II. Série.
CDD 923.581

Ficha catalográfica elaborada pela Bibliotecária Fernanda V. C. Orlandini – CRB-7/6764

Os relatos e opiniões expressos nesta obra refletem exclusivamente o pensamento do autor, e não necessariamente os da BIBLIEX nem do Exército Brasileiro.

Apresentação

Sigam-me os que forem brasileiros...

O que dizer sobre um velho soldado de 65 anos, invicto de todas as guerras de que participou, que, ao sentir a possibilidade da perda da posição para o inimigo, provocada pela desestabilização da tropa pela morte de seus comandantes, monta no seu cavalo e, de espada em riste, brada com todas as suas já escassas forças, e seus soldados, eletrizados, seguem o velho comandante para a vitória de Itororó.

Ontem a favor da justiça, hoje a favor da justiça...

O que dizer sobre um grande soldado do Império desafiado por seu antigo comandante, o ex-regente Feijó, sobre a sua provável mudança de pensamento após assumir o cargo de pacificador de São Paulo, quando este o interpelou dizendo: *Ontem a favor do povo, hoje a favor do governo.*

Não os vou entregar pessoalmente como devia, porque sou um covarde, e não me animo para isso.

O que dizer sobre um velho esposo que, ao encontrar uma nota de sua esposa, recém-falecida, para uma amiga, deixando-lhe os seus brincos de esmeraldas e brilhantes, pede que aceite o presente da amiga *que Deus levou para o céu, deixando-me só neste mundo para chorá-la.*

Os trechos acima refletem o caráter do soldado, do homem público e do ser humano que foi Caxias e nos dá uma dimensão do maior patriota que o Brasil já teve. Por essas magníficas características e por seu envolvimento direto na construção do país e na consolidação do Brasil, muitas outras verdades já foram escritas sobre Caxias, as quais expressam a nobreza ímpar deste brasileiro.

Por outro lado, os desinformados da evolução do processo histórico brasileiro, detratores do seu tempo e da atualidade, ferem irresponsavelmente um ícone da nacionalidade como Caxias com o único objetivo de atingir a instituição que ele representa. Deste modo, produziram e ainda produzem verdadeiras obras da ficção sobre a vida de Caxias, baseadas na calúnia, na mesquinha e na histeria comercial.

Com base nessas considerações, pode-se dizer que sobre o Duque de Caxias já foi dito quase tudo. Para contrariar essa afirmação e demonstrar a importância de Caxias para a Unidade Nacional, somente um “Caxiólogo” da envergadura de Cláudio Moreira Bento para nos apresentar novas visões e interpretações sobre o que ele cita como “A personalidade do século XIX”.

O coronel Bento é, sem dúvida, o maior historiador militar terrestre brasileiro do momento. Seus mais de 100 títulos publicados, entre livros, álbuns, plaquetas etc., e sua visão crítica e incansável da nossa história militar comprovam essa afirmação. Publicou ainda 12 livros e cerca de 68 artigos nos quais aborda a figura do Duque de Caxias, o que o credencia como a maior autoridade nesse assunto. Além disso, sua profunda admiração pelo nosso soldado maior, que é também o patrono da Academia de História Militar Terrestre do Brasil (AHIMTB), fundada em 1996 pelo coronel Bento, é o maior ingrediente para o sucesso da obra que agora nos apresenta.

Certamente, *Caxias – o Patrono do Exército Brasileiro* se constitui num dos melhores trabalhos produzidos pelo coronel Bento e será um marco no seu vasto e brilhante currículo cultural. Dadas as novas abordagens, interpretações, revelações, enfoques e estudos originais surgidos sobre Caxias, também será um marco na historiobiografia nacional. Soma-se a isso um significativo acréscimo sobre uma das melhores biografias sobre Caxias, produzida faz muitos anos pelo coronel Affonso de Carvalho, hoje patrono de cadeira na AHIMTB.

O maior mérito do coronel Bento na obra *Caxias – o Patrono do Exército Brasileiro* foi ressaltar, mais do que o soldado, o homem público que foi Luiz Alves de Lima e Silva. Não satisfeito com a contribuição do seu texto, nos agracia com uma soberba coleção pessoal de gravuras, fotografias, mapas, pinturas etc., no mais completo caderno iconográfico já apresentado sobre Caxias. Por disponibilizar tão bela e requintada obra sobre um dos nossos maiores brasileiros, o autor mais uma vez demonstrou todo o seu respeito e admiração pelo nosso maior capitão, no ano do bicentenário da Independência do Brasil e no 219º ano de seu nascimento, e contribuiu significativamente para o engrandecimento da história militar brasileira e para o reconhecimento desse brasileiro que tudo fez pela sua jovem pátria.

Após o leitor se inteirar, mediante o texto do coronel Bento, do patriota dinâmico e à frente do seu tempo que foi Caxias e da sua importância para a manutenção da Unidade Nacional, poderá ter dúvida quanto à afirmação corrente de que o século XIX “foi o século de Caxias”. Poderia se perguntar: que outro brasileiro fez tanto pelo país? Não se trata da mais destacada e importante figura da história do Brasil?

Sobre esse assunto, o coronel Bento não deixa dúvida!

Prof. Dr. Flávio Camargo, da UFRGS

Porto Alegre, abril de 2022.

Prefácio

De tal maneira é graciosa que, querendo-a aproveitar, dar-se-á nela tudo...

Pero Vaz de Caminha – Porto Seguro, Ilha de Vera Cruz, 1º de maio de 1500.

A presença do Duque de Caxias – Luiz Alves de Lima e Silva (1803-1880) na História do Brasil foi tão intensa e produtiva que nos faz meditar sobre o que teria acontecido se, porventura, a nossa Pátria não tivesse contado com seus inextinguíveis e relevantes préstimos. Qual seria hoje a extensão do território brasileiro sem a sua decisiva participação na defesa das nossas fronteiras e na luta pela preservação da integridade do país?

Nas guerras externas e nas revoltas internas, por sua ilibada conduta, tornou-se o paradigma das virtudes militares e do amor à Pátria, o que o levou a ser merecidamente reconhecido como o Patrono do Exército Brasileiro.

Na profissão das Armas, atingiu o posto máximo de marechal, e pela sua habilidade na busca do diálogo foi-lhe auferida a alcunha de “O Pacificador”.

Político e estadista, foi exemplo de decoro, correção, probidade e eficiência. O interesse nacional sempre esteve acima de tudo!

O duque é uma lenda no país; poucas cidades não ostentam um logradouro público com seu nome. A palavra *caxias*, desde que o saudoso sociólogo Gilberto Freyre cunhou e popularizou os termos *caxiismo* e *caxias*, tornou-se uma metáfora que caracteriza a pessoa extremamente escrupulosa no cumprimento de suas obrigações.

Em vida, foi senhor dos exércitos e, ao morrer, teve atendido o seu último desejo de ser carregado por seis soldados rasos. Foi um predestinado para a glória e hoje é considerado uma referência nacional das mais indiscutíveis e respeitadas.

Ele – o maior de nossos generais – foi escolhido para ser o patrono da Academia de História Militar Terrestre do Brasil, novel agremiação dedicada ao estudo e à pesquisa de História das Forças Armadas Brasileiras.

O insigne chefe militar integrou o sesquicentenário Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, entidade que, desde 1925, guarda como grande relíquia a sua invicta espada de cinco campanhas, verdadeiro troféu que simboliza todo o ardor patriótico do povo brasileiro. Dessa gloriosa espada, em 1931, o coronel José Pessoa moldou cópia fiel, em escala, para servir de modelo aos espadins dos cadetes do Exército.

Como preito de gratidão e de reconhecimento ao seu valor, podemos asseverar que Luiz Alves de Lima e Silva teve participação marcante na construção da base deste Brasil pujante, imenso e uno.

O livro *Duque de Caxias – o Patrono do Exército Brasileiro*, de autoria do coronel Cláudio Moreira Bento, é uma homenagem comemorativa do Exército aos 200 anos da Proclamação da Independência e resgata com notável abrangência sua gloriosa história.

Embora saibamos que o estudo da vida dos grandes homens transcende a perspicácia dos biógrafos em esgotarem o assunto, devemos reconhecer que a presente obra vem enriquecer o nosso acervo cívico-cultural graças ao profundo e meticuloso trabalho de pesquisa bibliográfica e iconográfica, aliado à invulgar capacidade de análise do laureado autor.

A publicação vem a lume neste momento crucial em que o mundo se encontra às voltas com uma nova ordem política e econômica oriunda, particularmente, do final da Guerra Fria e do crescimento do terrorismo, assim como dos ilícitos transnacionais. Nossas autoridades procuram saídas alternativas mas, na realidade, estamos sentindo falta de uma grande liderança, de um comando do porte do grande duque. Ansiosos, relembramos as leituras, as esperanças e os sonhos de um Brasil grande com voz ativa e altaneira no concerto das nações.

Temos plena convicção de que podemos chegar lá. Entretanto, é assustadora a demora nessa conquista, pois temos muito a perder, a começar pela Amazônia, cujo desenvolvimento parece estar engessado, enquanto a cobiça internacional cresce sobre ela. A região é a metade do nosso território; a quinta em água doce do globo; possui o maior banco genético conhecido e reservas minerais incontáveis.

A nova ordem mundial sinaliza para a paulatina desconsideração dos princípios de soberania, de não-intervenção e de autodeterminação dos povos; declarações convencionais de guerra há muito não existem; tratados não têm a respeitabilidade do passado; e discute-se a legitimidade da participação das ONGs e a exacerbação dos direitos humanos. Aqui e ali, vozes sussurram que as Forças Armadas dos países em desenvolvimento

são desnecessárias e por isso merecem desprezo. Ignoram as lições da História ao desconhecer que as Forças Armadas, como fulcro do Poder Nacional, constituem a única reserva de força capaz de garantir a integridade territorial do país, a perpetuidade da União, a manutenção dos poderes constituídos e a ordem interna.

Como dizia o velho mestre romano Cícero, *a História é a mestra da vida*. Se quisermos pensar o futuro, temos de nos apoiar nos ensinamentos do passado.

Ao apelarmos para a História, verificamos que a civilização avança pelo fato incontestado de que toda periferia busca ser o centro e que toda barbárie busca ser culta.

Podemos lembrar que, ao longo da História, Pérsia, Grécia, Império Bizantino, Península Ibérica e Inglaterra, cada um a seu tempo, passaram da periferia para o centro, saindo da barbárie e tornando-se referência cultural. Hoje o mundo encontra-se sob a égide dos Estados Unidos.

Reafirmamos que todo Estado busca ser centro; essa é a política de qualquer Estado. Nenhum Estado existe para permanecer periférico. A estratégia de como levar o Estado ao centro é a base sobre a qual está respaldada a ação desse Estado.

A partir da Revolução Francesa, o projeto de Estado passou a exigir que cada cidadão tenha de sentir, na organização do seu Estado, o seu próprio projeto. Tal fato constitui a base da cidadania. O Estado Nacional tem de possuir um projeto que explicitamente a estratégia nacional. Qualquer ação humana, tudo o que fazemos, está submetido a um triângulo cujos lados ligam *o que fazer* (política), *ao como fazer* (estratégia) e *ao com que meios fazer* (poder). A política de defesa responde ao que deve ser feito para defender o país das ameaças e dos riscos que pesam sobre ele e sobre seu destino de ser centro. Para alcançar o centro é necessário estabelecer um projeto que resulte de uma estratégia nacional e que vise a esse objetivo.

O antigo Estado Nacional se caracterizava pelo uso das Forças Armadas e pela moeda. O moderno Estado Nacional agrega, a essas características, outras duas: a concepção da estratégia de como ele se insere no mundo e a vontade nacional para conduzir esse processo, verdadeira mola-mestra da vitória.

No estabelecimento de uma *estratégia nacional* devem ser consideradas as condicionantes *geográficas, históricas e antropológicas*.

Geograficamente, possuímos uma vastidão territorial aproveitável e uma extensa fronteira oceânica. Somos muito bem dotados de minérios, áreas agricultáveis, água doce e potencial energético.

Historicamente, a América mostra uma grande contradição existente entre o pensamento anglo-saxão e o pensamento hispânico. Os ingleses são pragmáticos enquanto os hispânicos são sonhadores. Os brasileiros não são nem pragmáticos nem sonhadores. Isso nos faz diferentes e nos oferece a capacidade de, como pêndulo, reagirmos de acordo com nossos interesses. Temos de aproveitar as características que essa posição nos dá para buscarmos o nosso quinhão de liderança.

Antropologicamente, temos uma característica ímpar ao nos considerarmos um povo especial. Não somos multirraciais, mas mestiços; aceitamos o sincretismo religioso; falamos a mesma língua em todo território nacional; convivemos amistosamente com os estrangeiros; somos tolerantes e transitamos tranquilamente pelos mais diferentes países. Quando os portugueses chegaram ao Brasil não professaram a mística da raça. Por tudo isso, nos declaramos diferentes e especiais. Temos uma identidade única. Estamos criando uma civilização tropical com base na miscigenação, aculturação, integração e assimilação de raças e povos.

É nesse povo que reside a nossa força com vistas a alcançar o Primeiro Mundo. Devemos aproveitar essas características, que somente nós possuímos, para projetar uma concepção de inserção no mundo a médio e longo prazos. Esse é o nosso destino manifesto. É o que temos de construir. É importante reafirmar que somente chega ao centro aquela periferia que contesta e que luta; periferia subordinada e acomodada está fadada ao fracasso. A aventura nasce do sonho. Lutemos para realizá-lo e torná-lo concreto.

O Brasil já é o principal Estado nacional do Hemisfério Sul, entretanto, tem peso muito reduzido no mundo. É hora de intensificar a confiança, adensar a participação internacional e reforçar a soberania. Temos de trabalhar pela redução de nossa vulnerabilidade externa e pelo revigoreamento da nossa imunidade às turbulências de qualquer origem. Temos de lutar para dar mais musculação à presença brasileira no contexto das nações desenvolvidas, embora saibamos tratar-se de um processo lento e complexo.

Com o objetivo de se aproximar do centro, a concepção estratégica do Brasil deve fincar suas bases em ações que conduzam à liderança de um robusto, consistente e produtivo processo de cooperação com os

países sul-americanos; em medidas que fortaleçam a presença marítima como instrumento de dominação do Atlântico Sul, incluindo a costa ocidental africana; e em atividades que criem condições para uma presença marítima efetiva no Oceano Pacífico Sul vinculada com a construção de rodovias de acesso aos portos do Peru e do Chile. Cumpridas essas ações de robustecimento na esfera regional, o país se sentirá com forças para enfrentar as renhidas jornadas continentais e mundiais que tentarão impedir o seu avanço.

Para viabilizar o desenvolvimento econômico, que é imprescindível para um destino de sucesso, devemos lembrar que, entre outros vetores, o país necessitará aprimorar a educação; aperfeiçoar as leis; utilizar com inteligência a informatização; explorar ao máximo os meios de comunicação de massa; elevar o patamar científico e tecnológico; e buscar o domínio de tecnologias sensíveis. Assim, com planejamento ousado e rigorosa execução, conseguiremos, por certo, eliminar o hiato com o mundo desenvolvido.

O contexto histórico da inexorável regularidade com que ocorreram as transferências do centro de poder mundial e a imensa potencialidade do nosso país, junto à adoção de uma estratégia nacional vigorosa, conferem a possibilidade concreta de o Brasil alavancar o Poder Nacional, visando a alcançar posição destacada no concerto das nações.

Nunca é demais afirmar que qualquer estratégia nacional somente será vitoriosa se incorporar uma férrea vontade coletiva que conduza ao fortalecimento da Nação e a capacidade para contestar a ordem internacional vigente.

Ao se falar em vontade nacional, falamos em povo. Ao se falar em povo, retornamos a Caxias. O grande duque foi um mestre no trato com as pessoas, quer fossem elas da alta sociedade, quer fossem apenas pessoas simples. Não foi por acaso que o consagrado jornalista Barbosa Lima Sobrinho deu a Caxias o epíteto de *Patrono da Anistia*, que veio a se juntar à honorificência de *Patrono do Exército Brasileiro*.

No passado, soube conduzir líderes como ninguém e arrastou multidões. Hoje, auguramos que ele inspire a todos nós brasileiros na construção da vontade nacional, para que assim possamos evoluir e alcançar grandeza e glória, para as quais nos sentimos historicamente vocacionados e predestinados.

Com a leitura de *Duque de Caxias – o Patrono do Exército Brasileiro* aprofundamos nossa veneração por esse ilustre brasileiro e ficamos empol-

gados diante de sua grandeza. Nesse momento em que as cabeças pensantes do país se encontram em intensa reflexão sobre os destinos da Pátria, nada melhor que uma *imersão na História* e sentir o poder de nossos antepassados e a força hercúlea de nossos heróis. Eles construíram esta ingente Nação e nós, seus descendentes, também temos condições de carregar esta bandeira e de passá-la imaculada, intacta e altaneira às futuras gerações; basta-nos moldar a vontade de fazer. Os portugueses semearam fortes e fortalezas, demarcando o nosso território; e os bandeirantes fundaram vilas por esse imenso Brasil. Ultimamente, Brasília floresceu no Cerrado; Itaipu e Tucuruí se transformaram em energia; e a Transamazônica rasgou a Amazônia rumo ao oeste. Os brasileiros sabem fazer. Mãos à obra!

O renomado historiador coronel Cláudio Moreira Bento, reconhecido como um dos maiores pesquisadores da História pátria, nos traz, com rigor e maestria, a presença, de corpo inteiro, desse gigante que é Luiz Alves de Lima e Silva. A esse notável historiador militar brasileiro ficamos devedores dessa luz brilhante e chamativa para que nosso País encontre logo o seu glorioso caminho.

General-de-Divisão ARNALDO SERAFIM
Presidente da AHIMTB DF Marechal José Pessoa.

SUMÁRIO

PRIMEIRA PARTE

Duque de Caxias – O Soldado e o Cidadão

| | |
|---|----|
| Significação de sua vida e obra – 1803-1880 | 23 |
| Cronologia do Duque de Caxias..... | 29 |
| Bases da cultura de Caxias em Arte e Ciência militar..... | 45 |
| Aspectos da personalidade do Duque de Caxias..... | 59 |
| O quadro de circunstâncias dos tempos de Caxias..... | 63 |
| Alguns aspectos humanos da figura do Duque de Caxias..... | 73 |
| Caxias vítima da manipulação da História..... | 87 |
| A estrela do Conde de Caxias (folclore gaúcho)..... | 93 |

SEGUNDA PARTE

Duque de Caxias – O Homem Público

| | |
|--|-----|
| O senador Caxias pelo Rio Grande do Sul | 99 |
| O Duque de Caxias e a sua projeção como ministro da Guerra..... | 111 |
| Projeção de Caxias no desenvolvimento da Doutrina do Exército..... | 123 |
| O Duque de Caxias inspirador da doutrina militar terrestre brasileira..... | 131 |
| Caxias comandante em chefe na Guerra do Paraguai e os seus problemas políticos | 143 |
| Descrição e análise militar crítica das Batalhas de Itororó e do Avaí vencidas por Caxias..... | 161 |
| A Batalha da Ponte de Itororó de 6 de dezembro de 1868..... | 161 |
| Batalha de Avaí - 11 dez. 1868 - Descrição e Análise Militar Crítica..... | 173 |
| Descrição da Batalha de Avaí de 11 de dezembro de 1868..... | 175 |

| | |
|--|-----|
| Análise militar crítica da Batalha de Avaí à luz da manobra e seus elementos e dos princípios de Guerra..... | 183 |
| O Duque de Caxias Conselheiro de Estado – 1870-1880..... | 187 |
| Caxias chefe do Governo do Brasil como presidente do Conselho de Ministros..... | 191 |
| A projeção da amizade entre o Duque de Caxias e o general Osório no Exército | 203 |
| Caxias presidente da província do Rio Grande do Sul..... | 217 |
| Caxias em Santa Mônica. Últimos dias, morte e funerais | 225 |
| Histórico da espada e do espadim de Caxias | 233 |
| As condecorações do Duque de Caxias | 241 |
| A comemoração oficial do centenário de morte do Duque de Caxias na AMAN em 7 de maio de 1980..... | 247 |

TERCEIRA PARTE

Duque de Caxias – O Pacificador

| | |
|--|-----|
| Introdução à Terceira Parte | 255 |
| Lutas internas nos Reinados de D. João VI e de D. Pedro I | 259 |
| A Revolução Nativista pernambucana de 1817..... | 259 |
| A Confederação do Equador no Nordeste de 1824..... | 265 |
| Revolta dos batalhões mercenários no atual Palácio Duque de Caxias, Rio, 9-12 jun. 1828..... | 271 |
| As revoltas do período Regencial | 275 |
| A Cabanagem no Pará – 1831-1840..... | 279 |
| A Guerra dos Cabanos – Pernambuco e Alagoas – 1832-1835 | 287 |
| A Sabinada na Bahia – 1837-1838..... | 291 |
| A Balaiada no Maranhão – 1838-1840..... | 297 |
| Lutas internas no Reinado de D. Pedro II..... | 305 |
| A Revolução Liberal de São Paulo – 1842 | 309 |

| | |
|---|-----|
| A Revolução Liberal de Minas Gerais – 1842 | 313 |
| A Revolução Farroupilha – 1835-1845..... | 317 |
| A Revolução Praieira em Pernambuco – 1848-1849..... | 333 |
| A Revolta dos Muckers do Ferrabraz – 1873-1874..... | 337 |
| Reflexão final sobre as lutas internas no período monárquico..... | 341 |

ANEXOS

| | |
|--|-----|
| Caxias, um pioneiro abolicionista | 345 |
| Caxias, um precursor da Aeronáutica Brasileira..... | 349 |
| Nota importante..... | 353 |
| Caxias e a educação no Rio Grande do Sul em 1846 | 361 |
| Notas aos textos das primeira e segunda partes..... | 363 |
| Fontes consultadas e indicadas para aprofundamentos | 369 |
| Trabalhos do autor que se referem ao Duque de Caxias | 369 |
| Biobibliografia do Dr. Vilhena de Moraes – o biógrafo de Caxias..... | 375 |
| Uma obra rara de defesa do comando de Caxias no Paraguai..... | 379 |
| Ensaios biográficos sobre o Duque de Caxias | 383 |
| Relatórios do ministro da Guerra Duque de Caxias..... | 389 |
| Breve histórico da presente obra | 391 |
| Dados da Academia de História Militar Terrestre do Brasil | 395 |

QUARTA PARTE

Duque de Caxias – Caderno iconográfico

| | |
|---|-----|
| Duque de Caxias, retratos em óleo, fotografias etc..... | 403 |
| Caxias – família, pais, esposa, filhos, irmãos, tio e o amigo general Osório..... | 407 |

| | |
|---|-----|
| Caxias – locais onde nasceu, estudou, viveu e faleceu..... | 409 |
| Caxias na Segurança do Governo no Rio de Janeiro..... | 413 |
| Caxias na Balaiada no Maranhão..... | 415 |
| Caxias na Revolução Liberal de Minas Gerais..... | 416 |
| Caxias na Revolução Farrroupilha | 417 |
| Caxias na Guerra contra Oribe e Rosas..... | 420 |
| Caxias na Rendição de Uruguaiana | 421 |
| Caxias na Guerra do Paraguai – 1866-1868..... | 422 |
| Duque de Caxias – algumas realizações como ministro da Guerra..... | 425 |
| Duque de Caxias – Brasão de Armas..... | 427 |
| Duque de Caxias – espadas e o espadim dos cadetes do Exército..... | 428 |
| Duque de Caxias – condecorações..... | 430 |
| Duque de Caxias – cristão de fé robusta..... | 431 |
| Duque de Caxias na Filatelia..... | 433 |
| Duque de Caxias na Numismática..... | 434 |
| Hino ao Duque de Caxias do Arcebispo D. Aquino Correia..... | 435 |
| Caxias – Translado dos restos mortais – 1949 – para o seu Panteão.... | 435 |
| Caxias – Diversos..... | 437 |

INTRODUÇÃO

Caxias – o Patrono do Exército Brasileiro se constitui fundamentalmente em instrumento de trabalho do pesquisador e historiador, por agregar em seu conteúdo informações das mais variadas relativas ao Duque de Caxias e marechal de exército Luiz Alves de Lima e Silva, o Patrono do Exército. E, além disso, abordá-lo nas mais variadas projeções de sua vida e obra. Constitui-se em obra referencial por excelência, que tem aumentado expressivamente o seu alcance pela citação de inúmeras fontes, as quais remetem o leitor e o pesquisador interessados a aprofundamentos dos aspectos pessoais e públicos que desejarem sobre este grande brasileiro.

Inicialmente, proporciona uma visão integral sintética da significação histórica do Duque de Caxias, na interpretação de intelectuais e autoridades, onde releva-se a sua preocupação, como religião, com a Unidade Nacional.

Ela recorre à Cronologia, disciplina auxiliar da História, para dar uma visão ao leitor e pesquisador, logo de início, da vida do Duque de Caxias como um todo, para sentir-se sinteticamente a grandiosidade de sua vida e obra, relacionadas com fatos de sua vida familiar e de homem público.

Em anexos, relaciona a vasta Bibliografia e Hemerografia escrita, focalizando a vida e obra de Caxias, hoje em grande parte esgotada ou de difícil acesso ao leitor e pesquisador comum, e na qual poder-se-á garimpar indicações para obtenção das respostas desejáveis.

Sendo Caxias personagem de vida e obra multifacetadas, elas foram abordadas por partes que, ao nosso modo de ver, constituem-se aspectos essenciais das mesmas, por difíceis ou impossíveis de serem tratadas e integradas sem prejuízo de aspectos relevantes.

Começamos por sua Significação Histórica, no contexto em que ele atuou. A seguir, abordamos sua Cronologia, para que se tenha uma ideia global de sua atuação militar e política de 1808 a 1880. Depois, apresentamos as suas Bases de Cultura em Arte e Ciência Militar. A seguir, o Quadro de circunstâncias condicionantes dos tempos em que viveu, pois, segundo Ortega y Gasset o “homem é o resultado de suas circunstâncias”.

Agora, passamos a estudar a sua vida de homem público: Caxias, senador; Caxias e a sua projeção como ministro da Guerra; Caxias, inspira-

dor da Doutrina Militar Terrestre Brasileira; Caxias, Conselheiro de Estado; Caxias, comandante em chefe e os seus problemas políticos; Caxias, chefe do Governo do Brasil; Projeção da amizade de Caxias e Osório no progresso do Exército; Caxias, vítima da manipulação política da História.

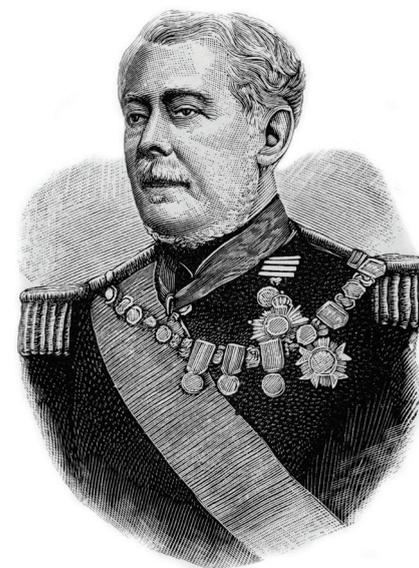
Numa Terceira Parte, focalizamos as lutas internas no Período Monárquico (1808-89), nelas acompanhando, em paralelo, a situação em que se encontrava Caxias, e, expressivamente, garantindo a segurança do Governo Central no Rio, no comando do Corpo de Polícias Permanentes (1832-39), com ênfase nas quatro lutas internas que pacificou: Maranhão, São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, que o consagraram como Pacificador e, mais do que isto, como maior apóstolo da preservação da Unidade Nacional no Império.

Numa Quarta Parte focalizamos pela primeira vez a mais ampla iconografia do Duque de Caxias em gravuras coloridas e em preto e branco precedidas de legenda explicativa e numerada conforme as gravuras, também numeradas.

Diversos historiadores e autoridades têm escrito sobre Caxias, conforme relacionamos em Fontes Consultadas, ao final da Segunda Parte, as quais aqui, pela primeira vez, integramos expressivamente, para assim proporcionar um melhor entendimento de sua atuação, ao ponto de ousarmos classificar o século XIX no Brasil como “O Século do Duque de Caxias”, o que esperamos que o leitor e pesquisador interessados concordem conosco ao final desta síntese, que tem a finalidade principal de ser um instrumento de trabalho aos estudiosos em geral, na oportunidade do bicentenário da Independência do Brasil.

O autor

PRIMEIRA PARTE



DUQUE DE CAXIAS O SOLDADO E O CIDADÃO

Significação de sua vida e obra 1803-1880

Caxias foi consagrado patrono do Exército Brasileiro em 13 de março de 1962 e, desde 25 de agosto de 1924, a data de seu aniversário natalício foi considerada Dia do Soldado do Exército Brasileiro, instituição que o forjou e de cujo seio emergiu como um dos maiores brasileiros de todos os tempos. Ele prestou ao Brasil mais de sessenta anos de excepcionais e relevantes serviços, como político e administrador público de contingência e, inigualados, como soldado de vocação e de tradição familiar, a serviço da Unidade, da Paz Social, da Integridade e da Soberania do Brasil Império.

Ainda em vida e até nossos dias, o povo, a imprensa, estadistas, chefes militares notáveis, pensadores, escritores e historiadores militares e civis o têm definido, entre muitos títulos, com os de: Filho Querido da Vitória; O Pacificador; General Invicto; Condestável, Escora, Esteio e Espada do Império do Brasil; Duque de Ferro e da Vitória; Nume e Espírito Tutelar do Brasil; Símbolo da Nacionalidade; o maior soldado do Brasil; o maior dos generais sul-americanos; Alma Militar do Brasil, Herói tranquilo e perfeito etc. Sua monumental obra de Pacificador de quatro lutas internas e mais as suas modelares manobras de flanco de Humaitá e Piquiciri na Guerra do Paraguai o credenciam a figurar, sem favor nenhum, na galeria dos maiores capitães da História Militar Terrestre Mundial.

Sua eleição incontestante para Patrono do Exército foi no sentido de como a definiu Pedro Calmon: “Como o chefe integral do Exército, o seu modelo, a sua alma, a imagem maravilhosa do espírito que nele deve

vibrar, a síntese mágica das virtudes e brios de que ele deve estar imbuído”.

É como uma espécie de oráculo para consultas em momentos críticos, para autocríticas e correções de rumos, ou na busca da solução mais adequada em determinadas conjunturas complexas. Sua elevação ao patronato do Exército se deveu fundamentalmente a haver vencido seis campanhas militares (quatro internas e duas externas), além de haver dirigido o Exército de forma marcante e muito fecunda como ministro da Guerra em três oportunidades (1855/58, 1861/62 e 1875/78), cumulativamente como chefe do Governo do Brasil, na condição de presidente do Conselho de Ministros.

Caxias foi o 1º Porta Bandeira do Pavilhão Nacional, tão logo proclamada a Independência, em solene cerimônia em 10 de novembro de 1822, na Capela Imperial, quando recebeu a bandeira das mãos do próprio imperador. E ninguém mais do que ele glorificou a Bandeira do Império do Brasil que ali recebia.

Possuía grande orgulho nativista por haver sido veterano da Guerra da Independência na Bahia, como integrante do Batalhão do Imperador, merecendo condecoração alusiva de ouro que sempre ostentou com grande carinho e orgulho, tendo integrado ainda, a partir de 10 de outubro de 1870, a Sociedade dos Veteranos da Independência na Bahia, o único na condição de sócio efetivo. Sociedade que esteve presente e se pronunciou, em 11 de maio de 1880, em seu sepultamento.

Profissional militar de alto gabarito, sempre sonhou com que o Exército Brasileiro possuísse uma Doutrina Militar genuína.

Sonho que expressou em 1862 ao baixar as “Ordenanças do Exército Imperial do Brasil”, calcadas em adaptações das Ordenanças do Exército de Portugal às realidades operacionais do Brasil, as quais vivenciara pessoalmente em seis campanhas militares em que lhe coube comandar e conduzir à vitória o Exército Brasileiro. Ordenanças baixadas com a ressalva: “até que o nosso Exército possua uma Tática (Doutrina) genuinamente nossa”, gesto que marcou mais um pioneirismo seu ao que até hoje se conhece.

Como ministro da Guerra, entre suas muitas e grandes realizações destacam-se: a Escola Militar da Praia Vermelha; a reforma do QG do Exército, em local onde hoje se situa o Panteão com sua estátua equestre, que abriga em seu interior os seus restos mortais e os de sua esposa; e a introdução da função de Adjuntante-Geral do Exército, substituída mais

tarde pelo Estado-Maior do Exército, além de outras marcantes, como o primeiro *Regulamento Disciplinar do Exército Brasileiro* e o primeiro *Código Penal Militar*, como se verá. Como cidadão brasileiro, sua culminância foi pacificar a Família Brasileira em Dom Pedrito - RS, em 1º de março de 1845, onde se tornou pioneiro abolicionista ao assegurar, a despeito de pressões de escravocratas do Sudeste, liberdade para os lanceiros negros farrapos, incorporando-os ao Exército, como livres, na Cavalaria Ligeira do Rio Grande, ao comando, inclusive, de Osório e Porto Alegre, seus auxiliares na Pacificação.

Por essa época, o brilho de sua carreira coincidiu, em março de 1843, com o cintilar, na escuridão das noites gaúchas, do Cometa Brilhante de 1843, que os soldados simples e supersticiosos sob o seu comando, assombrados pelo prodígio, interpretaram e consagraram: “É a estrela do Barão de Caxias!”. Crença que se popularizou, se consolidou e foi incorporada ao folclore gaúcho.

Na Revolução Farroupilha, que por quase dez anos assolou o Rio Grande do Sul, segundo Pedro Calmon:²

“O Barão de Caxias venceu sobretudo por convencer, pois a verdadeira vitória não consiste em sufocar ou subjugar o adversário, pois é antes uma tarefa de persuasão, de conquista de corações para que se atinja o ideal vencedor. E Caxias sobrepôs, a olhos fratricidas, a dignidade da paz justa, cobrindo as forças em luta com o véu iluminado da concórdia e da pacificação. Pois ali reuniu ao gênio de guerreiro consumado a generosidade clemente e aliciadora.”

Ao pedido de um pretenso áulico de que se festejasse a vitória com um *Te Deum* na igreja São Sebastião em Bagé, optou por uma missa em “sufrágio pela almas dos mortos imperiais e republicanos que haviam tombado em defesa de suas verdades”, entre os quais se encontrava seu tio general João Manoel de Lima e Silva, que fora consagrado pelos farrapos como o seu primeiro general.³

A grandeza desta tolerância, a do problema de Unidade da Família Nacional, fez com que os gaúchos o consagrassem como o seu presidente e, a seguir, como seu senador, em 1845.

Como líder de batalha, seu grande feito estratégico foi a modelar Manobra de Flanco da posição fortificada de Piquiciri, através do Chaco, onde correu Risco Calculado ao sacrificar o Princípio de Guerra da Se-

gurança em benefício do da Surpresa, que ele obteve a nível estratégico, ao desembarcar de surpresa na retaguarda profunda do adversário em Santo Antônio. Assim, abreviou em muito a duração do conflito, poupando recursos de toda a ordem e vidas humanas de irmãos brasileiros, argentinos, uruguaios e paraguaios envolvidos no maior conflito até hoje ocorrido na América do Sul e o primeiro com características de Guerra Total entre nações.

Como líder de combate, seu maior momento foi na conquista da ponte de Itororó. Ao perceber que o seu exército poderia ali ser detido, desembainhou sua invencível espada de cinco campanhas, brandiu-a ao vento, voltou-se decidido e convincente para seus liderados e apelou com energia com o brado: “Sigam-me os que forem brasileiros!”. Ato contínuo, lançou-se sobre a ponte de Itororó com o seu cavalo de guerra, indiferente ao perigo e arrastando atrás de si todo o exército antes detido, para em seguida colher expressiva vitória tática que removeu aquele obstáculo, o qual quase colocou em perigo toda a sua brilhante manobra estratégica através do Chaco.

Sua derradeira ação pacificadora foi a da Questão Religiosa ou Episcopado-Maçônica, defendendo e obtendo êxito na assinatura, pelo imperador, do Decreto de nº 5093, de 17 de setembro de 1875, de Anistia, que assim expressa:

Artigo Único. Ficam anistiados os bispos, governadores e outros eclesiásticos das dioceses de Olinda e Pará que se acham envolvidos no conflito suscitado em consequência de interditos postos a algumas irmandades das referidas dioceses, e em perpétuo silêncio os processos que por este motivo tenham sido instaurados.

Caxias nasceu em 25 de agosto de 1803 no local do Parque Histórico Duque de Caxias, município de Duque de Caxias - RJ, que recebeu o nome de seu título exatamente por ele ali haver nascido. Faleceu em 7 de maio de 1880, aos 77 anos, na Fazenda de Santa Mônica, em Juparanã-Valença - RJ, à vista do rio Paraíba do Sul, onde se recolhera e passara os dois últimos anos de sua vida, viúvo e aos cuidados de sua filha mais velha, a baronesa de Santa Mônica.

Segundo sua vontade, expressa em testamento, foi transportado ao túmulo, no Rio de Janeiro, por soldados de bom comportamento, cujos nomes foram imortalizados em pedestal de seu busto, em passadiço do

Conjunto Principal antigo da Academia Militar das Agulhas Negras, próximo da Sala dos Professores, onde existe o retrato a óleo de D. Ana Luíza (Anica) – Duquesa de Caxias – sua esposa, com quem viveu quarenta e um anos, de 1833 a 1874, feliz e modelar casamento que se constituiu no grande amor e inspiração do maior cabo de guerra brasileiro, segundo seu biógrafo Vilhena de Moraes.

Falou junto à sua sepultura, interpretando os sentimentos do Exército Brasileiro, o já consagrado escritor e historiador major engenheiro militar Alfredo de Taunay, que assim concluiu a sua antológica oração:

“Só a maior concisão, unida à maior singeleza, é que poderá contar os seus feitos! Não há pompas de linguagem! Não há arroubos de eloquência capazes de fazer maior esta individualidade, cujo principal atributo foi a simplicidade na grandeza.”

Caxias, depois da Guerra do Paraguai, segundo o marechal Odylio Denys, encontrou-se com o major Alfredo de Taunay na esquina da rua do Ouvidor com a Primeiro de março, e assim lhe falou: “Que falta o senhor me fez na guerra! Se o tivesse ao meu lado quanta coisa teria tido ocasião de escrever!”.

Capistrano de Abreu, grande historiador do Brasil, assim interpretou os sentimentos do Exército Brasileiro ao saber que o Duque de Caxias havia dispensado as honras militares: “O Duque de Caxias dispensou as honras militares! Acho que ele fez muito bem! Pois as armas que ele tantas vezes conduziu à vitória talvez sentissem vergonha de não terem podido libertá-lo da morte!”. O Duque de Caxias sublimou as Virtudes Militares de Coragem, Abnegação, Honra Militar, Devotamento e Bravura.

O Exército manifestou-se oficialmente em Ordem do Dia alusiva ao seu falecimento concluindo suas considerações elogiosas com esta afirmação: “Se houve quem prestasse serviços excepcionais ao Brasil foi o Duque de Caxias. Se houve quem menos os fizesse valer, foi o Duque de Caxias!”.

Seu último biógrafo, Paulo Matos Peixoto, em 1973, em *Caxias - Nume Tutelar da Nacionalidade* (Rio, Edico, 1973), assim sintetiza o maior de nossos generais:

“Pela dimensão de sua vida, pela preciosidade de seu exemplo, pela grandeza de suas lições, Caxias é um gênio inspirador que paira sobre a pátria inteira, extrapolando os contornos de sua gloriosa e pujante instituição – o Exército Brasileiro –, para fazer-se credor do título mais amplo

e mais proporcional à grandeza e à multiplicidade de sua vida edificante – Nume tutelar da Nacionalidade.”

Estudos na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECE-ME), em 1959, o definiram:

“Como comandante em chefe foi o organizador metuculoso e previdente, estrategista sagaz e inteligente, planejador sóbrio e objetivo. Enfim, condutor audaz e intrépido, em todas as horas de bonança e de provação. Agiu sempre com a consciência e a visão de um grande chefe, dominando a conjuntura nacional nos aspectos político, administrativo e militar.”

Em 1972, o Estado-Maior do Exército assim definiu a sua projeção histórica:

“Caxias, Luiz Alves de Lima e Silva, Barão, Conde, Marquês e Duque de Caxias, três vezes chefe do Governo do Brasil, como chefe do Gabinete de Ministros, e três vezes ministro da Guerra, senador quatro vezes pelo Rio Grande do Sul, conselheiro de Estado e de Guerra. Patrono do Exército. Excelsas virtudes militares, deixou ensinamentos permanentes para a doutrina militar terrestre do Brasil.”

Desde 1931 os cadetes do Exército portam como arma privativa o Espadim de Caxias, cópia fiel, em escala, do glorioso e invicto sabre de campanha de Caxias que, desde 1925, é guardado como relíquia pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, a que o Duque de Caxias integrou como sócio honorário a partir de 11 de maio de 1847.

Por sua ação memorável na pacificação da Revolução Farroupilha foi dado o nome de seu título à mais próspera cidade colonizada por italianos – Caxias do Sul, ao lado da de Bento Gonçalves, líder farrapo, da de Farroupilha, nome do movimento que pacificou, e da de Garibaldi, nome de herói italiano que lutou pela causa farrapa e reunificaria a Itália com auxílio da brasileira Anita Garibaldi.

Em 1º de março de 1996, aniversário do término da Guerra do Paraguai e do início das atividades de ensino na Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), fundamos em Resende - RJ – “A Cidade dos Cadetes” – a Academia de História Militar Terrestre do Brasil (AHIMTB), que elegeu o Duque de Caxias como o seu patrono e o seu invicto sabre como símbolo em seu brasão, por ser a mais representativa espada do Brasil.

Cronologia do Duque de Caxias

A presente cronologia auxiliará o leitor e o pesquisador interessados a terem uma perspectiva da vida e obra do Duque de Caxias, antes de penetrar fundo no seu estudo biográfico, sobre os seus mais variados aspectos e projeções. E a disciplina auxiliar da História – a Cronologia – será de real valia, muito reveladora e sugestiva. É o que esperamos.

| BRASIL, VICE-REINO DE PORTUGAL | DATA |
|--|--------------|
| Nascimento..... | 25 ago. 1803 |
| A FAMÍLIA REAL TRANSFERE-SE PARA O BRASIL | DATA |
| Titulado Cadete de 1ª classe (aos 5 anos)..... | 22 maio 1808 |

Pouco se sabe da infância de Caxias. Pelos almanaques do Rio de Janeiro da época e publicados pela *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, os quais davam o nome das ruas em que moravam as autoridades governamentais, sabe-se que seu pai, desde capitão, em 1811, residia na rua das Violas, atual rua Teófilo Otoni, entre a rua Marechal Floriano Peixoto e a Avenida Getúlio Vargas. Esta absorveu a rua São Pedro, onde residiam seus avós paternos. Esta rua das Violas, onde existiam fabricantes de violas e violões e onde se reuniam trovadores e compositores, foi o cenário principal da infância de Caxias. Sabe-se que estudou próximo,

no convento São Joaquim, onde se localiza hoje o Colégio D. Pedro II, que lhe sucedeu, próximo do Quartel do Campo de Santana, que ele viu ser construído e que é hoje o Palácio Duque de Caxias e local do Panteão que abriga seus restos mortais e os da Duquesa de Caxias.

| BRASIL, REINO UNIDO A PORTUGUAL E ALGARVE, 1815 | DATA |
|---|--------------|
| Juramento à Bandeira no atual Regimento Sampaio (com 14 anos)..... | 25 ago. 1817 |
| Cursando a Escola Militar no Largo do São Francisco (dos 15 aos 19 anos / 1818-21)..... | 4 maio 1818 |
| Alferes | 12 out. 1818 |
| Tenente (aos 17 anos)..... | 4 nov. 1820 |
| Morre o avô e comandante, marechal de campo grad José Joaquim Lima e Silva (25) | abril 1821 |
| Desliga-se da Academia e vai servir no atual Regimento Sampaio..... | dez. 1821 |

| BRASIL, INDEPENDENTE - REINADO DE D. PEDRO I | DATA |
|--|---------------|
| Guerra da Independência..... | 1822-1824 |
| Batismo de Fogo na Guerra da Independência, na Bahia | 28 mar.1823 |
| Término da Guerra da Independência na Bahia..... | 2 jul. 1823 |
| Cavaleiro da Imperial Ordem do Cruzeiro..... | 17 jan. 1824 |
| Capitão (aos 21 anos)..... | 22 jan. 1824 |
| Guerra da Cisplatina (destacado em Montevideu)..... | (1825-1828) |
| Medalha de ouro da Independência na Bahia..... | 2 jul. 1825 |
| Comendador da Ordem de São Bento e Aviz..... | 2 out.1827 |
| Major do 2º RI de 2ª Linha, em Montevideu..... | 2 dez. 1828 |
| Na Guarnição da Corte, no Batalhão do Imperador (subcomandante)..... | até mar. 1828 |
| Comandante do Batalhão do Imperador..... | mar. 1829 |
| Cavaleiro da Imperial Ordem da Rosa..... | 18 out.1829 |
| Integra o Batalhão do Imperador na abdicação de D. Pedro I em..... | 7 abr. 1831 |

LUTAS INTERNAS, 1831-45, EM QUE CAXIAS TEVE DESTACADA ATUAÇÃO, QUE O CONSAGRARIA COMO “O PACIFICADOR”

Enfrentou o duro dilema de fidelidade ao imperador e de obediência paterna ao brigadeiro Lima e Silva e aos seus tios, os futuros Visconde de Magé e Barão de Suruí que, forçados por circunstâncias, lideraram as forças que apoiaram a ideia de que resultou a abdicação de D. Pedro I em favor do filho, por considerarem, então, a única alternativa de preservar a Monarquia. Sobre isto, Caxias declarou mais tarde, no Senado: “Marchei com o Batalhão do Imperador para o Campo de Santana, em virtude de ordem competente. Não fui revolucionário. Estimei a abdicação. Julguei que ela era vantagem para o Brasil, mas não concorri direta ou indiretamente para ela”.

| PERÍODO REGENCIAL, 13 ABR. 1831 A 24 JUL. 1840 MAIORIDADE DE D. PEDRO II | DATA |
|--|----------------|
| Deixa o Batalhão do Imperador, que foi dissolvido ... | abr. 1831 |
| Passou à condição de oficial avulso da Corte | abr. 1831 |
| Incorporado à 3ª classe de oficiais avulsos da Corte... | abr. 1831 |
| Revolta do 26º BI do Exército, no Rio..... | 12 jul. 1831 |
| Revolta da Guarda Militar de Polícia da Corte..... | 13/14 jul.1831 |
| Extinção da Guarda Militar de Polícia da Corte | 17 jul. 1831 |
| Eleição da 1ª Regência, da qual faz parte seu pai | 27 jul. 1831 |
| Criação do Corpo de Guardas Municipais Permanentes..... | 22 out. 1831 |
| Subcomandante do “Batalhão Sagrado” – Batalhão de oficiais – soldados Voluntários da Pátria, para manter a lei e a ordem na Corte, e instrutor de Infantaria da Guarda Nacional da Corte..... | em 1831 |
| Caxias, como subcomandante do Batalhão Sagrado e com apoio de 180 Guardas Municipais Permanentes, que estava organizando, participou com destaque do domínio da revolta do Corpo de Artilharia da Marinha aquartelado na ilha das Cobras.. | out. 1831 |
| Caxias, com forças do Batalhão Sagrado e Guardas Municipais Permanentes reprimiu com êxito no | |

Campo de Santana revolta liderada pelo major Miguel de Frias que ali tentou proclamar a República. O major Frias, perseguido por Caxias, homiziou-se em uma casa no local da atual Policlínica do Exército, junto à antiga Casa da Moeda e, localizado por Caxias, foi deixado em paz. Mais tarde, foi o seu chefe de Estado-Maior na Farroupilha. Eram antigos colegas de escola, como os pais 3 abr. 1832

Sobre esta fase falou Pedro Calmon, em 7 de maio de 1980, na AMAN, aos oficiais e cadetes, no centenário de morte de Caxias:

“O Exército, com a abdicação, desmantela-se na anarquia produzida por aquela inquietação incontrolável que sacode e esvazia os quartéis. Quem reorganizará a Força Armada? Quem regenerará o Exército Nacional? Quem o livrará daquela subversão, da desordem, do pessimismo e da dissolução, para reerguê-lo ao nível de uma tropa combatente e válida? É o então major Luiz Alves de Lima e Silva, pois sua vida correria paralela com a vida nacional. E de tal maneira cumpre a sua missão que em breve uma disciplinada guarnição obedece ao seu comando. A partir daí ele se torna como que um anjo providencial da sobrevivência do país que ameaçava ser desmembrado. Hoje não nos damos conta dos gravíssimos riscos que então sofreu a Integridade e a Unidade do Brasil!”

Caxias, subcomandante dos Permanentes..... 7 jun. 1832
 Revolta do Barão Von Bülow, destroçada na atual Praça Onze, Rio..... 5 jul. 1832
 Caxias, nomeado comandante do Corpo de Guardas Municipais Permanentes da Corte, depois de subcomandá-lo desde 7 jun. 1832..... 18 out.1832
 Casamento aos 30 anos, no posto de major, com a senhorita Ana Luiza de Loreto Carneiro Viana, de 16 anos, filha de família aristocrática. Foram residir em Palacete no local da antiga Mesbla da Tijuca 6 jan. 1833

Apresentou Carta de possuir Curso de Infantaria pela Escola Militar..... 30 out. 1833
 Nascimento da 1ª filha de Caxias – Luiza (Baronesa de Santa Mônica)..... 5 dez. 1833
 Promulgação do Ato Adicional à Constituição que deu maior autonomia às províncias e tornou o Brasil uma monarquia federativa..... 21 ago. 1834
 Estouram as revoluções da Cabanagem, no Pará, e a Farroupilha, no Rio Grande do Sul..... 1835
 Nascimento da 2ª filha de Caxias – Ana (Viscondessa do Uruguai) 4 jun. 1836
 Assassinado em São Borja - RS o general farrapo João Manoel Lima e Silva, tio de Caxias e dois anos mais moço do que ele, que fora o primeiro general promovido pela República Rio-grandense e com o qual havia convivido três anos como cadetes do atual Regimento Sampaio e dois como alunos da Escola Militar no Largo do São Francisco..... 25 ago. 1837
 Tenente-coronel, no Comando da Polícia Militar do Rio de Janeiro (mesma de hoje) 12 set. 1837
 Desloca-se até Vassouras como comandante da atual PMRJ para observar a revolta liderada pelo escravo Manoel Congo, face à possibilidade de a mesma envolver escravos da Fábrica de Pólvora da Estrela, a única do Império 1838
 Caxias viaja ao Rio Grande do Sul como ajudante de ordens do ministro da Guerra e como comandante da atual PMRJ. Lá conhece o capitão Osório, este prestes a deixar o Exército por desgosto dele e de outros com o comandante das Armas do Rio Grande. Contorna o problema..... março a 3 maio1839
 Coronel 2 dez. 1839
 Nomeado presidente da província do Maranhão e comandante geral de suas forças, em Operações contra a Revolta da Balaiada..... 12 dez. 1839
 Exonerado do comando da atual PMRJ (oito anos no comando) 17 dez. 1839

Assume suas funções no Maranhão, onde, em Ordem do Dia proclama: “Maranhenses! Mais militar que político, eu quero até ignorar os nomes dos partidos que por desgraça entre vós existem” 7 fev. 1840

REINADO DE D. PEDRO II**DATA**

Declara extinta a rebelião e restaurada a ordem e a paz no Maranhão 19 jan. 1841
 Demitido, a pedido, do Governo do Maranhão 2 abr. 1841
 Transfere o governo do Maranhão ao seu substituto.. 13 maio 1841
 Chegada ao Rio, onde recebeu homenagens do Governo e do Povo..... 30 jun. 1841
 Titulado Barão de Caxias por haver, na cidade maranhense de Caxias, pacificado a Balaiada e a cidade ser o maior símbolo da vitória. Segundo o padre Joaquim Pinto de Campos, por tudo, o título imperial Caxias simbolizava “disciplina, justiça, igualdade, vitória etc.” 18 jul. 1841
 Promovido a brigadeiro (atual general de brigada)..... 18 jul. 1841
 Revolução liberal de São Paulo maio 1842
 comandante em chefe das Forças da província de São Paulo 17 maio 1842
 Vice-presidente da província de São Paulo..... 18 maio 1842
 Instruções do ministro da Guerra para pacificar o Levante Liberal de São Paulo, “deixando os meios necessários à inteligência, discrição e atividade de V. Exa.”..... 18 maio 1842
 Obtém em Campinas a vitória de Venda Grande 7 jun. 1842
 Entrada de Caxias em Sorocaba, foco da revolução liberal 20 jun. 1842
 Carta à esposa: “Meu Bem. Ontem te escrevi uma carta pelo ministro da Guerra remetendo-te 200 mil réis para fazeres um vestido muito bonito com que devemos ir ao primeiro Baile que aí houver depois da minha chegada. Beijos às nossa filhas. Teu Luiz”. São Paulo..... 5 jul. 1842

Caxias se apossa de Sabará 11 ago. 1842
 Caxias obtém vitória decisiva em Santa Luzia..... 20 ago. 1842
 Marechal de Campo Graduado (atual general de divisão) 30 jul. 1842
 comandante em chefe do Exército em Operações contra os Farrapos na província do Rio Grande do Sul, há sete anos em revolta 24 set. 1842
 Presidente da província do Rio Grande do Sul, cumulativamente..... 28 set. 1842
 Assume suas funções em Porto Alegre 12 nov. 1842

Dirige proclamação aos gaúchos lembrando o perigo representado pelos ditadores Oribe e Rosas e apela: “Abracemo-nos e unamo-nos para marcharmos não peito a peito, mas ombro a ombro, em defesa da Pátria que é a nossa mãe comum”.

Consolida a Paz da Família Brasileira em Ponche Verde 1º mar. 1845
 Marechal de Campo efetivo em 25 mar. 1845
 Conde de Caxias em 2 abr. 1845
 Passa a presidência da província do Rio Grande do Sul em paz 3 mar. 1846
 Chegada ao Rio com a glória de Pacificador de quatro províncias 23 mar. 1846
 Exonerado do Comando da província do Rio Grande do Sul (3ª RM) 9 out. 1846
 Reassumiu o Comando das Armas da Corte (atual 1ª RM) 3 out. 1846

FINAL DO PERÍODO DE LUTAS INTERNAS EM QUE CAXIAS ATUOU

Assume a cadeira de senador vitalício pela província do Rio Grande do Sul, ao lado de seu pai, antigo regente e então senador marechal Francisco Lima e Silva 11 maio 1847
 Sócio honorário do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro 23 maio 1847

| | |
|---|--------------|
| Comandante das Armas da Corte e província do Rio de Janeiro (atual 1ª RM) | 20 set. 1847 |
| Nascimento de seu filho Luiz Alves de Lima e Silva | 16 dez. 1847 |
| Licença para ausentar-se do Rio (era senador)..... | 5 abr. 1848 |
| Reassume o Comando das Armas da Corte, após seis meses..... | 6 out. 1848 |
| Eclode em Pernambuco a Revolta Praieira..... | nov. 1848 |
| Licença do Comando das Armas da Corte (três meses)..... | 19 dez. 1848 |
| Reassume o Comando das Armas da Corte (atual 1ª RM)..... | 19 mar. 1849 |
| Término da Revolta Praieira em Pernambuco..... | 31 maio 1849 |

GUERRA EXTERNA CONTRA ORIBE E ROSAS, 1851-52

| | |
|--|--------------|
| Presidente da província do Rio Grande do Sul (2ª vez)..... | 15 jun. 1851 |
| comandante em chefe do Exército do Sul, a organizar | 16 jun. 1851 |
| Chegada ao porto da cidade de Rio Grande..... | 26 jun. 1851 |
| Assume suas funções em Porto Alegre..... | 30 jun. 1851 |
| Retorno ao porto do Rio Grande..... | 4 jul. 1851 |
| Ida a Pelotas para ordenar a concentração da tropa em Orqueta | 9 jul. 1851 |
| Marcha Pelotas-Cerrito-Pedro Osório-Bagé-Santana.. | 24 Jul 1851 |
| Termina a organização do “Exército em Operações”, em Santana..... | 28 jul. 1851 |
| Inicia a invasão do Uruguai, por Santana do Livramento | 5 set. 1851 |
| Batalha de Monte Caseros, dos Aliados contra o ditador argentino Rosas | 2 fev. 1852 |
| Tenente-general (atual general de exército) (por 10 anos) | 3 mar. 1852 |

TÉRMINO DA GUERRA

| | |
|--|--------------|
| Marquês de Caxias | 26 jun. 1852 |
| Exonerado da presidência do província do RGS (2ª vez)..... | 21 jul. 1852 |
| Exonerado do comando-em-chefe do Exército do Sul | Julho 1852 |
| Recebe a Medalha de Ouro do Uruguai (concedida em 14 mar.) | 5 set. 1852 |
| Morte do marechal Francisco de Lima e Silva, seu pai. | 2 dez. 1853 |

Em tratamento de saúde por problemas hepáticos em Baependi (Caxambu - MG) e banhos de cachoeira em São João del Rey. Já fora doente para a Guerra de 1851-52 e ao retornar guardava a impressão de ser irreversível a sua saúde, a qual recuperou em Minas.

Ministro da Guerra (1ª vez)

14 jun. 1854

Encaminhou pedido ao Parlamento para adotar uma Lei de Serviço Militar, argumentando, então, com apoio em sua grande vivência militar de seis campanhas vitoriosas:

“O recrutamento forçado admitido ente nós é sistema tortuoso, irregular e improficuo. Enquanto não tivermos uma Lei de Recrutamento, uma lei fundada nos sadios princípios de justiça e de equidade, lei que obrigue todos os cidadãos, de qualquer condição, a prestar seu contingente de serviço militar na força armada regular, em determinadas circunstâncias; lei que encoraje a voluntariedade, por isenções e favores, para a prestação do serviço militar, bem como os engajamentos dos que já serviram o tempo previsto em lei, é questão fechada para mim que nunca teremos um Exército composto de elementos de moralidade e ordem, como convém ao bom desempenho de sua nobre missão. Mais uma vez invoco o patriotismo (do Parlamento), para que doteis o Exército com lei sobre tal matéria, com base no princípio das nossas instituições e em nossos costumes.”

| | |
|--|--------------|
| Falece seu tio e mentor marechal de exército José Joaquim, Visconde de Magé | 24 ago. 1855 |
| Criação da Ajudância General do Exército | 30 jun. 1856 |
| Presidente do Conselho de Ministros (1ª vez) | |
| Chefe de Governo..... | 3 set. 1856 |
| Aprova, como presidente do Conselho, a regulamentação da Ajudância General, substituída pelo Estado-Maior do Exército em 1899 (nomeia seu tio, o Barão de Suruí, o 1º Ajudante General do Exército)..... | 31 jan. 1857 |
| Conselheiro de Guerra. | 8 dez. 1858 |
| 2ª vez ministro da Guerra e presidente do Conselho de Ministros | 3 mar. 1861 |

Procede a adaptação das Ordenanças de Portugal às realidades operacionais que vivenciara em cinco campanhas que comandara, “até que se dispusesse de uma tática (doutrina) genuinamente nossa”.

| | |
|--|--------------|
| Deixa o Ministério da Guerra e o Conselho de Ministros..... | 24 maio 1862 |
| Morre, aos 14 anos, seu filho Luiz Alves de Lima e Silva | 18 jun. 1862 |

Creio que isto foi seu inferno zodiacal, como pai e como brasileiro. Estava em curso a célebre “Questão Christie” e Caxias fora do Governo. Ao saber do Ultimato de Christie ao governo do Brasil, escreveu carta ao Visconde do Rio Branco onde, entre outras palavras de revolta pelo atentado a nossa soberania, escreveu: “Não se pode ser súdito de nação fraca. Não é assim... estou muito aflito. Tenho vontade de quebrar a minha espada, quando ela não me pode servir para desafrontar o meu país de um insulto tão atroz...”.

| | |
|------------------------------------|-------------|
| Marechal de Exército graduado..... | 2 dez. 1863 |
|------------------------------------|-------------|

A pedido do imperador, na condição de Conselheiro de Guerra, alinha ideias relativas de como se preparar a defesa do Império face às ameaças inglesas, principalmente. Entrega suas ideias ao Visconde do Rio Branco, seu

amigo e compadre, para “copydeská-las”, antes de apresentá-las ao imperador, pois “sabe o amigo que não me campo (não me tenho) em escritor”.

GUERRA DA TRÍPLICE ALIANÇA: BRASIL, ARGENTINA E URUGUAI CONTRA O PARAGUAI, 1865 a 1º DE MARÇO DE 1870

DATA

Caxias assiste, como Ajudante de Campo do imperador D. Pedro II, a rendição dos invasores paraguaios que ocupavam Uruguiana..... 18 set. 1865

Caxias, convocado pelo imperador como seu Ajudante de Campo, participou da comitiva imperial, mas sofreu constrangimentos de parte do ministro da Guerra do Partido Liberal e mais tarde Barão de Uruguiana, natural da Bahia. Sobre isso, discursou em 15 de julho de 1870 no Senado:

“Para o reconhecimento de Uruguiana foram convidados generais estrangeiros que jamais haviam pisado aquele solo e alguns generais brasileiros. Mas eu fui excluído do reconhecimento. Logo eu, senhores senadores, que havia presidido duas vezes a província do Rio Grande e que outras tantas havia feito a guerra naquelas regiões e portanto acampado naquele mesmo lugar, e como presidente da província mandado traçar o plano da povoação! Doe-me sobremaneira tal procedimento. Mas resignei-me.”

Sobre esta atitude de altivo recolhimento, o Conde D’Eu registrou a reação de Caxias de modo irônico: “Caxias mete-se em casa ou na sege, de cara amarrada e nem sequer deseja aparecer mais diante do imperador”. Que outra atitude deveria tomar por tamanha desconsideração ao seu glorioso passado? Esta euforia durou até o desastre de Curupaiti, em que o conservador Caxias teve que acudir os liberais que haviam feito a guerra, e o ministro que o desconsiderou foi a primeira cabeça a rolar, cortada pelos próprios liberais. Mesmo fora do governo como conselheiro de Guerra ofereceu o plano estratégico de campanha contra o Paraguai: a coluna principal a cavaleiro do rio Paraguai na direção de Humaitá e Assunção, no ataque principal e duas colunas secundárias

diversionárias. Uma lançada de Mato Grosso contra o norte do Paraguai e a outra invadindo o Paraguai pelo sul, por Itapuã, São Carlos e São Cosme, dando a impressão de que por ali se desenvolveria a invasão. Este plano seria o adotado em tese.

| | |
|--|--------------------------------|
| Marechal de Exército Efetivo (último posto, com 63 anos)..... | 13 jan. 1866 |
| Desastre ou Hecatombe de Curupaiti, segundo Osório, ao comando do presidente Mitre, notícia aterradora na Corte, que determinou a entrega da condução da guerra a Caxias, que estava fora do governo | 22 set. 1866 |
| comandante em chefe das Forças do Império do Brasil em Operações contra o Paraguai (por dois anos e dois meses) | 18 nov. 1866 a 18 jan. 1869 |
| Comandante Geral das Forças da Tríplice Aliança em Operações..... | 10 fev. 1867 |
| Primeira ascensão dos balões cativos dos dois irmãos Allen que haviam servido ao Exército do Norte na Guerra de Secessão nos EUA | 24 jun. 1867 |

“Obtiveram inegável utilidade em reconhecimentos do inimigo.”

| | |
|--|--------------|
| Sócio Honorário do Instituto Politécnico Brasileiro... | 17 maio 1868 |
| Recebe a Grã Cruz da Imperial Ordem do Cruzeiro.. | 10 jul. 1868 |
| Rendição de Humaitá a Caxias – Objetivo Militar da Guerra..... | 5 ago. 1868 |
| Abertura da Estrada pelo Chaco..... | nov. 1868 |

INICIO DA DEZEMBERRADA

| | |
|--|-------------|
| Caxias atravessa o Chaco e desembarca em Santo Antônio | 5 dez. 1868 |
| Caxias lidera pessoalmente a vitória na Ponte de Itororó | 9 dez. 1868 |

| | |
|--|--------------|
| Batalha de Avaí (Osório é ferido à bala, no queixo)... | 11 dez. 1868 |
| Batalha de Lomas Valentinas..... | 24 dez. 1868 |
| Derrota da capacidade defensiva tática adversária..... | 27 dez. 1868 |
| O marechal Solano Lopes busca proteção na Cordilheira..... | 30 dez. 1868 |

FIM DA DEZEMBERRADA

| | |
|--|--------------|
| Caxias ocupa Assunção – objetivo político da guerra. | 5 jan. 1869 |
| Recebe a Grã Cruz da Ordem de D. Pedro I..... | 30 jan. 1869 |
| Muito doente, e entendendo haver vencido a guerra no campo estratégico, retira-se para o Rio, onde chegou e foi recebido só pela esposa..... | 16 fev. 1869 |

Em Assunção, durante uma festa em uma igreja, teve um desmaio com queda, batendo fortemente com a cabeça no solo. Tinha 65 anos. No Rio, conseguiu obter água de Caxambu engarrafada, na dificuldade de lá retornar para tratar da saúde (conforme carta a um amigo).

| | |
|--|--------------|
| Medalha do Mérito Militar | 20 fev. 1869 |
| Demissão a pedido do comando em chefe das Forças do Império em Operações contra o Paraguai.. | 22 mar.1869 |
| Recebe o título de Duque de Caxias, por relevantes serviços na Guerra do Paraguai (Foi o único brasileiro nato a receber o título de duque)..... | 23 mar. 1869 |
| Responde cumprimentos da Câmara de Campanha - MG, cidade natal do seu futuro biógrafo Vilhena de Moraes, enviados a ele e ao Exército pelo desempenho na Guerra do Paraguai..... | 10 abr. 1869 |

“O Exército Brasileiro que eu tanto me orgulho de haver comandado e dirigido em combates na Guerra contra o Paraguai, muito merece da Pátria por seu valor, por sua intrepidez e abnegação, e eu me regozijo ao ser tão bem apreciado seu heroico comportamento, tanto mais que eu fui testemunha de seus valorosos feitos e compartilhei de seus extraordinários sofrimentos.”

“Como militar eu cumpri o meu dever servindo ao meu soberano e à minha pátria. E apesar de minha avançada idade e de alquebrado pelas fadigas de uma rude campanha, estarei sempre pronto para obedecer ao chamado do Governo Imperial, quando o país carecer de meus serviços militares e civis, até onde chegarem as minhas forças... Ass.: Duque de Caxias.”

A Câmara de Deputados cumprimenta as Forças em Operações no Paraguai, e em especial o Duque de Caxias pelo desempenho 5 jun. 1869

FIM DA GUERRA DO PARAGUAI 1º mar. 1870

Célebre discurso seu no Senado, em que se defendeu de acusações ao seu comando em chefe no Paraguai.. 15 jul. 1870
Grã-Cruz Efetivo da Imperial Ordem da Rosa..... 28 ago. 1870
Membro Efetivo da Sociedade de Veteranos da Independência na Bahia..... 1º out. 1870
Conselheiro Extraordinário de Estado e, logo a seguir, Efetivo 12 out. 1870
Provedor da Irmandade Santa Cruz dos Militares, no Rio..... 1871-72
Medalha da Guerra do Paraguai, 3 listras final de 1872
Falecimento de sua esposa e Duquesa de Caxias 23 mar. 1874
Testamento do Duque de Caxias 23 abr. 1874

Principais disposições testamentárias: a) Não ser embalsamado e dispensar honras militares e do Império; b) ser sepultado pela Santa Cruz dos Militares e sem convites; c) ser levado ao túmulo por seis soldados de bom comportamento, dos mais antigos da guarnição da Corte; d) deixar todas as suas armas, inclusive sua espada de comando e o seu cavalo, com os melhores arreios, ao futuro Visconde da Penha, marechal João de Souza Fonseca Costa, seu fiel ajudante de ordens na Guerra contra Oribe e Rosas e seu chefe de Estado-Maior na Guerra do Paraguai, como prova distinta do apreço em que sempre teve a sua fidelidade e coparticipação em campanhas; e) à sua afilhada Ana, a quantia de dois contos de réis; f) ao seu criado (índio, filho de criação) Luiz Alves, 400 mil réis e toda a roupa de seu uso; g) e 30 mil réis para cada soldado que

transportar seu caixão; h) o seu relógio com corrente de ouro ao seu fiel oficial de Gabinete capitão Salustiano Barros de Albuquerque. Seu filho de criação a que dera seu nome Luiz Alves era um índiozinho órfão que trouxera do Maranhão e que gozava de toda a confiança do duque, da duquesa e filhas. Sua afilhada Ana, a que a duquesa dera seu nome, seria uma menina órfã que Caxias acolhera no Paraguai e a criou como filha de criação. Ela cuidou da duquesa e do duque, conforme Vilhena de Moraes.

Revolta dos Muckers em São Leopoldo-RS 28 jun. a 1º ago. 1874
Ministro da Guerra e presidente do Conselho de Ministros..... 25 jun. 1875
Baixou Regulamento para a Disciplina e Serviço Interno dos corpos arregimentados em quartéis fixos. Equivalia ao Regulamento Interno e dos Serviços Gerais (RISG) e ao Regulamento de Continências (RCONT) em 1875
Pacificação da Questão Religiosa, ao ser aprovado pelo imperador seu parecer propondo a anistia aos bispos de Olinda e Belém, presos. “O bem do Estado e da Humanidade aconselham o emprego de tão salutar providência.” 17 dez. 1875
Deixa o Ministério e a Presidência do Conselho de Ministros..... 6 jan. 1878
Continua exercendo a senatoria pelo Rio Grande do Sul e as funções de Conselheiro de Estado e de Guerra 7 jun. 1878
Retira-se para a companhia da filha, a Baronesa de Santa Mônica, para a Fazenda de Santa Mônica na Estação Desengano (atual Juparanã, Valença - RJ), onde passou os últimos dois anos de sua vida, passeando a cavalo até onde foi possível, falecendo aos pés da gravura da imagem de N. S. da Conceição, sua devoção, que sempre levava em campanha e também padroeira do Exército Imperial (faleceu com quase 77 anos)..... 8 maio 1880

Sepultado no cemitério São Francisco de Paula, Rio,
junto à duquesa..... 10 maio 1880

| REPÚBLICA | DATA |
|--|--------------|
| Inaugurada sua estátua equestre, no atual Largo do Machado | 15 ago. 1899 |
| Instituída a festa de Caxias e Dia do Soldado do Exército | 25 ago. 1923 |
| Primeira entrega de espadins aos cadetes, cópia fiel em escala, de sua invicta espada de seis campanhas, junto à sua estátua..... | 16 dez. 1932 |
| Traslado de sua estátua equestre do Largo do Machado, dos seus restos mortais e os da esposa para o Panteão na Praça Duque de Caxias, defronte ao atual Palácio Duque de Caxias, sítio histórico onde serviu por muitos anos ao Exército e ao Brasil, de tenente a marechal de Exército e ministro da Guerra.. | 30 ago. 1949 |
| Consagrado como Patrono do Exército Brasileiro..... | 13 mar. 1962 |
| Cerimônia oficial nacional na AMAN – 100 anos da morte de Caxias (e 35 anos da vitória aliada na Segunda Guerra Mundial) | 8 maio 1980 |
| Patrono da Academia de História Militar Terrestre do Brasil..... | 1º mar. 1996 |

Em 2011 o historiador militar Luiz Ernani Caminha Giorgis escreveu o livro *O Duque de Caxias – Dia a Dia*. Porto Alegre: Evangraf, 2011. Livro que ampliou a cronologia do Duque de Caxias e que eu tive a honra de prefaciar.

Bases da cultura de Caxias em Arte e Ciência Militar

Uma das lacunas da biografia de Caxias era a explicação de como ele conseguiu acumular invejáveis conhecimentos não só em Arte como em Ciência Militar, responsáveis por sua bem sucedida carreira militar de general invencível de seis campanhas que o colocam, sem favor nenhum, na galeria dos grandes capitães da História Militar Mundial.

Esta resposta é, em parte, a que ensaiamos em artigo “Fontes da Cultura do Duque de Caxias em Arte da Guerra”,⁵ que assim pode ser sintetizada :

O Visconde do Rio Branco, pai do Barão do Rio Branco, amigo e compadre de Caxias, do alto de sua sabedoria, o classificou como “possuindo inteligência e bom senso geniais”.

Para os marechais Humberto Castelo Branco e Tristão de Alencar Araripe, historiadores militares e ex-comandantes da ECEME, estas seriam partes das explicações:

Para o marechal Castelo Branco, o fato de Caxias haver adaptado às realidades operacionais sul-americanas muito da Arte da Guerra de Napoleão, em especial o conceito de que “a guerra é uma arte toda de execução”. Para o marechal Tristão Araripe, o fato de Caxias haver feito um acompanhamento cerrado da evolução operacional da Guerra de Secessão no Estados Unidos, a qual apresenta tantas semelhanças com a Guerra do Paraguai, pioneiras do advento da Guerra Total. Exemplo eloquente foi sugerir e receber o apoio dos balonistas irmãos norte-americanos Allen,⁶ que haviam apoiado reconhecimentos para o Exército do

Norte, ao comando do general Grant, para proceder reconhecimentos para a vitoriosa marcha de flanco sobre Humaitá, cuja conquista significava o objetivo militar da Tríplice Aliança.

Para seu maior biógrafo, o Dr. Vilhena de Moraes, Caxias acompanhou com vivo interesse o desenvolvimento da doutrina militar da Guerra Franco-Prussiana, (1870-71), pela qual mais uma vez a França tornou-se República, com a queda de Napoleão III. Havia neste acompanhamento, segundo ainda Vilhena de Moraes, uma preocupação de Caxias com os reflexos da República Francesa na Monarquia Brasileira, já recomeçada a ser combatida com a Convenção Republicana de Itu - SP de 1870.

Para o, mais tarde, marechal Castelo Branco, que fora instrutor na ECEME de Tática e História Militar, antes de ser o E-3 da Força Expedicionária Brasileira, a maior característica de Caxias era a de “possuir o senso do praticável”. Fato que Vilhena de Moraes traduziu na norma que Caxias adotava nesta máxima: “Fui ver, não mandei outros verem”. Isto é confirmado pelo pontoneiro capitão Jacob Franzen, ao conduzir Caxias de lancha para certificar-se, nos locais na foz dos afluentes do Chaco, se haviam sido removidos entulhos, para facilitar o embarque e desembarque de tropas por embarcações de nossa Marinha.⁷

Caxias, além de militar de vocação, como o demonstra sua vida e obra, foi militar de tradição. Caxias conviveu com 11 marechais em sua família. Era bisneto, neto, filho, sobrinho, tio e irmão de destacados infantes que ocuparam posições de relevo no governo e junto a ele.

Eram os avós de Caxias o marechal de campo grad José Joaquim de Lima e Silva que, em 1783, veio de Portugal e serviu no Regimento de Bragança, que lutou na Guerra de Restauração do Rio Grande do Sul. Seu avô materno, do qual herdou o nome, foi o marechal Luiz Alves Freitas Bello, que veio de Portugal como coronel.

O pai de Caxias, o marechal Francisco de Lima e Silva⁸ tornou-se infante sob orientação paterna, no atual Batalhão Sampaio. Coursou a Academia de Artilharia, Fortificação e Desenho, fundada pelo Vice-Rei Conde de Resende, em 19 de dezembro de 1792, na Casa do Trem. Isso se deu no aniversário da rainha D. Maria I, já insana, e sob a égide do príncipe regente D. João que, em 1810, promoveria, na mesma Casa do Trem, a Real Academia em Academia Real Militar. Agora a Academia não estava destinada a formar oficiais de Infantaria, Cavalaria, Artilharia e de Engenheiros para o Brasil Colônia, mas para todo o reino de Portugal.

Esta é a verdade que pesquisas recentes revelam. Ali, o pai de Caxias foi colega e amigo do pai de Miguel Frias de Vasconcellos. O pai de Caxias, como coronel, comandou expedição a Pernambuco, que combateu, e conjurou a revolta republicana liderada pelo Frei Caneca, que passou à História como Confederação do Equador de 1824 e que se insere como a primeira luta interna do Brasil Independente. Liderou ainda, como comandante das Armas da Corte e da província do Rio de Janeiro (atual 1ª RM), defronte ao atual Palácio Duque de Caxias, o esquema militar do qual resultou a abdicação de D. Pedro. Foi regente do Império por duas vezes. Muita influência militar exerceu sobre o seu filho Luiz Alves que, como ele, viria a ter grande expressão político-militar e governaria também o Brasil. Seu pai, por mais de quatro anos na Regência, e ele, Caxias, por quase igual período no 2º Reinado, em três ocasiões.

Seu tio paterno, marechal de campo e Visconde de Magé,⁹ fora iniciado em Arte Militar no atual Batalhão Sampaio, com o seu pai e irmão Francisco, pai de Caxias. Por seu valor militar, foi encarregado pelo imperador D. Pedro I para organizar o Batalhão do Imperador, unidade de elite e raiz histórica do atual Batalhão da Guarda Presidencial de Brasília, que incorporou suas tradições. Foi o padrinho de batismo e de fogo de Caxias na Guerra da Independência da Bahia. Comandou o Exército Libertador da Bahia no impedimento do general Labatut. Possuía muito bom conceito profissional e seus conselhos sobre doutrina militar eram levados muito em conta. Exerceu grande influência militar sobre o sobrinho e afilhado. Tomou posição em 7 de abril de 1831 em favor da abdicação, de igual forma que seus irmãos Francisco, pai de Caxias, e Manoel Fonseca, como única alternativa de preservação da Monarquia. E Caxias acompanhou o pai e tios nesta posição. Resistir era inviável!

Outro tio que muita influência exerceu sobre Caxias foi o citado marechal de campo Manoel da Fonseca Lima e Silva, Barão de Suruí. Foi seu subcomandante no Batalhão do Imperador na Bahia. Era da 1ª turma da Academia Real Militar (1811-12). Exerceu grande influência sobre Caxias.

O 1º general farroupilha, João Manoel Lima e Silva,¹⁰ era tio paterno de Caxias e dois anos mais moço que ele. Conviveram intimamente na infância, no atual Batalhão Sampaio e dois anos na Academia Militar no Largo do São Francisco. Ao estourar a Revolução Farroupilha a ela aderiu como comandante da única unidade de Infantaria do Exército no Rio Grande do Sul. Esta fora confinada na fronteira, em São Borja, dentro da política de erradicação do Exército que se seguiu à abdicação e causa

de muitas revoltas entre integrantes do Exército nas lutas internas da Regência e, em especial, da própria Revolução Farroupilha. Nesta, os seus líderes em maioria eram oficiais do Exército e revoltaram toda a Guarnição do Exército em 20 de setembro, inclusive os dois Bento (Bento Gonçalves e Bento Manuel), que eram oficiais de Estado-Maior do Exército.

Pensamento político erradicador dominante, assim traduzido na época por lideranças de elites influentes da Sociedade Brasileira do Sudeste em especial, logo após a Independência, adeptas de uma política de erradicação do Exército e Marinha sob o argumento:

“Forças numerosas e permanentes são uma ameaça:

- À Liberdade.
- À Democracia.
- À prosperidade econômica.
- À Paz.”

Tão logo proclamada a Independência, segmentos influentes das elites do Sudeste pressionaram para reduzir o Exército, que foi só organizado em dezembro de 1824, após D. Pedro outorgar a Constituição. Mas ali, muitos constituintes de 1824 pretendiam posição insignificante e irreal ou romântica para o Exército, a defesa do litoral nas fortalezas e das fronteiras como instrumento de defesa externa e subordinado aos presidentes de províncias.

Com a abdicação, estas elites empolgaram o poder e colocaram em vigor seu plano de Erradicação do Exército, subordinado aos presidentes de províncias, com capacidade presumida de, com o auxílio da Guarda Nacional e Guardas Permanentes destinadas à defesa interna, neutralizar o Exército em caso de conflitos graves entre os poderes.

No Sul, as elites do Sudeste pressionaram o Rio Grande do Sul, criando escorchantes impostos pela propriedade rural e pela arroba do charque, que passaram a comprar dos inimigos de ontem – os argentinos e uruguaios.

Aderiu à Revolução Farroupilha, inclusive, o carioca coronel José Mariano de Mattos, comandante da Artilharia do Exército no Rio Grande do Sul. Ele seria ministro da Guerra e Marinha dos farrapos, vice-presidente e presidente interino da República Rio-grandense, mais tarde chefe do Estado-Maior de Caxias na Guerra contra Oribe e Rosas e ministro do Império do Brasil em 1864.

Os fluminenses general João Manoel e coronel Mariano de Mattos, do Exército, que aderiram à Revolução Farroupilha e a lideraram no mais

alto nível, os estudamos na obra: *O Exército Farrapo e seus chefes*. Rio de Janeiro: BIBLIEx, 1992. v.1, p.47-49 e 145-151.

Obra que aborda o papel e posições, na época, das elites políticas, econômicas e militares no Rio Grande e como se contrapunham a elas as elites políticas, econômicas e militares dominantes do Sudeste.

O papel da elites políticas e econômicas do Sudeste da época pode ser bem apreciado na importante obra, que mostra que o esforço erradicador do Exército não foi ficção e sempre existiu, sob diversas formas, disfarçadas ou sutis, ou efetivas: COELHO, Edmundo Campos. *O Exército e a Política na Sociedade Brasileira*. Rio de Janeiro: Forense, 1976.

O general João Manoel foi assassinado em São Borja em 25 de agosto de 1837, quando saía de um baile. Imagine-se o impacto entre os três irmãos Lima e Silva e o sobrinho, atual Duque de Caxias, com a tragédia. Até que ponto ela teria influído no ânimo pacificador de Caxias e determinado sua ida ao Rio Grande cerca de dois anos mais tarde?

Esta questão é aqui colocada por oportuna. Os revolucionários farrapos do Exército, em 20 de setembro de 1835, protestavam contra a erradicação do Exército por elites que eles próprios apoiaram em 7 de abril de 1831 na abdicação e que os teriam traído após.

Até o tenente Manoel Luiz Osório foi revolucionário desta hora. Foi republicano de coração, mas consciente de que ainda não era chegado o momento da República no Brasil.

Havia, depois da Independência, um preconceito das elites brasileiras em formação. Um preconceito injustificável contra os militares que dominaram o poder colonial como vice-reis, governadores etc. e em regime absolutista. E este sentimento se voltou irracionalmente contra o nascente Exército Brasileiro, liderado, pós-independência, por alguns oficiais portugueses que aderiram ao Brasil, o que desgostou, por exemplo, militares brasileiros do Sul preteridos em comandos na Guerra da Cisplatina (1825-28).

Ao Caxias ingressar no serviço ativo em 1817, fazia um ano que vigoravam no Brasil “As Ordenanças” (Doutrina) de Infantaria do marechal Carl Beresford, inglês a serviço de Portugal. Elas substituíram em parte a doutrina do Conde de Lippe, também inglês a serviço de Portugal, na qual haviam se formado infantes os avós, tios paternos e maternos de Caxias.

Havia uma preocupação na família Lima e Silva com a atualização doutrinária do Exército dentro de nossa realidade e a isso se propôs um

deles,¹¹ desde que lhe dessem recursos em material de expediente. Mas ao que tudo indica não possuía crédito para tal!

Caxias é que iria resolver esse problema como ministro da Guerra em 1862, ao adaptar, com base em sua experiência de comandante de cinco campanhas vitoriosas e no exercício, em 1855, da função de ministro da Guerra, as Ordenanças (Doutrina) de Infantaria de Portugal, às realidades operacionais sul-americanas: “Até que se desenvolva uma tática elementar (Doutrina) genuinamente nossa e harmônica com as peculiaridades de nosso Exército e com a natureza de nossas guerras”.

E foi a Doutrina usada na Guerra do Paraguai, sobre a qual não se registram críticas, o que indica a sua excelência. Esse pioneirismo e esforço de Caxias pela Doutrina Militar Brasileira é focalizado pelo pensador militar brasileiro, assunto abordado adiante:

RAPOSO FILHO, Amerino, Cel. *Caxias e a doutrina Militar Brasileira*. Rio de Janeiro: BIBLIEx, 1959.

Trata-se de importante obra de conhecido e consagrado instrutor da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, de seu CPEAEx e autor também de outra valiosa obra de grande importância aos estudos ministrados na citada Escola, o que atesta o autor que, em 1968, dela muito se beneficiou na ECEME.

RAPOSO, Amerino, Cel. *A Manobra na Guerra*. Rio de Janeiro: BIBLIEx, 1969.

Caxias frequentou por quatro anos (1818-21), como cadete, alferes e tenente, a Academia Real Militar do Largo do São Francisco, na condição do Brasil Reino Unido a Portugal e Algarve, sob a égide do rei D. João VI, que transferiu a sede do reino para o Brasil por cerca de treze anos, de 1808 a 1821. Dela saiu com o curso de Infantaria.

Estudou no 1º ano as seguintes matérias do ensino fundamental: Aritmética, Álgebra (até equações do 4º grau), Geometria, Trigonometria Retilínea e noções de Esférica e Desenho. Estudou no 2º ano do ensino profissional os assuntos militares Tática, Estratégia, Castramentação (arte de acampar), Fortificações em Campanha e Reconhecimento do terreno.

No 3º ano estudou Álgebra, Geometria aplicada à Física, à Astronomia, ao Cálculo de Probabilidades e na dedução de teorias de Mecânica, Hidrodinâmica, Ótica, Geometria Descritiva e Desenho (aliás, teve dificuldades na matéria Desenho).

No 4º e último ano, estudou princípios de Mecânica, Estática, Hidrodinâmica, Hidráulica, Hidrostática, Desenho, Máquinas e suas aplicações

e Balística. Era inspetor do ensino militar o marechal Joaquim de Oliveira Álvares,¹² herói da guerra contra Artigas, de 1816, e que desempenhou relevante papel como ministro da Guerra, respaldando o Dia do Fico. No ensino fundamental, o inspetor era o brigadeiro Norberto Xavier de Brito, comandante do Corpo de Engenheiros.¹³

Os livros-texto usados eram predominantemente de cientistas e generais franceses. Tiveram influência na formação militar de Caxias as obras sobre fortificações em campanha do general e Barão Gay de Vernon, e do Conde de Cessac sobre Estratégia, Tática e Serviço em Campanha.

O Conde de Cessac era autor das obras: *O Guia do Oficial em Campanha*, 1786. 2v; *Projeto da Organização do Exército da França*, 1789; e *Arte Militar (Tática e Estratégia)*, editado depois da Revolução Francesa.

O general e Conde de Cessac, em 1793, organizou a defesa da França nos Pirineus. Dirigiu o *Bureau de Guerre* em 1795. Presidiu o Conselho de Estado em 1803. Foi ministro da Guerra em 1808 e inspetor geral da Infantaria em 1814.

Curiosamente, D. João VI, obrigado por Napoleão a transferir-se para o Brasil, procurou basear o ensino fundamental, na Academia Real que aqui criou em 1810, em obras de cientistas franceses, e o ensino profissional em dois generais franceses que se destacaram na formulação da Doutrina Militar da Revolução Francesa.

O currículo da Academia Real foi por nós estudado em artigo: “O Brasileiro que foi general de Simon Bolívar (Gen Abreu e Lima)”. *A Defesa Nacional* (nº 725, maio/jun. 1986).

Outra explicação da expressiva cultura de Caxias foi a sua intensa vivência militar em problemas de segurança interna e externa. Aprendizado na forma definida por Camões, o poeta soldado que perdeu a vista em combate na área do atual Vietnã.

“Que a disciplina (doutrina) militar prestante não se aprende na fantasia, senão vendo, tratando e pelejando.”

Fato que muito se aplica ao general Osório, formado na Academia Militar das Coxilhas, na Fronteira do Vai e Vem, na belicosa coreografia da Arte Militar dos Pampas.

De 1823 a 1828, Caxias atuou expressivamente como Ajudante do Batalhão do Imperador na guerra da Independência na Bahia e na Guerra da Cisplatina, em Montevideu. De 1831 a 1839, foi peça chave na segurança da Corte, no subcomando e comando do Batalhão Sagrado, que se constitui hoje na Polícia Militar do Rio de Janeiro. De 1839 a 1845,

comandou o dispositivo militar que pacificou o Maranhão e adjacências, São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. Em 1851-52, comandou no mais alto nível a vitória militar, no tocante ao Brasil, contra Oribe e Rosas. Comandou a fase decisiva da Guerra do Paraguai (1868-69), que atingiu os objetivos: militar, a Fortaleza de Humaitá, e político, a conquista de Assunção, tendo a sua disposição todas as forças aliadas. Foi conselheiro de Guerra de Estado e Presidente do Conselho de Ministros, cumulativamente com o Ministério da Guerra por três vezes. Sua vivência militar intensa e rica foi superior a sessenta anos.

Outra característica foi a de haver sido, segundo seu biógrafo Vilhena de Moraes, amigo de escrever cartas. Ele manteve durante longos anos intenso intercâmbio epistolar com pessoas muito bem informadas no Brasil e exterior. E não descuidava de, em qualquer circunstância, enviar cartas à família, aos parentes, aos amigos, aos chefes e até ao *Jornal do Comércio* do Rio, que cunhou a expressão “Caxias, filho querido da Vitória!”.

Lamentavelmente as centenas de cartas que escreveu foram desbaratadas por seus destinatários. Vilhena de Moraes relaciona as autoridades com que Caxias se correspondia em sua obra *Novos aspectos da obra de Caxias*. Acredita-se que a correspondência mais importante, por descontraída e reveladora de aspectos de seu pensamento militar, era enviada ao seu irmão, Barão de Tocantins, quinhoeiro como ele do sucesso militar em Santa Luzia. Seu irmão, ao pressentir a morte, mandou queimar todos os seus papéis e com ele a correspondência recebida de Caxias.

Com a esposa, com quem mantinha confidências reveladoras de seu pensamento militar, a correspondência sumiu em grande parte. E pedia a ela:

“Não fale em cousas de guerra com outras pessoas para não colocarme em má posição, pela possibilidade de não conseguires transmitir com fidelidade o meu pensamento.”

Correspondia-se e confidenciava com sua irmã Carlota. A destruição deste acervo precioso impediu até o presente restabelecer o pensamento militar de Caxias, o que não aconteceu com o general Osório, que manteve sempre bem cuidado e junto de si seu precioso arquivo, hoje existente no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Arquivo que permitiu ao seu filho e a seu neto escreverem sua alentada biografia e dela ensaiarmos o seu pensamento militar na revista *CAVALARIA*, Curso de Cavalaria da AMAN, 1979 (Comemorativa do centenário de morte do general Osório).

Nos serões que alimentava em sua residência, quartéis gerais e em campanha, colheu e absorveu experiências alheias em Arte Militar por muitos anos. Era muito amigo de conversar após o jantar em campanha.

Esta característica se comprova no questionário que respondeu em 1854 ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro sobre a Batalha do Passo do Rosário de 20 de fevereiro de 1827, que não assistiu por estar guarnecendo Montevidéu, mas que reconstituiu e interpretou com apoio em conversas que teve com veteranos brasileiros, uruguaio e argentinos, de 1827 a 1852. Trabalho reproduzido pela *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul* em 1927 (alusivo ao centenário da Batalha do Passo do Rosário). É fonte a caracterizar seu pensamento militar, sintetizado em *O Guararapes*, n° 8, jan./mar., 1997.

Caxias, desde 1855 como presidente do Conselho de Ministros, recebia muitas cartas de brasileiros em missão cultural ou diplomática no exterior, relatando-lhe assuntos de interesse militar, como o demonstra Vilhena de Moraes em *Novos aspectos de Caxias*, já citado.

Esta parte é importante para se entender o Duque de Caxias, até hoje carente de uma biografia que abranja a sua multifacetada vida, obra de cidadão e soldado exponencial e providencial, para o Brasil e brasileiros.

E como referiu-se o marechal Castelo Branco em conferência no Centro Militar de Estudos de São Paulo, em 1949, ao abordar “Caxias, militar e político” e constante da obra *O Mal Castelo Branco e seu pensamento militar*. Rio de Janeiro: ECEME, 1969.

“[...] Um homem do porte de Caxias, que teve, em vida, a veneração e a injustiça, igualmente humanas, tem que ser projetado no plano da crítica. E aí sua figura avultará objetivamente. Trazê-lo para o nosso tempo como o estadista e o marechal do Brasil de hoje é fazer obra inconsistente. Cair-se-ia na idolatria, em vez de enaltecê-lo, o vulgarizaria...”

Uma das formas de acumulação de cultura em Arte e Ciência Militar de parte de Caxias foram as nove longas¹⁴ viagens por imposições profissionais, de segurança interna e externa do Brasil e, em especial, na Bacia do Rio da Prata, em uma luta interna e em três lutas externas, onde fez intenso intercâmbio de experiências militares com oficiais brasileiros, portugueses, espanhóis, argentinos, uruguaio e até alemães, em 1851-52, da Brigada Prussiana, os Brummer,¹⁵ contratada pelo Brasil para combater Oribe e Rosas.

A 1ª viagem foi Rio-Salvador e vice-versa, como ajudante do Batalhão do Imperador no combate na Guerra da Independência na Bahia (1822-23).

A 2ª viagem foi Rio-Montevideú e vice-versa, para defender esta praça no contexto da Guerra da Cisplatina (1825-28), da qual resultou a independência do Uruguai do Brasil, ao mesmo tempo que se evitou sua incorporação à Argentina. “Um algodão entre dois cristais.”

A 3ª viagem foi ao Rio Grande do Sul, em 1839, acompanhando o ministro da Guerra, no contexto da Revolução Farroupilha e onde teve início a grande amizade Caxias-Osório.

A 4ª viagem foi Rio-São Luiz e vice-versa, para pacificar a Balaiada, no Maranhão, onde tomou conhecimento e absorveu as realidades operacionais e culturais do Meio Norte, transição entre a Amazônia e o Nordeste.

A 5ª viagem foi em 1842, Rio-Sorocaba e vice-versa, para pacificar a Revolução Liberal de São Paulo. Ida por via marítima até Santos e retorno por terra, em parte pelo Caminho da Independência percorrido por D. Pedro I em 1822.

A 6ª viagem foi Rio-Porto da Estrela-Vassouras-Santa Luzia e vice-versa, a cavalo, para pacificar a Revolução Liberal de Minas Gerais em 1842. O trecho Rio-Porto da Estrela foi feito pela Baía de Guanabara, e o caminho era seu conhecido desde a infância, pois nascera na área de influência de Porto da Estrela.

A 7ª viagem foi de 1842-46, Rio-Rio Grande do Sul e vice-versa, para pacificar a Revolução Farroupilha e de onde retornou eleito pelos gaúchos senador vitalício. Percorreu então longamente a região da Campanha gaúcha, conhecimento valioso para o seu comando do Exército do Sul na Guerra contra Oribe e Rosas (1851-52).

A 8ª viagem foi em 1851-52, Rio-Porto Alegre-Santana-Colônia do Sacramento, com retorno por Colônia-Montevideú-Jaguarão, via lacustre no trecho Pelotas-Porto Alegre e depois Rio, para combater na Guerra contra Oribe e Rosas (1851-52).

A 9ª foi Rio-Porto Alegre-Uruguaiana em 1865, como Ajudante de Campo de D. Pedro II, para receber a rendição dos paraguaios que haviam tomado Uruguaiana. A 10ª viagem foi a de 1866-69, Rio-Montevideú-Assunção e vice-versa para combater Solano Lopes na Guerra do Paraguai, oportunidade que estiveram sob o seu comando em chefe oficiais argentinos e uruguaios, aliados.

Indiscutivelmente essas viagens enriqueceram sobretudo sua cultura em Arte e Ciência Militar na forma, repetimos, que a definiu Camões, o poeta soldado:

“A Disciplina Militar Prestante (Arte e Ciência Militar) não se aprende, senhores, na fantasia, senão vendo, tratando e pelejando.”

Demonstra o aprendizado da Arte e Ciência Militar por Caxias em suas viagens operacionais a sua interpretação sobre a batalha do Passo do Rosário, a seguir:

Em 20 de fevereiro de 1997, transcorreram os cento e setenta anos da Batalha de Passo do Rosário, que teve lugar próximo da atual cidade de Rosário do Sul. Foi a maior batalha campal travada no Brasil, na qual se enfrentaram forças terrestres do Brasil com forças terrestres argentinas e orientais (uruguaias), cujo resultado foi indeciso para uns, derrota brasileira para outros e vitória brasileira para outros tantos.

Essa batalha foi imortalizada na literatura gauchesca no antológico conto, com apoio na realidade, “O Anjo da Vitória”, do maior escritor regionalista gaúcho e um dos maiores do Brasil: J. Simões Lopes Neto.

No conto ele focaliza a morte em combate do legendário gaúcho marchal José de Abreu, personagem que impressionou vivamente o Barão do Rio Branco, que sobre este herói produziu estudo que o guindou a sócio do IHGB ainda muito moço. Conto que reproduziu na *História da 3ª Região Militar*, 1808-1957 e *Antecedentes* (P. Alegre: SENAI, 1995. v.l).

Em 28 de agosto de 1854, decorridos vinte e sete anos da batalha, o então Marquês de Caxias, eleito sócio honorário do IHGB desde 11 de maio de 1847, respondeu ao questionário de nove quesitos que lhe dirigira o secretário do IHGB, Dr. Joaquim Manoel de Macedo, o qual foi publicado pela *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*, em 1927, centenário da batalha.

Caxias, recém-egresso da vitoriosa campanha contra os ditadores Oribe e Rosas (1851-52), respondeu ao questionário com apoio em dados que colhera *in loco*, onde acampara por mais de quatro vezes e em depoimentos de vários oficiais brasileiros, argentinos e uruguaios que participaram da batalha (troca de experiências).

Sintetizando o seu pensamento de como interpretou a batalha:

“Os brasileiros dispunham de 5.007 homens (Cavalaria: 2.731 h, Infantaria: 2.036 h e Artilharia: 240 h). Os argentinos e orientais 10.517 homens (Cavalaria: 8.379 h, Infantaria: 1.538 h e Artilharia: 600 h). Não participaram da batalha 1.720 brasileiros (Brigada de Bento Manuel), o

que elevaria o efetivo brasileiro na batalha para 6.627, caso tivessem combatido.

O movimento inimigo, retrocedendo através do Passo do Rosário, foi estratégico e poderia ter sido previsto e, se não o foi, deve-se ao fato de não ter sido levado em conta que um exército invasor e superior não poderia fugir à perseguição de um inferior numericamente e nem abandonar as posições que ocupara, sem ter conquistado o objetivo a que viera. O campo em que o general Alvear esperou as tropas brasileiras, que marchavam às cegas e sem ter informações seguras acerca do inimigo, pôde por ele ser escolhido. E nele se exercitou por dois ou três dias, segundo ouvi de oficiais argentinos e uruguaios e inclusive do general Eugênio Garzon, que interroguei. (Comandou como coronel um batalhão de Infantaria dos quatro que combateram contra os brasileiros).

Os brasileiros surpreendidos tiveram de aceitar a batalha no terreno para onde foram atraídos. A posição do inimigo, de antemão escolhida, forçosamente deveria ser mais favorável do que a deixada para os brasileiros.

Mas, em abono a verdade, não foi a posição favorável ao inimigo que lhe favoreceu na batalha.

Se os brasileiros, logo que tivessem reconhecido o inimigo, mudassem a frente à direita, mais para cima, teriam anulado essa vantagem de posição, obrigando o inimigo a manobrar para vir combatê-lo e logo a seguir impedi-lo de adotar nova linha de batalha.

A surpresa impediu a reflexão (estudo da situação de conduta de combate). E tudo foi confusão ao se avistar o inimigo onde ele não era esperado.

O terreno ocupado pelo inimigo era mais próprio à Cavalaria do que à Infantaria e dominava o terreno ocupado pelos brasileiros, sendo assim mais favorável à sua Artilharia, superior à nossa, quantitativa e qualitativamente.

Havia entre os exércitos uma sanga sem água e que era um fosso enxuto que só dava passagem à Cavalaria em poucos lugares. E qualquer dos exércitos que a atravessasse teria a dupla desvantagem de desfilar à vista do outro, no ataque e na retirada em caso de insucesso.

O nosso general (Barbacena), não levando em conta as vantagens do inimigo em efetivo e posição, ordenou o ataque.

Adotou a Ofensiva, quando, julgo, deveria ter adotado a Defensiva e, assim, esperando o inimigo na posição que os brasileiros foram obriga-

dos a ocupar. Deste modo obrigariam o inimigo a atacar as tropas brasileiras e assim deixar a posição que vantajosamente ocupava.

As formações dos dois exércitos foram sempre paralelas. As tentativas de flanqueamento (desbordamento) só foram feitas com vantagem pelo inimigo, pois no início da batalha conseguiram tomar-nos as bagagens e as munições de reserva, só escapando as cavalcadas, que seus encarregados, sem ordens e por iniciativa, conduziram a salvo para São Gabriel.

As duas divisões de Infantaria brasileiras permaneceram nas posições e só as deixaram mediante ordens.

A batalha durou onze horas, mais ou menos. Durante este tempo as unidades sustentaram as posições que lhes foram designadas pelo general.

A retirada foi competentemente ordenada pelo general-em-chefe e muito bem aconselhada, na falta de reservas.

As de munições, tomadas no início da batalha; as de cavalcadas, evacuadas para São Gabriel, e as de tropas, que haviam sido engajadas na batalha, encontravam-se exaustas. Houve também ausência de 1.200 homens da melhor Cavalaria, ao mando do coronel Bento Manuel Ribeiro, destacada com o fim de observar o inimigo e com ordem de se reunir ao Exército logo que ouvisse os primeiros tiros, o que não cumpriu, não obstante ter ouvido os estrondos da Artilharia inimiga. E, antes, retirou-se para mais longe, supondo o nosso Exército perdido.

É opinião geral de todos os oficiais práticos da natureza da guerra (Guerra à gaúcha, vide nosso artigo no mensário *Tradição*, Porto Alegre, jan. 1996) que se faz nos campos do Sul de que os brasileiros não deveriam ter perseguido o inimigo que se retirava da frente do nosso. Não pelo receio de combater, por ser ele superior em forças, mas por estratégia.

A distância do coronel Bento Manuel quando teve início a batalha não passava de seis léguas castelhanas. As baixas brasileiras foram mais de 200 e as argentinas e orientais em mais de 1.000 (foram baixas da Cavalaria contra os quadrados da Divisão do general Crisóstomo Calado).

Fez bem o Marquês de Barbacena em ordenar a Retirada em direção a São Sepé, em razão de os brasileiros estarem com falta de munição logo no início da batalha, a Cavalaria quase inutilizada depois de onze horas de batalha e no mesmo estado os muars da nossa Artilharia.

Seria impossível ao Marquês de Barbacena tentar outra vez a sorte das armas enquanto não pudesse se refazer de munições e cavalcadas.”

Essa abordagem inédita e inexplorada do Duque de Caxias em estudos sobre a batalha está a sugerir que ela seja analisada à luz das seguintes obras, entre outras: *A Batalha do Passo do Rosário*, do general Tasso Fragoço; *A Batalha de Ituízangó*, do tenente-coronel Henrique O. Wiedersphan; e os nossos estudos comemorativos do sesquicentenário da batalha, publicados em *A Defesa Nacional* n° 672/ano 1977 e 680/ano 1978, sob os títulos: “Os fatores da Decisão Militar na Batalha do Passo do Rosário” e “Marchas estratégicas dos exércitos para a Batalha do Passo do Rosário”. Trabalho ora por nós publicado mais amplo sob o título *2002 – Os 175 anos da Batalha do Passo do Rosário*. Porto Alegre: Genesis, 2003. Assim, se estaria dando consequência ao abalizado pensamento do marechal Ferdinand Foch, o comandante da Vitória Aliada na I Guerra Mundial:

“Para alimentar o cérebro (comando) de um exército na paz, para melhor prepará-lo para a eventualidade indesejável de uma guerra, não existe livro mais fecundo em lições e meditações do que o da História Militar.”

E, indiscutivelmente, Caxias, vinte anos decorridos da batalha a estudou sem nela haver participado, como o comprova sua análise, um dos raros documentos em que expõe seu pensamento militar.

O general Eugênio Garzon, veterano de Passo do Rosário, comandou o Exército do Uruguai, e Caxias o do Brasil na Guerra contra Oribe e Rosas, onde consolidaram grande amizade, inclusive nos acampamentos onde aparecia vez por outra Ângela Garzón, que em solteira fora namorada de Caxias em Montevideu e que se casou com Garzon quando Caxias retornou ao Brasil. Mas esse é outro assunto tratado em aspectos humanos de Caxias, neste trabalho.

Aspectos da personalidade do Duque de Caxias

Oliveira Vianna ensaiou em artigo “Temperamento de Caxias”,¹⁶ aspectos da personalidade do Duque de Caxias que podem ser assim sintetizados:

“Possuidor de inteligência realista de homem de ação. Tudo nele era lucidez, precisão, justeza, objetividade e imaginação concreta e realista. Refratário a sonhos, fantasias e a planejar sobre irrealidades. Considerava as coisas como as coisas eram. Suas qualidades de estadista o levariam a ter sucesso em qualquer atividade que viesse a se dedicar.

Possuía um temperamento equilibrado e sólido, calmo e saudável de nervos. Possuía emotividade controlada, sem exageros ou desequilíbrios afetivos de qualquer espécie. Seria um ciclotímico. Uma personalidade feita de equilíbrio, força, indulgência e calma, nobreza e magnanimidade.

Não lhe faltava coragem física, que até lhe sobrava, mas que a usava calculadamente no momento exato, como aconteceu em Itororó. Possuía visão clara da natureza humana e o dom de perceber as qualidades dos líderes que enfrentara ou das populações que se propunha pacificar ou em seu seio exercer comandos.

Possuía a intuição apreendida de um psicólogo realista, com a compreensão exata da psicologia dos grupos (dir-se-ia hoje ser possuidor de elevado índice de inteligência emocional, ou o homem que era inteligente e vivia com inteligência, qualidades que nem sempre andam de braços dados).

Calma, objetiva e lúcida, a sua inteligência percebia tudo. Nenhum detalhe escapava ao seu senso observador. Caxias, tendo tudo nas mãos e podendo ser tudo, foi o mais modesto dos heróis, o mais obediente dos cidadãos. Salvaram-no e salvaram os brasileiros as qualidades fundamentais de sua personalidade que lhe conferiram por um lado a calma, a indulgência, a magnanimidade e por outro lado a desambição, o desprendimento, ausência de amor-próprio e de vaidade, pois estudando-se Caxias chega-se à conclusão de que não houve ninguém mais desprovido de vaidade, ambição e sede de poder.”

Segundo o general médico Olyntho Pillar,¹⁷ biógrafo de Caxias em obra mais acessível:

“Caxias foi militar íntegro, estadista modelar, sem jamais haver revelado a mínima ambição pelas invulgares honrarias que lhe foram concedidas por seus reais méritos. As sumas dignidades que conquistou e os mais altos postos da hierarquia a que ascende não alteraram a formação magnífica de homem probo, sereno, bravo, bondoso, altivo, justo, crente, patriota, educado, esposo e pai amantíssimo como havia sido filho dedicado e respeitador.”

Para seu outro biógrafo, Paulo Matos Peixoto:¹⁸

“Caxias não possuía um temperamento frio, mas comedido. Não era um emotivo, mas sensível às emoções que sabia dominar. Não era arrogante, mas mantinha, em qualquer circunstância, a dignidade da postura e a reserva de comportamento. Era calmo, tranquilo, sereno, mas possuía a eloquência dos gestos e das palavras nos momentos especiais.”

O capitão Eduardo Sílber, mercenário prussiano a serviço do Brasil na Guerra contra Oribe e Rosas (1851-52), assim criticou Caxias em livro que escreveu na Alemanha, mas que, dentro da Democracia Étnica Brasileira, que ele classificou de “repugnante mistura de raças”, vale por um elogio, conforme referimos à sua obra ao abordá-lo:¹⁹

“Depois que o Conde de Caxias se despediu em Jaguarão de seus companheiros e amigos, negros, brunos (mulatos) e amarelos seguiu viagem para Pelotas em vapor.”

Como chefe militar assim se refletia sua liderança militar segundo depoimentos:

De seu adversário político, o senador Zacharias de Góes e Vasconcellos, ao propor ao Gabinete Liberal de 3 agosto que presidia de nomear-se Caxias comandante em chefe depois do desastre de Curupaiti:

“O nobre Marquês de Caxias... sobretudo por sua maneira de ser (personalidade) possui o dom de cativar a vontade dos militares. Onde ele domina (comanda) desaparece a intriga entre os chefes. A sua nomeação torna-se imprescindível.”

Pouco tempo depois, o mesmo senador Zacharias, em discurso de 18 de junho de 1868 no Senado, ao comentar a atuação de Caxias no Paraguai diz a certa altura:

“O nobre Marquês de Caxias teve o grande mérito de sopitar todas as intrigas (na guerra). Foi um grande serviço que prestou ao Brasil!”

Já ao assumir o comando no combate à Revolução Farrroupilha conseguiu igual efeito com sua liderança incontestada, fazendo cessar disputas e intrigas entre os comandantes.

Um efeito de sua liderança sobre a tropa relatou Dionizio Cerqueira em suas *Reminiscências da Guerra do Paraguai*, testemunha presencial da atuação de Caxias na conquista da ponte de Itororó:

“Quando (Caxias) passava no seu uniforme de Marechal de Exército, ereto e elegante, apesar da idade, todos nós nos perfilávamos reverentes e cheios de fé. Não era somente respeito em razão de sua alta posição hierárquica. Havia mais a veneração religiosa e a admiração sem limites. Ele poderia fazer dos seus soldados o que quisesse, desde um herói até um mártir. Por isso quando ele passou pela frente do 16 (de Infantaria), com as faces incendidas e a espada curva desembainhada, foi preciso o nosso comandante comandar – Firme! – para que não o seguissemos todos.”

Caxias não cortejava a popularidade, mas conseguia ser adorado por seus soldados.

Segundo o general Goes Monteiro, então ministro da Guerra, em artigo “Caxias, comandante em chefe”, *Revista Militar Brasileira*. Ago. 1936 (p. 270):

“Caxias como chefe sabia granjear a afeição de seus soldados, dando-lhes em todas as ocasiões provas inconfundíveis do interesse que lhes votava. E assim ele ganhava as almas para os combates pela Pátria!”

Foi consagrado na mídia nacional e seguramente na mídia internacional como sinônimo de honradez e espírito público na novela *O Rei do Gado*, por meio do senador Caxias, escrita por Benedito Rui Barbosa.

O quadro de circunstâncias dos tempos de Caxias

Caxias, ao nascer, em 1803, estavam no auge as campanhas de Napoleão, um dos maiores generais de todos os tempos, o qual, no ano seguinte, colocaria em sua cabeça a coroa de imperador da França. E no Brasil, sob a liderança do 13º vice-rei, Conde de Resende, que havia fundado a Real Academia de Artilharia, Fortificação e Desenho, em 1792, sob a égide do príncipe D. João (destinada a formar oficiais de Infantaria, Cavalaria, Artilharia e de Engenheiros), havia sido travada a Guerra de 1801, que recuperou territórios que o Tratado de Madrid havia destinado a Portugal no Rio Grande, os Sete Povos etc., e ainda no sul de Mato Grosso.

O avô de Caxias havia chegado ao Brasil em 1783, como capitão. No nascimento do neto era tenente-coronel. Seu pai, o capitão Francisco Lima e Silva, tinha 18 anos.

Na chegada da Família Real ao Brasil, Caxias tinha 5 anos, e o Rio Grande do Sul, que presidiria duas vezes, pacificaria e representaria por trinta anos no Senado, há pouco havia sido promovido à capitania independente do Rio de Janeiro. Foi nessa ocasião que foi declarado cadete, por suas raízes militares.

Tinha 7 anos quando da criação da Academia Real Militar por D. João, que potencializou, no mesmo local, a Casa do Trem, a pré-existente Real Academia, tornando-a, em vez de Real Academia Militar do Vice Reino

do Brasil, Academia Militar de todo o Reino de Portugal, agora sediado no Brasil.

Tinha 12 anos quando da elevação do Brasil ao *status* de Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarve. E, de 1808 a 1815, viveu numa família de soldados próximos do poder, ouvindo os comentários sobre as campanhas de Napoleão, uma ameaça potencial ao Brasil.

Estava longe de imaginar que os espadins dos cadetes, miniatura de sua espada invicta, graças aos empenhos do então coronel José Pessoa, inspiraram-se nos espadins dos cadetes de Saint Cyr, miniaturas da espada de Napoleão.

De 1811 a 1815, dos 8 aos 12 anos, Caxias menino acompanhou a construção do Quartel do Campo de Santana que, em breve, iria abrigar a Infantaria da Corte, os atuais Batalhão Sampaio e Batalhão Escola. Sítio histórico que hoje se transformou no Palácio Duque de Caxias, tão ligado à carreira brilhante daquele menino que residia próximo, na rua das Violas, entre as atuais Floriano Peixoto e Av. Presidente Vargas. Sítio histórico que focalizamos pioneiramente em textos e gravuras na obra: *Quartéis gerais das Forças Armadas do Brasil*. Rio de Janeiro: FHE-POU-PEX, 1989.

Em 1820, aos 17 anos, cursando a Real Academia Militar do Largo do São Francisco, testemunhou a transformação da monarquia absoluta de Portugal em monarquia constitucional, a qual iria servir exemplarmente. Agora não mais absoluta, mas sob a égide da Soberania Popular e trazendo em seu bojo, qual um Cavalo de Troia, um perigo potencial de quebra da Unidade e Integridade do Brasil e, além disso, um retrocesso de retornar ao *status* de colônia, depois de haver sido por doze anos sede do Reino de Portugal e cinco com *status* de Reino.

A constitucionalização de Portugal provocou, na euforia, algumas revoltas no Brasil:

Em 1º de janeiro de 1821, um brasileiro aluno de Coimbra conseguiu em Belém apoio da tropa para formar um novo governo. Em 10 de fevereiro de 1821 a luta pró-constitucionalização provocou confrontos com mortes entre civis e tropa.

Em 26 de fevereiro de 1821, na atual praça Tiradentes, no Rio, tropa e povo reunidos sob a liderança do brigadeiro do Exército Francisco Joaquim Carreti pressionaram D. João VI, que aprovou a Constituição por antecipação.

Em Porto Alegre, em 21 de abril de 1821, houve um motim do 9º Batalhão de Caçadores, pró-juramento da Constituição de Portugal. Foi reprimido pelo governador marechal Manoel Marques de Souza.

Este, por suas posições pró-Independência, foi arrancado do Rio Grande e mandado sob escolta para o Rio por seu substituto, o brigadeiro Saldanha e Daun, neto do Marquês de Pombal e afilhado de D. João VI. O velho e valoroso fronteiro faleceu no Rio um ano após o motim, na casa de seu genro marechal Oliveira Álvares; este seu amigo marechal Xavier Curado seriam os fiadores do Dia do Fico.

O ambiente pró-constitucionalização e independência no Rio Grande do Sul era muito forte. O brigadeiro Saldanha e Daun foi destituído e enviado sob escolta para o Rio.

Em Santos, em 28 de junho e 6 de julho de 1821, o 10º Batalhão de Caçadores, apontando diferenças entre os soldados portugueses e brasileiros e denunciando dificuldades na vida fora e dentro do quartel, no que passou à tradição santista como “Motim da Fome”, foi palco de desmandos de amotinados, com severa repressão.

Em Goiana e Recife, suas juntas, com jurisdições sobre imensas áreas de Pernambuco, entraram em conflito. Goiana, defendendo a bandeira nativista da Independência, em 1º de junho de 1821 aclamou D. Pedro regente. Tiveram lugar choques armados entre as duas juntas em Olinda, a 21 de julho e 21 de setembro, e em Recife, em 29 de setembro e 1º de outubro, tudo em 1821. Os independentistas levaram quase sempre a pior nos combates.

A repercussão da Constituição do Porto chegou à região aurífera de Minas no início de 1822, onde um negro rico, Argoim, líder carismático, concitou os escravos em face à Constituição, dizendo que agora eram iguais aos brancos, e incitou-os a que fosse dada caça aos brancos e negros que os haviam oprimido. E passaram a matar sem compaixão quem não aderisse, em especial negros, que em grande número foram encontrados mortos na serra das Esmeraldas e nos Campos de Água Suja. Conseguiram a adesão de dois regimentos de Cavalaria Auxiliar de Serro Frio. Foram combatidos e desbaratados, segundo Hernani Donato em *Dicionário das Batalhas Brasileiras*. São Paulo: IBRASA, 1987, que inventariou expressivamente lutas de intensidades e motivações variadas no Brasil.

Em Salvador, em 18, 19 e 20 de fevereiro de 1822 tiveram lugar os motins do brigadeiro Manuel Pedro de Freitas Guimarães, liderando militares brasileiros, e do brigadeiro Madeira de Melo, comandante das Ar-

mas, liderando militares portugueses. Os conflitos de inspiração nativista provocaram cerca de 200 baixas e entre elas a morte da abadessa soror Joana Angélica.

O brigadeiro Manoel Pedro, se, em vez de recolher-se ao forte São Pedro, tivesse ido liderar os confrontos nas ruas, talvez o 2 de julho de 1823 tivesse sido antecipado e ele não teria sido remetido preso para Portugal.

E de tudo isto chegavam informações ao tenente Luiz Alves, na Academia Real do Largo do São Francisco e de como a maioria dos brasileiros julgava necessária e mesmo impositiva a separação do Brasil de Portugal, para assegurar direitos adquiridos e proteger interesses brasileiros futuros.

Caxias, junto ao pai e tios nascidos no Brasil, tornou-se um entusiasta da causa da Independência, um anseio popular generalizado. As agitações consequentes o levaram a deixar a Real Academia Militar em dezembro de 1821, indo para a tropa, para o atual Batalhão Sampaio, então aquartelado no local do atual Palácio Duque de Caxias, onde foi colhido pela Independência, fazendo parte do esquema de defesa da consolidação da mesma.

Para fazer face à resistência à Independência na Bahia, foi organizado o Batalhão do Imperador, ao comando e subcomando de seus tios – os futuros Visconde de Magé e Barão de Suruí – e ele, Caxias, como ajudante do Batalhão.

Seu pai permaneceu no esquema de segurança da Corte, sendo enviado em 1824 para combater a Confederação do Equador em Pernambuco, de inspiração republicana.

E foi nesse contexto de Independência, sem ameaças à Unidade e Integridade da novel Monarquia Brasileira, constitucional a partir de 1824, é que emergiu Caxias, 1º porta bandeira da 1ª Bandeira do Brasil Independente e combatente orgulhoso pela consolidação da Independência na Bahia, em 2 de julho de 1823. Isso constituiu sempre o seu maior orgulho!

Passadas as borrascas de ameaças à Integridade e à Unidade do Brasil com a Independência, mas ainda sob fortes pressões em função de dificuldades econômicas e financeiras e sociais, novas ameaças pairaram sobre o Brasil, agora de desmembramento do seu território e de sua alma. Ameaças motivadas por abusos despóticos, anseios restauradores de D. Pedro I, influências portuguesas nos governos provinciais e nacional, exaltação liberal, por vezes imprudente, e republicanismos, como efeitos

colaterais dos ideais das repúblicas francesa, americana e sul-americanas, na única Monarquia das Américas, quando ela dava seus primeiros e muito dificultosos passos.

Nesse contexto, Caxias se agigantou, como o Pacificador e preservador da Unidade e Integridade da Monarquia Constitucional Brasileira, no seu entender o mais oportuno e melhor remédio para assegurar a Unidade do Brasil que, milagrosamente, a língua portuguesa e a fé católica haviam assegurado. E ao trono monárquico constitucional e moderador estaria reservado este papel aglutinador da alma brasileira.

Circunstância de relevo na vida de Caxias foi a grande influência no poder de seu pai e tios. Seu pai, depois de combater a Confederação do Equador em 1824 em Pernambuco, passou a ter grande influência no poder central. Comandou as Armas de São Paulo (atual 2ª RM) de 5 de outubro de 1828 a 5 de novembro de 1829, por quatorze meses. De 5 de dezembro de 1829 a 9 de dezembro de 1830, por um ano, comandou interinamente as Armas da Corte e do Rio de Janeiro (atual 1ª RM). Retornou ao Comando das Armas de São Paulo de 9 de dezembro de 1830 a 19 de março de 1831, por mais de três meses, quando retornou ao comando das Armas da Corte como efetivo, onde foi encontrá-lo a abdicação imposta a D. Pedro I e que lhe coube comunicar ao imperador.

A partir daí integrou a Regência ou a Chefia do Governo do Brasil por mais de quatro anos, até 12 de outubro de 1835, depois de vinte e dois dias do estouro da Revolução Farroupilha, a qual seu irmão caçula, o major João Manoel Lima e Silva aderiu e, proclamada a República Rio-grandense, foi o primeiro general por ela promovido, sendo mais tarde assassinado em São Borja em 1837, conforme o biografamos sinteticamente em *O Exército Farrapo e os seus chefes*, v.l.

Ao deixar o comando das Armas em 7 de abril de 1831, o brigadeiro Lima e Silva passou este comando a seu irmão, o então brigadeiro José Joaquim, que comandara o Batalhão do Imperador e o Exército Libertador da Bahia em 2 de julho de 1823.

O seu irmão, coronel Manoel Fonseca Lima e Silva, liberal, tomou parte no pronunciamento pró-abdicação em 6 de abril no Campo de Santana e, adotada a Regência, prestou todo o apoio a ela e ao Partido Liberal Moderado. Foi ministro da Guerra de 16 de julho de 1831 a 3 de agosto de 1832, função que reassumiu em 14 de outubro de 1835, juntamente com o da Marinha, até 1º de novembro de 1836, quando passou a ser ministro do Império, até 24 de abril de 1837.

Mais tarde, foi presidente e comandante das Armas de São Paulo, de 9 de maio de 1844 a 30 de outubro de 1847, por mais de três anos. Nessa ocasião encaminhou, com seu sobrinho Caxias presidindo o Rio Grande, um novo caminho de tropas São Paulo-Rio Grande do Sul para que, em caso de emergência, pudesse o Brasil colocar efetivos militares na fronteira com a Argentina, onde as relações com o ditador Rosas estavam em deterioração progressiva, conforme nosso artigo “Retalhos e raízes de Nonoai”. *Diário da Manhã*, Passo Fundo, 21 de outubro de 1995 (Publicado também no mensário *Tradição* do MTG, 1995).

Em 1852, tenente-general, foi nomeado conselheiro de Guerra. Em 1857 foi o primeiro a ocupar o cargo de Ajudante General criado por seu sobrinho Caxias, então ministro da Guerra e chefe do Gabinete de Ministros.

Essas circunstâncias familiares foram importantes na vida de Caxias. O seu casamento foi um evento social de relevo, pois era o do filho do chefe do Governo do Brasil, o brigadeiro Francisco Lima e Silva, então regente sozinho (Regência Una). Seu casamento com uma moça rica lhe proporcionou, como militar, uma situação patrimonial tranquila.

Nesse tempo que mediou de 1832 a 1839, coube a Caxias organizar e comandar o Corpo de Guardas Permanentes, aquartelados no local do atual QG da Polícia Militar no Rio, e assegurar, por medidas preventivas adequadas e oportunas, a tranquilidade e a ordem na Corte.

E tal foi a repercussão de seu brilhante comando que, após deixá-lo para sua ação pacificadora, o Rio de Janeiro por muitos anos desfrutou de paz e tranquilidade, só perturbadas pelo Motim do Vintém, em 4 de janeiro de 1880, quando Caxias estava recolhido havia mais de ano em Santa Mônica. Motim de protesto pela cobrança de imposto do vintém (20 réis) em passagens de trens e bondes, que foi suspenso face ao protesto. Foram cerca de quarenta e oito anos de tranquilidade na cidade do Rio, quadro bem diverso do atual.

A pacificação da Família Brasileira em Ponche Verde o obrigou a entrar na política como senador pelo Rio Grande do Sul, fato explicável no alto nível estratégico em que ocorreu sua ação pacificadora e iria ocorrer sua ação de comando das forças do Brasil nas lutas externas e no exercício das funções de conselheiro de Guerra e de Estado.

O destacado pensador militar brasileiro e biógrafo do general Osório, coronel J.B Magalhães, assim apreciou a atuação de Caxias no quadro circunstancial que vivenciou:²⁰

“Caxias, esteio do Império, atuou como força de consolidação da Unidade Nacional, mas agindo sempre, embora por vezes com sobrançeria, com benevolência, equanimidade e calma, respeitando, estimando e acalentando os valores reais de seus companheiros do Exército, embora às vezes seus adversários em política. Não se lhe conhecem mesquinhas. Nenhum exemplo a este respeito nos é mais edificante que o de suas relações com o general Osório, o que assinala a superioridade de seu critério. Adversários políticos de tal modo conjugaram suas ações militares, em completo entendimento, com vistas à satisfação dos interesses da Pátria que, a partir de seu encontro no Sul (1839) na Guerra dos Farrapos, é difícil apreciar os acontecimentos militares sem os encontrar juntos, confiantes um no outro, apoiando-se reciprocamente. Caxias, o Chefe, e Osório, o próprio Exército, em guarda na defesa da fronteira.”

Caxias foi o líder de batalha e Osório o líder de combate e ambos líderes de ações complementares.

No panorama nacional, Caxias foi modelo de Chefe Militar, consciente de seus deveres profissionais e de sua função histórica, de qualidade sadia, que nem em todas as pátrias se encontra. Serviu essencialmente à ordem, quando esta foi a necessidade vital da sobrevivência nacional. Com isto se fez personagem militar vultosa da História do Brasil e em especial entre 7 de abril de 1831 e o término da Guerra do Paraguai.

Para melhor tirarem-se as lições que sua vida e obra sugerem, é impositivo vê-las no seu tempo histórico, pois segundo Madame Staël, ninguém resiste às influências ou às circunstâncias de seus tempos.

“Tudo porém será inócuo se do estudo de sua vida e obra não resultarem de fato efeitos culturais e condicionamentos efetivos dos que estão vivendo.”

E em especial dos que estão aprendendo com seus exemplos nas escolas do nosso Exército e alhures. “Pois quem não conhece a História corre o risco de repeti-la”, o que é lamentável, no tocante aos erros já praticados e desconhecidos. (J. B. Magalhães. *Osório*.)

Não pode ser esquecida outra circunstância de Caxias. Era católico de fé robusta e viveu toda a sua vida com a Igreja unida ao Estado e ambos influenciando-se reciprocamente. Em campanha não se separava de seu altar portátil que hoje é patrimônio do Museu do Mosteiro Santo Antônio no Largo da Carioca.

E assim suas devoções e fidelidades se voltavam para Cristo e para Nossa Senhora da Conceição, padroeira do seu Exército, para a Monarquia Brasileira e seu imperador, aos quais procurava servir modelarmente e, assim, à sua família.

O Regulamento de Ensino do Exército de 1874, que consagrou o bacharelismo militar, um lamentável equívoco registrado por chefes que liderariam a Reforma Militar e que perdeu por mais de trinta anos, foi baixado quando ele estava fora do Governo e próximo do final de seus dias.

Ao nascer Caxias, o Brasil vivia o regime de Escravidão negra, cuja redenção em 1888 muito se deveu à recusa do Exército, por meio do Clube Militar, de perseguir negros fugidos, o que equivaleu à abolição de fato, formalizada em 13 de maio de 1888 pela princesa Isabel.

Mas Caxias contribuiu para a vitória final nesta batalha pela Paz Social. Em 1º de março de 1845, em Ponche Verde, tornou-se pioneiro abolicionista ao assegurar liberdade para os lanceiros negros farrapos, mediante um artifício: incorporando-os à Cavalaria Ligeira do Exército no Rio Grande do Sul, conforme abordamos em artigo “Caxias, pioneiro abolicionista em Ponche Verde”. *Estado de São Paulo*. São Paulo, 22 jun. 1988 e em outras publicações relacionadas na bibliografia, ao final.

Era seu neto político o senador Euzébio de Queiroz, autor da lei que aboliu o Tráfico de Escravos no Brasil em 1850. E foi Caxias um entusiasmado signatário da Lei do Ventre Livre, defendida por seu amigo e compadre Visconde do Rio Branco. Maiores detalhes, consultar o nosso artigo, retrospecto do negro no Exército ou nas Forças Terrestres Brasileiras (FTB) que o antecederam: “O Exército e a Abolição”. *A Defesa Nacional*, nº 743, maio/jun. 1989. p.109.

Sua formação disciplinar foi sob o draconiano Regulamento Disciplinar do Conde de Lippe, que previa punições rigorosas em seus Artigos de Guerra que reproduzimos em: *O Exército na Proclamação da República*. Rio de Janeiro: SENAI, 1989 (lançado na ECEME).

Em 1862, Caxias conseguiu substituí-lo pelo Regulamento Correcional das Transgressões Disciplinares, origem do Regulamento Disciplinar do Exército (RDE) e adotar novo Código Penal Militar.

Antes, preocupado com a violência dos castigos a pranchaços de espadas e não podendo aboli-los, por serem regulamentares, ordenou ao Arsenal de Guerra que fabricasse espadas especiais para tais castigos, segundo modelo que forneceu.

“Por mais apropriadas e menos prejudiciais à saúde do paciente, para ao menos atenuar suas consequências, tanto quando possíveis, sem torná-lo ilusório, até que outras disposições substituam os regulamentos que os estabeleceram.”

Esse castigo era mais dissuasor de indisciplinas potenciais. Sabe-se que na Guerra do Paraguai foi aplicado duas vezes, segundo o general Paula Cidade. A primeira para castigar um soldado que se insubordinou com o general Osório, ao ponto de puxar-lhe a espada, ameaçador. A segunda para castigar um soldado que matara um velhinho paraguaio para roubar-lhe um cordeirinho.

Esses castigos respondiam às circunstâncias da época. Na Marinha Mundial por exemplo, em certa época, um marinheiro que atentasse contra a vida de seu comandante tinha cortada uma mão. Daí a figura dos piratas usando ganchos no lugar da mão cortada. Quem matasse um companheiro era jogado ao mar vivo, amarrado no corpo do morto. Não fora assim, não se teriam conseguido guarnições à força para os navios daqueles tempos, obrigando-os a trabalhar, conforme o cinema tem retratado.

“Eu sou eu e as minhas circunstâncias”, definiu Ortega y Gasset. Estas foram parte das circunstâncias vividas pelo Duque de Caxias em seus tempos.

Alguns aspectos humanos da figura do Duque de Caxias

Numa pequena amostragem exemplificaremos aspectos da figura humana de Caxias.

Seu casamento foi contrariado pela mãe da noiva pela seguinte razão: o sogro de Caxias fora uma espécie de prefeito do Rio. Defronte à sua residência, que se situava na esquina fronteira ao canto da atual Praça da República, próximo ao Hospital Souza Aguiar, havia construído um belo jardim público de que muito se orgulhava. A necessidade de exercitar o Batalhão do Imperador para a guerra da Independência na Bahia determinou a transformação do jardim público em campo de instrução, tarefa em que se envolvera o tenente ajudante do Batalhão do Imperador, o mais tarde Duque de Caxias. Este fato teria desgostado o pai de sua futura esposa que “teria morrido (*sic*)” em consequência de mágoas pela destruição do jardim público, por necessidade imperiosa de adestramento militar.

E Caxias simbolizava um destruidor do jardim público, para servir à defesa nacional numa emergência. Sua futura esposa tinha então cerca de 7 anos.

Mas casaram-se e tiveram uma união muito feliz e de muito amor, conforme o demonstrou o seu biógrafo Dr. Vilhena de Moraes e de que aqui se darão amostras documentais, com apoios em seus biógrafos Vilhena de Moraes, Osvaldo Orico e Affonso de Carvalho.

Escreveu à sua Anica, do Maranhão, em 10 de agosto de 1840:

“Meu bem! Esta foi escrita às 11 horas da noite em uma barraca de palha em que eu estou morando. Tal é o cuidado que me dás e o amor que te tenho que, cheio de trabalhos, me não esqueço de ti .

Dá um beijo nos meus anjinhos e saudades a todos de casa. Sou só teu. Luiz.”

Às preocupações da esposa pela possibilidade de ser atingido por balas ele respondeu:

“Sou fatalista, desprezo e sempre desprezei a morte, porque sei que nada se pode fazer senão o que Deus for servido. E tanto se morre no meio de balas e dos pântanos, como em boas cidades.”

Pacificando a Revolução Liberal em Minas Gerais em 1842, escreveu à esposa:

“Creio que os rebeldes não se baterão comigo, a quem disseram que iriam quebrar o encanto. Dá saudades as nossas filhinhas, para quem tenho umas bonecas de pedra (sabão) feitas aqui.”

Ao pacificar São Paulo, Caxias mandou-lhe a quantia de 200 mil réis, que equivalia a um mês de seu soldo de brigadeiro, para que ela comprasse um vestido bonito para juntos irem no primeiro baile que tivesse lugar na Corte e que foi transcrito na sua Cronologia.

Durante a Revolução Farroupilha, em 2 de abril de 1844, do Acampamento da Guarda Velha de Santa Maria, em marcha sobre Bagé, escreveu-lhe algumas considerações acerca de sua missão:

“Meu bem, para evitar que os rebeldes do Rio, que são piores que os daqui, possam espalhar alguma notícia que possa afligir-te.” E mais adiante: “Eu estou bem e sempre atrás dos farrapos que passam e repassam para o Estado Oriental (Uruguai), mais rápido que eu mudo de camisa. Não creias em mentiras que por aí se espalham sobre o poder deles.” E entra no assunto pessoal:

“Bem me tenho lembrado de que depois de amanhã é o dia de visitação das igrejas e que não as irá visitar por eu não estar aí, o que bem me penaliza (causa pesar). Li nos jornais a chegada aí na Corte de uma Companhia Italiana de Canto. Como não terá você pena de não poder ir ao teatro. Eu lhe prometo que, ao aí chegar, tomarei um camarote efetivo para as peças e lhe prometo não saio mais do Rio, custe o que custar! Saudades à sua mãe e beijos às nossas filhinhas. Seu marido que a adora – Luiz.”

Do Paraguai escreveu à sua Anica, reafirmando-lhe o seu imenso amor:

“Eu tenho o coração maior do que o mundo. Tu bem sabes. E nele só tu cabes! Que te parece? Até estou poeta!”

A interpretação fica a cargo do leitor. Caxias sairia ainda do Rio para as lutas externas de 1851 a 1852 e 1866 a 1869. Ao retornar vitorioso do

Paraguai, a única pessoa que o esperava no porto era a sua Anica. Nenhum representante do Governo, fato muito conhecido!

Ao falecer sua esposa, agradecendo os votos de pêsames enviados por seu genro Visconde de Ururay de Quissamã (Macaé), escreveu-lhe:

“Meu Manoel Carneiro!

Recebi sua carta de 29 março, e lhe agradeço o sentimento que mostra pela prematura morte de minha idolatrada mulher. Sem dúvida ainda na minha longa vida não havia sentido dor maior! Parece que ainda sinto o aguçado punhal cravado em meu coração!!! Altos destinos da Providência Divina! Ela está no céu, sem dúvida, pois que é o derradeiro dos anjos e não neste mundo infame de enganos e ilusões.

Diga à minha pobre filha (Ana de Loreto) que sua mãe não se esquecia dela um só instante e que repetiu o seu nome e o de Aniquita poucos instantes antes de perder a vida.

Resta-me a única consolação de que nada lhe faltou. Pois cinco médicos a viram. Dois de um sistema e três de outro, mas o mal era de morte, e seus dias estavam contados.... e eu só fiquei para chorá-la....

Peço-lhe que agradeça a seus manos, cunhados e Exma. Sra. viscondessa, os pêsames que me enviaram e me desculpo por não lhes responder agora, pois ainda estou atordoado com o golpe que sofri e nem sei o que escrevo.

Logo que Aniquita (Ana de Loreto) esteja desembaraçada, espero que venham, pois não desejo morrer sem abraçar meus filhos e meus netos.

Seu sogro que muito o estima – Luiz.”

À dama do Paço D. Maria José de Siqueira, amiga íntima, prima e comadre de sua Anica, ele escreveu em 20 de abril de 1874:

“Minha estimável comadre e senhora.

Entre os papéis da minha adorada Anica, encontrei uma nota em que ela tinha escrito, por sua letra, que pretendia deixar, como sinal de lembrança, à sua prima e comadre Maria José, os seus brincos de esmeraldas e brilhantes.

Minha comadre sabe que a vontade desse Anjo de bondade tem força de Decreto para mim que tanto a amava, por isso aí vão os brincos. Lhe peço que os aceite como presente da sua íntima amiga, que Deus levou para o Céu, deixando-me só neste mundo para chorá-la.

Não os vou entregar pessoalmente como devia, porque sou um covarde, e não me animo para isso.

Seu compadre que muito a estima.

Ass.: Duque de Caxias.”

Caxias, segundo testemunhos de parentes²¹ residentes em Quissamã-Macaé, em 1955, tratava a esposa de Meu Bem, Minha idolatrada mulher e no final de seus dias Minha querida duquesa ou Minha duquesa, e por Anica na intimidade. Suas filhas, tratava de Anicota e Aniquinha e seu filho Luiz, enquanto viveu, tratava e era tratado de cadete ou cadete Luizinho e Luizinho, em família. Na intimidade, Caxias era tratado de Luiz e assim assinava suas cartas.

Em 1876, chefe do Governo do Brasil pela 3ª e última vez escreveu a um amigo:

“Vivo agora muito triste depois do golpe que sofri com a morte da minha duquesa, a quem eu amava muito e hoje só desejo ir para onde Deus a levou.”

Era um bom cavaleiro. Fora instrutor de equitação de D. Pedro II e seu Ajudante de Campo. O cavalo douradilho que montava no seu crítico momento em Itororó o trouxera do Paraguai e o mantinha em cocheira na Tijuca e, segundo Vilhena de Moraes, mandava que lhe fosse dada ração em dobro e sempre que ia até lá lhe dava um torrão de açúcar e lhe agradecia o seu desempenho em Itororó. Foi também instrutor de esgrima de D. Pedro II.

Em Santa Mônica, nos primeiros tempos, seu grande prazer matinal era cavalgar. Certa feita o cavalo assustou-se e Caxias foi ao solo batendo com a cabeça e ficando desacordado. Ao ser exumado, foi encontrada em seu crânio uma fissura restaurada, não se sabendo se foi devido à queda na igreja de Assunção, onde desmaiou, ou se a citada queda em Santa Mônica.

Um momento muito triste para o Duque de Caxias, segundo testemunhos colhidos por Vilhena de Moraes e enfatizados por Pedro Calmon e que acelerou seu fim, foi o dia em que, deixando seu quarto no segundo andar, estava sendo esperado por seu filho de criação, o índio maranhense Luiz Alves, com o seu cavalo encilhado. E ao tentar alçar-se à sela faltou-lhe perna, o que o encheu de profundo desgosto, chorou e não mais montou.

Certa feita, ao reclamarem haver promovido em campanha um oficial mais jovem em vez de um mais antigo ele justificou:

“Depois dos primeiros combates numa guerra, forma-se nos exércitos a aristocracia da bravura.”

Ao prender o regente Feijó em Sorocaba, que tanto havia servido como regente na manutenção da ordem e da lei na Corte, travou-se entre ambos um diálogo mais ou menos assim:

Feijó: “– E então, general, ontem ao lado do povo e hoje contra ele?”

Caxias: “– Não, senhor! Ontem ao lado da lei e hoje ao lado da lei!”

Conta-se que Pedro Américo pintou Caxias na batalha de Avaí com a túnica desabotoada. E quando Caxias foi visitar a obra em companhia do imperador, visivelmente contrariado teria falado a D. Pedro II:

“Gostaria de saber onde o pintor me viu de farda desabotoada, nem no meu quarto.”

Dizem que Pedro Américo procurou ali representar Caxias com o fígado inchado, em consequência de moléstia hepática crônica que foi adquirida no Maranhão, se agudizara no início da Farrroupilha, em Santana e o atormentara na Guerra contra Oribe e Rosas, de onde voltou ao Brasil desesperançado de cura, a qual encontrou temporariamente em Caxambu e em banhos de Cachoeira em São João del Rey. Mal que viera a se manifestar agudo no Paraguai, tendo Caxias voltado à Corte com o fígado inflamado, encontrando um alívio em águas gasosas engarrafadas de Baependi (Caxambu), que comprava no Rio, segundo escreveu a um amigo, e mais ainda, num longo repouso na fazenda Machadinho em Quissamã-Macaé, junto à sua filha Ana de Loreto e com sua Anica.

Durante um *Te Deum* na Catedral de Assunção em que Caxias compareceu com todo o seu Estado-Maior, sofreu uma síncope, caiu ao solo e bateu forte com a cabeça. Ficou desacordado cerca de meia hora, segundo Affonso de Carvalho.

O cirurgião-mór que o acompanhava insistiu para que deixasse o comando e fosse se tratar no Brasil. E Caxias concordou, por convencido do término da guerra ao nível estratégico, com o êxito que liderou do objetivo militar da Tríplice Aliança – a conquista de Humaitá – e do objetivo político – a conquista de Assunção.

Deixou o Paraguai na noite de 22 de janeiro de 1869 e em 7 de fevereiro de 1869, de seu Quartel General em Montevidéu, deixou o comando. Em sua Ordem do Dia nº 275 justificou:

“Achando-me gravemente enfermo, e tendo obtido licença (médica) para tratar de minha saúde no Brasil, é com o coração oprimido pela dor que sinto, ao separar-me do Exército, a quem me coube a honra de comandar, que me dirijo aos meus camaradas para dizer-lhes ...Se porventura, eu tiver ainda a fortuna de restabelecer-me nos lares pátrios, contem

os meus bravos companheiros de glórias e fadigas, que ainda um dia voltarei para continuar a ajudá-los na árdua campanha que nos achamos empenhados. Ass.: Marquês de Caxias.”

E foi com o fígado inchado, dizem, que Pedro Américo quis imortalizá-lo. Em cartas reveladas por Vilhena de Moraes, Caxias certa feita dizia não poder usar a faixa e mesmo fechar a túnica, em razão da dor que lhe causava pressionar o fígado.

Caxias, ao retornar do Paraguai, recolheu-se ao seu palacete na Tijuca (local da antiga Mesbla) e vez por outra era visto caminhando saboreando seu charuto e apontado como herói. Costumava ir até a horta no fundo do palacete e pessoalmente colher verduras e hortaliças que destinava a casas de órfãos e a mutilados de guerra, segundo A. de Carvalho.

Possuía grande amizade com o general Osório, e formaram uma dupla complementar de um líder de Batalha com um líder de Combate.

Essa amizade será abordada ao final, e conseguiram os políticos liberais abalá-la. Em especial o senador Liberal por Goyaz, José Ignacio Silveira da Mota.²²

Quando Caxias foi sepultado, o Visconde de Taunay, também major de Engenheiros, disse a certa altura, falando em nome do Exército:

“Os soldados que circundam esta gloriosa cova e a minha voz que se levanta para falar em nome deles são o corpo e o espírito de todo o Exército Brasileiro. Representamos o preito derradeiro de um reconhecimento inextinguível que nós militares, de norte a sul, de leste a oeste deste Império viemos render ao nosso velho marechal, que nos guiou como general, como protetor, quase como um pai, durante quarenta anos...”

E em 1881 começava a inquietação no Exército e na Marinha pela indiferença das elites políticas dominantes com seus problemas e de seus integrantes.

Em 1881, ainda na Irmandade Santa Cruz dos Militares, foi criado um Diretório Militar, com vistas a elegerem-se militares do Exército e Marinha, pelos três partidos: Conservador, Liberal e Republicano, para defenderem no Parlamento os interesses dos militares da Marinha e do Exército, desamparados desde a morte dos dois heróis. Nenhum conseguiu eleger-se.

Foram “cristianizados”!

Integraram esse Diretório, dentre outros, o marechal Deodoro e o coronel Sena Madureira. Mas a luta continuou, sob a liderança dos ma-

rechais Deodoro da Fonseca e Câmara. E veio a Questão Militar, a fundação do Clube Militar em 1887, com os citados marechais irmanados; o protesto do Clube Militar de que o Exército não fizesse o papel de servir de capitão de mato na perseguição de escravos fugidos, por meio do manifesto do marechal Deodoro e, finalmente, a República, uma resposta ao esforço erradicador do Exército pós-Guerra do Paraguai, conforme abordagens recentes no centenário da República.²³

Depois de os militares de 1817-1870 viverem quase em caráter permanente lutando em lutas internas e externas de consolidação da Pátria brasileira nascente, estabeleceu-se entre as elites civis dominantes um preconceito, segundo pesquisa recente,²⁴ contra jovens brasileiras se unirem a militares, por representarem estes viuvez e orfandade potenciais, sem amparo previdenciário compatível. Os bons partidos eram os médicos, advogados, engenheiros ou doutores, além de filhos de fazendeiros, comerciantes e industriais etc. Para contornar esta distorção e ao mesmo tempo fazer frente ao ânimo erradicador das Forças Armadas surgiu a ideia de o Exército formar doutores, que disputariam os bons partidos, e fazer dos oficiais instrumentos do desenvolvimento do Brasil.

Por isto, o Exército padeceria cerca de trinta anos. Houve uma distorção grave em que Caxias não tomou parte por estar fora do poder. Os doutores não estimavam serem tratados por seus postos. Os não doutores ou profissionais dedicados à segurança da pátria eram tratados preconceituosamente como tarimbeiros (tarimba=cama de quartel). Os doutores gozavam de prestígio social e faziam carreira na cátedra ou em cargos públicos civis.

Até a Doutrina Militar, que deveria ser formulada pela Congregação da Escola Militar, dominada por doutores e bacharéis, foi descurada. Isso tudo se refletiu no péssimo desempenho do improvisado Exército, que teve que lutar contrarrevolucionários na região Sul (1893-95), em Mato Grosso, revoltosos na Armada (1893-94) e Guerra de Canudos (1897), na Bahia.

Foi após Canudos que começou a reação para reprofissionalizar o Exército, de parte de veteranos ilustres ou filhos de veteranos da Guerra do Paraguai. Reação que começou ainda em Canudos com o ministro da Guerra, marechal Carlos Machado Bittencourt, que lá pessoalmente organizou o Sistema de Apoio Logístico às forças do Exército e Polícias Militares.

Somente em 1905, com o Regulamento de Ensino profissionalizante, espírito que até hoje perdura, a prioridade do Exército passou a ser a formação de profissionais. Foi uma amarga lição! Estas considerações se impunham para demonstrar as grandes perdas para o Exército de Caxias e Osório e o papel de expressivas parcelas das elites civis dominantes, relativamente à segurança do Brasil.

Caxias, ao assumir o comando na Guerra do Paraguai, preocupou-se com os prisioneiros de guerra que, até então, em que pese a avançada legislação brasileira, estavam sem proteção efetiva e nem existiam registros deles. Criou o Livro Registro de Prisioneiros, relacionando-os. Livro localizado pelo autor no Curso de Intendência da AMAN em 1980 e levado para o Arquivo Histórico do Exército, depois de fazermos comunicação ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, com cópias anexas.

Segundo Vilhena de Moraes, Caxias trouxe do Maranhão um índio órfão de mãe, filho de um cacique. Deu-lhe o seu nome, Luiz Alves. Era de toda a confiança da família e ajudaria a criar o filho legítimo de Caxias. Contam que, vez por outra, atingido por um sentimento misterioso, saía de casa e passava dias vagando pela floresta da Tijuca até se refazer de uma espécie de depressão. Foi a ele que o grande soldado deixaria em testamento todas as suas roupas de uso pessoal.

Na Biblioteca Nacional, funcionário muito categorizado afirmou existir carta íntima de Caxias à sua amada esposa Anica que era “guardada a sete chaves pelo seu conteúdo”. Penso que nos dias de hoje, revelado seu teor, evidenciaria o ser humano Caxias, orgulhoso de sua virilidade.

O texto seria uma resposta à sua Anica, preocupada com uma irmã sua que, casada, fazia muito tempo ainda não havia engravidado. A isso Caxias, já herói nacional e classificado pela mídia da época como sendo a “Primeira espada do Império”, teria respondido, numa intimidade que o casamento permitia, exaltando sua virilidade:

“– É, Anica, a sua irmã ainda não engravidou porque não se casou como você, meu bem, com ‘a primeira espada do Império’.”

É uma intimidade de um homem de carne e osso que não o diminui, pelo contrário, acrescenta pontos à sua grandeza. O leitor que decida!

Caxias, antes de conhecer sua Anica, teve uma namorada que muito lhe impressionou quando foi servir em Montevideu durante a Guerra da Cisplatina. Foi a belíssima filha da Marquesa de Montes Claros – Ângela Furriol Gonzales Luna y Zaias –, e do magistrado, como juiz corregedor

de Montevideu – D. Miguel de Furriol, cujo solar era um ponto social onde se reunia expressiva parte da sociedade local.

Parece aos biógrafos haver sido Ângela o primeiro amor de Caxias. Mas tendo ele que retornar para o Brasil, o então coronel Eugênio Garzón, já consagrado herói da Batalha de Ayacucho em 1824 e veterano da Batalha de Passo do Rosário, onde comandara um dos quatro batalhões de Infantaria do Exército Argentino, levou a melhor e com ela se casou.

Eugênio fez brilhante carreira, ao ponto de comandar o Exército do Uruguai e ser forte candidato à presidência daquele país. Mais tarde Caxias e Garzón, lado a lado, comandaram forças brasileiras e uruguaias contra Oribe em 1851 e tornaram-se amigos, como mostra trechos desta carta que Garzón escreveu a Caxias em 26 de julho de 1851:

“Exmo. Sr. Mariscal, Conde de Caxias, general em Jefe del Ejército Imperial.

Cuartel General em Dayman, 26 Julio 1851. (a seguir traduzidos trechos da carta).

O Brasil que entrou em campanha militar para tão gloriosa obra (combater o ditador Rosas), por meio de seu ilustrado Governo confiou-lhe o comando em chefe de seu Exército.

Este fato me proporciona a grande honra de felicitar V. Exa. e apresentar-lhe meus respeitos e oferecer-lhe meus francos e sinceros serviços para o que tiver por bem encarregar-me a seguir.

Posso assegurar a V. Exa. que possuo grande desejo que as operações de guerra liguem mais nossos quartéis gerais, para então poder manifestar-lhe pessoalmente a distinta estima que dedico a V. Exa. Pois não é de hoje que sou admirador de seus honrosos antecedentes e heroicos feitos militares. General Eugênio Garzón.”

E de fato consolidaram boa amizade, nesta convivência em campanha militar. Caxias reencontrou-se com Ângela no Acampamento do Arroio Pantanoso, próximo a Montevideu, na barraca do seu marido general Garzón, por ocasião de entrevista que Caxias ali marcou com o general Urquiza, argentino, e relacionada com problemas da aliança para combaterem Oribe e Rosas.

Nessa ocasião, como modelar anfitriã gaúcha, Ângela serviu mate aos generais aliados. E ali se restabeleceu a antiga amizade de dezesseis anos atrás. E em poesia a Paulita, filha de Ângela, Caxias recordará este encontro no Pantanoso.

Neste mesmo ano morreu Garzón. Caxias foi visitar o sogro de Garzón, já viúvo e seu velho amigo e a viúva e amiga Ângela que encontrou amparada então pela belíssima filha Paulita, que lembrava muito a mãe Ângela na mocidade.

E aí fala o Caxias poeta, como o foi Osório. E, à bela jovem que tinha idade para ser sua filha, Caxias dedicou depois este poema de sua lavra, conforme Dino Willy Cozza em “Caxias, lado romântico”. RIHGB, n° 383, abr./jun. 1994 p.395, poema que Caxias escreveu no álbum de Paulita, ao lado de impressões de outras altas autoridades que frequentavam o solar da casa do corregedor D. Miguel, como o Barão de Porto Alegre, o almirante Grenfell e o Marquês do Paraná, além de outras personalidades:

“Paulita

Entreaberto botão, entrefechada rosa,
Um pouco de menina, um tanto de mulher.
Lindo botão bem conheço,
A rosa de onde procedes:
Olha... e verás que ainda hoje,
Em beleza não a excedes.

No Pantanoso eu a vi,
Inda tão bela e viçosa.
Hoje o Pampeiro da vida,
Dobra-lhe a frente formosa.
Não importa, inda eu vejo,
Com toda a nobreza e graça,
Que só o sepulcro extingue,
Beldades que são de raça.
Lindo botão, debes ter,
Justo desvanecimento,
Por nasceres de uma rosa,
De tanto merecimento.
Saberás que as flores têm,
Sucessiva Dinastia,
E pertenceu sempre a rosa,
À mais nobre Hierarquia.
Os espinhos que te cercam,
Não são para te ferir.

Simbolizam as virtudes,
Que sempre debes seguir.
Servem para defender,
Tua angélica beleza,
Da ímpia mão que pretenda,
Manchar tua pureza.”

Aí fica a poesia atribuída a Caxias e o episódio para interpretação mais precisa quando se dispuser de mais dados.

Foi do general Eugênio Garzón que em convivência amistosa e prolongada Caxias colheu elementos para interpretar a Batalha do Passo do Rosário em 1854, atendendo pedido do IHGB e recém focalizado em *O Guararapes* n° 8, jan./mar. 1997, da Academia de História Militar Terrestre do Brasil, da qual Caxias é patrono.

Caxias, fora do Governo como presidente do Conselho de Ministros, (desde 24 de maio de 1862), e sofrendo a grande perda de seu filho Luiz Alves, com 14 anos (em 28 de junho de 1862), decorrido cerca de meio ano, em 10 de dezembro de 1862, recebeu a seguinte carta de sua antiga amiga do Uruguai, a viúva Ângela Garzón, que aqui é apresentada na forma de uma tradução de carta original constante da obra de Affonso de Carvalho:²⁵

“Sr. Marquês de Caxias
Montevideú, 10 dez. 1862.

Meu apreciado amigo. Tenho em mãos a sua carta e a do barão(?). Por este motivo volto a ocupar suas atenções, para agradecer-lhe a presteza e a boa vontade com que atendeu minha última carta, pois de um amigo tão gentil, eu não poderia esperar outra coisa.

Antonino (genro viúvo de Paulita) foi chamado pelo Governo da Argentina. Recomendou-me antes de viajar que lhe agradecesse pela atenção.

Senti muito saber que perdeu seu filhinho (Luizinho). Mas estes males (dores) nunca faltam aos pais. Eu também faz três anos que perdi minha Paulita (a que Caxias fizera poesia), casada com o Antonino e até agora não consigo me conformar com a perda.

Antes da última carta que lhe remeti tomei a liberdade de pedir seu retrato para colocá-lo entre os dos meus amigos e mais um retrato de sua família para ter o prazer de conhecê-la.

Antonino (genro) e Eugênio (filho) têm o prazer de saudá-lo, bem como esta sua mais atenta e gentil amiga.

Ass.: Ângela Garzón.”

Sobre a perda do filho, Caxias escreveu à sua Anica do Paraguai, de seu Acampamento em Tuyu Cuê em 1868:

“Minhas duas filhas, Deus me deu tempo de criar, educar e arranjar (encaminhar na vida). Fomos é verdade infelizes com o nosso querido filho, mas o que fazer senão contentar-nos com a vontade de Deus.”

Em 1º de outubro de 1861, quando seu filho Luiz era vivo, Caxias, pela segunda vez na chefia do Governo do Brasil recebeu carta de Domingos Gonçalves Magalhães e Visconde de Araguaia, que fora seu secretário na pacificação do Maranhão e do Rio Grande do Sul. Carta na qual, a certa altura, tocava no cadete Luizinho, filho único de Caxias:

“Com que prazer não verá V. Exa. crescer e prosperar o seu Luizinho, já com 13 anos e todo entregue aos estudos! Possa V. Exa. vê-lo em posição de aumentar o brilho de sua Casa. Não lhe faltarão para isso nobres exemplos nos pais e avós.

Que carreira lhe destina? Pelo meu voto ele seguiria a de V. Exa. Um moço com a instrução, meios (recursos) e o nome que tem, não poderá deixar de ser feliz e de ilustrar-se na nobre carreira das Armas...”

Luizinho faleceria quase nove meses após escrita esta carta, em 18 de junho de 1862.

Caxias, apesar da vultosa correspondência que produziu, não se considerava possuir estilo de escritor e isso ele mesmo declarou por ocasião da rumorosa Questão Christie em carta ao seu grande amigo e compadre – o Visconde de Rio Branco. Caxias, fora do governo mas senador, e nos intervalos do Senado, Conselheiro de Guerra, a certa altura, indignado com o ultimato do ministro inglês ao Brasil, escreveu ao amigo Visconde do Rio Branco:

“Tenho vontade de quebrar a minha espada quando vejo que ela não me pode servir para desafrontar o meu país.”

Em 15 de janeiro de 1863, convocado pelo ministro da Guerra, participou com outros oficiais gerais, inclusive seu tio Barão de Suruí, de reunião cuja pauta era como aumentar os efetivos do Exército, com pedido do imperador da opinião de cada um sobre a Defesa do Império.

Em carta do dia seguinte ao Visconde do Rio Branco, em que lhe comunicou a reunião convocada pelo ministro da Guerra e o pedido que o imperador fizera a cada um, escreveu:

“Estou rabiscando as minhas ideias sobre a Defesa do Império e hei de rogar a V. Exa. para as limar (poli-las, corrigi-las e, hoje, “copideskál-las”) e pôr em estado de poderem ser vistas pelo mesmo Senhor, acrescentando-lhes o que lhe ocorrer ou o que não me tiver lembrado, pois como sabe, não me campo (não me tenho) por escritor.”

E apesar disso foi considerado com justiça Nume tutelar da Nacionalidade. Sabia que a comunicação não devia ser privilégio só de escritores ou filólogos. Estes por vezes primorosos na forma, como dom divino, mas às vezes vazios, superficiais, imprecisos e insinceros no conteúdo, havendo casos de penas de aluguel a serviço de quem der mais, para escrever bonito, mal ou bem sobre um assunto a manipular.

Noutra carta, ao amigo Visconde do Rio Branco, em missão no Uruguai, onde os horizontes estavam ameaçadores, escreveu-lhe ao final, depois de dizer-lhe que havia com a esposa visitado a família do visconde e que a encontrara toda bem, mencionou:

“Ainda ontem (7 dez. 1864) estive com o Juca, que está cada vez mais bonito. Já estou no Flamengo (casa de verão) para onde vim para banhos de mar.”

O Juca era o jovem de 19 anos, José Maria da Silva Paranhos, o futuro Barão do Rio Branco, que entraria para o serviço diplomático pela mão do Duque de Caxias, quando presidente do Conselho de Ministros em 1875.

O barão, além de um diplomata que serviu ao Império exemplarmente, serviu à República a partir de sua convocação pelo presidente Floriano Peixoto para atuar na Questão de Palmas com a Argentina. Foi um diplomata com alma de soldado e prestaria relevantes serviços à preservação da memória e do fortalecimento militar do Brasil. Sobre o historiador militar Rio Branco e sua ligação com Caxias escrevemos: “Um diplomata de escol com alma de Soldado”. *A Defesa Nacional*. nº 754, out./dez. 1991. p.146.

Sua preocupação em abolir os Artigos de Guerra do Conde de Lippe, já referidos anteriormente, é muito reveladora.

Ao derogá-los, justificou nos seguintes termos as razões de sua abolição:

“Trata-se de Legislação que se acha em formal antagonismo com as instituições que nos regem, e a cujas penalidades repugnam a razão e o direito e assim reclamam altamente uma reforma, de que resulte quanto possível um Código Penal Militar, que abranja em sua sanção os crimes propriamente militares cometidos por praças e oficiais em serviço como fora dele.”

Ao dotar o Exército do Regulamento correcional de transgressões disciplinares, avô do atual Regulamento Disciplinar do Exército, assim justificou a medida: “Tal regulamento é propriamente o regulamento policial da disciplina interna dos corpos, o qual deve ser considerado base, como o principal elemento da alta disciplina. Ele é essencial para coibir o abuso, infelizmente tão generalizado no Exército, da aplicação de arbitrários castigos correcionais.”

Caxias vítima da manipulação da História

Caxias foi, ao longo de sua vida e morto, alvo de manipulações da História que, vinculadas insistentemente na Sociedade Brasileira viraram “verdades”. Vez por outra se constata por parte de pessoas sérias a manifestação de conceitos errôneos ou manipulados sobre Caxias. Nosso artigo “O Duque de Caxias e a manipulação da História”²⁶ aborda o assunto. Dentre as manipulações que têm prosperado alinhe-se entre outras as seguintes:

– Haver Caxias, como comandante da atual Polícia Militar do Rio de Janeiro, em 1838, reprimido um levante de escravos liderado por Manoel Congo e havê-lo massacrado, e mais alguns de seus companheiros. Acusação feita por conhecido político nos anos 1930 e filho de Vassouras. Pesquisas recentes da OAB-Rio, que aprofundaram o assunto com base documental, nada encontraram a respeito. Caxias apenas se deslocara até Vassouras para avaliar a situação, face à possibilidade de a revolta envolver escravos trabalhando por seus donos na Fábrica de Pólvora de Estrela, na raiz da serra de Petrópolis, o que se tornaria um problema de segurança nacional, por ser a única do país.

A revolta foi reprimida por autoridades e por forças locais chamadas pedestres, sob a liderança do coronel GN Francisco Peixoto de Lacerda Werneck, ancestral de Carlos Lacerda. Manoel Congo foi julgado em janeiro de 1839, condenado e executado na forca, sob a acusação de haver matado dois perseguidores.

Hoje no Bairro Pedreira de Vassouras foi erigido Memorial a Manoel Congo, conforme Sebastião Almeida em artigo no *Serra x Mar*, segunda quinzena, fev. 1997, p.4. Turismo dirigido à Costa Verde, Vale do Paraíba,

Região Serrana e Sul de Minas. Esta versão manipulada responsabilizando Caxias e não o coronel citado Francisco Peixoto conseguiu abrigo inclusive no Diário Oficial do Rio de Janeiro, na administração do governador Moreira Franco, mas claro que a sua revelia.

– Haver Caxias comandado repressão violenta em 1842, em Silveiras-SP, em combate a revolucionários liberais que antes haviam massacrado implacavelmente autoridade policial local. É o que se contava e se espalhava no Vale do Paraíba.

Em realidade a região do Vale do Paraíba paulista foi subordinada ao Rio de Janeiro, e a repressão citada foi praticada por Guardas Permanentes do Rio e sem nenhuma subordinação a Caxias, fato que esclarecemos em plaqueta História Militar do Vale do Paraíba.²⁷

– Haver, em conluio com o ministro da Guerra e o comandante do Exército Farrapo, feito uma traição às tropas farrapas no Cerro dos Porongos, em 14 de novembro de 1844.

Essa insinuação fez parte de um ofício forjicado. O próprio coronel Chico Pedro, que poderia ter confirmado o fato em suas *Memórias* publicadas, caso o fato tivesse ocorrido, nada mencionou.²⁸ É um documento falso, como eram As Cartas Falsas que provocaram a revolução de 1822, bem como a pseudo Ata do Clube Militar de uma reunião em 25 de junho de 1922 que não houve, em que se acusava um tenente Algayer, que nunca esteve no Clube Militar, de ofensas inomináveis a chefes do Exército que não estavam numa reunião que não houve e que foi inventada em 1930 em Recife, conforme abordamos em artigos vários e no *O Guararapes*, 1996.²⁹

– Haver na Guerra do Paraguai, em conluio com o presidente Mitre, lançado, à montante do rio Paraguai, cadáveres de soldados coléricos para atingir adversários políticos do presidente argentino. Acusação feita por um livro já com mais de 30 edições chamado *Genocídio Americano*, em que seu autor, ignorando a heurística, no tocante à Autenticidade, Fidedignidade e Integridade das fontes para a seleção das confiáveis, para que a História traduza verdade e justiça, manipulou como quis sua “estória” e vem colhendo lucros e louros de seu trabalho calunioso que teve muito boa acolhida no público cívico-masquista no Brasil.

Este “fato”, que o autor mencionado dizia basear-se em documento, levou o general Jonas Correia, presidente do IHGMB, a Buenos Aires, ao Museu Mitre, e não se surpreendeu ao ser-lhe mostrado o “documento”, apontado pelo autor irresponsável. Tratava-se de um panfleto polí-

tico circunstancial e não o que insinuava, repetimos, o autor. Mas aí está seu livro “que não veio para esclarecer mas para confundir e faturar”!!!

A manipulação da História se constitui uma praga no Brasil. Ainda bem que as inteligências que nos governam não dão crédito a essas mentiras, mas o mesmo não se pode dizer da imensa massa eleitora e a estudantil.

O fato não é novo, pois já em 1872 amigos e admiradores de Caxias publicaram às suas expensas a obra *BRASILICUS*, citada e comentada ao final, que rebate críticas infundadas ao seu comando no Paraguai e quando este estava fora do poder.

Assistimos e não é ficção, por volta de 1991, em curso no Museu Nacional, a covardia cultural de um professor de História da Universidade Federal Fluminense dizer para jovens estudantes que ali foram tirar curso que “o Duque de Caxias foi useiro e vezeiro em expulsar posseiros de terras no estado do Rio de Janeiro”.

E essas manipulações covardes não terão fim! Terão o efeito sobre inocentes úteis como a calúnia, que, comparada a um saco de penas lançadas ao vento, jamais poderão ser todas recolhidas, ainda mais em nossos tempos, em que a mídia em geral não promove uma espécie de Projeto Verdade. Ou seja, debates amplos e democráticos sobre a História do Brasil para que a verdade termine por aparecer e o povo exercer seu sagrado direito de escolher a informação. O Telecurso, em seu conjunto uma grande realização no tocante à História Contemporânea, a vem manipulando acintosamente, passando interpretações sem o direito do contraditório, como de um modo geral o programa o faz. E um professor de baixa estatura, com auxílio de mais outros dois que normalmente fazem o contraditório, manipulam mentes jovens desavergonhadamente, como donos absolutos da verdade. E é lamentável que tenham o apoio ao que tudo indica do Centro de Documentação da TV Globo e do Centro de História Contemporânea da Fundação Getúlio Vargas, entidades envolvidas em pesquisas históricas mas que no caso não observam a heurística, quanto à Autenticidade, Fidedignidade e Integridade das fontes. Pelo menos é o que podemos concluir nos créditos dados a essas entidades ao final das manipulações, verdadeira ação psicológica na juventude estudantil brasileira. E o pior, a mentira deles vencerá. Mas aqui fica o registro da pretensa História do Brasil Contemporânea, antes que tenha decorrido ao menos uns cinquenta anos dos fatos que interpretam. Pobre Juventude, teve substituídas as cadeiras de Moral e Cívica e Estudos

Brasileiros, que apresentavam grandes falhas, por estas manipulações políticas citadas. E vai aqui a nossa crítica a todos os que participam direta ou indiretamente delas.

Felizmente a Rede Globo na novela *O Rei do Gado* apresentou o Duque de Caxias como sinônimo de patriotismo, honestidade, espírito público, na personagem do senador Caxias. Foi um bom sinal entre outros do ano de 1996.

Que exemplos como estes frutifiquem! E que promovam um Projeto Verdade que honre a função social da Imprensa, alavanca para promover a Unidade Nacional e não dividir as almas brasileiras.

Outra clássica manipulação, por exemplo, é a que vem sendo passada ao alunos dos cursos pela TV de que “o povo assistiu bestificado à Proclamação da República”. Usam o documento até onde lhes interessa. Ou seja, um documento que não atende o quesito da Integridade da fonte e assim terminará a inverdade sendo consagrada ao custo da verdade, conforme abordamos em artigo “Controvérsias sobre a Proclamação da República”.³⁰

Enquanto a História do Brasil não for escrita com apoio em fontes confiáveis aprovadas pela Heurística, aplicada à seleção de fontes autênticas, fidedignas e íntegras teremos história manipulada e biografias honradas conspurcadas.

É o que se observa em relação à minissérie da Rede Globo, *A casa das sete mulheres*, no tocante aos generais Bento Manuel e Canabarro, linchados moralmente em que pese o havermos biografado em *O Exército Farrapo e os seus chefes*.

Ao leitor responsável é necessário espírito crítico, e indagar – Em que fontes se baseou o historiador para afirmar tal fato? – Se não lhe parecerem boas, é melhor deixá-las de lado.

Um exemplo mais recente é a obra *A Noite das grandes fogueiras*, de Gilberto Meireles, em que o autor tomou, como verdadeiro, documento forjicado sobre a Ata de uma reunião que não houve no Clube Militar, onde um tenente que se encontrava em Ipameri-Goiás e que nunca entrou no Clube Militar teria tumultuado uma reunião e dirigido ofensas a generais presentes que haviam exercido importantes funções no governo de Arthur Bernardes, conforme denunciámos pelo *Jornal do Comércio* do Rio sob o título “A Ata Falsa do Clube Militar”.³¹

Ao historiador cabe avaliar as fontes históricas em que baseia seu trabalho e ao leitor atento avaliar se o historiador fez bom uso das fontes

em que baseou seu trabalho. Pois como afirma um dito popular – “O papel aceita tudo que nele se escrever, inclusive a mentira”.

Ao retornar do Paraguai, Caxias foi acusado por um deputado liberal de haver trazido mais cavalos do que teria direito.

E em reunião do Senado de 15 de julho de 1870, em longo discurso, defendeu sua atuação no comando dos brasileiros e dos Aliados, ao ponto de sentir-se cansado e ser-lhe dado um intervalo para continuar, a pedido do ministro da Marinha.

E então explicou o episódio dos cavalos, tão manipulado pela oposição, segundo A. de Carvalho em *Caxias*, p.280:

“Até aqui se quis imputar-me um crime de haver trazido do Paraguai os animais de meu uso. Os meus amigos não deram grande apreço a esta acusação. Mas nem por isso deixarei de defender-me.

Eu tinha direito a trazer seis cavalos e 12 bestas de bagagem. Trouxe três cavalos e quatro bestas. Creio que não fui além daquilo que poderia fazer. Ainda sofro no meu soldo o desconto do valor desses animais, porque não estive em campanha cinco anos.”

A Monarquia Brasileira constitucional era então uma Democracia e todos deviam prestar-lhe contas. Essa Democracia se estendia até na guerra. Era comum oficiais do Partido Liberal fazerem acusações a Caxias em jornais que publicavam cartas que enviavam do *front*. E Caxias foi um dos arquitetos e fiadores dessa Democracia!

Enfim, cabe ao leitor distinguir o que é História ou verdade ou o que é Estória ou mentira e fantasia.³² E principalmente, no caso, o integrante do Exército de Caxias!

A estrela do Conde de Caxias (Folclore gaúcho)

Em 9 de novembro de 1843, precedido da justa fama de pacificador do Maranhão, Minas Gerais e São Paulo, o Conde de Caxias assumiu a presidência e o comando das Armas da província do Rio Grande do Sul, com a missão de pacificá-la, após oito anos em lutas.

Tomou as medidas para encetar sua campanha e sair em campo. O Exército a comandar encontrava-se no Passo São Lourenço, a pé. Para remontá-lo executou ousada, incruenta e feliz manobra, ao transportar, por terra, desde o Rincão dos Touros em Rio Grande, passando por Pelotas, São Lourenço, Camaquã, Tapes etc., 7.000 cavalos, para reconquistar a mobilidade daquele Exército que lhe caberia comandar.³³

Ao iniciar, em 19 de março, sua marcha de Cachoeira a São Gabriel, tendo-o à frente, os soldados divisaram nos céus um fenômeno jamais visto. Era um enorme cometa que os soldados logo batizaram – É a boa estrela do nosso general Barão de Caxias! É a Estrela de Caxias! – E o imaginário popular entrou em cena! A nova se espalhou pelo Exército como um rastilho de pólvora. E foi sendo passada ao povo gaúcho em caminho, não demorando a chegar nos acampamentos dos farrapos em Alegrete, onde haviam se reunido em Constituinte, levando-os a crer em maus presságios à causa!

O cometa possuía uma enorme cauda apontando justo para o Alegrete. Foi visto enquanto durou a marcha de Caxias, de 16 a 30 de março de 1843, no itinerário Cachoeira, São Sepé, São Gabriel-Alegrete-Santana. Nesta chegou em 30, Caxias, seu exército e a sua “Estrela”.

Quanto a este fenômeno pedimos ao grande astrônomo Ronaldo Rogério Mourão, cientista pela Sorbonne e de renome internacional e nosso confrade no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) que fizesse uma comunicação ao Núcleo de Estudos e Pesquisas de História Militar (NEPHIM) que coordenávamos, do Instituto de Geografia e História Militar, no que fomos prontamente atendidos.

Sintetizamos abaixo sua elucidativa explicação científica da “Estrela de Caxias”, que os soldados e o povo gaúcho tomaram como um sinal de sorte e fortuna para Caxias, e alguns farrapos como um mau presságio para a causa que havia oito anos defendiam. Aliás, a missão pacificadora de Caxias foi benéfica para o Rio Grande e para o Brasil!

O que no Rio Grande foi denominada “Estrela de Caxias”, em realidade foi designado nos anais de Astronomia de Cometa Brilhante de 1843. Ele foi um dos mais notáveis que apareceram de 1800 a 1899. Tal era o seu intenso brilho que foi observado à luz do dia em diversos pontos do globo terrestre. Ele foi descoberto em 5 de fevereiro de 1843. Foi observado na Europa em 17 e 18 de março de 1843. Nos EUA, a sua última observação foi em 19 de abril de 1843. No Rio, astrônomos o observaram de 8 de fevereiro a 3 de abril de 1843.

O coronel Pedro de Alcântara Bellegarde, diretor da Escola Militar do Largo do São Francisco, o estudou do Observatório Astronômico da Escola. Ele estimou sua cauda de tamanho igual ou maior do que a distância Terra-Lua, mas em realidade era o dobro desta distância, ou 323 milhões de quilômetros. Bellegarde previu até a colisão da Terra com a cauda do cometa, cujos efeitos seriam inapreciáveis, por constituída de gases.

O cientista D. Pedro II também o observou e afirmou que a cauda quase atingia o zênite. O Cometa Brilhante de 1843, ou a “Estrela de Caxias”, foi pintado por José dos Reis Carvalho, mestre de Desenho da Escola Naval.

Esta pintura encontra-se no Museu do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, no bairro da Lapa, no Rio de Janeiro. E na mesma dependência da invicta espada de seis campanhas de Caxias e o seu binóculo com o qual acompanhou, impressionado, no Rio Grande o cometa que passou à tradição e ao folclore gaúchos como a “Estrela de Caxias”.

Decorridos quatro anos do aparecimento da “Estrela de Caxias”, o Barão de Caxias foi admitido, em 11 de maio de 1847, no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), como sócio honorário. Entidade que desde 1925 abriga como a sua maior relíquia a espada de campanha

de Caxias, da qual o hoje Espadim de Caxias, arma distintiva do cadete do Exército, criada em 1931, pelo então coronel José Pessoa, é cópia fiel reduzida.

Sobre o Cometa Brilhante, ou “Estrela de Caxias”, Dutra Mello escreveu:

Caxias e a Unidade Nacional

“Oh! quem diz que não são núncios do Eterno!

Oh! quem me diga que um tal astro um ser não possa,

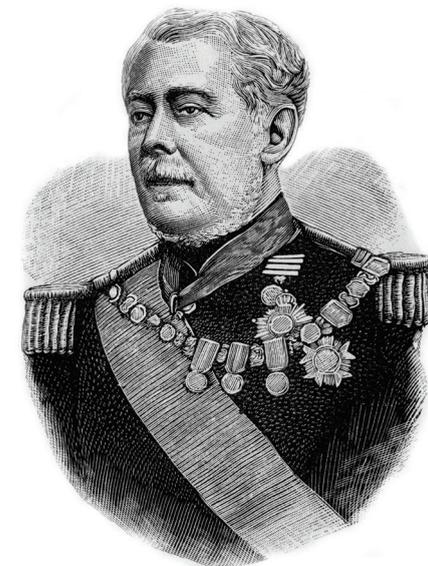
O anjo do Sistema que passeia,

Visitando os domínios que dirige?”

Indiscutivelmente, durante e após o aparecimento da “Estrela de Caxias” este teve muita sorte. Conseguiu consolidar a Unidade Nacional, em 1º de março de 1845 com a Paz de Ponche Verde, em condições honrosas.

Foi eleito pelos gaúchos senador vitalício, cargo que exerceu por cerca de trinta anos. Eleição não por méritos políticos, mas por reconhecimento e gratidão dos gaúchos, cuja psicologia e valores apreendeu, e com eles bem se comunicar, ao ponto de certa feita dizer a seu grande amigo general Osório, até de certo modo seu confidente, ao encarregá-lo de mobilizar o 3º Corpo de Exército no Rio Grande, para a Guerra do Paraguai em 1866: “– Fale a estes guascas (bravos, destemidos, intrépidos) naquela linguagem que nós dois sabemos falar!” O seu mandato de senador pelo Rio Grande lhe assegurou condições para chefiar o Governo do Brasil por mais de quatro anos, como chefe do Gabinete de Ministros; ser ministro da Guerra por mais de seis anos e o comandante em chefe dos brasileiros em duas guerras externas em que estiveram em jogo a Soberania e a Integridade do Brasil. Foi um brasileiro providencial! Poder-se-ia afirmar sem erro que o século XIX foi o Século de Caxias no Brasil! Falou-nos o ilustre astrônomo sobre a “Estrela de Caxias!”. O que teriam a dizer-nos sobre ela os astrólogos? Aguardemos!!!

SEGUNDA PARTE



DUQUE DE CAXIAS
O HOMEM PÚBLICO

O senador Caxias pelo Rio Grande do Sul

Caxias foi senador vitalício pelo Rio Grande do Sul de 1847 a 1880, por cerca de trinta e três anos, pelo Partido Conservador.

Decidiu disputar uma vaga no Senado tão logo concluiu a sua ação pacificadora da Família Brasileira em Ponche Verde, Dom Pedrito atual, em 1º de março de 1845.

E para tal, recorreu ao seu já amigo e colaborador, o major de Cavalaria Manoel Luiz Osório, consagrado hoje na História como general Osório, atual Patrono da Cavalaria. Caxias, ao escrever-lhe de Porto Alegre, onde presidia a província:

“...Para que não se deixe enganar, devo-lhe dizer que não fiz chapa (eleitoral).

Conquanto goste mais de uns nomes do que outros que tenho lido em diferentes chapas, não tenho tomado a peito nenhuma delas, porque em todas há mais ou menos joio (pessoas desqualificadas no seu entender).

Desejo porém ser senador pela província do Rio Grande do Sul e creio que para persuadi-lo disto não é preciso muita lógica. E que me é indiferente que sejam estes ou aqueles os meus dois companheiros (de chapa).

Vá para Bagé e cabale forte e deixe o mais por minha conta.

Os soldados não votam para que se não diga que eu quero impor uma eleição à província, em baionetas (pressão militar). Entretanto, cabos, sargentos e oficiais não deixam de fazer número (na votação). Seu camarada e amigo – Conde de Caxias.”

Caxias, apresentado ao imperador em lista tríplice em 22 de setembro de 1846, escreveu a Osório:

“Já saberá que Sua Majestade, o imperador, no mesmo dia em que chegou à Corte a ata das eleições, escolheu-me senador por esta província. Isto coroou a obra que Vossa Senhoria e mais amigos principiaram.” (Afonso de Carvalho. *Caxias*, p.155).

Fica aí evidente a íntima ligação Caxias-Osório e a influência de Osório na eleição de Caxias como senador, no pleito em que foi eleito deputado provincial pelo Partido Liberal.

A condição de parlamentar era essencial a Caxias para que pudesse influenciar nos destinos do Exército e protegê-lo, como o fez, do esforço erradicador de que foi alvo o mesmo durante o Império, conforme o já citado Edmundo Coelho de Campos o demonstrou na obra – *Em busca de Identidade – o Exército e a política na Sociedade Brasileira*. (Rio: Forense, 1976), novamente citada por sua importância para o Exército.

Essa condição permitiu-lhe ser ministro da Guerra por mais de seis anos, chefe do Governo por mais de quatro anos e senador por cerca de trinta anos, onde esteve sempre atento na defesa, com resultados, dos interesses do Exército e, além disso, ser conselheiro de Estado na Repartição dos Negócios da Guerra e Marinha (1870-80), onde defendeu os interesses do Exército, para não se dizer o uso de suas imunidades parlamentares para recusar um comando em chefe no início da Guerra do Paraguai, subordinado a um inimigo seu, o Visconde de Camamú, então ministro da Guerra.

Caxias chegou ao Senado para tomar posse em 11 de maio de 1847, no local da Faculdade de Direito, ao lado da atual Policlínica do Exército.

Chegou de sobrecasaca, foi recebido com toda a consideração e bem orientado de como proceder.

Presidia o Senado o Marquês de Lages, coronel João Vieira de Carvalho, o recordista até hoje no número de vezes em que foi ministro da Guerra – cinco vezes, durante cinco anos, nove meses e sete dias, seguido de Caxias que, a rigor, foi ministro da Guerra quatro vezes, mas superando o Marquês de Lages em permanência na função – com seis anos, seis meses e vinte e quatro dias. Ambos recordistas no Império e só superados com folga, na República, pelo ministro general Eurico Dutra, de 5 de dezembro de 1936 a 3 de agosto de 1945, por oito anos, sete meses e vinte e oito dias.

Preenchidas as formalidades, Caxias se aproximou da bancada fluminense e cumprimentou: “– Bom dia, meu pai!” “– Bom dia, meu filho!”. Foi a resposta do senador pela província do Rio de Janeiro, o marechal Francisco de Lima e Silva que, curvado pelos anos e visivelmente emocionado, levantou-se e abraçaram-se, pai e filho, em meio à emoção geral com a cena.

E os dois foram parlamentares assíduos. Quando um tinha de votar contra outro em assuntos conflitantes das províncias do Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, um deles não comparecia ao Senado. E juntos frequentaram o Senado em cadeiras próximas, por quase oito anos, até 2 de dezembro de 1853, quando o antigo regente, como chefe do Governo do Brasil, faleceu. No Senado, reuniam-se estadistas eloquentes ou sábios, capacidades nacionais por méritos parlamentares, brilho espiritual ou valor como guerreiro e pacificador, além de sabedoria castrense refinada, que era o caso de Caxias e de seu pai.

Caxias, guerreiro consumado, não dominava a técnica da tribuna. Suas intervenções eram sóbrias, objetivas e consistentes, sempre respondendo como defesa e nunca atacando. Quando acusado, no seu nome ou na sua autoridade de chefe militar, respondia racionalmente, ordenadamente, sereno e com argumentação compacta, do que ficou exemplo em seu histórico discurso no Senado de 15 de julho de 1870, reproduzido na íntegra por Wanderley Pinho em “Caxias senador”, *Revista Militar Brasileira*, ago. 1936, em que respondeu magistralmente às infundadas acusações relativas ao seu comando no Paraguai.

Para A. de Carvalho em *Caxias*, a sua chegada ao Senado teria o significado seguinte:

“A espada de Caxias fincou-se de súbito nesses arraiais (Senado). Para uns uma ameaça, para outros um espantinho. Mas para muitos garantia.”

Paulo Matos Peixoto em *Caxias, Nume Tutelar da Nacionalidade*. vol. I, assim interpretou o contexto político em que Caxias iria atuar como senador:

“Caxias não foi nunca um político no aspecto faccioso. Mas foi um político esforçado e diligente no sentido da promoção e da defesa do bem público.

Não entrou para o Senado com expressão política da província do Rio Grande do Sul que pacificara. Suas raízes ali nunca foram partidárias, mas militares, administrativas e morais...

Sem dúvida, o moveu ao pleitear o Senado a convicção de que havia a necessidade de contribuir na câmara alta aos serviços que prestara como soldado, administrador e cidadão à província do Rio Grande do Sul, a que se afeiçoara. O povo gaúcho não lhe deu votos por motivos políticos, mas por gratidão e confiança.

Caxias não se destacou no Senado como polêmico, orador retórico ou hábil congressista. O que o destacou foi o trabalho atento e convincente, a vigilância permanente, a severidade e o patriotismo.”

É possível que nestas características tenha se inspirado Benedito Rui Barbosa na novela *O Rei do Gado*, para compor o personagem – o senador Roberto “Caxias”, mártir da Reforma Agrária.

E prossegue o autor citado, caracterizando o contexto político partidário em que Caxias atuaria como senador, três vezes como ministro da Guerra e chefe do Governo e duas vezes como comandante em chefe, na Guerra contra Oribe e Rosas, 1851-1852 e na do Paraguai, 1866-1869:

“Os dois partidos, o Liberal e o Conservador, não se diferenciavam ideologicamente. Dominavam a política desde 1837 e assim polarizaram a política no Império. Sustentaram tenaz e interrupta luta que foi até os exageros da guerra civil (caso das revoluções liberais de São Paulo e Minas Gerais em 1842). Nem mesmo se podia traçar um limite entre eles. A luta era mais pessoal, pela conquista de posições, não por um programa. Ambos eram presididos e dirigidos por políticos com origem na aristocracia rural. Ambos eram pela Monarquia e nenhum se opunha ao imperador.”

A respeito disto é comum ouvir-se que nada lembrava mais um conservador do que um liberal no poder. Pois este repetia as práticas que condenavam nos conservadores, quando no poder. Os conservadores consideravam-se “bombeiros, para apagar fogos ateados pelos incendiários – os liberais”.

As disputas entre ambos e as críticas à Monarquia quando fora do poder seriam duas das causas que aceleraram a sua queda, quando exploradas pelos republicanos. E conclui Paulo Matos Peixoto:

“Caxias jamais se ligou intimamente a qualquer partido. A sua identificação com os conservadores era consequência de sua formação (de bombeiro, e não de incendiário) e de seu ideal. A sua solidariedade ao Partido Conservador era questão de coerência e de dignidade. Sua afinidade extrapolava os partidos e fixava-se na Monarquia que representava-lhe a força de coesão da Unidade Nacional.

Na tribuna do Senado fugia dos problemas partidários. Ocupava-se quase que unicamente dos interesses do Exército e da província do Rio Grande do Sul. Às vezes conseguia unir os dois interesses num só plano, que defendia com grande dignidade e incansável resistência.”

Para o citado Wanderley Pinho, op. cit., ao analisar a atuação de Caxias senador:

“Faltavam a Caxias as qualidades que o salientassem como parlamentar – a cultura política e jurídica, a vivacidade oratória, o gosto da controvérsia, os recursos retóricos, a combatividade verbal e a eloquência. Mas quando impositivo assomava à tribuna com desembaraço, não raro exprimindo-se em asseada linguagem. Era ouvido com atenção. Não deixava de se manifestar em assuntos militares, dos quais falava de cátedra. Sobre assuntos políticos muito raramente! E só o fazia obrigado como ministro da Guerra e presidente do Conselho e ainda assim em declarações concisas...”

Certa feita, foi atacado por um senador que o chamou de instrumento da oligarquia. Respondeu, falando em tom solene e sendo muito aplaudido por seus pares:

“Não há na minha vida, quer privada, quer pública, um fato de que possa me envergonhar. Desde a infância (cadete aos 5 anos) abracei e segui a carreira das armas. Sou filho e neto de soldados. De todas as honras que possuo no Império, prezo sobretudo as que tenho merecido como militar. Em toda a minha vida tomei por norma obedecer sem hesitar a todas as ordens do governo.

Depois que entrei para o Senado, tendo de manifestar uma opinião política, encostei-me (apoei-me) sempre naqueles que, por suas ideias e procedimentos me parecessem oferecer maiores garantias de ordem em meu país (de Unidade Nacional). Tenho me conservado inabalavelmente fiel a estas ideias.” (Foi muito aplaudido!). “É a isto que o nobre senador chama de oligarquia? Não se atiram infundadamente proposições dessa ordem contra um homem perfeitamente conhecido no país e que não tem o menor receio de que se proceda à mais rigorosa autópsia (devassa) no seu passado.”

E terminou com uma ironia fina em relação ao senador que se apresentava como um leão furioso e implacável em seus ataques, ao que Caxias, que o conhecia na intimidade e era seu amigo, concluiu como querendo dizer. “Fiquem tranquilos, o senador ‘x’ não é um leão feroz e perigoso. É só um leão de tapete que não faz mal a ninguém!”

E provocou muitos risos! Mais tarde, este senador foi seu ministro da Justiça no Gabinete de 1875. Prova que o incidente foi superado por Caxias e seu colega.

Na Câmara de Deputados, o deputado Souza Franco declarou que Caxias era incapaz para presidente do Conselho ou chefia do Governo. Disto se aproveitou o senador José Inácio Silveira da Mota³⁴ para potencializar o que disse o deputado e classificar sua fala de injuriosa a Caxias. Caxias, percebendo a intenção de intriga de seu inimigo político, respondeu:

“Não creio que o deputado Souza Franco me tenha injuriado, pois sou o primeiro a reconhecer a minha incapacidade para o cargo. Estou convencido pois que S. Exa. não me fez nenhuma injúria, não só porque isto não faz parte dos seus hábitos, como porque eu sou incapaz de sofrer injúrias de quem quer que seja.”

Mais tarde, o senador voltaria à carga, lendo uma carta do general Osório em que ele dava a impressão de que Osório desmentia Caxias sobre a sua atuação no ataque a Humaitá, do qual foi obrigado a ordenar retirada, e sobre o seu atraso no desbordamento de Itororó. Fato que serviu de base, explorado pela política e pela imprensa, para um estrequecimento da grande amizade Osório-Caxias, o que é abordado ao final desta parte em “Projeção da amizade Osório-Caxias no progresso do Exército no Império”.

Segundo o citado Wanderley Pinho, “Caxias era vigoroso e preciso ao contestar. Ferino mesmo, ao cassar a palavra ao intruso, inconveniente”.

Caxias teve um incidente com o senador Ângelo Moniz da Silva Ferraz, que começou a criticar, com minudências do ofício militar, a administração de Caxias na pasta da Guerra. A certa altura Caxias, irônico, aparteou o colega: “outro ofício!”. Como a dizer, mais uma faceta desconhecida do senador Ferraz – a de profissional militar. Provocou risos gerais a ironia oportunamente colocada. Incidente esse, e desdobramentos, que abordaremos adiante em “Caxias, comandante em chefe e os problemas políticos”.

Caxias, no trato de problemas do Exército, aparteava, discursava e apresentava projetos, a maioria aprovados, como será abordado adiante em “Caxias, projeção como ministro da Guerra”.

Dedicava-se também aos problemas da província do Rio Grande do Sul, que o elegeu. Em 21 de agosto de 1847 defendeu recompensas à Guarda Nacional, pleiteando fosse dado o título de oficiais honorários

do Exército a guardas nacionais servindo na 1ª linha. Foi contestado pelo liberal, o ministro da Guerra, general Santos Barreto, grande engenheiro militar que o comandara no combate, em 1831, na revolta do Batalhão de Artilharia Naval da Ilha das Cobras e que o antecederia no combate à Farroupilha, sendo então derrotado pela guerra de guerrilhas ou de recursos – “A Guerra à gaúcha” –, conforme a abordamos em *O Exército farrapo e os seus chefes*. Rio de Janeiro: BIBLIEx, 1993. v.I, e que o sintetizou biograficamente.

E retornou à tribuna para defender seu ponto de vista nestes termos incisivos:

“Os oficiais da Guarda Nacional do Rio Grande do Sul (exemplos: Andrade Neves, Chico Pedro e muitos outros) foram os que mais serviços prestaram no combate à Farroupilha. Entretanto, foram os menos recompensados... No Rio Grande do Sul nenhuma honra se estima tanto como os distintivos militares. Qualquer outra remuneração pouco efeito faz. Em consequência, os postos de oficiais honorários satisfarão muito esses beneméritos, sem que tragam os inconvenientes que se receiam.”

Caxias viu vitorioso o seu ponto de vista e essa honraria se generalizou. Na família do autor, este sentia-se muito orgulhoso de seu bisavô materno, tenente-coronel Teófilo de Souza Matos, ser honorário do Exército.

Oliveira Viana foi quem magistralmente interpretou a civilização castrense do Rio Grande do Sul, opinião insuspeita que, reproduzida na íntegra, com complementos na obra também do autor citado *História da 3ª Região Militar, 1801-1953 e Antecedentes*. P. Alegre: SENAI, 1995, v.I, que vale a pena conferir.

E Caxias logo percebeu esta característica do gaúcho, ao ponto de dizer a Osório, ao encarregá-lo de mobilizar o 3º Corpo de Exército:

“Fale a estes guascas (bravos, destemidos), naquela linguagem que nós dois sabemos.”

Em 18 de julho de 1847, o senador Caxias defendeu a promoção para oficiais que combateram a Revolução Farroupilha, preteridos segundo ele:

“Por 97 oficiais que tinham vivido em completo ócio, enquanto outros derramavam o seu sangue pela pátria. Isto pareceu-me bárbaro. Julguei de meu dever fazer esta observação. Já como oficial do Exército, já como testemunha ocular do serviço que eles têm prestado.”

Em sessão de 3 de julho de 1850, hipotecou solidariedade a Holanda Cavalcanti, que opinou pela retirada da atual Academia Militar para fora da Corte, por classificá-la “de mais política do que militar”.

E Caxias apoiou a sua ideia de transferência “ao menos para fora da cidade do Rio”, o que ele promoveria em 1856 como ministro, retirando-a provisoriamente para a Fortaleza São João, enquanto construiu a Escola Militar da Praia Vermelha.

Respondendo a críticas sobre a pacificação da Revolução Farroupilha falou ao Senado:

“Não sei se a pacificação da Revolução Farroupilha foi boa ou má. Só sei que quando ela foi feita, todos reclamavam para si a glória. Eu declaro que nunca alardeei tê-la feito. Tenho a consciência de cumprir exatamente tudo quanto o Ministério (Gabinete de Ministros) me encarregou de fazer.

Possuo nas minhas mãos provas de que este Ministério ficou satisfeito.”

Em 15 de julho de 1870 defendeu-se, em discurso histórico, de críticas à sua ação de comando no Paraguai, o qual Wanderley Pinho reproduziu na íntegra em “Caxias senador” citado. Reproduzimos vários aspectos ao longo deste trabalho, no local mais apropriado.

A acusação de haver maltratado prisioneiros disciplinares e penais colocando-os presos num navio da Marinha, demonstrou que foi o tempo em que receberam melhor tratamento. Pois os encontrara presos em campo aberto, cercados por guardas que viviam a tensão de substituir, como castigo, os presos que fugiam em seus serviços.

E isto causava enorme problema para quem recebia a missão de tomar conta dos presos.

Lembramos que foi Caxias que criou o livro *Registro de prisioneiros de guerra*, hoje no Arquivo Histórico do Exército, depois de o localizarmos em 1980 no Curso de Intendência da AMAN.

Foi acusado de não haver condecorado o Conde de Porto Alegre e o coronel Tibúrcio por atos de bravura. Deu convincentes explicações aos seus pares de este não reconhecimento ter sido responsabilidade avocada pelo Ministério da Guerra.

No tocante a condecorações, propôs a extinção da Medalha por Bravura que, concedida a soldados destemidos e não muito disciplinados, conferia-lhes honras de capitão que, no mais das vezes, mal interpretadas, aqueles heróis não mais se submetiam aos cabos, sargentos e oficiais,

chegando alguns a disputar a liderança com seus capitães, dando origem, segundo Caxias, “até a assassinatos de tenentes e capitães, com graves prejuízos à disciplina”.

Conseguiu que fosse aprovada a Medalha do Mérito Militar, para premiar atos de bravura praticados depois de sua criação, não retroativa a atos praticados antes de criada. Mais tarde sua concessão foi avocada pelo escalão superior, contemplando atos de bravura antes da criação da medalha. O soldado com ela condecorado não podia ser castigado com pranchaços de espada. Osório Santana Figueiredo, em *Caserna de Bravos*. São Gabriel, 6º BE Cmb, 1996, mencionou um cabo velho que, quando começou a ser castigado, puxou do bolso sua medalha de bravura, o que interrompeu logo o castigo.

Acusado de haver promovido por atos de bravura um número superior ao previsto no Quadro de Organização argumentou:

“Que em vinte e sete meses de comando promovera 227 oficiais, enquanto o Conde D’Eu em onze meses promovera 320, só excedendo o Quadro em quatro majores.”

Em aparte, um senador perguntou por que não perseguira Lopes em Lomas Valentinas e que salvasse a reputação do Visconde de Itaparica, general Argolo, por não ter reconhecido previamente a ponte de Itororó e a do Marquês do Herval, o general Osório, por ter atrasado o desbordamento da ponte de Itororó, o que determinou o ataque da ponte antes da chegada de Osório. E Caxias assim respondeu as críticas infundadas aos seus dois generais:

“Senhores, nada mais fácil depois do fato consumado e conhecido o terreno, a força e a manobra do inimigo, de longe e com toda a calma e sangue frio, à vista de partes oficiais, criticar operações e indicar o plano mais vantajoso.

Mas o mesmo não acontece a quem se acha no teatro de operações, caminhando nas trevas, em país inteiramente desconhecido, inchado de dificuldades naturais.

É preciso que os senhores senadores se convençam de que a Guerra do Paraguai foi feita às apalpadelas. Não havia mapa do país, por onde me pudesse guiar, nem práticos de confiança. Só se conhecia o terreno onde se pisava. Era preciso ir fazendo reconhecimentos e explorações para se poder dar um passo.

Não é possível, Sr. presidente, fazer ideia adequada dos terrenos do Chaco. Durante o tempo seco cria uma crosta de três ou quatro palmos

de grossura. E assim permite a passagem de um ou outro cavaleiro, de uma ou outra carreta. Mas se o trânsito se amiúda e o tráfego aumenta, a terra fende-se, e o cavalo, cavaleiro, carretas, tudo é absorvido por tremedais insondáveis. Em luta com tantas e tamanhas dificuldades, pisando-se um terreno completamente desconhecido, como se quer exigir impossíveis? Onde está a culpa atribuída aos dois generais (Argolo e Osório)? Pode ser que o meu nobre colega (senador José Inácio Silveira da Mota), se general fosse e lá estivesse, procedesse de outro modo. Eu fiz o que julguei mais acertado.”

O senador goiano Silveira da Mota demonstrou não concordar com a ideia de Caxias.

E Caxias prosseguiu em seu histórico discurso, dirigindo-se a Silveira da Mota:

“V. Exa. me acusou de que se nossas tropas não entraram em Humaitá em 16 de julho de 1868 foi porque mandei ordens ao Sr. Marquês do Herval de retirar-se, quando já estava lá dentro... É inexato! O Diário do Exército diz inteiramente o contrário do que referiu V. Exa... Eis o que houve! O Sr. Marquês do Herval (Osório) cumpriu o seu dever e procedeu como entendeu. E procedeu bem! Não se retirou por ordem minha, mas usando o arbítrio que eu lhe havia confiado. Esta é a verdade! Este Diário do Exército foi publicado há dois anos. O Sr. Marquês do Herval é um general de pundonor e brio, não deixaria pairar sobre a sua honra a menor suspeita. Se eu lhe tivesse faltado à justiça, não deixaria de reclamar em tempo, (apoiado pelos senadores). Nunca o fez antes e continua a conservar comigo as mais íntimas amizades.”

Mais tarde, em 9 de setembro de 1870, o mesmo senador José Inácio Silveira da Mota, sutilmente, leu uma carta de Osório sobre o episódio. Dava a impressão a Caxias de estar sendo desmentido. E ambos Osório e Caxias foram envolvidos na armadilha que abalaria em 1877 a amizade entre ambos, mas não o respeito e admiração. Assunto que será abordado adiante em “A projeção da amizade entre o Duque de Caxias e o general Osório no Exército”.

Osório senador, na sessão de 5 de outubro de 1877, após um abalo das relações, fez uma proposição com a qual Caxias se solidarizou como senador e chefe do Governo. Em sessão de 8 de outubro, três dias depois, o senador Osório fez os seguintes esclarecimentos:

“Foi em 9 de setembro de 1870 que o nobre senador por Goiás (Silveira de Mello) discutiu com o atual ministro da Guerra (Duque de

Caxias), ex-general-em-chefe do Exército, sobre pontos das operações militares havidas no Paraguai, o que pode ser consultado nos Anais do Senado. Nada acrescentarei sobre o combate de Itororó, de que tratei na minha carta de agradecimento escrita ao nobre senador (Silveira da Mota) e que consta dos Anais (carta que foi o pivô do abalo das relações de amizade Caxias-Osório), em razão deste assunto haver perdido a importância desde que, retirando-me do Exército com S. Exa. o Duque de Caxias, teve este a bondade de dizer-me em Montevideu que tinha dado continuidade ao combate de Itororó, sem esperar-me, receando que por sua vez o inimigo atacasse em condições desfavoráveis. Esta resolução do general-em-chefe foi militarmente tomada e prova o motivo por que não pude assistir o combate de Itororó. E portanto não teve fundamento a nota do Diário do Exército. Quanto à minha retirada de Humaitá direi que, sabendo-me distante do Sr. general-em-chefe, Duque de Caxias, eu não poderia saber se S. Exa. deu ou não a ordem de retirada. Mas a verdade é que eu recebi esta ordem pelo meu Ajudante de Campo, o major Francisco da Silveira, como emanada de S. Exa. (Caxias), conforme carta do mesmo que ratifica no documento que vou ler:

Tenho a declarar-lhe que como ajudante de ordens de V. Exa. me foi dada a parte para transmitir ao Exmo. Sr. Duque de Caxias, em 16 de julho, que V. Exa. estava nas trincheiras de Humaitá perdendo bastante gente e esperava suas ordens. A ordem do Duque de Caxias para transmitir a V. Exa. foi que se retirasse em ordem e não deixasse gente para trás... Quaró, 24 de março de 1871.”

E prossegue Osório :

“Acrescentarei mais, que tive e tenho por muito conveniente a ordem de retirada, porque tendo-se executado o reconhecimento a viva força, e eu não dispondo de material apropriado para entulhar o fosso (de Humaitá), até então desconhecido, de 42 palmos de largura e 20 de profundidade, a demora ali da força só poderia dar em resultado aumentar o número de vítimas (baixas) que já passavam de mil, não podendo dar-se o assalto, defendido por mais de cem canhões, à guarnição de Humaitá. Assim julguei prudente e sensata a ordem de retirar-me. E devia ela ter partido do comando em chefe...”

E lê a seguir telegrama de Caxias ao general Argolo a propósito do ataque a Humaitá: “O general Osório tendo chegado próximo à trincheira inimiga e encontrando resistência invencível, dei ordem para que voltasse a força”.

E conclui Osório :

“Tenho provado segundo me parece que, se a ordem do general-em-chefe foi alterada, eu não poderia deixar de cumpri-la tal como a recebi. Conquanto eu reconheça que sou o último dos meus camaradas, penso que eles não poderão exprobrar-me o ter evitado o perigo alguma vez, deixando-os comprometidos.”

Foi muito aplaudido, e Paranaguá acrescentou que Osório sempre fora o primeiro.

Aqui os elementos para julgar-se o incidente Caxias-Osório em torno de atuações de Osório em Itororó e Humaitá, desencontro mais à conta de intrigas políticas e de erros do *Diário do Exército*.

Eis uma preciosa lição da História, a mestra das mestras, a mestra da vida. E segundo Santana, “quem não conhece a História corre o risco de repeti-la”.

Em 5 de janeiro de 1878, Caxias deixou o Governo e retirou-se doente para Santa Mônica. Foi substituído no Ministério da Guerra por Osório, que continuou a defender, por curto período, com resultados, interesses do Exército que Caxias defendera por cerca de trinta anos, sempre com apoio de Osório.

Osório faleceu em 1879 e Caxias em 1880, deixando os interesses do Exército na orfandade, e sem defensores carismáticos no Senado, de modo que, em 1881, para compensar suas ausências no Parlamento, foi organizado o Diretório Militar na Santa Cruz dos Militares, visando a eleição de militares pelos partidos Liberal, Conservador e Republicano para o Parlamento, onde os interesses da classe militar estavam órfãos. E daí à República foi um passo, em razão de os militares não terem sido atendidos. E deste Diretório Militar emergiu a liderança do marechal de campo Manoel Deodoro da Fonseca. Este, na Questão Militar e fundação do Clube Militar contou com o apoio do senador Liberal e 2º Visconde de Pelotas, o marechal Câmara.

O historiador civil Wanderley Pinho, que estudou pioneiramente Caxias como senador pela província do Rio Grande do Sul, concluiu emitindo o seguinte conceito:

“Caxias – senador foi o mesmo do que em tudo o mais que exerceu como homem público: digno e alto como homem. Patriota útil na palavra e na pugna e caráter íntegro.”

Em outras partes deste trabalho são focalizados outros aspectos de sua atuação como senador.

O Duque de Caxias e a sua projeção como ministro da Guerra

Caxias foi ministro da Guerra por seis anos, seis meses e vinte e quatro dias descontínuos e em três períodos distintos: o 1º, de 14 de junho de 1855 a 4 de maio de 1857; o 2º, de 2 de maio de 1861 a 24 de maio de 1862 e o 3º, de 22 de março de 1875 a 5 de janeiro de 1878.

Durante este tempo, acumulou a chefia do Governo do Brasil, na condição de presidente do Conselho de Ministros, exceto de 14 de junho de 1855 a 3 de agosto de 1856, por um ano e dezenove dias.

Foi o tempo suficiente para proceder uma Reforma Administrativa profunda, com a criação da Repartição do Ajudante General, criada por Lei de 30 de junho de 1856 e instalada em 31 de janeiro de 1857, tendo como 1º Ajudante General seu experimentado tio marechal Manoel da Fonseca Lima e Silva, Barão de Suruí, ex-ministro da Guerra em 1831-32 e 1835-36 e que fora o subcomandante do Batalhão do Imperador na Guerra da Independência na Bahia, assunto já abordado em Bases da Cultura de Caxias em Arte Militar.

Foi uma Revolução no Exército, cuja função administrativa passou a ter continuidade, pois os ministros, em expressiva maioria, eram parlamentares civis que se sucediam na pasta, sem conhecimento ou desinteresse por seus problemas e a ele se subordinavam diretamente os Comandos das Armas, até então descoordenados.

O Ajudante General era em realidade o Comandante do Exército, como se verá, e o ministro não possuía a força como passou a ter após a República, para cuja proclamação, em 15 de novembro de 1889, o Ajudante General de então, o marechal Floriano Peixoto, foi o fiel da balança.

O Ajudante General passou a ter sob seu comando direto os Comandos das Armas das províncias e a comandar pessoalmente o Comando das Armas da Corte.

Esta organização perdurou até a regulamentação, em 6 de janeiro de 1899 (Dec. 3.189) da Lei que criou o Estado-Maior do Exército e a atual 1ª Região Militar, organizações militares que substituíram o Ajudante General.

A partir da República, os ministros da Guerra passaram a ser militares, exceção a Pandiá Calógeras (1919-1922), ao contrário do Império, em que foram parlamentares, deputados ou senadores, e excepcionalmente militares, conforme se constata da relação geral na *História do Exército Brasileiro*, v.1, p.1-2. E muitos militares fizeram carreira mais de políticos do que de chefes militares cabos de guerra.

Substituiu-se o Comandante do Exército pelo chefe do Estado-Maior do Exército, como assessor do Comandante do Exército: o ministro da Guerra e, a partir de 1967, com o general Aurélio de Lyra Tavares – ministro do Exército.

Ao ministro da Guerra competia defender junto ao Gabinete de Ministros interesses de sua pasta, verbas, leis etc.

E Caxias, ministro da Guerra e presidente do Conselho de Ministros, por quatro anos e meio, ficou, como se diria, com a faca e o queijo na mão para atender às necessidades do Exército, que conhecia como ninguém.

Junto ao Ajudante General (Tática e Estratégia) foi criada a Repartição do Quartel Mestre General (Logística), ambos despachando direto com o ministro.

Eram as seguintes, em resumo, as funções do Ajudante General e do Quartel Mestre General:³⁵

Ajudante General: Planos e Operações Militares; Trabalhos de História Militar em apoio ao Planejamento de Operações; Administração da Justiça Militar; Instrução e Ensino Militar; Administração do Pessoal e da Reserva. Enfim, tudo referente a pessoal (organização, justiça, disciplina etc.).

O Quartel Mestre General era uma espécie de Intendente mór. Era o responsável no Exército pela Aquisição, Depósito, Recolhimento, Conservação, Suprimento, Transporte de armamentos, munições, equipamentos e materiais diversos; Comunicações, Arsenais e Fábricas; Remonta, Hospitais e Farmácias; Próprios Nacionais; Obras Militares e Asilo de Inválidos da Pátria na Ilha do Bom Jesus.

Fora uma estrutura que Caxias implementara no Exército do Sul, ao seu comando na Guerra contra Oribe e Rosas (1851-1852), na qual teve como Ajudante General o fluminense coronel de Artilharia José Mariano de Mattos, que aderira à Revolução Farrapilha, da qual foi ministro da Guerra e da Marinha, vice-presidente e presidente interino da República Rio-grandense e, em 1864, ministro da Guerra do Império do Brasil, o qual é estudado em *O Exército Farrapo e os seus chefes*.³⁶

Foi ele o autor da ideia do Brasão Farrapo, adotado em 1891, como o do estado do Rio Grande do Sul.³⁷ O Ajudante General era, grosso modo, o homem da Tática e da Estratégia, e o Quartel Mestre o do Apoio Logístico.

O Quartel Mestre era o topo de um canal técnico que ia até o Tenente Quartel Mestre das unidades, tendo estágios e nomes próprios nos diversos escalões, como os deputados do Quartel Mestre na divisões e brigadas. Esta estrutura funcionou bem na Guerra do Paraguai.

Pelo demonstrado, esperamos que concordem que a introdução em 1855, por Caxias, do Quartel Mestre e Ajudante General no Exército Imperial significou uma Reforma Militar profunda.

Hoje se tem a falsa ideia de que o ministro da Guerra no Império e início da República possuía o poder e ação direta sobre o Exército, como a partir de 1899 com a criação do Estado-Maior do Exército, em que o ministro passou a ser o seu comandante.

Foi Ajudante General do Exército, ou comandante de fato do Exército no Império, de 10 março de 1873 a 17 de maio de 1888, por quinze longos anos, o tenente-general Manoel Antônio da Fonseca Costa. O tenente-general era pai do Visconde da Penha, o marechal João de Souza da Fonseca Costa, que fora colaborador de Caxias. Este, em reconhecimento, deixou ao visconde em testamento sua invicta espada de campanha, assunto já abordado ao focalizarmos o testamento de Caxias. Ambos foram ligados por laços de parentesco e amizade aos Lima e Silva.

Tenente-General Manoel Antônio da Fonseca Costa, Visconde da Gávea (1803-1890).

Nasceu no Rio em 24 de abril de 1803, quatro meses antes de Caxias. Era filho de um oficial de Infantaria de mesmo nome. Fez carreira na Cavalaria no atual Regimento dos Dragões da Independência em Brasília, cuja história foi abordada pioneiramente em 1972.³⁸

Comandou um Esquadrão no combate à Confederação do Equador em 1824, tendo lutado no bairro da Boa Vista. A Expedição fora comandada por seu parente e pai de Caxias, coronel Francisco Lima e Silva, de quem logo a seguir seria ajudante de ordens no Comando das Armas de São Paulo em 1828.

Com a abdicação de D. Pedro I, foi ajudante de ordens do tio de Caxias, o brigadeiro José Joaquim Lima e Silva, Visconde de Magé, que comandara o Batalhão do Imperador e o Exército Libertador da Bahia em 2 de julho de 1823.

Na Revolução Liberal de 1842 em São Paulo foi para lá enviado à frente de 280 homens, tendo sido, na ocasião como tenente-coronel, ajudante de ordens de seu parente e amigo, o então Barão de Caxias, enviado para pacificar São Paulo, além de responsável pelo detalhe (nome na época do Boletim Diário).

Promovido a coronel, comandou por cerca de oito anos o atual Regimento de Dragões da Independência de Brasília, inclusive como brigadeiro, de 7 de setembro de 1847 a fevereiro de 1855.

Comandou as Armas da Bahia (atual 6ª RM) por cinco meses em 1855, tendo como ajudante de ordens seu filho João, já consagrado colaborador de Caxias na Revolução Farroupilha e Guerra contra Oribe e Rosas (1851-1852).

Comandou a Guarda Nacional da Corte, de 6 de fevereiro de 1858 a 22 de abril de 1868, por mais de dez anos, quando organizou contingentes da mesma enviados ao Paraguai.

Foi titulado Barão da Gávea em 17 de março de 1871. De 1873 a 1888, por quinze anos, exerceu a função de Ajudante General ou comandante do Exército de 19 ministros da Guerra e parlamentares, deputados ou senadores, como interinos ou efetivos. Sem dúvida, uma grande rotatividade no cargo entre liberais e conservadores. Isso dá a importância da função de Ajudante General criada por Caxias em 1855. Não fora isso, pobre Exército Brasileiro. Eis os ministros:

Visconde do Rio Branco (1872-1873); João José de O. Junqueira (1873-1875 e 1885-1886); Duque de Caxias (1875-1877); Luiz Antônio Pereira Franco (1876); Marquês do Herval – General Osório (1878-1879);

Eduardo Andrade Pinto (1878); João Lins V. Cansanção Sinimbu (1879); Tenente-general Antônio Corrêa Câmara, Visconde de Pelotas (1880-1881), por ocasião da morte de Caxias); Barão Homem de Mello (1881); Franklin Dória e Barão de Loreto (1881-1882, criador da BIBLIEx como fonte de consulta); Afonso Augusto M. Pena (1882-1884); Carlos Afonso de Assis Figueiredo (1882-1883); Antônio Joaquim Rodrigues Jr. (1883-1884); Felipe Franco de Sá (1884); Cândido Maria de Oliveira (1884-85); Engenheiro Militar Antônio Eleutério Camargo (1885); Alfredo Chaves (1886-1887); Joaquim Delfino Ribeiro da Luz (1887-1888) e Tomás Coelho (1888).

O Visconde da Gávea deixou a função de Ajudante General em razão do protesto que lhe foi enviado pelo Clube Militar, sob a liderança do marechal Deodoro da Fonseca, “de recusa do Exército em fazer o papel de capitão do mato, na perseguição de escravos fugidos”, o que equivaleu à Abolição de fato.

Deixou o cargo do qual pedira exoneração, em 17 de maio de 1888, quatro dias decorridos da Lei Áurea, após a qual, como se constata da Imprensa da época, a princesa Isabel passou a ser chamada de “A Redentora”, e o Exército de “O Redentor” dos escravos. Confirmar é obra de simples verificação. Possuía o Marques da Gávea então 85 anos.

Ele foi Ajudante General de Caxias (1875-1877), quando em esforço coordenado reformaram e ampliaram o atual Palácio Duque de Caxias, com o aspecto que apresentou no dia 15 de novembro de 1889, Proclamação da República, que estudamos pioneiramente, sob o patrocínio da FHE-POUPEX.³⁹

Até bem pouco tempo decoravam o refeitório de oficiais da 3ª RM dois enormes óleos feitos na época. Um do Duque de Caxias em campanha, ao lado de um canhão, e outro do Visconde da Gávea na atual Praça da República, tendo ao fundo em reforma o atual Palácio Duque de Caxias. O do Visconde da Gávea decora o Refeitório de Oficiais Superiores no Palácio Duque de Caxias.

Por tudo se conclui a estreita ligação familiar e profissional dos Fonseca da Costa com os Lima e Silva, durante todo o tempo que perdurou o Império.

O Visconde da Gávea foi reformado pela República aos 86 anos, em 30 de janeiro de 1890, com setenta e seis anos de serviços militares, tendo falecido em 13 de junho de 1890.

Ele e seu filho sentaram lado a lado, por cerca de oito anos, como conselheiros de Guerra, de igual forma que Caxias se sentou ao lado do pai por quase igual período no Senado do Império.

Indiscutivelmente os Fonseca Costa prestaram assinalados serviços militares ao Brasil, e estamos seguros de que Caxias lá do alto onde deve se encontrar está satisfeito com o resgate histórico de seus ilustres e devotados colaboradores e parentes Manoel Antônio e seu filho João Fonseca Costa. Maiores detalhes sobre o Marquês da Gávea consultar:

PRETEXTATO MACIEL DA SILVA, Alfredo, Cap. *Generais do Exército Brasileiro*. Rio de Janeiro: M. Orosco, 1907. p.107.

Passemos pois a apreciar as realizações, em prol do Exército, pelo Duque de Caxias:

Realizações da sua 1ª gestão no Ministério da Guerra, 1855-57

- As promoções nas armas passaram a ser feitas todas na mesma data (Dec. 1634, 1855) atendendo a justos reclames da tropa.

- Melhorou o rendimento da cavalaria do Exército, ao contratar um veterinário e um picador. Este foi o célebre Luiz Jácome, carioca que tirou curso de Hipologia na Inglaterra e consagrado pelos pósteros em nome de picadeiro do Colégio Militar e cuja vida e obra resgatamos em artigos na imprensa do Brasil e em “O Sistema Luiz Jácome e a Cavalaria Brasileira”. *A Defesa Nacional*, 759, jan./mar. 1993, p.156.⁴⁰

Foi instrutor de Equitação da Escola Militar durante a Guerra do Paraguai, quando propôs ao Exército colocar à disposição seu Sistema de doma racional de cavalos, éguas e muars chucros.

Estudado pelo marechal João Manuel Mena Barreto, que tombaria morto no assalto de Peribeubú, este herói emitiu o parecer:

“Posto em execução no Exército o Sistema Jácome, em pouco tempo será abolido do Orçamento a rubrica Remonta.”

Este sistema era de grande interesse militar como sua publicação *O Livro do Ferrador*, cuja importância assim Jácome justificava:

“Por falta de um cravo perde-se uma ferradura e por falta desta, uma batalha.”

Era um problema relevante a boa técnica de ferrarem-se cavalos e muars num Exército hipomóvel. Tanto que, ao ser contratada a Missão Militar Francesa, veio junto um *maréchal de Logis*, que ao leitor desavisado

parecia à 1ª vista um marechal especialista em Logística, mas em realidade era um sargento ferrador.

- No tocante à formação de oficiais, transferiu a instrução prática ou profissional do Largo do São Francisco para a Fortaleza São João, enquanto construía a Escola Militar da Praia Vermelha, fechando a praia entre os atuais ECEME e IME.

Escolheu uma área do Salitre, na Lagoa Rodrigo de Freitas, para servir de campo de exercícios e de tiro à Escola Militar profissionalizada, uma grande preocupação sua. Escola que abordamos em *Escolas de Formação de Oficiais das Forças Armadas do Brasil*. Rio de Janeiro: FHE-POUPEX, 1988. Dá uma ideia desta escola, antes da Guerra do Paraguai, Dionísio Cerqueira, no seu clássico *Reminiscências da Guerra do Paraguai*, com várias reedições pela BIBLIEx.

A partir de 1874 ela sofreria o impacto da Reforma do Ensino, pelo Decreto 5.529, de 17 de janeiro de 1874 que introduziu o bacharelismo militar, o qual perduraria até 1905, quando foi fechada, a seguir extinta, e reaberta em Porto Alegre com o nome de Escola de Guerra.

Presidia em 1874 o Gabinete de Ministros o Visconde do Rio Branco. Era seu ministro da Guerra o Conselheiro João José de Oliveira Junqueira e comandante da Escola Militar havia vinte e três anos o marechal Polidoro Quintanilha Jordão, Visconde de Santa Tereza, engenheiro militar sem experiência militar em campanha, que se ligou ao desastre de Curupaiti, o que determinaria a sua substituição no comando pelo Marquês de Caxias.

- Outra medida de grande alcance na racionalização e padronização da administração das unidades do Exército foi a criação, nas mesmas, dos Conselhos Econômicos.

- Criação da Pagadoria das Tropas da Corte, o que facilitou a administração do Exército.

- Deu especial atenção à nova regulamentação do Corpo de Saúde do Exército.

- Atacou o problema crucial do Recrutamento Militar, expondo-o ao Gabinete de Ministros, que integrava, e ao Senado, do qual era um senador:

“O recrutamento forçado admitido entre nós é sistema tortuoso, irregular e improficuo, enquanto não tivermos uma Lei de Recrutamento, uma lei fundada nos sadios princípios de justiça e de equidade. Lei que obrigue todos os cidadãos, de qualquer condição, a prestar tempo de ser-

viço militar na força armada regular, em determinadas circunstâncias. Lei que encoraje a voluntariedade, por isenções e favores, para a prestação do serviço militar, bem como os engajamentos dos que já serviram o tempo previsto em lei, é questão fechada para mim, que nunca teremos um Exército composto de elementos de moralidade e ordem, como convém ao bom desempenho de sua nobre missão. Mais uma vez invoco o patriotismo (do Parlamento), para que doteis o Exército com lei sobre tal matéria, com base no princípio das nossas instituições e em nossos costumes.”

Só em 1874 seria votada uma lei do Serviço Militar, que Caxias ensaiou implementar, a seguir ignorada por quarenta e dois anos e só implementada em 1916 com o 1º Sorteio Militar. A lei era a nº 2.556, de 27 de setembro de 1874, regulamentada pelo Dec. nº 5.881, de 27 de fevereiro de 1875 e que estabelecia:

“O Recrutamento para o Exército e Armada (Marinha atual) será feito:

Parágrafo 1º: Por engajamentos e reengajamentos voluntários.

Parágrafo 2º: Na deficiência de voluntários, por sorteio dos cidadãos brasileiros alistados anualmente, na conformidade da Lei 2.556, de 27 set. 1874.”

O sorteio só foi implementado a partir de 1916, sendo ministro da Guerra o marechal Caetano de Farias, e durante a I Guerra Mundial, conforme já o abordamos.⁴¹

Realizações na sua 2ª gestão no Ministério da Guerra

- Reformulação da Doutrina de Instrução, a de Emprego operacional e a de Justiça e Disciplina do Exército, que se encontravam bastante desatualizadas. Necessidades confirmadas nas cinco campanhas vitoriosas que comandara. Valeram por uma grande Reforma Militar, utilíssima no enfrentamento da Guerra do Paraguai pelo Exército.

A Doutrina de Emprego operacional era desordenada:⁴²

“A Infantaria obedecia à instruções já fora de uso em Portugal, de Bernardo Antônio Zagalo. A Cavalaria seguia as Instruções ou Doutrina do marechal inglês Carl Beresford, do início do século. A Artilharia seguia a Doutrina da Guarda Real Francesa do general Pardal e da extinta Comissão Prática de Artilharia.”

A Disciplina e a Justiça Militar ainda se baseavam em grande parte nas doutrinas do Conde de Lippe, quase centenárias.

Caxias adaptou a Doutrina vigente em Portugal para as três armas e, de influência ainda inglesa, às circunstâncias operacionais e culturais de nosso Exército. E ressaltou na justificativa:

“Enquanto não se organize uma tática privativamente nossa (genuína) em acordo com as realidades operacionais e culturais sul-americanas.”

Com isso, se tornou o pioneiro do ideal de uma Doutrina Militar Terrestre Brasileira genuína, conforme ressaltou pioneiramente e muito bem o coronel Amerino Raposo em *Caxias e a Doutrina Militar*. Rio de Janeiro: BIBLIEx, 1959.

No tocante à Disciplina e a Justiça Militar conseguiu, como senador, conselheiro de Guerra, presidente do Conselho de Ministros e ministro da Guerra os seguintes regulamentos: Regulamento Correccional das Transgressões Disciplinares e um novo Código Penal Militar.

Foi com essa Doutrina de Instrução, Emprego, Justiça e de Disciplina que enfrentou o Exército a Guerra do Paraguai, apoiada numa organização institucional do Exército mais ágil, representada pelas figuras do Quartel Mestre General e Ajudante General.

- Voltou a bater, em 1862, na tecla da necessidade de adoção do Serviço Militar Obrigatório. E insistiu:

“...o único meio de se conservar (manter) no Império um Exército, ainda que pequeno, mas indispensável à sua Defesa, é o da chamada obrigatoria para o serviço das armas, dos indivíduos que em vossa sabedoria julgardes que devem constituir a massa recrutável de nossa população.”⁴³

- Criação de Colônias Militares. Ele assim defendeu a ideia no Senado do que se constituiu um grande avanço e de expressiva projeção geopolítica, ao criarem-se núcleos políticos nacionalizadores, em vazios demográficos junto às nossas fronteiras, em especial:

“Num país vastíssimo como o nosso, em muitos pontos baldos (carente) de população civilizada e em outros apenas habitados por selvagens, limítrofe, além disso, com Estados (nações), em idênticas senão menos lisonjeiras condições, o estabelecimento (criação) de colônias militares não é só uma conveniência administrativa, como também medida política (dir-se-ia geopolítica) de reconhecida necessidade.”⁴⁴

- Dedicou atenções à fabricação de pólvora na Fábrica da Estrela, ainda com fumaça, e recebeu informação de Américo Costa em 1º de outubro de 1861, da Legação do Brasil, da descoberta de uma nova pólvora.

vora por um capitão Shultze do Exército da Prússia, que havia sido experimentada satisfatoriamente na Fortaleza de Spandaw.

Seguramente, tratava-se de pólvora sem fumaça, cuja fabricação iniciou na Fábrica de Piquete, construída pelo ministro da Guerra marechal João Nepomuceno Mallet, que foi a 1ª da América do Sul e que se constituiu num marco de sua administração, ao lado da criação do Estado-Maior do Exército (com apoio em Vilhena de Moraes em *Aspectos de Caxias*).

Do grande pintor Araújo Porto Alegre, Barão de Santo Ângelo, Caxias recebeu informação confidencial de Berlim, datada de 3 de setembro de 1861:

“Na Escola Politécnica de Viena assisti experiências de um novo bronze, que oferece dupla vantagem sobre o atual. É mais sólido e mais elástico e com ele se poderá fazer uma Artilharia mais leve, o que será de grande auxílio para o transporte e manobra na nossa guerra (seria a do Paraguai?).

Os homens que aí vejo, pacientes, com natureza para tais ensaios, por terem gênio particular para isso são o Conselheiro Mello do Observatório, ou o Dr. Capanema (pioneiro da telegrafia no Brasil) e talvez o Dr. Azeredo Coutinho da Casa da Moeda porque é muito paciente e tenaz para tudo. E este ensaio se pode fazer sem embarços, porque não envolve complicações e despesas grandes.

Em ocorrência (época) alguma se procurou mais a arte de destruir do que na atual, em que todos os governos se armam por causa de uma mútua desconfiança.”

Em breve eclodiriam, ao nosso ver, três pioneiras guerras totais, a de Secessão nos Estados Unidos, a da Tríplice Aliança contra o Paraguai e a Franco-Prussiana.

Com as medidas abordadas nas duas oportunidades de ministro da Guerra, cumulativamente como chefe do Governo, Caxias preparou o melhor possível o Exército para o confronto que foi a Guerra do Paraguai.

Realizações em sua 3ª e última gestão no Ministério da Guerra

- Logo no início de sua gestão conseguiu a aprovação do Regulamento para a Disciplina (com o sentido de organização) e o Serviço Interno dos Corpos Arregimentados em Quartéis Fixos. Equivalia ao atual RISG.

Possuía disposições comuns a todas as armas. Havia nele uma grande preocupação com o manejo das cavalladas que representavam a mobilidade. As atribuições afetas ao comandante da Unidade ainda são de muita atualidade. Foi aprovado pelo Dec. 6.373, de 15 nov. 1876.

- Ampliação da Escola Militar da Praia Vermelha, a qual havia construído na sua 1ª vez como ministro da Guerra.

- Armamento: conseguiu adquirir armamento de retrocarga Comblain para a Infantaria, carabina Spencer para a Cavalaria e canhões Krupp para a Artilharia, além de transformar, de percussão periférica para central, 5.000 fuzis Robert e 2.000 carabinas Spencer de retrocarga.

- Foram construídos os fortes de Uruguiana, Corumbá e Tabatinga, de projeções na defesa da fronteira e na Geopolítica brasileira. Veja-se hoje a importância destas cidades no intercâmbio do Brasil com a Argentina, Bolívia e Colômbia.

- Criação do Corpo de Transportes no Rio Grande do Sul, destinado a transportar materiais e pessoal dos portos fluviais ou estações ferroviárias às unidades de fronteira e vice-versa. Esse Corpo de Transporte, ao comando do marechal Bento Gonçalves da Silva Filho (neto do líder farrapo), parte dele foi capturado pelos federalistas, no cerco seguido de massacre por degola da Cavalaria Civil, em Rio Negro (atual Hulha Negra) em 28 de novembro de 1893, e depois os remanescentes tomaram parte na resistência épica sob a liderança de Carlos Telles, por quarenta e seis dias, ao sítio federalista de Bagé, que se seguiu ao de Rio Negro.⁴⁵

O então aluno da Escola Preparatória e Tática do Rio Pardo, o futuro marechal Mascarenhas de Moraes, comandante da FEB, usou caronas deste Corpo para deslocar-se até Rio Pardo, quando ali estudou na Escola Preparatória e Tática do Rio Pardo.

- Criação de Companhias de Telegrafistas, as pioneiras da Arma de Comunicações, para apoiar o surto telegráfico ocorrido quando Caxias foi chefe do Governo (1875-77). Então foram ligadas ao Rio, pelo telégrafo, as cidades de Porto Alegre, Rio Grande, Pelotas etc. para atender necessidades preventivas de Defesa Externa.

- Aquisição da Ilha do Bom Jesus, local do Asilo de Inválidos da Pátria, instituição que até bem pouco tempo amparou militares inválidos em operações militares. Em 1985 o antigo Asilo abrigava a Cia Comando da 1ª Região Militar, ocasião em que foi recolhido o *Livro Histórico*, do Asilo, ao Arquivo Histórico do Exército, por nossa iniciativa.

- Criação do Curso de Infantaria e Cavalaria no Rio Grande do Sul.

- Criação da Escola Prática de Tiro de Campo Grande (local atual da antiga Escola do Realengo).

- Dinamização dos Depósitos de Aprendizes Militares no Arsenal de Guerra e Aprendizes de Artilheiros na Fortaleza São João (pioneiros do SENAI).

- Criação do Corpo Eclesiástico do Exército (capelães).

- Garantias a veteranos Voluntários da Pátria do Paraguai. As áreas do atual ABC, em São Paulo, foram terras que seriam destinadas a colocação de Voluntários da Pátria, segundo o general Plínio Pitaluga, que cuidava dos interesses de veteranos de guerras brasileiros, já falecido.

- Criou estímulos a recrutamentos; à Fábrica de Ferro de Santana do Ipanema; à Fábrica de Pólvora da Estrela; aos hospitais e farmácias etc.

Enfim, preocupou-se: com os Voluntários da Pátria; com o ensino profissional de menores; com os militares invalidados em ação de guerra; com a normatização da vida nas casernas; com o aperfeiçoamento do ensino no tocante à sua praticidade; com cursos de Infantaria e Cavalaria e Escola Prática de Tiro de Campo Grande (Realengo); atualização do Armamento do Exército, do de carregar pela boca pelo de retrocarga e de percussão periférica; em fortificar alguns pontos desguarnecidos da fronteira, de grande intercâmbio com nações vizinhas.

Projeção de Caxias no desenvolvimento da Doutrina do Exército

Sendo a Doutrina Militar representada, numa definição simples, como as maneiras pelas quais um Exército é organizado, equipado, instruído, motivado e empregado operacionalmente, em caráter pioneiro, acreditamos, ensaiaremos a projeção de Caxias no desenvolvimento da Doutrina do Exército, na quádrupla condição de ministro da Guerra, conselheiro de Guerra, senador e presidente do Conselho de Ministros ou de chefe do Governo do Brasil.

Abordaremos sua ação nos campos da Doutrina: Organização; Equipamento; Instrução (inclui Ensino), Motivação e Emprego.

Organização

- Procedeu profunda Reforma Administrativa, com a criação das funções de Ajudante General e de Quartel Mestre General do Exército.

- Criou Conselhos Econômicos nos Corpos de Tropa, que racionalizaram e padronizaram a administração dos mesmos.

- Teve aprovado o *Regulamento para a Disciplina* (ordenamento administrativo) e o *Serviço Interno dos Corpos Arregimentados e Fixos*, com projeção no campo da Instrução e do Equipamento. Foi um grande passo!

- Criação do Corpo Eclesiástico do Exército (capelães).
- Adoção do novo *Regulamento para o Serviço de Saúde do Exército* (Dec. 1.900/57). Reiterada insistência junto ao Parlamento pró-adoção do Serviço Militar Obrigatório, aprovado em 1874.

Equipamento

- Aquisição parcial de armamento retrocarga para a Infantaria e Cavalaria e canhões Krupp para a Artilharia.
- Transformação de 5.000 fuzis Robert e 2.000 carabinas Spencer de percussão periférica para percussão central.
- Criação do Corpo de Transportes no Rio Grande do Sul, com repercussões na Organização.
- Criação de Companhias de Telégrafos para fazer face ao surto da telegrafia iniciado em 1852, com o estabelecimento da linha de Segurança Interna no Rio: QG – Palácio Imperial Quinta da Boa Vista – Polícia Militar, (atual QG/PMRJ) – Arsenal de Guerra e Arsenal de Marinha.
- Apoio ao maior desenvolvimento do aproveitamento de menores carentes como Aprendizes Militares no Arsenal de Guerra e Aprendizes Artilheiros na Fortaleza São João (pioneiro do SENAI).
- Construção dos fortes de Uruguaiana, Corumbá e Tabatinga, com reflexos na Organização.
- Contrato de um veterinário e de um picador com vistas ao manejo racional das cavalcadas do Exército.
- Estímulos a maior eficiência e produtividade das fábricas de Pólvora da Estrela e da de Ferro de Santana do Ipanema, em São Paulo.

Instrução-Ensino

- Retirada da formação profissional de oficiais do Largo do São Francisco, inicialmente para a Fortaleza de São João, enquanto durou a construção da Escola Militar da Praia Vermelha, que formou a geração de jovens oficiais que combateram na Guerra do Paraguai (Deodoro, Floriano, Tibúrcio, Dionísio Cerqueira etc.).
- Construção da Escola Militar da Praia Vermelha, fechando a praia entre a ECEME e o IME atuais.
- Destinação do Salitre, na Lagoa Rodrigo de Freitas, para manobras e tiro da Escola Militar.

- Dinamização da formação de menores aprendizes artífices e artífices.
- Criação da Escola Prática de Tiro (em geral) de Campo Grande, com sede no antigo prédio que sediará de 1913 a 1944 a Escola Militar do Realengo.
- Criação dos Cursos de Infantaria e Cavalaria na província do Rio Grande do Sul.
- Instrução do Exército em Doutrina Militar, com apoio na adaptação das Ordenanças de Portugal para as três armas.

Motivação

- Adoção de data única para as promoções nas três armas.
- Adoção de novo *Código Penal Militar* mais brando, que substituiu os draconianos e centenários *Artigos de Guerra* do Conde de Lippe.
- Adoção de Regulamento Correccional das Transgressões Disciplinares, padronizando punições e critérios que procuraram erradicar abusos e arbitrariedades de algumas autoridades, conforme justificou ao adotá-lo.
- Criação de Colônias Militares, as avós dos Pelotões de Fronteira, onde eram aproveitados militares reformados por idade ou incapazes para o Serviço Militar, na dupla missão de vivificá-las política e economicamente, e defendê-las se necessário, como o fez a de Dourados, sob a liderança do tenente Antônio João e seus bravos comandados .
- Aquisição da Ilha de Bom Jesus, sede do Asilo de Inválidos da Pátria, instituição criada para amparar militares brasileiros invalidados no serviço do Brasil.
- Garantia de vantagens asseguradas aos Voluntários da Pátria, quando de seus alistamentos para a Guerra do Paraguai.
- Proposta, não acolhida pelo Parlamento, de criação de Colégio Militar na Fortaleza São João, dentro do propósito em que foi criado em 1889 o Colégio Militar do Rio de Janeiro.
- Liderança carismática de Caxias, que foi capaz de anular ou de desestimular esforços erradicadores do Exército, retomados com vigor após sua morte e a de Osório em 1880 e 1879, respectivamente, ao ponto de, certa feita, o marechal Deodoro reclamar junto ao Barão de Cotegipe sobre as frequentes humilhações que vinha o Governo impondo ao Exército:

“Se o Duque de Caxias ainda vivesse, fatos de tal natureza não teriam lugar”, conforme se lê de documento em:

CUNHA, Marques da, et alii. *Deodoro*. Rio de Janeiro, [sl], 1927. p.118-124.

Emprego

- Adoção, adaptadas às realidades culturais e operacionais sul-americanas que vivenciara em cinco campanhas militares que comandara, das Ordenanças de Portugal para as três armas. Isto antes das guerras contra Aguirre e a do Paraguai.

- Aumento da operacionalidade do Exército com um Corpo de Transportes e Companhias de Telégrafos.

- Potencialização da estrutura Administrativa e Logística de Zona de Retaguarda, representada pelo Ajudante General e Quartel Mestre General.

Considerações oportunas

Caxias não podia tudo. Dependia da Câmara e do Senado para as reformas que desejava para o Exército, com deputados e senadores que eram mais simpáticos à política anti-Exército da Guarda Nacional, subordinada ao Ministério da Justiça. Esta competia de modo desigual com o Exército no recrutamento e a este raramente conseguia os efetivos que a lei lhe facultava.

Falecidos os senadores Osório e Caxias, em 1879 e 1880, já em 1881 foi fundado na Santa Cruz dos Militares o Diretório Militar. Este visava eleger militares dos três partidos para, na Câmara e Senado, tentarem minimizar a falta de Caxias e Osório na proteção dos assuntos do Exército.

Neste contexto surgiu a 1ª revista militar, a *Revista Militar Brasileira* (atual do Exército) que em 1882, em editorial, traduziu o ânimo dos militares:

“...Um país como o Brasil, que julga que um Exército só se faz necessário quando o inimigo lhe bate arrogantemente à porta, que não aquilata o mérito militar, que aniquila a verdadeira disciplina, que pouco aprecia a sua dedicação ao Serviço Público...”

Aí está, estampado em parte, o espírito de descontentamento no Exército, logo após as mortes do senador Caxias, conservador, e do senador

Osório, liberal, que durante cerca de trinta anos de amigos íntimos e até confidentes, embora militantes de agremiações políticas rivais, fizeram juntos a política do Exército e não política no Exército, como mais tarde o general Góes Monteiro irá preconizar, como se verá adiante.

Acreditamos que Caxias e Osório foram essenciais, como obstáculos à erradicação do Exército e como moderadores de hostilidades políticas culturais contra ele.

Desaparecendo estas lideranças carismáticas nacionais, as hostilidades de que eles eram obstáculos tomaram vulto e despertaram reação, igual e contrária, traduzida pelos: Diretório Militar, Questão Militar, Fundação do Clube Militar, protesto do Clube contra o uso do Exército como capitão de mato, deposição do Gabinete Ouro Preto e proclamação pacífica e tranquila da República, seguida de sua sangrenta consolidação para sufocar as reações armadas à mesma, de 1891 a 1895.

E Deodoro, ao depor o Gabinete Ouro Preto, o responsabilizou e ao seu Gabinete:

“De possuírem firme propósito em abater e mesmo de dissolver o Exército.”

É o que se pode concluir da obra muito valiosa do repórter da Proclamação da República:

SENNÁ, Ernesto. *Deodoro - subsídios para a História - notas de um repórter*. Rio: Imp. Nacional, 1939.

Esta conjuntura foi reproduzida na obra *O Exército na Proclamação da República*. Rio: SENAI, 1989⁴⁶ e é reproduzida na obra coletiva:

Cadernos da Comissão do Exército dos Centenários da República e da Bandeira. Rio de Janeiro: SENAI-BIBLIEx, 1989.

Se Caxias tivesse sobrevivido até 1890, como o seu parente da mesma idade e colaborador Visconde da Gávea, é possível que a República não tivesse se implantado, pelo menos via Exército, com apoio de parte da Marinha.

Sobre este assunto leia-se a seguinte parte da obra insuspeita:

COELHO, Edmundo C. “A Questão Militar - Perspectiva do Exército em: *Em busca de identidade, o Exército e a política na sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: Record, 2000. Ele faz considerações e apresenta gráficos com percentuais do orçamento destinado ao Ministério da Guerra, vendo que foram normais quando Caxias era ministro.

Caxias, na 1ª vez como ministro da Guerra, o Ministério recebeu uma média de 27% do orçamento; da 2ª vez (1861-62), cerca de 21% em mé-

dia; e da 3ª vez, cerca de 13% em média. O percentual durante a Guerra do Paraguai foi de cerca de 46% e durante a Guerra de 1851-1852 de 36,7%. Conclui-se que Caxias não tirou partido de sua posição de chefe do Governo para dotar o Exército de maiores verbas.

Caxias conseguiu, com seu carisma e prestígio civil e militar, minimizar o que interpretaria muito bem o general Aurélio de Góes Monteiro:⁴⁷

“Sempre achei que vivemos num país que, a despeito das aparências em contrário, tem uma espécie de repulsa pelo espírito militar, sendo que, desde os tempos coloniais, o que tem prevalecido nas organizações que se dizem militares é o espírito miliciano ou pretoriano e não o do verdadeiro soldado.”

Este contexto cultural foi modificado a partir da Revolução de 30 pelo próprio general Góes Monteiro, como chefe do Estado-Maior do Exército e assessor do ministro Dutra, ao orientar seus subordinados:

“Sendo o Exército um instrumento essencialmente político, a consciência coletiva deve ser criada no sentido de se fazer a política do Exército e não a política no Exército... A política do Exército consiste na preparação para a eventualidade de uma guerra. E esta preparação interessa e envolve todas as manifestações e atividades da vida nacional, no campo material – no que se refere à economia, à produção e aos recursos de toda a natureza; e no campo moral, sobretudo no que concerne à educação do povo e à formação de uma mentalidade que sobreponha a tudo o interesse nacional.”

E parte desse seu pensamento cremos que ajudou, implementado, a mudar o panorama cultural de repulsa histórica e cultural ao espírito militar, mudança para a qual muito contribuiu o ensino modernizado nas atuais Escolas de Sargentos das Armas, Academia Militar das Agulhas Negras, Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais e Escola de Estado-Maior que, aos poucos, consolidaram no Exército o espírito de soldados, ao contrário dos pretorianos e milicianos que a 1ª República havia conseguido imprimir em alguns setores do Exército, por pressões oligárquicas. Góes Monteiro expôs seu pensamento na obra que o consagra como pensador militar brasileiro:

MONTEIRO, Góes, Pedro Aurélio de, Gen. *A Revolução de 30 e a finalidade política do Exército*. Rio: Andersen Editores, 1932.

O Arquivo Histórico do Exército evocou sua vida e obra em seu centenário de nascimento, cujas abordagens então feitas por nós constam

dos *Cadernos da Comissão do Exército dos Centenários da República e da Bandeira*. Rio de Janeiro: BIBLIEx-SENAI, 1989.

Em data recente, o Arquivo Histórico do Exército, por meio do coronel Élcio Gourgot Doubrava, colecionou e indexou expressiva parcela do arquivo do general Góes Monteiro, autor do único trabalho focalizando Caxias como comandante em chefe, nas diversas oportunidades em que assim atuaria nas lutas internas e externas.

Acreditamos que pela vez primeira, mediante este ensaio pioneiro, tenha sido interpretada a real dimensão e projeção da obra do Duque de Caxias, Patrono do Exército, e como ministro da Guerra.

O Duque de Caxias inspirador da doutrina militar terrestre brasileira

O coronel Amerino Raposo Filho em *Caxias e os problemas militares brasileiros*. Rio: SGeEx, 1969. v.I (Série subsídios doutrinários) intitula o cap. VI de “Caxias, inspirador de nossa doutrina militar”, subtítulo da presente abordagem, acima nomeado.

Sintetizando o pensamento do coronel Amerino Raposo neste trabalho, ele destaca e demonstra a notável visão estratégica de Caxias e a sua adaptabilidade, com facilidade, ao realizar durante a sua vida operações militares completamente diversas em Teatro de Operações diversos.

Inicialmente *raids* audaciosos para conter as revoluções em São Paulo e Minas Gerais em 1842. Apelo à guerrilha legal para combater as guerrilhas balaias no Maranhão e a farrapa no Rio Grande do Sul. E finalmente no Paraguai, com as manobras de flanco de Humaitá e Piquiciri, culminando em cerco.

Vale aqui lembrar que no empreendimento militar liderado por Caxias na Guerra de 1851-52, que foi o melhor organizado pelo Brasil, ele adotou uma estrutura operacional e logística que deu excelentes resultados. Como ministro da Guerra em 1856 ele a adotou no Exército, o que se constituiu numa profunda reforma administrativa, caracterizada pela criação das figuras do Ajudante General, em realidade o comandante do

Exército, que passou a comandar indiretamente todos os comandos de Armas e pessoalmente o comando das Armas da Corte. Além disso, a figura do Quartel Mestre General, encarregado da Logística, sendo ambos subordinados ao ministro da Guerra.

Na segunda vez que assumiu o Ministério da Guerra, em 1861, com apoio na imensa experiência operacional que colhera, adotou, com adaptações às realidades operacionais e culturais sul-americanas que vivenciara, as *Ordenanças de Portugal* para as armas, até que se dispusesse de uma doutrina específica genuinamente nossa, o que assinalou mais um pioneirismo seu.

Para o autor citado, a Manobra de Flanco do Piquiciri seria ímpar na História Militar universal. Foi de concepção audaciosa, aliada à rapidez e à surpresa na execução. E culminou com o cerco de todo o Exército adversário localizado à frente da nossa frente secundária de fixação. O adversário foi batido quando intentava a fuga, e não uma retirada. Assim, Caxias teria sido o pioneiro em Manobra de Cerco.

Vale lembrar que esta manobra foi um exemplo de Risco Calculado em que Caxias sacrificou o princípio de Guerra da Segurança em prol do princípio de Guerra da Surpresa, que ele obteve a nível estratégico.

Para o coronel Amerino, as atuações operacionais de Caxias estariam a sugerir uma doutrina militar fundamentada na Segurança tática e estratégica face a todas as direções. E a não observância dela pelo adversário resultou em sua derrota na Dezembroada. E Caxias não foi um teórico em Arte e Ciência Militar, mas essencialmente prático ou, segundo o marechal Castelo Branco, possuía Caxias, em alto grau, o senso do praticável e a convicção de que a Arte Militar é toda execução.

Deste modo, para o coronel Amerino, Caxias teria lançado as bases da doutrina militar terrestre brasileira, escrita com a ponta da sua espada no campo de batalha, como o fizeram Frederico o Grande, Napoleão, Suvorov e Sherman.

Assim, Amerino Raposo sugeria aos profissionais militares brasileiros, com responsabilidade na formulação da doutrina militar terrestre brasileira, que mergulhassem no estudo crítico de nossas guerras internas e externas para daí emergir aquilo que orientará o novo comportamento, no sentido do que deverá animar a Força Terrestre Brasileira e, em consequência, ajudar a caracterizar a guerra a ser conduzida nos diversos Teatros de Operações.

O coronel Amerino sugere doutrinas táticas brasileiras e seus fundamentos com apoio nas atuações de Caxias. E explicita:

“Doutrina com intensa solicitação à Surpresa, à Audácia, à Rapidez de Movimentos, às Manobras Flexíveis, com estruturas leves e aptas a viver em grandes espaços, isoladas e até à própria sorte. Doutrina que respondesse às peculiaridades de nosso Teatros de Operações, de nosso potencial humano e de nossas possibilidades Econômico-Industriais.”

E o que ele sugere encontra gloriosos precedentes na História Militar Terrestre do Brasil. Vejamos, na expulsão de feitorias europeias no Baixo Amazonas e afluentes; na luta de trinta anos contra os holandeses na Bahia e em Pernambuco, onde os patriotas desenvolveram uma doutrina militar terrestre genuína denominada na Europa de *Guerra Brasileira*, com apoio na guerrilha, a estratégia do fraco contra o forte e de igual modo a *Guerra à gaúcha*, no Rio Grande do Sul, na luta contra invasões espanholas de 1763-1777. Tipo de guerra este que seria apropriado por Caxias na Revolução Farroupilha ao entregar a condução das operações no campo tático a dois expertos neste tipo de guerra.

Na luta pela independência do Acre, o gaúcho Plácido de Castro desenvolveu uma doutrina militar genuína para enfrentar os bolivianos, doutrina apropriada da guerra à gaúcha, que o mesmo praticara na Guerra Civil de 1893-1895 no Sul, como major federalista.

Doutrina, com estas características e inspirações citadas por Amerino Raposo e com precedentes gloriosos que apontamos, seguramente podem e devem ser implementadas para a defesa da Amazônia Brasileira, para aumentar em muito a capacidade dissuasória das forças terrestres encarregadas de sua defesa contra tentativas que possam pôr em risco ali a Integridade, Unidade e Soberania do Brasil. Para defendê-la, mais uma vez será impositiva a estratégia do fraco contra o forte – a guerrilha, em grande parte responsável, no Nordeste, “por um Brasil só e não dois ou três” e no Sul pela definição do destino brasileiro do Rio Grande do Sul etc.

Sobre a defesa da Amazônia, leia-se o valioso artigo do coronel de Infantaria QEMA Luiz Alberto Martins Bringel “A Estratégia da Lassidão”⁴⁸ que responde às nossas reflexões e considerações aqui feitas e do qual tomamos conhecimento depois de havermos escrito esta parte. E ensina-nos o coronel Bringel:

“Lassidão é a estratégia do fraco que, valendo-se de alguns fatores a seu favor, reage no campo militar, evitando um engajamento decisivo,

contra uma esmagadora superioridade militar, impondo-lhe o máximo desgaste e enfraquecendo-lhe, assim, a vontade de combater, visando obter na opinião pública do adversário forte pressão sobre o seu Congresso no sentido de suspender as ações armadas.”

Tanto a *Guerra Brasileira* como a *Guerra à gaúcha* tiveram características de Lassidão, as quais encontram suas raízes no pensamento militar português, que decorreu de seu pensamento político de *Dilatar a Fé Católica e o Império de Portugal* pelo mundo, pois, embora um país minúsculo, conseguiu se impor e manter grandes territórios nos quatro cantos do mundo, inclusive o Brasil, por trezentos e vinte e dois anos. Pensamento militar português:

“Julgada a causa justa, buscar a proteção divina e atuar ofensivamente, mesmo em inferioridade de meios.” (Na feliz interpretação do general Francisco de Paula Cidade).

E assim eles conquistaram e mantiveram a Amazônia inviolável de 1640 a 1822.

O coronel J. B. Magalhães, assinalado pensador militar terrestre brasileiro e biógrafo do general Osório, ao prefaciar o trabalho do coronel Amerino, assim viu o valor, para o presente e futuro do Exército, no aproveitamento crítico da História das Forças Terrestres Brasileiras (FTB), como força operacional, com experiências guerreiras:

“Tudo o que existe deriva do que existiu antes. E é isto que dá valor positivo aos registros da História (no caso das FTB), permitindo fazer-se uma filosofia capaz de orientar com acerto as atividades humanas. E analisando como atuaram em bem do progresso as elites de ontem é que as elites de hoje e do amanhã poderão produzir eficazmente, consideradas as modificações ambientais.”

E sobre Caxias ele assim interpretou sua projeção como chefe militar:

“Caxias foi chefe militar de escol. Atuou em época de acentuadas transformações nos mecanismos da guerra. Soube utilizar os meios de que dispunha, dando-lhes uma orientação apropriada a seu melhor rendimento.”

De fato, Caxias, a rigor, comandou a fase mais brilhante da Guerra do Paraguai, do que considero a primeira Guerra Total entre nações, já que a primeira, a Guerra de Secessão nos EUA, foi uma guerra civil.

Caxias teve à sua disposição e empregou os meios que a descoberta da máquina a vapor que gerou a Revolução Industrial produziram: navios de guerra a vapor; telégrafo; balões cativos para reconhecimentos para

flanquear Humaitá; linha férrea construída e operada por nossa Marinha para apoiar unidades navais que operaram no rio Paraguai entre duas fortalezas inimigas; e ainda munição e armamento abundantes, produzidos industrialmente e não mais artesanalmente.

Tudo o que abordamos sobre Caxias, sobre a doutrina militar e sobre a atualidade do assunto para a Força Terrestre Brasileira encerro com estas palavras do tenente-coronel de Artilharia QEMA Paulo Muniz Costa em artigo “Um futuro para a História Militar”.⁴⁹

“O pensamento, a estrutura e o moral dos militares brasileiros atuais são decorrentes da assimilação de ensinamentos colhidos nas participações nas campanhas externas e internas. Num mundo cada vez mais incerto, multipolarizado e cortado por antagonismos, não é possível precisar qual a ameaça à nossa segurança mais provável ou imediata. O esforço há de ser prospectivo e, para entendimento da atual conjuntura nos seus aspectos militares, dentre os instrumentos disponíveis mais eficazes, dispomos da História Militar. A História não acabou, e Clio, a deusa da História, continuará em armas.”

Caxias lançou também as bases da Doutrina Militar Terrestre Brasileira, como ministro da Guerra, no tocante à regulamentação da Disciplina, da Justiça Militar e dos Serviços Gerais. Este último ao padronizar em 1875 rotinas nos Corpos de Tropa. E de lá para cá as novidades têm como base de partida os regulamentos específicos que baixou em 1856, 1862 e 1875.

Por tudo, concordamos com o coronel Amerino Raposo – *Caxias, inspirador da Doutrina Militar Terrestre Brasileira*, que inclui as Polícias Militares, pois ele foi o organizador e comandante por oito anos da atual Polícia Militar do Rio de Janeiro, modelo para as demais no Império.

Ao encerrar esta parte nos congratulamos com os tenentes-coronéis Bringel e Muniz Costa, pelos seus excelentes estudos, aqui citados, renovando a nossa confiança que outros estudiosos de seus portes venham um dia substituir estudiosos dos portes dos coronéis J. B. Magalhães e Amerino Raposo Filho etc., com estudos de alta relevância e consequências para o contínuo progresso das nossas Forças Terrestres, fiéis às suas raízes plantadas solidamente no Brasil. Raízes que eles regaram e adubaram com seus estudos. Parabéns! “Os novos bárbaros seguramente sobreviverão ao Império” se souberem responder aos desafios que este *status* lhes poderá impor um dia.

Parece ser *vero* que a condição de manutenção do *status* de grande nação, potência ou grande potência mundial prende-se ao fato de elas possuírem uma doutrina militar genuína, calcada em sua experiência militar ao longo do seu processo histórico. No caso brasileiro, processo de cerca de quase cinco séculos de lutas vitoriosas, em grande parte responsáveis pela definição, conquista e manutenção das dimensões continentais do Brasil, sobre as quais pairam ameaças imprevisíveis, impondo-se como o fazia Caxias, estabelecendo segurança em todas as direções.

E Caxias, o maior de nossos generais e estadista de grande envergadura, sonhou com uma doutrina militar brasileira genuína em 1862 e deu o primeiro grande passo nesse sentido para respaldar o Brasil como grande nação.

O marechal Floriano o secundou, ao encarregar o coronel Carlos Emílio Jourdan de produzir obra sobre a Campanha do Paraguai, para que os alunos de nossas escolas militares de Fortaleza, Praia Vermelha e Porto Alegre absorvessem um pouco das peculiaridades e realidades culturais e operacionais sul-americanas.

Numa lembrança sumária das influências estrangeiras sobre a evolução da Doutrina do Exército Brasileiro, poder-se-ia interpretar a voo de pássaro:

O Exército Colonial, até a União das Coroas de Portugal e Espanha (1580-1640), possuiu sua doutrina emanada de instituições de Portugal. Durante a União das Coroas recebeu influência da Doutrina Espanhola, caracterizada pelo terço, bandeiras e troços, nomes dados aos equivalentes hoje: Regimento, Companhia e Pelotão. O Comandante do terço, atual Regimento, era chamado Mestre de Campo, e equivalia ao coronel.

Essa doutrina militar, ao tempo das Guerras Holandesas, estava em decadência, relativamente à doutrina militar dos invasores holandeses. Veja-se a respeito a análise da 1ª Batalha dos Guararapes em *História Militar do Brasil*. Resende: AMAN, 1998.

E na luta contra os holandeses os luso-brasileiros desenvolveram uma doutrina militar genuína, chamada na Europa pelos especialistas de *Guer-ra Brasília*. Ela aqui aligeirou os terços, deu liberdade de iniciativa a cada combatente que tinha como arma de choque a espada ou o chuço, por falta de arma de fogo e munição correspondente, em razão do bloqueio naval do Brasil. Traduziu esta diferença entre as doutrinas Brasília e holandesa a mágoa de um oficial holandês ao major Antônio Dias Cardoso,

atual patrono do Batalhão de Forças Especiais e o mestre das Emboscadas:

Oficial holandês: “– Da próxima vez seremos nós que venceremos, pois combateremos dispersos como vocês combateram!”.

Dias Cardoso: “– Melhor para nós, pois para cada soldado de vocês disperso necessitará de um capitão ao lado dele, enquanto que cada soldado nosso é um capitão!”.

Esses fatos podem ser aprofundados na seguinte obra nossa, que remete o leitor a outras: *As Batalhas dos Guararapes – Análise e descrição militar*. Recife: UFPE, 1971. 2v. (Textos e mapas).

As bandeiras derivam da Doutrina Espanhola. Era uma organização militar que nos dias de hoje se chamariam companhias. Ex.: Companhia de Raposo Tavares etc. Esse assunto das bandeiras, bem como a origem militar do termo, são bem esclarecidos na obra:

BLANCO, Ricardo Roman. *Las Bandeiras*. Brasília, 1966.

Com a rendição dos holandeses na Campina da Taborda em 1654, a Doutrina luso-brasileira passaria a ter influência inglesa, direta ou indireta, mediante as Ordenanças do Exército de Portugal que, mesmo independente, o Brasil passou a adotar no todo ou com adaptações, de 1654 a 1910, por mais de dois séculos e meio.

Com influências inglesas marcantes tivemos o Corpo de Doutrina baixado pelo Conde de Lippe, que para o Brasil enviou seu delegado, o tenente-general Henrique Böhn, que organizou o Exército Colonial do Brasil, fortificou o Rio e terminou por liderar o Exército do Sul para expulsar, definitivamente, os espanhóis do Rio Grande do Sul, o qual ocupavam havia treze anos, ao reconquistar a Vila de Rio Grande em 1º de abril de 1776.

Para ter-se ideia do Corpo de Doutrina que aqui implantou o general Böhn, remetemos o leitor para a seguinte obra de nossa autoria: *A Guerra da Restauração do Rio Grande do Sul, 1774-1776*. Rio: BIBLIEx, 1996 (Coleção Taunay).

Existem, em coleções de obras raras, alguns exemplares da Doutrina do Conde de Lippe.

Com a vinda da Família Real para o Brasil, foi implantada na tropa a Doutrina Militar do marechal Carl Beresford, um inglês a serviço de Portugal.

Mas, na Academia Real Militar, D. João introduziu fortíssima influência francesa no ensino fundamental e no profissional. Neste, era muito

usada a obra do Conde de Cessac, um experto no assunto no Exército da França, conforme abordamos no artigo do general Francisco Abreu e Lima, o brasileiro que foi general de Bolívar, em *A Defesa Nacional*. 725, maio/jun., 1986.

Em 1861, o Duque de Caxias, ministro da Guerra, com base em sua vitoriosa experiência operacional em quatro campanhas pacificadoras e guerra externa contra Oribe e Rosas (1851-1852), mais a experiência de cerca de oito anos no comando da atual Polícia Militar do Rio de Janeiro, adaptou as *Ordenanças de Portugal* para as armas às realidades que vivenciara, com a ressalva “até que se disponha de uma tática (Doutrina) genuinamente nossa”.

Com isso se tornou pioneiro na nacionalização progressiva da Doutrina Militar Terrestre Brasileira, conforme o focalizou pioneiramente na ECEME em 1958:

RAPOSO, Amerino, Filho. Cel. *Caxias, inspirador de nossa Doutrina: Caxias e o problema militar brasileiro*. Rio: SGeEx, 1969. p.56-63 (esgotado).

Esta Doutrina baixada por Caxias foi a que presidiu o emprego do Exército Brasileiro na Guerra do Paraguai (1865-1870). Inclusive foi usada por Caxias como comandante em chefe (1866-1868).

Antes, Caxias como ministro da Guerra, em 1855, aproveitando a estrutura operacional que imprimiu ao Exército em operações na Guerra de 1851-1854, introduziu no Ministério da Guerra duas estruturas: uma operacional e outra logística.

A operacional sob a égide do Ajudante General do Exército, que passou a ser efetivamente o comandante do Exército e que, em 1899, foi substituído pelo Estado-Maior do Exército. A logística sob a égide do Quartel Mestre General e que se ramificava por toda a organização de paz e de guerra.

O Ajudante General foi substituído pelo Estado-Maior do Exército, Órgão de influência doutrinária prussiana, sugerida pelo então capitão Augusto Tasso Fragoso, que viria a chefá-lo nos anos 1920.

Órgão que promoveu a edição da seguinte obra sobre sua existência:

ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO. *História do Estado-Maior do Exército*. Rio de Janeiro: BIBLIEx, 1984. (Org. pelo coronel de Artilharia Paulo Motta Banho).

Após a Guerra do Paraguai houve um grande declínio doutrinário, de 1874 a 1905, cerca de trinta anos. O Exército foi dominado pelo “bacha-

relismo militar”, com outras preocupações que não o desenvolvimento da Doutrina do Exército como Força Operacional. A Doutrina estava a cargo da Congregação de Professores da Escola Militar da Praia Vermelha, os quais não a implementaram efetivamente.

Certa feita, o coronel Conrado Bittencourt, heroico comandante do Batalhão de Engenheiros aquartelado na Praia Vermelha, encaminhou um importante regulamento militar francês solicitando à Congregação que o traduzisse para ser lido pela tropa. E veio a resposta então: “– Não é necessário pois nós o lemos no original!”.

Nesse período, raros oficiais brasileiros tarimbeiros valiam-se da obra traduzida: FAVÉ, Gen. *Curso de Arte Militar*. Rio: Tipografia Militar, 1892.

Essa involução doutrinária refletiu-se nos conflitos internos no início da República: Guerra Civil de 1893-1895 na região Sul, Revolta na Armada de 1893-94 e Canudos, 1897. Neste, apareceu uma complexa Ordenança de Portugal, que recebeu o nome de “Regulamento Moreira César”, em razão de a Comissão encarregada do Regulamento haver homenageado o general Moreira César, após morto em Canudos, colocando o seu retrato.

Era irreal para as realidades dos pampas sulinos e das caatingas nordestinas, a não ser na defesa de localidades, como foi o caso de Bagé e da Lapa, sitiadas por federalistas em 1893-94. Este regulamento foi por nós abordado na obra lançada na ECEME em 1989: *O Exército na Proclamação da República*. Rio: SENAI, 1989. (100 anos de República).

Ainda em Canudos, para enfrentar as mesmas realidades operacionais e logísticas, o coronel Carlos Telles, comandante do 31º BI de Bagé, teve a inspiração de improvisar um Esquadrão de Cavalaria com o qual preveniu futuras emboscadas e recolheu cabeças de gado esparsas na caatinga para alimentar as tropas.

O problema logístico só seria solucionado com a cadeia de Apoio Logístico que o ministro da Guerra, marechal Bittencourt, estabeleceu na Bahia, em apoio às forças operando contra Canudos, o que lhe valeu a consagração como Patrono da Intendência do Exército.

De 1910 a 1920, o Exército sofreu grande influência prussiana ou alemã. O marechal Hermes da Fonseca, como ministro da Guerra, enviou oficiais para estágio no Exército Alemão. De retorno fundaram em 1913 a revista *A Defesa Nacional*, que passou a difundir a Doutrina Alemã, que ganhou grande impulso na Missão Indígena da Escola Militar do Realen-

go (1919-1921), integrada por muitos oficiais com curso na Alemanha ou a eles ligados.

Sobre a influência dos chamados *Jovens Turcos da Defesa Nacional* indicam-se os seguintes artigos nossos que remeterão o leitor a outras fontes: “Paula Cidade – um escritor e soldado ao serviço do Exército”. *A Defesa Nacional*. n° 709, set./out., 1983. p.13-35; “Centenário do nascimento de Bertoldo Klinger”. *A Defesa Nacional*. n° 711, jan./fev., 1984. p.5-6.; “Reunião no Clube Militar para a fundação da Defesa Nacional”. *A Defesa Nacional*. n° 715, set/out. 1984. p.168/169 e mais o citado na nota 41, “Marechal Caetano de Farias – Projeção como chefe do EME e ministro da Guerra na Reforma Militar”. *A Defesa Nacional*. n° 724, mar./abr. 1986.

Em 1918, quase ao final da Guerra, o Brasil enviou à França 24 oficiais que integraram a Comissão de Estudos e Operações e de Aquisição de Material Bélico na França (1918-1919). A finalidade era absorver, inclusive combatendo nos Exércitos Aliados, ensinamentos da Doutrina Militar Terrestre da França e adquirir material bélico para implantá-lo no Brasil, no Exército e na sua Aviação.

E trouxeram valiosos subsídios e ideias o tenente-coronel José Fernandes Leite de Castro e os tenentes José Pessoa Cavalcante de Albuquerque e Cristóvão de Castro Barcellos, de grande projeção nos destinos do Exército, após a revolução de 1930. Abordamos o tema no seguinte artigo que conduz o leitor a outras fontes. “O Exército e a 1ª Guerra Mundial”, *A Defesa Nacional*. n° 752, abr./jun. 1991, p.145-146. Aprofundou-se nesta Comissão, com Monografia Curricular exigida na ECEME, o seu ex-aluno e atual coronel R/1 Eng Jorge Cosendey, residente em Macaé - RJ.

Estudou a vida do marechal José Pessoa, o chefe de maior projeção cultural militar e nacional desta Comissão, o idealizador da AMAN e introdutor dos blindados em nosso Exército a obra:

CÂMARA, Hiram Freitas, Cel. *Mal José Pessoa, a força de um ideal*. Rio de Janeiro: BIBLIEx, 1986.

Era adido militar na França o major Alfredo Malan d’Angrone, que foi encarregado de contratar a Missão Militar Francesa (MMF) para o nosso Exército, enquanto foi a primeira chefiada pelo general Gamelin.

Esta MMF chegou ao Brasil em 1920 e por cerca de dezenove anos, até a II Guerra Mundial, exerceu grande influência doutrinária no ensino do Exército.

Em 1939 ela foi substituída por uma Missão Militar dos Estados Unidos e desde então e até o presente tem estado o Exército sob esta influência doutrinária.

No Arquivo Histórico do Exército, iniciamos em 1985 um projeto História da Doutrina do Exército Brasileiro, reunindo regulamentos que de longa data vêm presidindo o emprego do Exército Brasileiro.

Eis pois, em largos traços, as influências doutrinárias recebidas pelo nosso Exército, as quais, a partir de 1862, Caxias fez o primeiro grande esforço para nacionalizar.

E nacionalizá-la progressivamente é missão histórica das atuais e futuras gerações do Exército Brasileiro.

Caxias comandante em chefe na Guerra do Paraguai e os seus problemas políticos

Caxias presidiu as províncias do Maranhão e do Rio Grande do Sul cumulativamente com o Comando das Armas. No total foram cinco anos nessa condição.

E a razão ele expõe em seu célebre discurso no Senado, em 15 de julho de 1870, de grande interesse até hoje aos militares que exercem funções de comandos operacionais. Era por estar a Guarda Nacional subordinada à presidência da província e, no caso do Rio Grande do Sul, essencial à execução de qualquer plano de guerra. Sendo assim, o seu emprego não poderia estar sujeito ao critério de um presidente de província não afinado com o plano de guerra.

Ao encarregar Osório de mobilizar o 3º Corpo de Exército e conseguir que ele fosse o Comandante das Armas, as maiores dificuldades impostas à ação do mesmo foram a atuação do presidente, fraudando a Mobilização, no que foi secundado pelo marechal reformado Manoel Luiz Lima e Silva, que uns afirmam ser o tio mais moço de Caxias e outros não o reconhecem como tal. Este era o comandante superior da Guarda Nacional.

Situação que melhorou com a nomeação, como presidente da província, do Barão Homem de Mello.

Ao ter Caxias de pacificar Minas encontrou na presidência da província outro tipo de problema. Este problema lhe retardou a ação pacificadora e ele assim expôs, com franqueza, ao ministro da Guerra que lhe havia encarregado da missão:

“Consinta V. Exa. que como amigo lhe diga que espero seja esta a última vez que me encarregue de pacificar alguma Província que tenha por presidente pessoa que nela tenha estado por ocasião (do início) da revolta, muito principalmente sendo paisano (civil) que quase sempre tanto tem de poltrões durante o perigo, como de vingativos depois dele passado (salvo honrosas exceções).”

E antes de assim concluir ele explicou ao ministro da Guerra, segundo Carlos Maul.⁵⁰

“No ofício que hoje remeto a V. Exa. dou as causas que me parecem influírem na condução da conclusão da guerra desta Província. No entanto agora, com mais liberdade, direi a V. Exa. que a causa principal de os revolucionários não possuírem um quinto ou um sexto da força que tinham reunido em torno da capital (Ouro Preto) tem sido o espírito de vingança das autoridades civis de Minas, prendendo e perseguindo os revolucionários que têm se apresentado. Prisões e perseguições extemporâneas que poderiam ser feitas depois que os revolucionários estivessem dissolvidos, a exemplo do que se praticou em São Paulo, com cuja política tão bons resultados se colheram. Pois os comprometidos na revolta, vendo que são presos ao se apresentarem, preferem conservarem-se de armas na mão, na esperança de alguma dessas eventualidades que são tão frequentes na guerra.”

Muitas perseguições e injustiças contra os vencidos correm a conta de interesses políticos locais e são praticadas por autoridades locais. Afastados os chefes militares, as falsas culpas são imputadas a eles, eleitos bodes expiatórios.

É o que parece ter acontecido, segundo indícios surgidos no Paraná e Santa Catarina depois da Guerra Civil de 1893-1895, em que ao general Ewerton Quadros e ao coronel Moreira César foram imputadas responsabilidades que muitas vezes correram por conta da política e políticos locais e das quais os mortos acusados não se podem defender! São fatos que estão para aprofundar!

Caxias em Minas, segundo ainda Carlos Maul, não pretendia a absolvição dos responsáveis pura e simplesmente. Esperava das autoridades civis de Minas que as punições se revestissem de formas legais e honestas e não do caráter mesquinho e covarde das vinditas políticas.

Caxias, no início da Guerra do Paraguai, teve lembrado o seu nome para comandante em chefe do Exército, para guerrear contra o Paraguai. O Governo era exercido pelo Partido Liberal. Convidado pelo ministro da Guerra Beaurepaire Rohan, renomado engenheiro militar, mas pouco versado em assuntos de Arte Militar, este recorreu a Caxias que, a seu pedido, elaborou um Plano de Campanha e exigiu como condição que lhe fosse dada a presidência do Rio Grande do Sul, como na Revolução Farroupilha e Guerra contra Oribe e Rosas (1851-1852). Isso implicava em ficar-lhe subordinada a Guarda Nacional, de poder militar notável, dispensando-lhe de pedir apoio ao presidente da província.

Rohan foi apresentar o Plano ao Gabinete Liberal e a proposta de Caxias foi unanimemente recusada, para não se criar um problema político – o afastamento do presidente do Rio Grande, mais relevante que uma guerra bem conduzida.

Logo a seguir Rohan foi obrigado a pedir demissão. Foi nomeado ministro da Guerra o único desafeto de Caxias no quadro de oficiais generais – o 2º Visconde de Camamú, cujo primeiro ato foi nomear seu assistente um major que fora reformado por Caxias, e que recorreu à imprensa para assacar uma série de inverdades contra este.

O presidente do Gabinete Liberal, um maranhense, com quem Caxias não mantinha relações, insistiu que Caxias como militar tinha de aceitar a missão sem a presidência do Rio Grande do Sul. Caxias alegou suas imunidades parlamentares na condição de senador. E que era necessário que fosse pedida permissão ao Senado. E de tudo isto Caxias deu conta no Senado no seu célebre e histórico discurso de 15 de julho de 1870, ao qual com frequência nos reportaremos.

Neste contexto de desconfianças Caxias não teria condições de sucesso.

Exemplo de um desencontro lesivo aos interesses nacionais estava tendo lugar no Rio Grande, onde foram encarregados dos comandos das fronteiras face ao Uruguai e a Argentina dois fidalgos inimigos. Na do Uruguai, o Barão do Jacuí – brigadeiro Francisco Pedro de Abreu, notável guerrilheiro imperial na Revolução Farroupilha e líder das Califórnia

de Chico Pedro –, e na da Argentina o brigadeiro honorário do Exército Davi Canabarro, que Chico Pedro havia surpreendido em Porongos.

E o boicote de Chico Pedro a Canabarro ficou evidente, quando da invasão paraguaia do Rio Grande por São Borja. Personagens que abordamos em *Porto Alegre - Memória dos sítios farrapos e da administração de Caxias*. Brasília: EGGCF, 1986, o primeiro (Chico Pedro). E Canabarro em *O Exército farrapo e os seus chefes*. Rio de Janeiro: BIBLIEx, 1996, v.l.

E quem era o 2º Visconde de Camamú, que Caxias referiu ser o único oficial general seu desafeto, tendo sobre ele falado no Senado em 15 de julho de 1870?

“Sr. presidente (do Senado), o finado Visconde de Camamú era um oficial que eu nunca desejei ter sob o meu comando. Dirigi por diferentes vezes o Exército, no Sul e no Norte do Império, e nunca o quis como meu subordinado. Como pois nesta ocasião, e já no último quartel da vida, havia de ir servir sob suas ordens, quando sabia da má disposição dele para comigo, o que se confirmava pela nomeação de seu oficial de gabinete? Poderia eu escrever-lhe cartas reservadas para depois serem publicadas? E a força moral de que eu tanto precisava para o bom desempenho de tão importante comissão poderia subsistir, quando meus subordinados sabiam que eu não podia contar com a necessária confiança do ministro da Guerra, pois era notório no Exército nossas desavenças de muitos anos?”

O 2º Visconde de Camamú, tenente-general José Egydio Gordilho de Barbuda (1808-1867), nasceu na ilha da Madeira, em 25 de fevereiro de 1808, filho do gaúcho de mesmo nome e 1º Visconde de Camamú. Retornaram ao Brasil em 1809. Pai e filho ligaram-se muito à Guarnição do Exército na Bahia, tendo o pai se destacado na Guerra da Independência na Bahia. Na noite de 28 de fevereiro de 1830, em Salvador, o 1º Visconde de Camamú, sendo o Comandante das Armas, foi atingido por diversos tiros de arcabuz por um grupo de homens a cavalo. Possuía grande prestígio na Corte de D. Pedro I, o que beneficiaria muito o filho que, aos 22 anos, no ano do assassinato do pai, foi agraciado com o título de 2º Visconde de Camamú, quando servia no recém construído quartel do 8º BC, na Praça do Portão, em Porto Alegre. Suspeito de contrário à abdicação de D. Pedro I, foi preso e absolvido três anos mais tarde. Era homem radical em suas posições e durante a Revolução Farroupilha até a chegada de Caxias foi um dos entraves à pacificação. Fora o comandante legal derrotado pelo cabo Rocha na Ponte da Azenha, na noite de 19 de

setembro de 1835, o que criou condições para a conquista farrapa de Porto Alegre no dia seguinte.

Em 1839, por desrespeito ao presidente e comandante das Armas do Rio Grande do Sul, marechal Elzeário Brito, respondeu a Conselho de Guerra e foi condenado a cumprir um ano de prisão na fortaleza onde hoje se ergue a Escola Naval.

Polêmico e radical, durante a atuação de Caxias como presidente e comandante das Armas (1842-1846) da província sulina na Revolução Farroupilha, ficou em disponibilidade. E de igual forma por ocasião da Guerra contra Oribe e Rosas.

Marechal-de-campo e deputado, logo depois da invasão paraguaia de Mato Grosso foi nomeado comandante das Armas daquela província e logo a seguir guindado ao Ministério da Guerra do Gabinete Liberal que declarou guerra ao Paraguai. Fato que tornou inviável a Caxias aceitar então o comando em chefe!

Mas Caxias, no entanto, concorreu para que seu amigo general Osório fosse encarregado do comando em chefe. A reação de sua justificada recusa não se fez esperar. Quando da invasão de São Borja, o imperador viajou ao Rio Grande, tendo tirado Caxias da cama doente para acompanhá-lo como seu Ajudante de Campo. Em lá chegando, Caxias foi alvo das maiores despeitas de seu colega senador Ângelo Muniz da Silva Ferraz, futuro Barão de Uruguaiana, então ministro da Guerra, e sobre isso desabafou no histórico discurso de 15 de julho de 1870 no Senado:

“Para o reconhecimento de Uruguaiana foram convidados generais estrangeiros que jamais haviam pisado aquele solo e alguns generais brasileiros. Mas eu fui excluído do reconhecimento. Logo eu, senhores senadores, que havia presidido duas vezes a província do Rio Grande e que outras tantas havia feito a guerra naquelas regiões e portanto acampado neste mesmo lugar e, como presidente da província, mandado traçar o plano da povoação! Doe-me sobremaneira tal procedimento. Mas resignei-me!”

Alguns viram como raiz destas despeitas o seguinte incidente entre Ferraz e Caxias no Senado, em 30 de julho de 1862: Ferraz havia ajudado Caxias a formar o Gabinete deste, de 2 de março de 1861. E ao Caxias deixar o Gabinete, Ferraz criticou a sua atuação e entrou em particularidades e minudências do ofício militar, todas descabidas. Caxias não se conteve e apartou-lhe com ironia: “– Outro ofício!”. Foi como se dissesse que o orador, um generalista, “se apresenta profissional agora também

em Arte Militar”. E Ferraz não se deu por achado e disse que poderia apontar outras irregularidades de Caxias. E este contra-atacou, dando a entender que, se houve falhas, Ferraz era conivente, declarando que reiteradamente Ferraz o apoiara como ministro. Enfim, Caxias ganhou a parada!

Havia no fundo uma interferência de Caxias, junto ao imperador, em favor de Osório, vítima de calúnia sórdida que provocou sua transferência para o Rio sem função, com apoio de Ferraz, e, para anulá-la, o imperador, por influência de Caxias, apelou ao Poder Moderador, e Osório foi restituído ao Rio Grande para o seu comando da Fronteira do Jaguarão.

Segundo, novamente, Wanderley Pinho em “Caxias senador”:⁵¹

“Quando necessário Caxias ocupava a tribuna do Senado com desembaraço, não raro exprimindo-se com asseio de linguagem. Era ouvido com atenção, e não deixava de manifestar-se sobre assuntos militares em que falava de cadeira. Sobre problemas políticos muito raro, e só obrigado como ministro da Guerra ou presidente do Conselho de Ministros.”

Mais tarde em função do desastre de Curupaiti, o Gabinete Liberal chefiado por Zacharias de Góes e Vasconcelos apelou para Caxias assumir o comando em chefe no Paraguai, por não ter uma alternativa política. Caxias disse aceitar, desde que recebesse confiança total. E a primeira cabeça a rolar foi a do ministro da Guerra que lhe fizera graves desfeitas em Uruguaiana, agora Visconde de Uruguaiana, que já havia chefiado o Governo antes de Caxias.

E sobre a aceitação para o comando em chefe depois de Curupaiti, Caxias discursou em 15 de julho de 1870 no Senado:

“De Uruguaiana, voltei para o Rio de Janeiro. Meses depois fui procurado pelo Sr. presidente do Conselho de Ministros, Sr. (Zacharias) Góes e Vasconcellos. S. Exa., bem como o seu antecessor, não mantinham relações comigo. Eu contudo fazia, e ainda faço, bom conceito do seu caráter.”

(Zacharias está presente ouvindo).

“S. Exa. depois que soube do desastre de Curupaiti julgou conveniente entender-se comigo a respeito dos negócios da Guerra, tendo sido antes prevenido de suas intenções pelo ministro da Justiça.

Disse-me que o Governo necessitava dos meus serviços no Paraguai. E eu, Sr. presidente, apesar de ter sofrido o que acabei de relatar (desfeitas em Uruguaiana), não hesitei um momento em pôr-me à sua disposição imediatamente, sem oferecer nenhuma condição.”

“– Menos uma!” (aparteou o senador Zacharias presente à seção).

Caxias: “– Sim, uma única, mas esta era indispensável. Observei a V. Exa. que aceitava o comando de nossas forças em operações, mas com uma única condição. E qual era? A de ter plena confiança do governo... E devo dizer, Sr. presidente, que fui tratado pelo Ministério de 3 de agosto (Gabinete Liberal) com a maior deferência possível”.

Caxias falou que recebeu respostas de como colocar-se perante o comandante em chefe aliado (presidente Mitre da Argentina). E relatou como encontrou o Exército: nove hospitais, dois no Uruguai, dois em Buenos Aires, um em Corrientes, um no Cerrito, um em Itapirú, um no Passo da Pátria e um em Tuiuti, nos quais estava baixado um terço do Exército.

“O 1º Corpo de Exército ocupava Tuiuti e o 2º Corpo em Curuzú. Cavalos só cerca de 3.000, e em mau estado. A Cavalaria do 2º Corpo estava a pé. Não havia carros e bois de carretas para qualquer movimento. Os dois Corpos de Exército pareciam de países diferentes, tais as disparidades que apresentavam. Era preciso centralizar tudo. E isto demandava tempo... Cumpro o dever de lealdade declarando que em todo este trabalho sempre fui perfeita e completamente auxiliado pelo governo (Gabinete Liberal) de quem recebi as maiores provas de confiança que era possível receber. Assim correram as coisas nos primeiros quatorze meses.”

Enquanto Caxias reorganizava o Exército e “comprimia a mola do apoio Logístico” começaram na Corte as críticas injustas dos estrategistas de mesa de bar, da imprensa e até da tribuna do Senado. Isso levou Caxias a desconfiar que o Governo já não mais confiava nele. Já muito doente escreveu ao ministro da Guerra pedindo exoneração, para não constranger o Governo, usando a carta como ardil dentro da seguinte linha de raciocínio:

“Se o Gabinete não está contente com a minha ação aceitará meu pedido de exoneração. Mas se ele está satisfeito recusará meu pedido e eu continuarei a cumprir o meu dever, enquanto minhas forças (saúde) o permitirem...”

Se eu não fosse, Sr. presidente, como tenho sido sempre, um homem do dever e da lealdade, teria procedido desta maneira? Não, decerto! O Ministério (Gabinete) recusou a demissão pedida. Recebi explicações que me satisfizeram completamente e continuei a cumprir o meu dever

com a mesma dedicação e lealdade. Seguiu-se a marcha do Exército de Tuyu-Cuê para Tebiquari.

O Gabinete de 3 agosto deixou o poder em 16 de julho. Até então sabe o Senado a alta consideração com que fui tratado nesta tribuna pelo nobre senador (Zacharias Góes e Vasconcellos) pela província da Bahia. Nunca ministro algum me fez os elogios que recebi do nobre ex-presidente do Gabinete 3 de agosto (Zacharias). Mas depois desta época, S. Exa., não sei por que, declarou-se meu inimigo. Procurou por todos os meios mortificar-me, desacreditar-me, assim nesta tribuna como pela Imprensa.”

Caxias referia-se a acusações infundadas que foram respondidas por amigos, mas que havia alguns pontos que ele precisava responder naquele dia e o fez magistralmente.

Zacharias de Góes deu a seguinte versão para a escolha de Caxias, comandante em chefe das forças de terra e mar do Brasil no Paraguai:

Inicialmente ao propor Caxias para o comando em chefe ao Gabinete 3 de agosto:

“Sr. presidente – também não digo que tenhamos Condés nem Turennes. Mas o que eu sustento é que o Sr. Marquês de Caxias é dos nossos oficiais o de maior desenvolvimento (em Arte Militar)... Acresce uma circunstância que tenho dito muitas vezes e peço licença ao Senado para repetir. O nobre Marquês de Caxias, por sua longa vida militar, por sua elevada posição social e, sobretudo, por suas maneiras (virtudes, modo de ser), possui o dom de cativar (conquistar) a vontade dos militares. Onde ele domina (comanda) desaparece a intriga entre os chefes. A sua nomeação (para comandante em chefe no Paraguai) torna-se imprescindível.”

Caxias escolhido comandante em chefe, Zacharias em discurso no Senado, em 8 de junho de 1868, esclareceu como se deu a escolha de Caxias pelo Gabinete Liberal que chefiava:

“Tendo o Sr. Marquês de Caxias aderido (aceitado) ao convite do Governo (Gabinete Liberal) sem impor a menor condição e dizendo – sou sobretudo militar, só ponho ao Governo uma cláusula (condição), a da mais inteira confiança. Respondi-lhe que teria toda a confiança. E acrescentou mais S. Exa.: –Espero todos os meios com que deve contar um general que tem plena confiança do Governo. E respondi-lhe: –V. Exa., por sua elevada posição no Senado e no Exército, sabe perfeitamente quais são os recursos de que o Governo pode dispor. Pois de tudo isso V.

Exa. disporá. Eis o que se passou em relação a aceitação do convite feito pelo Governo ao nobre general.

Só em conversas posteriores disse-lhe que julgava importantíssima a sua ida para o Sul, tão importante que o Ministério (Gabinete de Ministros Liberal, de 3 de agosto) estava decidido a retirar-se (renunciar) se S. Exa. (o Marquês de Caxias), mostrando repugnância em servir com ele, se tivesse recusado a partir. E este é ainda seu pensamento. Julga-se neste ponto identificado (solidário) com a sorte do Marquês na condução da guerra. A ida do Marquês de Caxias era indispensável. O Exército ressentia-se de falta de disciplina e os generais estavam em discordância manifesta. O nobre Marquês de Caxias teve o grande mérito de sopitar todas as intrigas. Foi um grande serviço que prestou ao país!”

Sobre isso observaria o ministro da Guerra, general de divisão Pedro Aurélio Góes Monteiro em excelente artigo “Caxias comandante em chefe”.⁵²

“O excepcional valor de Caxias foi contestado e relegado para a penumbra das mediocridades. Quanto mais ele fazia e produzia ao serviço da Pátria, mais se lhe exigiam e mais era esquecida e diminuída a sua capacidade de trabalho benéfico. Nos momentos de crise aguda, porém, até os próprios inimigos, que se consumiam no afã mesquinho de denegri-lo, para ele apelavam, como para um santelmo (chama azulada que surge na ponta de mastros de navios em tempestades).”

E Zacharias de Góes e Vasconcellos se enquadraram no caso. Mais tarde, quando Caxias era ministro da Guerra e presidente do Conselho, Zacharias de Góes foi cruel ao explorar politicamente, em reunião do Senado de 9 de maio de 1877, um incidente entre velhos e fiéis amigos, Caxias e Osório, passado na esfera militar e que Wanderley Pinho reproduziu na íntegra em artigo “Caxias senador” citado e que será explorado em local próprio.

Zacharias pareceu lamentar o Brasil não dispor de Condés e Turennes para enviar para o comando em chefe do Paraguai, tendo que recorrer a alguém, talvez para ele, inferior. Vejamos quem foram Condé e Turenne sinteticamente:

Visconde Henri de La Tour D’Auvergne Turenne, marechal de França, 1611-1675. Comandou o Exército que combateu a Alemanha na Guerra de 30 anos, coincidente com nossas guerras holandesas. Depois comandou o Exército da França durante as guerras de Devolução em 1667 e da Holanda, 1667. Conquistou a Alsácia, 1675, tendo morrido em ação. Protestante, foi convertido ao catolicismo por Bossuet.

Luiz II, o Grande Condé, 1621-1686. Foi um dos mais notáveis generais de Luiz XIV. Destacou-se na guerra de Devolução e na da Holanda, 1667. Começou sua vida militar por ocasião, no Brasil, das Batalhas dos Guararapes, local onde despertou o espírito do Exército de Caxias. Turenne e Condé foram contemporâneos.

Creio que Zacharias não foi feliz na comparação, colocando Turenne e Condé em plano superior a Caxias, o maior dos generais sul-americanos, segundo o marechal José Pessoa na primeira entrega dos espadins aos cadetes do Exército em 1932, no Largo do Machado, no Rio.

A este respeito comentamos na *Revista do Clube Militar*, jul./ago. 1984, a pedido de seu diretor o coronel Aldílio Sarmiento Xavier, sobre artigo de 1946, do então aluno do Colégio Militar, Virgílio da Veiga, em que fazia considerações sobre a enorme projeção de Caxias na historiografia militar mundial, caso tivesse tido por berço a França, a Inglaterra ou a Alemanha. Este artigo responderia melhor a má comparação do brilhante senador Zacharias de Góes, de opinar sobre capacidades, num ofício em que não possuía experiência.

Zacharias de Góes e Vasconcellos (1815-1877) foi um dos mais brilhantes políticos filiados ao partido Conservador (ala moderada), mas aliado aos liberais. Era baiano de Valença. Senador pela Bahia. Presidiu o Piauí, Sergipe e Paraná. Foi ministro da Marinha (1852) e do Império (1862). Foi ministro da Justiça e presidente do Conselho de Ministros e assim chefe de Governo no Ministério em 3 de agosto de 1866. Faleceu em 1877, ano em que submeteu Caxias, presidente do Conselho de Ministros, a constrangedor e indelicado questionário no Senado, a respeito do incidente Osório x Caxias, ligado mais à hierarquia e à disciplina do que ao Regimento do Senado. Osório faleceria em 1879 e Caxias em 1880.

Ângelo Moniz da Silva Ferraz, Barão de Uruguaiana (1812-1867), foi um dos mais brilhantes políticos do Império em assuntos de sua especialidade. Senador pela Bahia, militando no Partido Liberal, chefiou o governo do Brasil como presidente do Conselho de Ministros (1859-61), quando foi substituído pelo Gabinete chefiado por Caxias e para cuja organização concorreu. Foi ministro da Guerra (1865-66), durante a rendição de Uruguaiana, tendo caído com a escolha de Caxias, depois do desastre de Curupaiti, para comandante em chefe das forças de terra e mar em operações no Paraguai. Morreu em Petrópolis em 1867. Era inimigo político do general Osório e de suas garras o livrou Caxias, ao convencer

o imperador a usar o Poder Moderador para fazer voltar Osório ao seu comando em Jaguarão, em vez de ficar sem função no Rio, única forma encontrada por seus adversários políticos para neutralizar o seu grande prestígio no Rio Grande.

Zacharias e Ângelo Ferraz nasceram em Valença - BA, e Caxias faleceu em Valença - RJ. É uma coincidência interessante!

Ao chegar ao Paraguai, Caxias teve de se subordinar, por força do Tratado da Tríplice Aliança (classificado pelo general Góes Monteiro, cit. "de monstruoso tratado"), ao presidente da Argentina, general Bartolomeu Mitre, comandante em chefe dos Aliados.

O signatário do mesmo, o diplomata brasileiro Otaviano, insistiu em dividir o comando em chefe com Caxias. E este, de Tuiuti, dirigiu ao senador José Inácio Silveira da Motta carta existente no IHGB, segundo o general Góes Monteiro em seu citado "Caxias comandante em chefe":

"Voltou o seu amigo Otaviano, zangado comigo, porque não quis repartir com ele o comandante em chefe. Não teve razão. Mas enfim, estou disposto a tudo sofrer, desde que caí na asneira de sair da minha casa, depois de velho, com a missão de desmanchar as asneiras que se fizeram por cá."

Caxias, depois de três meses de atuação no Paraguai, contornou os problemas que feriam de morte o princípio de Guerra da Unidade de Comando. Todas as forças brasileiras lhe ficaram subordinadas.

Em pouco, estendeu seu comando sobre as forças uruguaias e argentinas, com o retorno a seus países dos presidentes Venâncio Flores e Bartolomeu Mitre para a solução de problemas políticos internos.

Nove dias depois de Caxias executar o início de seu plano contra Humaitá, em 22 de julho de 1867, chegou o presidente Mitre, para assumir o comando em chefe, situação que perdurou por meio ano, até Mitre retirar-se em definitivo do Teatro de Guerra e Caxias assumir o comando em chefe das Forças Aliadas.

E deu prosseguimento ao seu plano de contornar Humaitá, interrompido com a presença de Mitre, e agora sem interferência aliada, liderando, em 1868, os mais belos momentos de operações militares jamais vividos pelo Exército Brasileiro, do qual muito justamente ele é o Patrono.

Resumo

Fevereiro de 1868: a Esquadra Brasileira forçou Humaitá. Andrade Neves conquistou Estabelecimento e o general Vitorino, Laureles. E aos poucos Humaitá vai sendo desbordada por terra e água. Caxias simulou um ataque geral a Tuyu-Cuê, Espinilho, Bocaina e Linha Negra. Abriu uma picada que atingiu a represa do Sauce, provocando, pela manobra, a retirada inimiga da Linha Curupaiti-Passo Pocú-Espinillo-Angulo, mortífera para os Aliados.

O cerco de Humaitá vai arrojando. Caxias mandou ocupar posições no Chaco defronte a Humaitá. Osório comandou reconhecimento à viva força, encontrou forte resistência e teve muitas baixas. Caxias permitiu que ele se retirasse ou que ficasse ao seu arbítrio tal decisão. Mas serviu para ter-se a ideia de que na próxima investida Humaitá cederia.

Solano Lopes não esperou e retirou-se, em tempo, com os defensores de Humaitá pela única saída disponível através do Chaco. Caxias mandou ao seu encalço um forte destacamento que, em nove dias de ação, conseguiu que os perseguidos depusessem as armas.

Mas o marechal Solano Lopes conseguiu atingir São Fernando, para onde Caxias se dirigiu com o 2º e 3º Corpos de Exército, deixando o 2º Corpo ocupando Humaitá.

Caxias atingiu Palmas, onde estacionou, ao defrontar-se com a inexpugnável linha fortificada do Piquiciri, conclusão a que chegou Osório depois de outro reconhecimento à viva força.

E para transpô-la foi concebida por Caxias a célebre Manobra pelo Chaco, para envolver a posição de Piquiciri pela retaguarda, após fixá-la pela frente, isolando seus defensores de Assunção – a capital.

O suporte para a audaciosa manobra em que Caxias correu o Risco Calculado ao sacrificar o princípio de Guerra da Segurança (travessia do Chaco inundável) em benefício do da Surpresa, que conseguiria a nível estratégico (ao desembarcar de surpresa na retaguarda profunda do inimigo) foi a estrada do Chaco, construída em menos de dois meses (out./nov. 1868) com oito pontes. Estas foram construídas pelo Batalhão de Pontoneiros do 2º Corpo de Exército, que foi extinto mais tarde, cujas gloriosas tradições poderiam ser retomadas por alguma unidade de Engenharia do Sul, por ele ter sido criado em Uruguaiana.

A estrada do Chaco, no todo, foi construída pela Engenharia de Combate da época, o Batalhão de Pontoneiros do 2º Corpo e o Batalhão de Engenheiros do 1º Corpo, com apoio de todas as tropas.

Em 5 de dezembro, teve início a Dezembrada, cuja sorte esteve ameaçada na ponte de Itororó, em que Caxias, pondo sua vida em perigo, lançou-se sobre a mesma, conclamando seus subordinados: “– Sigam-me os que forem brasileiros!”. E todo o Exército o seguiu, e a ponte foi conquistada, por sua corajosa e oportuna ação de líder de combate.

O que se seguiu foi uma série de vitórias sobre as tropas que defendiam a linha do Piquiciri. Restou ao marechal Solano Lopes retirar-se para a Cordilheira.

Estrategicamente estava terminada a guerra! Humaitá, conquistada por Caxias, era o objetivo militar da Tríplice Aliança, o que pôs fim à capacidade defensiva estratégica de Lopes. Com as vitórias da Dezembrada foi anulada a capacidade defensiva tática do mesmo.

Com a conquista Aliada de Assunção por Caxias foi também conquistado o objetivo político da Tríplice Aliança, com a extinção do governo exercido pelo marechal Solano Lopes. Este procurou proteção na Cordilheira sem nenhuma possibilidade de reverter sua derrota que aconteceria em 1º de março de 1870 em Aquidabã, onde tombou heroicamente de espada em punho, coerente com o seu ideal, contrário ao da Tríplice Aliança.

Em 1869, em Assunção, em Ordem do Dia, Caxias proclamou aos seus comandados:

“Em minha Ordem do Dia de 20 dez. 1868 disse aos meus camaradas que o inimigo vencido na ponte de Itororó e no arroio Avaí nos esperava em Lomas Valentinas com os restos do seu Exército. Que marchássemos sobre ele e que com uma batalha a mais teríamos concluído nossas fadigas e privações... que marchássemos para o combate que era vitória certa, porque o general e amigo que vos guiava ainda não tinha sido vencido. O inimigo se achava em Lomas Valentinas... ali o atacamos, ali o derrotamos completamente.

O Deus dos exércitos não nos desamparou, nem a bravura e a intrepidez dos meus camaradas consentiram que fosse vencido o general e amigo, que à sua frente se achava...”

Era a derradeira operação em que Caxias tomou parte desde seu batismo de fogo na Guerra da Independência da Bahia, como tenente ajudante do Batalhão do Imperador.

Ao assumir o comando em chefe das forças brasileiras em operações, em Tuiuti, lançou a seguinte proclamação em sua Ordem do Dia nº 1:

“Assumindo o comando, acho-me mais uma vez no meio de vós, para coadjuvar e dirigir. Se a vós não conhecesse, eu vos recomendaria valor! Mas nos inúmeros combates até hoje havidos, tendes dado sobejas provas desta virtude militar. Também não vos venho preceituar subordinação, pois sempre testemunhei a conduta do militar brasileiro nas mais árduas campanhas. Conto porém com vossa constância e dedicação ao país, para levar ao cabo a gloriosa empresa em que estamos empenhados. Mais um esforço e os nossos trabalhos serão coroados pela vitória!”

Quinze anos antes, como comandante em chefe do Exército do Sul na guerra contra Oribe e Rosas, antes de iniciar a entrada no Uruguai, concitou seus soldados a respeitarem os soldados aliados uruguaios e argentinos:

“Que nenhum outro sentimento em vós se manifeste, além do desejo de excedê-los em virtudes do verdadeiro soldado. Não tendes no Estado Oriental (Uruguai) outros inimigos senão os soldados do general D. Manoel Oribe. Esses mesmos, enquanto iludidos empunharem armas contra os interesses de sua Pátria, quando desarmados ou vencidos são americanos, são nossos irmãos e como tais os deveis tratar...”

A propriedade de quem quer que seja, nacional ou estrangeira, amiga ou inimiga, é sagrada, é inviolável. Ela deve ser tão religiosamente respeitada pelo soldado do Exército Imperial como a sua própria honra. Aquele que por desgraça a violar será considerado indigno de pertencer às fileiras do Exército Imperial e assassino da honra e da reputação nacional e como tal severamente punido.”

Seria esta visão de Caxias um pioneirismo pan-americanista e hoje do Mercosul, ao falar em “soldados americanos, nossos irmãos!”.

Caxias bastante doente teve uma síncope numa cerimônia na catedral de Assunção. Por ordens médicas foi obrigado a deixar o Teatro de Guerra com licença superior. Chegou ao Rio, depois de tantos sacrifícios. No cais só encontra para recebê-lo a sua querida Anica e vai para o seu retiro na Tijuca. Terminara invencível o seu longo período de guerreiro.

Foi procurar junto à esposa e filhos o descanso do guerreiro consciente de haver em vários recantos do Brasil contribuído à preservação da Unidade Nacional posta em sérios riscos pelas paixões políticas e, em duas guerras no Prata, haver acautelado interesses que punham em risco a Integridade e a Soberania do Brasil.

Segundo o general Góes Monteiro, cit., ao apreciar Caxias como comandante em chefe:

“Mais admirável que a capacidade de julgamento e discernimento de Caxias como comandante em chefe do que o seu raciocínio rápido, as suas concepções realistas e objetivas, a sua vontade enérgica na execução dos atos que preparava e decidia – a sua formidável faculdade de previsão no acerto da escolha da rota por onde deveria ter sido encaminhado o destino dos brasileiros.”

Para o mesmo autor o grande amor inalterado de Caxias pela profissão de soldado só encontraria explicação:

“No fato de em mais de meio século de constante atividade guerreira jamais haver sofrido um revés, em que pese a defeituosa e débil organização dos Exércitos a que foi chamado a comandar em momentos críticos da vida do Brasil.”

Terminada a guerra, sendo político prestigioso do Partido Conservador, sofreu ataques à sua atuação como comandante em chefe. Foi defendido por amigos. Defendeu-se pessoalmente no Senado, em histórico discurso de 15 de julho de 1870, publicado na íntegra por Wanderley Pinho no artigo cit., junto a seu Plano de Campanha contra o Paraguai de 1865, na condição de Conselheiro de Guerra e a pedido do ministro da Guerra Rohan.

Seus amigos publicaram a seguinte obra em sua defesa:

– BRASILICUS (LIMA, Patrício Augusto Câmara). *Manuscrito de 1869, ou Resumo Histórico das Operações Militares dirigidas pelo Marquês de Caxias na Campanha do Paraguai*. Rio de Janeiro: Liv. Litog. Popular de Azeredo Leite, 1872. 174 páginas.

Obra editada em 1872 quando Caxias era Provedor da Irmandade da Santa Cruz dos Militares. Ela defendia a ação de comando de Caxias face às críticas que, fora do poder, lhe foram feitas no Parlamento e pela imprensa brasileira e argentina. Seu autor, usando pseudônimo de BRASILICUS assim expôs a finalidade de sua obra:

“O fim em vista, apresentando um Resumo dessas Operações, foi o de estabelecer a verdade dos fatos, tão adulterada por alguns escritores, os quais, por espírito de Partido, ou por qualquer outro motivo não menos censurável, tanto têm criticado os brilhantes feitos de nosso brioso Exército e o de seu ilustre e digno general (Caxias).”

É obra de grande interesse didático para os militares do Exército, por abordar e discutir aspectos de Tática, Estratégia e de Chefia Militar, ao

justificar as ações e comando de Caxias, nas mais brilhantes Operações Militares até hoje empreendidas pelo Exército Brasileiro e sob a liderança de seu atual patrono.

O livro foi mandado editar às expensas de 242 oficiais e alguns civis, entre eles o marechal Soares Andréa, Barão de Caçapava, o brigadeiro João de S. Fonseca Costa (chefe do Estado-Maior de Caxias no Paraguai), coronel Severiano M. da Fonseca, majores Pêgo Jr., Bernardo Vasques, Conrado Jacob Niemayer, Thomaz Cantuária (artilheiro da Retirada da Laguna), Rohan, Camisão, Antônio Gomes Pimentel, capitães Taunay, Bibiano Costallat, Francisco de Paula Argolo, Diniz Santiago, Bernardino Borman (ajudante de ordens de Caxias e seu biógrafo), tenentes Emílio Jourdan (historiador da Guerra do Paraguai), alferes Gabino Bezouro, Thomaz Tompson Flores (morto em Canudos como coronel) e cadetes como, por exemplo, Thaumaturgo de Azevedo. Enfim, citados aqui nomes que se tornaram mais conhecidos no Exército.

Feito estudo crítico sobre o autor da obra, foi identificado tratar-se de Patrício Augusto Câmara Lima, da estirpe militar dos Corrêa da Câmara, iniciada por seu heroico avô, o marechal Patrício Corrêa da Câmara e 1º Visconde de Pelotas. Patrício Augusto nasceu em Porto Alegre em 1800 e foi funcionário da Fazenda. É possível que ele traduzisse opiniões de assessores militares como o coronel Fonseca Costa, Chefe de EM de Caxias e dos historiadores e escritores Taunay, Emílio Jourdan (a quem Floriano encarregaria de escrever sobre as campanhas do Paraguai, “para subsidiar estudos dos alunos das escolas militares do Ceará, Porto Alegre e Praia Vermelha dentro das realidades operacionais sul-americanas”), e mesmo de Bernardino Bormann, historiador militar, genro de Patrício Augusto, biógrafo e ajudante de ordens de Caxias. São possibilidades e não certezas!

Sobre a obra em análise assim se referiu Caxias em duas oportunidades em cartas ao marechal Câmara e Visconde de Pelotas, seu amigo e cuja capacidade militar admirava:

Em carta de 21 de agosto de 1872: “Não há dúvida de que este trabalho é do Patrício Câmara. Não pode ser julgado um trabalho completo. Mas nem por isso deixa em alguma coisa de dizer verdades, ainda que em outras improvisa um pouco.”

Em carta anterior de 13 de julho de 1872, ao mesmo destinatário, Caxias menciona:

“Lhe envio um folheto que um Patrício e até parente seu me ofereceu. Nele recorda nossas Operações Militares praticadas no Paraguai, durante o tempo em que comande o Exército. E como V. Exa. foi uma das testemunhas presenciais dessas Operações é bem competente para delas fazer o juízo (julgamento) que merecem.”

Enfim, trata-se de livro raro e precioso que talvez merecesse uma edição fac-similar ou mesmo adaptada à linguagem militar corrente atual, por abordar as mais brilhantes operações até hoje realizadas pelo Exército e sob a liderança de seu patrono – o Duque de Caxias. Publicação dentro da linha preconizada pelo marechal Ferdinand Foch, professor de História Militar da Escola Superior de Guerra da França, onde foi buscado para comandar a vitória Aliada na I Guerra Mundial:

“Para alimentar o cérebro (comando) de um Exército na paz, para melhor adestrá-lo para a eventualidade indesejável de uma guerra, não existe livro mais fecundo em meditações e lições do que o da História Militar.” Comentário transcrito de *O Guararapes*, 008, jan./fev. 1997.

E a vida e obra de Caxias, o herói militar maior do Brasil, se presta a isso e, seguramente, ao contrário de Zacharias, que o colocou em plano inferior, especialistas no tema irão colocá-lo no pedestal que conquistou ao lado dos grandes capitães da História Universal, como o fez com autoridade o grande historiador militar brasileiro Barão de Rio Branco, que o adjetivou de o marechal Wellington brasileiro, menção ao vencedor de Napoleão em Waterloo.

Há algum tempo mesmo, Caxias foi alvo de expressiva homenagem, como herói nacional e sinônimo de probidade, honestidade, honradez e espírito público, na novela *O Rei do Gado*, da Globo, no personagem do incorruptível e patriota senador Roberto “Caxias”, mártir brasileiro da causa do povo. Seguramente, o grande público telespectador indagou quem era Caxias e em quem se inspirou o personagem. E seguramente o farão telespectadores estrangeiros que importarão esta novela de sucesso de Benedito Rui Barbosa, na qual uma medalha de um herói da FEB, morto em combate, consegue, milagrosamente, reconciliar os ódios entre as famílias Mezenga e Berdinazzi, que até o achado da medalha pareciam irreconciliáveis!

Lá no alto onde se encontra, e ainda como Nume tutelar do Brasil, cabe-lhe hoje e sempre, por sua grande vida e obra, estes versos (tradução de J. Laender) do inacabado poema *Eneida*, do grande poeta romano Virgílio, em que o mesmo abordou a epopeia romana:

“Em que afortunados tempos aparecestes?
Que dignos pais te geraram?
Enquanto os rios correm para o mar,
enquanto a sombra da floresta circundar as montanhas,
enquanto o céu sustentar os astros,
durará tua glória. O teu nome, os teus louvores,
onde quer que eu esteja, serei atraído por ti.”

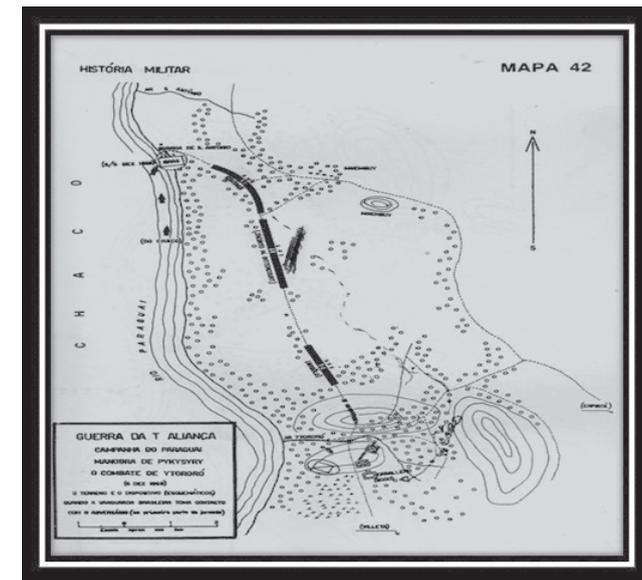
Caxias figura entre os maiores heróis do Brasil. E cultuar heróis não consiste em só exaltar e agradecer-lhe os seus feitos, normalmente nos seus aniversários de morte, mas, sobretudo, em tentar imitá-los em suas grandes virtudes cívicas e absorver as lições que elas sugerem. Pois no culto dos heróis, imitando-lhes as virtudes e absorvendo suas preciosas lições é que se renovam os homens de virtudes cívicas e com eles a Pátria.

Aquí, em especial, evidenciamos as virtudes reveladas por Caxias no exercício das funções de Chefe Militar, bem conduzindo seus compatriotas à vitória em seis campanhas, nas quais estiveram em risco os objetivos nacionais de Unidade, Integridade e Soberania Nacional e, por que não dizer, de Paz Social, com a pacificação que fez da Questão Religiosa em 1875, como seu derradeiro grande serviço, para não mencionar um fato até bem pouco despercebido – o seu pioneirismo abolicionista, ao assegurar por sua conta e risco liberdade para os escravos que, como lanceiros da República Rio-grandense, por ela empunharam a lança, conforme explicamos na bibliografia ao final, e em nosso *O Exército farrapo e os seus chefes*.

Se porventura um dia surgirem dúvidas sobre sua ação de comandante em chefe no Paraguai, a sua defesa no Senado em 15 de julho de 1870 e a de seus amigos no Manuscrito de 1869, da obra de BRASILIUS, ajudarão a respondê-las, além de servirem de subsídios didáticos preciosos, por realistas, em nossas escolas de Formação e Aperfeiçoamento.

Descrição e análise militar crítica das Batalhas de Itororó e do Avaí vencidas por Caxias

A BATALHA DA PONTE DE ITORORÓ DE 6 DE DEZEMBRO DE 1868



Ao norte do esboço, Santo Antônio, local na margem do rio Paraguai de desembarque do grosso das tropas que participaram da Marcha de Flanco através do Chaco. Ao sul, a ponte do arroio Itororó, tendo em cada margem uma elevação, sendo a maior a da margem norte do arroio Itororó.

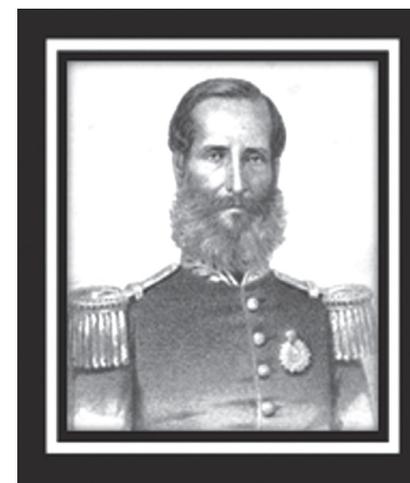
A estrada que de Santo Antônio seguia para Vileta era estreita, cheia de capoeirões e acidentada.

Ao sul da ponte, onde se colocaram abrigadas as forças paraguaias, o terreno era um pouco elevado com dominância de vistas e fogos sobre a ponte e a margem a ser ocupada pelos brasileiros. E formava uma extensa clareira, rodeada de mato espesso. No seu interior havia pequenos capões, um dos quais defendia a ponte. E mais ao sul havia um banhado (Estero).



O adversário, sabedor de que as tropas brasileiras haviam desembarcado em Santo Antônio, ordenou ao general Caballero que fosse ocupar posições de modo a barrar a marcha dos brasileiros.

O Marquês de Caxias foi o comandante da Batalha e do combate decisivo da conquista da ponte de Itororó e da margem esquerda do arroio Itororó.



General Alexandre Gomes de Argolo Ferrão Filho

Assim que o general Argolo desembarcou em Santo Antônio, tratou de fazer reconhecimentos de acordo com as ordens do Marquês de Caxias e de ocupar imediatamente a ponte de Itororó.

– O general Argolo, no dia 5 de dezembro, não conseguiu conquistar o seu objetivo, em razão da demora do desembarque da Cavalaria, a qual deveria executar a missão de conquistar a ponte de Itororó, o que o adversário o fez. O avanço do Exército brasileiro para o sul foi planejado para a manhã de 6, com a seguinte organização:

– Vanguarda – 2º Corpo de Exército do general José Luiz Menna Barreto, mais a 1ª Brigada de Cavalaria da 2ª Brigada de Cavalaria.

– Grosso – 1º Corpo de Exército do general Alexandre Gomes de Argolo Ferrão Filho, mais o 3º Corpo de Exército do general Manoel Luiz Osório.

– Ao raiar do dia 6 de dezembro de 1868, as tropas brasileiras iniciaram o movimento para o sul.

A vanguarda levava na frente um esquadrão de Cavalaria da 2ª Brigada de Cavalaria ao comando do coronel Niederauer, a 5ª Brigada de Infantaria, de Fernando Machado e, em seguida, todo 2º Corpo de Exército. Atrás marchava o Grosso do Exército: o 1º e o 3º Corpos de Exército.

O adversário, sabedor de que as tropas brasileiras haviam desembarcado em Santo Antônio, foi determinado ao general Caballero que ocu-

passa posições de modo a barrar a marcha das forças ao comando do Marquês de Caxias.

Os brasileiros, ao alcançarem o alto da colina, ao norte da ponte de Itororó, foram recebidos por uma carga da artilharia inimiga.

A 5ª Brigada de Fernando Machado, encarregada do reconhecimento da ponte, avançou de baioneta calada contra a ponte do arroio Itororó, sendo impedida de transpô-la pelo adversário que de surpresa saía da mata.

– O Marquês de Caxias ordenou que fosse feita uma preparação de artilharia, enquanto o general Argolo abria uma picada à direita e outra à esquerda, até a barranca do rio, a fim de se aproximar da ponte e melhor bater o inimigo com fogos de artilharia.



Coronel da Guarda Nacional João Niederauer Sobrinho.

Destacou-se na conquista da ponte de Itororó, hoje é patrono da 6ª Brigada de Infantaria Blindada.

Coronel da Guarda Nacional João Niederauer Sobrinho, comandante em Avaí da 2ª Brigada de Cavalaria da Divisão de Andrade Neves e atual patrono da 6ª Brigada de Infantaria Blindada, a qual estudamos em nosso livro *6ª Brigada de Infantaria Blindada*. Nesta obra nosso saudoso parceiro coronel Inf Mário José de Menezes resgatou a vida e obra deste bravo guerreiro às páginas 29-47. Obra disponível para ser baixada no site www.ahimtb.org.br. O saudoso general de exército Clovis Jacy Burman era sobrinho bisneto deste herói que ao final da batalha foi lanceado de surpresa por um soldado paraguaio vindo a morrer em

Vileta onde foi sepultado.

Argolo ordena-lhes que voltem à carga, com o apoio da Cavalaria de Niederauer. E os mesmos batalhões avançam, ganham terreno e impellem os adversários até as suas baterias.

O coronel Niederauer aproveita, passa a ponte, volta à direita para desembaraçar o terreno, mas o adversário, com fúria, ataca novamente com suas numerosas forças, rechaçando os brasileiros.



Coronel Fernando Machado, comandante da 5ª Brigada

Nesse contra-ataque da 5ª Brigada, sucumbiu o seu comandante, o coronel Fernando Machado.

Enquanto se desenrolavam esses acontecimentos, o Marquês de Caxias foi informado por um vaqueano da existência de um passo a esquerda, por onde poder-se-ia chegar à outra margem do rio.

Caxias planejou fixar o adversário frontalmente e envolvê-lo, com o 3º Corpo de Exército de Osório, por leste, lançando-o contra o flanco direito de Caballero.

Enquanto Osório executava o movimento, eram renovadas as ações sobre a ponte, com o fim de aferrar o inimigo o mais firmemente possível, para que a manobra desbordante do general Osório surtisse os efeitos planejados pelo Marquês de Caxias .



Brigadeiro Hilário Maximiano Antunes Gurjão

Herói focalizado em nosso livro *Artilharia Divisionária da 3ª Divisão de Exército-AD-Brigadeiro Gurjão* às p. 11-20, em parceria com os historiadores militares coronéis Luiz Ernani Caminha Giorgis e Ernesto Gomes Caruso. Obra disponível para ser baixada em Livros e Plaquetas no *site* www.ahimtb.org.br.

Novo contra-ataque foi lançado com elementos da outra Divisão da Vanguarda do brigadeiro Hilário Gurjão, que avançou, conseguindo passar a ponte, ao tempo que o coronel Niederauer, com a sua cavalaria, conseguia se apossar de quatro canhões.

O general Argolo, com o restante de suas tropas, avançou sobre a ponte, sendo ferido gravemente.

O combate se transformou em terrível mortandade. O brigadeiro Gurjão foi também ferido. As tropas brasileiras sofreram violentos contra-ataques. E, sem direção, foram obrigadas a retrain para a margem norte do Itororó.

– A situação se torna crítica com quase toda a vanguarda consumida pelos contra-ataques. O desbordamento do general Osório não dava sinais de haver atingido o flanco adversário. Essa demora era de extremo perigo para as tropas brasileiras. E o Marquês de Caxias lança no combate a sua reserva do 1º Corpo de Exército do general Argolo, que ainda não fora empregada.

O adversário ataca com a Cavalaria, a qual é rechaçada pelo coronel Niederauer.

O adversário lança violento e maciço contra-ataque contra o 1º Corpo de Exército na ponte.

O Marquês de Caxias contempla o cenário e vislumbra rapidamente a negativa repercussão de uma derrota, como resultado da jornada. E no intuito de infundir coragem às tropas, decide comandá-las diretamente.

Desembainha a espada e brada: “Sigam-me os que forem brasileiros!”. Esporeando seu cavalo, atira-se sobre a ponte e a transpõe de espada em punho, acompanhado do seu bravo piquete, 30 valentes soldados com as bandeirolas auriverdes. Todos se sentem arrebatados pela atitude inesperada de Caxias e decidem segui-lo para participar dos mesmos perigos e das mesmas glórias.

O adversário foi levado de roldão, recuando sobre a estrada de Vileta. Meia hora mais tarde, às treze horas, chegava Osório com seu 3º Corpo de Exército, depois de haver percorrido três léguas (18km) para contornar o inimigo e não apenas uma e meia (9km) como haviam informado ao Marquês de Caxias.



Alegoria da batalha da Ponte de Itororó, o Marquês de Caxias ao centro com o seu piquete, consolidando a conquista da ponte e da margem esquerda do arroio Itororó.



General Bernardino Caballero – Comandante da defesa do ponte de Itororó.

– O general Caballero poderia ter resistido mais tempo ao Marquês de Caxias, não o fazendo em face da aproximação de Osório, que iria envolvê-lo.

– Os brasileiros tiveram 1.864 baixas; os adversários seis canhões e 1.600 baixas entre mortos e feridos.

– Terminado o combate, era de toda vantagem realizar-se a perseguição com tenacidade, no entanto, isso só se fez sentir num pequeno raio de ação, principalmente por estarem as tropas fatigadas, e a Cavalaria propriamente dita ainda estar na margem direita do Paraguai à espera do embarque.

– O Marquês de Caxias decidiu acampar nas imediações da ponte de Itororó, ordenando ao general Osório ocupar a posição conquistada e cobrir o estacionamento.

Conclusões

– Perigoso e crítico contratempo sofreram os brasileiros na passagem do Itororó.

Não fora a intervenção pessoal de Caxias, num gesto típico de liderança, sem a transposição do Itororó todos os sacrifícios da marcha do Chaco estariam inteiramente perdidos.

– A ação determinada a Osório seria evidentemente decisiva, caso a intervenção pessoal de Caxias não tivesse solucionado o problema de

maneira frontal. Entretanto, a solução do desbordamento do flanco direito adversário retardada teria imposto maiores perdas ao 1º Corpo de Exército.

Entre os oficiais mortos registre-se o brigadeiro Gurjão, o coronel Fernando Machado, Souza Guedes, Lopes de Barros e o coronel Emilianio da Fonseca, comandante do 40º Batalhão de Voluntários da Pátria e, feridos, seus irmãos tenente-coronel Manoel Deodoro da Fonseca, comandante do 44º Batalhão de Voluntários da Pátria, e Hermes Ernesto da Fonseca, e o general Argolo, Ribeiro Lima e Enéas Galvão.

Há cinquenta e um anos passados em nossa estreia como historiador militar escrevemos em palestra para alunos do Curso de Engenharia do CPOR/Recife sobre a Guerra do Paraguai. E no caso o que escrevi sobre conquista de Itororó:

Desembarque em Santo Antônio é conseguida Surpresa Estratégica.

Encontro de Itororó.

Impasse, grande resistência do general Caballero.

Tomadas e retomadas da ponte de Itororó.

Atraso de Osório – periga a vitória!

Ação de líder de combate do Marquês de Caxias.

E suas palavras e atitudes imortais.

“Sigam-me os que forem brasileiros!”

E todo o seu Exército o seguiu!

Ponte conquistada a viva força.

Pesados sacrifícios – 400 baixas.

Análise militar crítica da Batalha da Ponte de Itororó à luz da manobra e seus elementos e dos princípios de guerra.

A Manobra e seus elementos

Manobra Estratégica Centralizada e Central, com envolvimento da esquerda contra o flanco direito do general Caballero.

Princípios de Guerra.

Princípio de Guerra das Informações. Houve falhas neste princípio. Como o avaliar com o apoio em um vaqueano de que o general Osório percorreria uma légua e meia para atingir uma passagem do arroio Ito-

roró, tendo levado em realidade três léguas, disto resultando um grande atraso que custou muitas vidas dos atacantes da ponte. Faltaram informações sobre o adversário ocupante da margem esquerda do arroio Itororó.

Princípio de Guerra do Objetivo. Conquistar a passagem do arroio Itororó e sua margem sul. A conquista deste objetivo foi prejudicada pelo atraso do general Argolo em cumprir a ordem do Marquês de Caxias neste sentido e pela inexatidão da informação de vaqueano do local de transposição do Itororó do 3º Corpo de Exército do general Osório, em seu movimento de envolvimento do flanco adversário. Deslocamento previsto para ser realizado num percurso de uma légua e meia ter percorrido três léguas, daí o atraso, o que obrigou o Marquês de Caxias a intervir pessoalmente no combate, para conquistar o objetivo da sua manobra planejada.

Princípio de Guerra da Segurança. O Marquês de Caxias manteve em Reserva o 1º Corpo de Exército e o lançou em combate em momento decisivo e crítico, quando assumiu pessoalmente a liderança do combate que terminou por conquistar a ponte e ter acesso, em massa, à margem esquerda do arroio Itororó.

Princípio de Guerra da Massa. O Marquês de Caxias aplicou o princípio da Massa ao lançar em combate o 2º Corpo de Exército e no momento decisivo o 1º Corpo de Exército, quando assumiu a liderança do combate.

Princípio de Guerra da Ofensiva. O Marquês de Caxias durante todo o tempo que durou a batalha adotou a ofensiva incluindo contra-ataques sobre o adversário pela posse da ponte.

Princípio de Guerra da Manobra. Foi caracterizada pelo 3º Corpo de Exército do general Osório ter percorrido três léguas (18km) para realizar seu projetado ataque do flanco esquerdo adversário. Percurso avaliado por vaqueano de ser de uma légua e meia (9km).

Princípio de Guerra da Simplicidade. A ideia de manobra foi um simples ataque central para a conquista da ponte e da margem esquerda do arroio Itororó e um ataque do flanco esquerdo direito do adversário para aliviar a sua pressão sobre o ataque principal sobre a ponte para dominá-la.



Fontes do presente capítulo: História Militar do Brasil, 1979, texto e mapas; e do autor: Como estudar e Pesquisar a História do Exército Brasileiro, 1999 2.ed. Obras patrocinadas pelo Estado-Maior do Exército, para uso da Cadeira de História Militar da AMAN.

Desafio a pintores: ainda está para ser feita pintura que traduza a atuação do Marquês de Caxias na conquista da ponte de Itororó como o pintaram as batalhas de Guararapes – Victor Meireles –, e de Avay, Pedro Américo. O Bicentenário da Independência seria uma data apropriada. Quem se habilita?

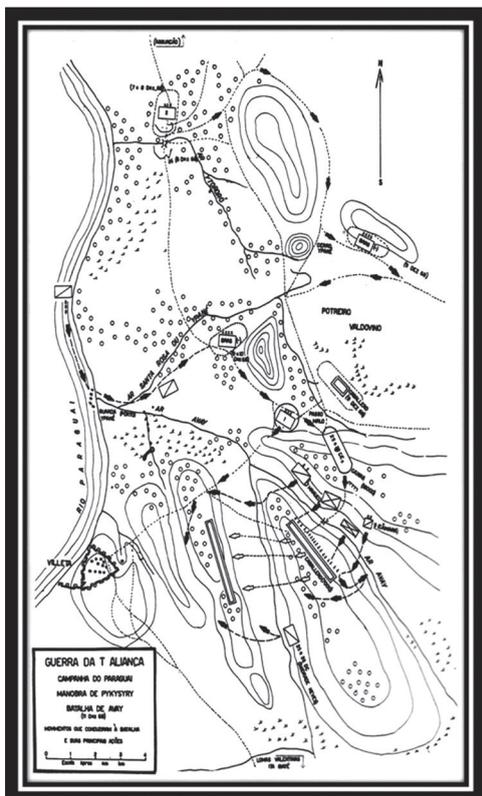
A História Militar Descritiva agrega conhecimento militar e a História Militar Crítica, tendo por fonte a História Descritiva, agrega Sabedoria Militar.

Batalha de Avaí
11 dez. 1868 – Descrição e análise
militar crítica



A Batalha de Avaí, óleo de Pedro Américo. Pintura que integra o acervo do Museu de Belas Artes no Rio de Janeiro.

TERRENO DA BATALHA DE AVAÍ



Descrição da Batalha de Avaí de 11 de Dezembro de 1868



Luiz Alves de Lima e Silva e Marquês de Caxias, o comandante brasileiro da Batalha de Avaí.

O terreno onde seria travada a Batalha de Avaí é atravessado por três arroios do norte para o sul, afluentes do rio Paraguai.

Arroio Itororó, arroio Ipané ou Santa Rosa, afluente de arroio Avaí e Arroio Avaí.

Ao longo do rio Paraguai, duas povoações ou postos: Guarda Ipané na foz do arroio Avaí com o rio Paraguai e Vileta à direita; no centro o Potreiro Valdevino.

Ao sul, duas elevações, a oeste e leste do rio Avaí que seriam ocupadas pelas duas forças em confronto. A norte a ponte de Itororó e a partir dela o caminho para Assunção.

No centro no extremo sul as Lomas Valentinas.

O estudo está em meu livro *Caxias e a Unidade Nacional*, editado pelo professor Flavio Camargo e disponível para ser baixado em Livros e Plaquetas no [site www.ahimtb.org.br](http://www.ahimtb.org.br), onde também se encontra o livro *Caxias Dia a Dia* do historiador militar coronel Luiz Ernani Caminha Giorgis.

No dia seguinte ao combate de Itororó, Caxias, mantendo o 2º Corpo de Exército na região da ponte conquistada, marchou com o 1º e 3º Corpos de Exército para a Região de Cerro Ipané, a fim de passar às cabeceiras do Arroio Ipané ou Santa Rosa, tendo deixado de perseguir Caballero, que se instalou em posições a cavaleiro da estrada entre Itororó e Vileta.

A permanência do 2º Corpo de Exército sob o comando do general José Luiz Mena Barreto, em substituição a Argolo, destinava-se a garantir as evacuações, sobretudo de feridos, bem como desnortear o inimigo.

Vendo Caballero que Caxias se dirigia para a região das cabeceiras do Ipané, decidiu transferir parte de suas forças para o Potreiro Valdovino, no sopé de uma grande colina, como vigilância.

No dia 9, Caxias estacionou seu exército na região compreendida entre os arroios Ipané ou Santa Rosa e Avaí, onde se lhe juntaram as Divisões de Cavalaria desembarcadas em Porto Ipané sob o comando de João Manoel Mena Barreto e do Barão do Triunfo (Andrade Neves), as quais se deslocaram para nordeste, bem como o 2º Corpo de Exército do general José Luiz de Mena Barreto.

A 11 de dezembro, Caxias, já reforçado, retomou movimento para sudeste com a finalidade de investir Vileta.

A sua ordem de marcha era a seguinte:



- Retaguarda, 1º Corpo de Exército (Jacinto Machado Bittencourt).



- Grosso, 2º Corpo de Exército (José Luiz Mena Barreto), que focalizo em meu livro em parceria com os historiadores coronel Luiz Ernani Caminha Giorgis e sargento de Saúde Carlos Fontes, *Brigada de Cavalaria Mecanizada* (Brigada José Luiz Mena Barreto). Personagem focalizado às páginas 66-70. Obra disponível para ser baixada em Livros e Plaquetas no *site* www.ahimtb.org.br.



Pintura do coronel Estigarribia na 1ª capa de meu livro *General Osório o maior herói e líder popular brasileiro* e capa do livro do coronel Estigarribia, *A História do Brasil nos traços de Estigarribia*.

- Vanguarda, 3º Corpo de Exército (Manoel Luiz Osório).

Os brasileiros, ao comando de Caxias, para atingir Vileta, tinham de passar obrigatoriamente pelo corte do arroio Avaí.



General Bernardino Caballero, comandante paraguaio na Batalha de Avaí.

O general Caballero, tendo abandonado Potreiro Valdovino, foi esperá-los ao sul desse corte, na estrada sobre Vileta, numa região em que as águas do referido arroio deslizavam entre duas colinas que seriam ocupadas pelos paraguaios a oeste e pelos brasileiros a leste, tendo o Avaí entre as duas forças.

Os brasileiros teriam que descer ao arroio, transpô-lo e, por fim, subir a colina oposta para desalojar o inimigo.

Este encontrava-se em ótimas condições para repelir os brasileiros durante a aproximação e durante o ataque.

Osório avançou com o seu 3º Corpo de Exército e, ao aproximar-se do arroio Avaí, descobriu o inimigo em sua posição, e avisando Caxias “que o inimigo estava em linha de batalha com uns 5.000 a 6.000 homens e disposto a travar combate”.

Caxias então concebeu logo a seguinte manobra:

Atacar frontalmente para romper o dispositivo inimigo, ao mesmo tempo que atacaria pelos dois flancos, para cortar a retaguarda do adversário.

Com esta intenção, ordenou a Osório que atuasse de frente com o 3º Corpo de Exército reforçado pela 5ª Divisão de Cavalaria do coronel José Antônio Correa da Câmara e lançou, pela esquerda, o general

Andrade Neves, o Barão do Triunfo, à testa da 2ª e da 3ª Divisões de Cavalaria pela direita, o general João Manoel Mena Barreto, com a 1ª Divisão de Cavalaria.

Osório aproximou-se ousadamente do arroio Avaí com sua força em três colunas e atacou o inimigo por entre uma chuva de balas e metralhas.

Durante a batalha que duraria cinco horas caiu uma violenta tempestade, a chuva caía grossa alagando o terreno e fazendo subir as águas do arroio Avaí.

Osório, com dificuldade, atacou o flanco esquerdo do general Caballero com alguns canhões.

Caballero, em face do perigo, empregou suas reservas em socorro de seu flanco ameaçado e conseguiu flanquear alguns batalhões que estavam à direita da linha de ataque do 3º Corpo de Exército.

Caxias ordena a Osório que lance na luta o resto de sua Infantaria contra o centro e a esquerda inimigos, enquanto ele próprio intervém na batalha com o 2º Corpo de Exército do general José Luiz Mena Barreto pela direita do adversário.

Como medida de segurança de sua manobra, uma das Brigadas do 1º Corpo de Exército, do brigadeiro Jacinto Machado Bittencourt, em reserva, deveria se dirigir para as cabeceiras do arroio Ipané, em reforço à 1ª Divisão de Cavalaria, para realizar a cobertura contra reforços que pudessem vir de Assunção.

Durante o ataque do 3º Corpo de Exército, o seu comandante general Osório foi ferido no rosto por uma bala de fuzil, tendo de se afastar da luta por determinação de Caxias.

Caxias, percebendo o esforço que as unidades do 3º Corpo de Exército de Osório faziam para manter as posições conquistadas, lançou para a frente as divisões de infantaria do 2º Corpo de Exército do general José Luiz Mena Barreto e as reservas do 3º Corpo de Exército do general Osório, engajando estas últimas pelo flanco esquerdo.

Os brasileiros ocupam finalmente o alto da colina, onde se apossam de quase todos os canhões do inimigo, que recua para as encostas da elevação a noroeste.

Caxias manda atacá-los pela 5ª Divisão de Cavalaria e nesse momento começa a se fazer sentir o movimento duplamente desbordante da cavalaria brasileira.

*Gen. Andrade Neves**Gen. João Manoel Menna Barreto*

Andrade Neves cai com suas duas brigadas de Cavalaria sobre o flanco direito do derradeiro núcleo paraguaio. No outro flanco atacou João Manoel Menna Barreto, fechando o cerco.

*Coronel José Antônio Correa da Câmara*

Foi promovido por Caxias a general, ao este declarar entusiasmado: “Mais uma carga, general Câmara!!!”. O estudo está em meu livro em parceria como o historiador militar coronel Luiz Ernani Caminha Giorgis *História do Casarão da Várzea (1885-2008)* às páginas 21-23. Casarão por ele mandado construir quando ministro da Guerra. Chefe militar que foi objeto da maior biografia de um militar realizada por seu parente coronel Rinaldo

Pereira da Câmara, historiador militar, e o 3º comandante da saudosa Escola Preparatória de Cadetes de Porto Alegre que cursamos em 1951-1952.

Caxias, vendo as duas asas da tenalha se fechando sobre o adversário, determina um derradeiro esforço aos seus infantes e aos cavaleiros de coronel José Antônio Correa da Câmara, atirando-se de novo para frente.

O grosso do 1º Corpo de Exército do general Jacinto Machado Bitencourt, na reserva, também atacou pelo flanco direito, por ordem de Caxias, a fim de apoiar a Divisão de João Manoel Menna Barreto.

A esse círculo de ferro poucos inimigos conseguem escapar: uns fogem pela estrada de Vileta, outros pelas colinas que se orientam na direção de Lomas Valentinas.

A cavalaria os persegue sem descanso; apenas escapam uns 200 homens, entre eles o comandante paraguaio general Bernardino Caballero.

A batalha durou cinco horas. Iniciou às 10h e terminou às 13h, com a vitória assegurada.

Conclusões

Colocava-se assim Caxias cada vez mais em situação privilegiada para acometer Lopes em Lomas Valentinas pela retaguarda.

A vitória de Avaí, a 11 de dezembro, abriu também aos aliados o caminho para Vileta, porto no rio, para onde o Exército logo seguiu.

Vileta transformou-se em nova Base de Operações, sendo aí organizados os serviços de saúde e abastecimento.

Análise militar crítica da Batalha de Avaí à luz da manobra e seus elementos e dos princípios de Guerra

A manobra de Avaí e seus elementos
Forma de Manobra Ofensiva

Manobra Ofensiva, central de Ruptura, com duplo envolvimento
Objetivo: Derrotar o adversário
Forma: Manobra Ofensiva – Tática
Direções: Convergentes

Princípios de Guerra

Princípio de Guerra das Informações

Durante as cinco horas que durou a batalha, Caxias se manteve bem informado da situação do inimigo para tomar suas decisões de condutas de combate.

Princípio de Guerra do Objetivo

Foi utilizado por Caxias em todo o curso da batalha objetivando destruir o adversário, quase conseguindo cercá-la por completo.

Princípio da Massa

Caxias com a finalidade de atingir o centro da posição adversária utilizou o Princípio da Massa, ao empregar o 3º Corpo de Exército do general Osório e o reforçando com a 6ª Divisão de Cavalaria do coronel José Antônio Correa da Câmara. E aplicou o princípio de Guerra da Massa no flanco direito empregando a Divisão do general João Manoel Menna Barreto, reforçando-o com sua Reserva, o 1º Corpo de Exército do general Jacinto Machado Bittencourt.

Princípio de Guerra da Ofensiva

Caxias o aplicou durante toda a batalha, atacando o centro adversário com o 3º Corpo de Exército do general Osório, reforçado pela 6ª Divisão de Cavalaria do coronel José Antônio Correa da Câmara e no flanco direito atacando-o com a Divisão do general João Manoel Menna Barreto, reforçando-o com sua Reserva, o 1º Corpo de Exército do general Jacinto Machado Bittencourt e atacando o flanco direito adversário.

Princípio da Economia de Meios

Caxias lança na Ação Principal contra o centro adversário o 3º Corpo de Exército do general Osório reforçado pela Divisão de Cavalaria ao Comando do coronel José Antônio Correa da Câmara e economizou meios no ataque ao flanco esquerdo e na Cobertura na região da ponte de Itororó de possíveis reforços ao general Bernardino Caballero enviados de Assunção.

Economia de meios, lançando sobre o flanco esquerdo adversário o general Andrade Neves com duas de suas brigadas de Cavalaria – a 2ª ao comando do coronel GN João Niederauer Sobrinho.

E sobre o flanco esquerdo adversário com a 1ª Divisão de Cavalaria do general João Manuel Menna Barreto.

Princípio de Guerra da Manobra

Caxias o empregou durante toda a Batalha. Inicialmente ao manobrar o 3º Corpo de Exército do general Osório, reforçado pela Divisão de Cavalaria a comando do coronel José Antônio Correa da Câmara, para atacar o centro adversário. E, em prosseguimento, manobrar a Divisão do general Andrade Neves para atacar o flanco esquerdo adversário. Manobrou a Divisão do general José Manoel Menna Barreto para atacar o flanco direito, reforçando-a com o emprego de sua reserva, o 1º Corpo de Exército do general Jacinto Machado Bittencourt e manobrou uma das brigadas do 1º Corpo de Exército do general Jacinto Machado Bittencourt para realizar uma Cobertura contra possíveis reforços enviados de Assunção.

Princípio de Guerra da Surpresa

Não caracterizada no caso em análise. Possivelmente o desembarque em Porto Ipane de duas Brigadas de Cavalaria.

Princípio da Segurança

Segurança pelas informações sobre o dispositivo adversário, e a manutenção por Caxias em Reserva do 1º Corpo de Exército do general Jacinto Machado Bittencourt e vigilância na altura da ponte e Itororó de possíveis reforços enviados de Assunção.



Para a História descritiva da batalha, o livro *História Militar do Brasil*, textos e mapas patrocinados pelo Estado-Maior do Exército e publicados pela Editora de Volta Redonda. Livro que como historiador e instrutor de História Militar indicado pelo chefe da Cadeira de História Militar, coronel Inf Ney Salles, coordenamos e enriquecemos e cuja revisão esteve a cargo do professor de Redação e Estilística coronel Professor Nei Paulo Panizzutti. Livro que ao que me consta foi usado pela cadeira de História Militar até 1999.

Para a História militar crítica da Batalha utilizamos nosso livro publicado por indicação do Estado-Maior do Exército pelo EGGCF como Manual *Como estudar e Pesquisar a História do Exército Brasileiro*, cujas 1ª ed. em 1978 e 2ª ed. em 1999 foram distribuídas à AMAN, EsAO, ECEME e à própria Academia Militar Terrestre do Brasil AHIMTB, cujo brasão figura na capa da 2ª edição.

Na década de 1960 foi introduzido na AMAN o estudo de História Militar crítica, sendo o seu introdutor o historiador militar tenente-coronel Francisco Ruas Santos, veterano da FEB como capitão do 11º RI, seguindo orientação do general Humberto de Alencar Castelo Branco, veterano da FEB como chefe da 3ª Seção de Operações. E ambos possuíam cursos nos Estados Unidos de onde creio trouxeram esta ideia de História Militar crítica geradora de Sabedoria Militar, ao contrário da História Descritiva geradora de conhecimento militar, mas a matéria prima para História Militar Crítica.

E foi neste que atuamos como instrutor de História Militar em 1978/1980, sendo a cadeira constituída de três oficiais com o Curso da ECEME, por ser função privativa de oficiais com o Curso de Estado-Maior. Em 1979 o curso de História militar passou a contar com seis instrutores com o Curso da ECEME. Deixamos a cadeira no início de 1981 para comandar o 4º Batalhão de Engenharia de Combate em Itajubá (1981-1982), e dali fomos classificados no Estado-Maior do Exército até 1985, quando recebemos a direção do Arquivo Histórico do Exército, onde passamos para reserva. Durante esse tempo vimos a cadeira de História Militar passar por diversas transformações que mudaram a ideia do general Humberto de Alencar Castelo Branco.

O Duque de Caxias conselheiro de Estado 1870-1880

O Conselho de Estado foi criado por Lei nº 234 de 23 de novembro de 1841 e funcionou com muita eficácia por quase meio século, enquanto durou o II Reinado, até ser dissolvido em 1889 com o advento da República.

Era presidido pelo imperador e integrado por cerca de até 24 conselheiros, dos quais 12 vitalícios e até 12 extraordinários. O critério de escolha era o de brasileiros considerados e que satisfizessem as mesmas exigências requeridas para integrarem o Senado do Império. Isto dá a medida da consideração geral do Duque de Caxias na Sociedade Brasileira da época.

O Conselho se dividia em quatro seções de Negócios: 1ª, do Império; 2ª, da Justiça e dos Estrangeiros; 3ª, da Fazenda; 4ª, da Guerra e Marinha. Caxias compôs o quadro da 4ª Seção – da Guerra e Marinha. Entre seus colegas: Visconde de Abaeté e Barão de Muritiba.

O Conselho era um espécie de Tribunal que com rigor fiscalizava o emprego dos dinheiros públicos da Nação, conferia competências e apurava responsabilidades. Era função do Conselho de Estado aconselhar o

imperador quando este tinha que exercitar o Poder Moderador previsto pelo artigo 100 da Constituição outorgada de 1824.

Incumbia-se o Conselho de questões relacionadas com declaração de guerra, negociação da paz, de indenizações, conflitos de jurisdição entre o Executivo e o Judiciário, abuso de autoridade eclesiástica e elaboração de propostas do Executivo à Assembleia Geral (atual Congresso).

O Duque de Caxias, depois de haver por duas vezes chefiado o Governo do Brasil como presidente do Conselho de Ministros do Império, cumulativamente com o Ministério da Guerra, foi nomeado Conselheiro de Estado, em 20 de outubro de 1870 em caráter extraordinário e, logo a seguir, Conselheiro vitalício.

Seu ingresso no Conselho de Estado logo após o término da Guerra do Paraguai foi providencial para as lideranças nacionais. Ele era o maior líder militar e o Governo tinha de enfrentar a redução dos efetivos do Exército às necessidades de paz, bem como os da Guarda Nacional subordinada aos presidentes de província, desestimulando o possível mau uso da mesma para aventuras políticas, com apoio na força que representavam.

A desmobilização de veteranos de guerra era e é problema delicado, pois já existia uma espécie de convicção internacional:

“Os perigos das guerras não estão só durante suas durações, mas também depois de acabadas, em razão dos soldados que se habituaram à guerras que, por qualquer motivo, armam conflitos.”

Na Revolta dos Muckers em 1874, em São Leopoldo, veteranos aparecem na revolta, conforme abordamos na *História da 3ª Região Militar, 1808-1953 e Antecedentes*. Porto Alegre: SENAI, 1995. v.l.

Este problema se constatou nos EUA ao término da Guerra do Vietnã, que motivou uma série de filmes focalizando os desajustes à paz de veteranos de guerra.

Caxias, ídolo dos veteranos, era o homem confiável para o Governo e para os veteranos, para encaminhar problemas decorrentes da guerra.

E problemas gerados na guerra inundaram a 4ª Seção do Conselho, referentes à Guerra e Marinha. Em todas as resoluções do Conselho nestes assuntos figura a assinatura de Caxias, atento à defesa dos interesses de seus liderados, como o faria mais tarde o marechal J. B. Mascarenhas de Moraes, em relação ao seus comandados na FEB. Tarefa em que se empenhava o general Plínio Pitaluga, recentemente falecido.

Entre as resoluções do Conselho relativas à Guerra e Marinha encontram-se 12 petições de graça de militares do Exército condenados à morte por crimes cometidos, sendo uma de prisão perpétua.

A Lei do Serviço Militar Obrigatório, que foi promulgada em 1874 por empenho de Caxias, ministro da Guerra e presidente do Conselho de Ministros, ao ser implementada em 1876, na forma de Alistamento Militar por Sorteio, quando ele era chefe do Governo, provocou o envio de uns 21 recursos contra o Alistamento Militar para o Serviço Militar Obrigatório.

Algumas províncias não cumpriram a Lei, gerando problemas. Aos poucos a Lei esfriou e só quarenta anos mais tarde, durante a I Guerra Mundial, teve lugar o 1º Sorteio Militar que inaugurou o Serviço Militar Obrigatório, o que deu ao Exército uma feição nacional, conforme abordamos nos já citados artigos: “O Mal Caetano de Farias - projeção como chefe do Estado-Maior do Exército e ministro da Guerra na Reforma Militar”. *A Defesa Nacional*, 724, mar./abr. 1986 e “Os 70 anos do Serviço Militar Obrigatório”. *A Defesa Nacional*, 729, jan./fev. 1987.

Em 15 de março de 1872 houve a resolução de, em vez de devolver-se ao seu dono um escravo que se alistara no Exército, indenizá-lo com uma apólice de mil réis.

Em 26 de julho de 1871 foi apresentado ao Conselho requerimento de uma mãe, assinado por vários habitantes das cidades de Pelotas e Rio Grande, de concessão de perdão a um ex-alfere que cumpria pena de galés perpétuas na Fortaleza de Santa Cruz, no Rio. (Galés era a 2ª pena abaixo da condenação por fuzilamento ou forca. Consistia em trabalho forçado acorrentado, perpetuamente no caso, com um peso redondo na ponta das correntes. O nome da pena tem origem na época das galés movidas a remo por condenados a isto, sempre acorrentados, e cuja aceleração dos motores humanos das galés era dada pelo aumento do ritmo das remadas por tambor. O castigo era dado pela Justiça).

Foi mais uma contribuição pouco conhecida de Caxias ao Brasil, estudada pioneiramente por Paulo José Pires Brandão,⁵³ que relacionou todas as resoluções da Guerra e da Marinha assinadas por Caxias (1872-1877). O autor citado, entusiasmado com Caxias, reproduz comentário do historiador Escagnole Dória, por ocasião do sepultamento de Caxias:

“Com a morte de Caxias, o Exército não transpôs os portões dos quartéis. As baionetas não luziram ao sol. A Cavalaria não desfilou, nem os canhões rodaram até a porta do cemitério. Não! Seis soldados dos de

melhor nota saíram da caserna para a necrópole do Catumbi. O antigo oficial do Batalhão do Imperador, Corpo da fina flor, almejava meia dúzia de praças para colocá-lo no fundo da sepultura brasileira. Seis praças de bom comportamento! – recomendou Caxias em sua última vontade.

Do além túmulo ainda dizia Caxias pelo seu enterro: Fui tudo! Quão pouco é. Não de querer levar-me à sepultura só os maiores. Quero os menores! Venham!

E o grande Luiz, homem de bem, restituiu-se à terra carregado por humildes, em derradeira lição de Moral e Disciplina. Tocaram-se os extremos na singeleza. Até na morte Caxias comandou!”

Caxias chefe do Governo do Brasil como presidente do Conselho de Ministros

Caxias exerceu em três ocasiões e por mais de quatro anos descontínuos a chefia do Governo do Brasil, como presidente do Conselho de Ministros e cumulativamente como ministro da Guerra. A 1ª vez de 3 de setembro de 1856 a 4 de maio de 1857. A 2ª vez de 3 de março de 1861 a 24 de maio de 1863 e a 3ª e última vez de 22 de janeiro de 1875 a 5 de janeiro de 1878.

Indicado pelo imperador para presidir o Conselho de Ministros que ele tratava de Ministério e por morte do Marquês do Paraná, assumiu em 3 de setembro de 1856, tendo antes rogado ao imperador que o poupasse por doente e por querer se limitar só à administração do Exército. O imperador não cedeu e Caxias disciplinado continuou ministro da Guerra e chefe de um Gabinete que ele não formara.

Em 4 de maio de 1857 foi substituído por outro Gabinete e passou a ser Conselheiro de Guerra, função na qual fazia muitos projetos como o Plano de Invasão do Paraguai e outro para fazer face a Questão Christie etc.

Em 1861, Gabinete presidido pelo liberal Ângelo Moniz da Silva Ferraz, futuro Barão de Uruguaiana, caiu em função de paixões partidárias radicalizadas.

E o imperador procurou um nome de consenso, acima de partidos e conciliador. E se fixou em Caxias e o chamou mais uma vez ao sacrifício. Caxias, disciplinado e fiel à sua Pátria e ao seu soberano, organizou o Gabinete que viria a garantir a harmonia que se impunha.

E em 3 de maio de 1861, no Senado, expôs a Diretriz política do Gabinete:

“Os princípios do Gabinete estão indicados pelos precedentes (*curriculum vitae*) das pessoas que dele fazem parte. Os meus colegas e eu somos conhecidos. Por isso penso posso dispensar-me de indicar qual o sentido (rumo) em que dirigimos os negócios da governança (do governo).

Entendemos que no presente o país deseja acima de tudo a rigorosa observância da Constituição e das leis, e a mais severa e discreta economia dos dinheiros públicos, atentas às atuais circunstâncias de nosso atual estado financeiro.

Os nossos atos, senhores senadores, devem valer mais do que as palavras. Peço a todos que nos julguem por nossos atos.”

Era a consciência prática de que palavras não são mais do que palavras, recurso muito usado pela Demagogia.

Entre outras ações Caxias bateu-se pela adoção do Serviço Militar Obrigatório mediante o sorteio e que aprovado em 1874 ele tentaria implementar em 1876, conforme foi tratado na sua atuação como Conselheiro de Estado. E justificava então:

“O único meio de conservar (manter) um Exército, ainda que pequeno, mas indispensável à defesa, é a chamada obrigatória para o serviço das armas dos indivíduos que em vossa sabedoria julgardes que devem constituir a massa recrutável da população.”

Acusado pela oposição de não isenção em matéria eleitoral, por haver subscrito fora do governo como senador uma circular de cunho eleitoral, respondeu no Senado, conforme Paulo Mattos Peixoto em *Caxias, Nume Tutelar da Nacionalidade*, v.1.

“Há um lado político a que pertenço (Partido Conservador). Dele não me separo. Fora do Ministério (Conselho de Ministros) tenho, como qualquer outro cidadão, o direito de trabalhar pela vitória de minhas opiniões. Mas quando na chefia do Governo, só tenho em vista o cumprimento do meu dever e nada mais.

Fiquem tranquilos que enquanto eu estiver no Ministério (Chefia do Gabinete) não farei justiça a ninguém por causa de suas ideias. Retirando-me porém do poder, voltarei para as mesmas fileiras em que tenho

militado. Continuarei a esforçar-me pelo ganho de causa da opinião a que me acho ligado.”

Acerca de seu programa de governo, intenção de isenção política na chefia do Governo e humildade em declarar não ser um tribuno como muitos no Senado e Câmara de Deputados, assim se manifestou na Câmara dos Deputados em 25 de julho de 1861 o seu grande adversário, Zacharias de Góes e Vasconcelos:

“O honrado presidente do Conselho de Ministros (Caxias) senhores, disse-nos há dias que não tinha o hábito da tribuna (falar bem como parlamentar eloquente etc.).

Entretanto, direi com a maior sinceridade que os seus discursos proferidos nesta casa (Assembleia Geral, atual Congresso) me têm parecido excelentes. Concisos e despidos de flores (floreios) e atavios de retórica, eles têm sido invulneráveis.

Quando quis definir a política do Governo (sob sua presidência) fê-lo com a maior clareza, pronunciando em alto e bom som a moderação como parte integrante de seu programa de governo.

E só não nos disse que a moderação estava em seu programa, mas ainda declarou que era o fiador da lealdade desse programa.

Na questão da intervenção do governo em matéria de eleições, a palavra do nobre presidente do Conselho de Ministros teve igualmente o mérito da concisão e da verdade...

Pelo que toca às questões pertinentes à sua repartição, o nobre ministro da Guerra e presidente do Conselho de Ministros, com o seu saber de experiências feito, respondeu cabalmente.”

Durante a Guerra do Paraguai, sendo Zacharias presidente do Conselho de Ministros pelo Partido Conservador, moderado aliado ao Liberal, tivera comportamento exemplar com Caxias, comandante em chefe no Paraguai. Saindo do Gabinete atacou Caxias, seguramente defendendo as suas opiniões partidárias como Caxias anunciou que o faria fora do Governo.

Talvez se pudesse hoje dizer da projeção dos elogios e ataques de Zacharias a Caxias que a nós chegaram que:

“Quem teve um inimigo como Zacharias não precisa hoje de amigos que defendam a sua memória.”

Caxias, embora dando prioridade aos problemas do Conselho de Ministros, não descuidava dos interesses do Exército. Conseguiu a aprovação de uma lei previdenciária para oficiais e famílias. Conseguiu também

reformular a Doutrina do Exército, até então uma colcha de retalhos de influências inglesa, francesa e portuguesa etc., ao adaptar a Doutrina de Portugal às realidades que vivenciara no Brasil em cinco campanhas que comandara.

E segundo José Faustino Silva, citado, ao estudar sua obra como ministro da Guerra, ele argumentou aos seus pares:

“Sem tática elementar os corpos não estão habilitados para a execução da grande tática. E assim, não são mais do que massas informes, movendo-se irregularmente sem nenhuma garantia de bom resultado nas grandes operações de guerra.”

Ao propor um novo regulamento disciplinar para o Exército, segundo o mesmo autor citado, assim expôs aos seus pares a sua necessidade:

“Tal regulamento é propriamente um regulamento policial da disciplina interna dos corpos. Ele deve ser considerado como a base da alta Disciplina. Ele é essencial para coibir o abuso, infelizmente tão generalizado no Exército, na aplicação de arbitrariedades correccionais.”

É pioneiro na ideia da criação de um Colégio Militar, o que seria implementado cerca de vinte e cinco anos mais tarde por seu ministro da Agricultura, Comércio e Indústria – Thomaz Coelho, integrante de seu Gabinete. E argumentou então aos seus pares:

“Cumpra aos poderes do Estado, especialmente, lançar neste assunto sérias vistas paternas em prol dos filhos daqueles que morreram ou se inutilizaram no campo de batalha, defendendo a Independência e a Honra nacional, as instituições e os mais sagrados direitos.”

O seu projeto não foi acolhido. Retornou com ele em 1863, apontando como sede ideal uma dependência da Fortaleza São João que utilizara em 1856-57 para funcionar a Escola Militar que desligara da Escola Central no Largo do São Francisco, enquanto era construída a Escola Militar na Praia Vermelha (1858-1905). Mas não conseguiu aprová-lo. A Escola Militar na Praia Vermelha era então um lugar afastado do centro. Fora a solução melhor para afastá-la do centro do Rio, pois concordava até que ela fosse interiorizada para fugir da influência da política no Rio, o que só aconteceria mais de oitenta anos depois, com a AMAN.

Por volta de 1840, logo no início de seu reinado, D. Pedro II havia criado no Arsenal de Guerra do Rio de Janeiro (local do atual Museu Histórico Nacional), junto aos cursos de menores Aprendizes de Artífices (pioneiros do SENAI), o Colégio Militar do Imperador “destinado

a instrução de filhos de capitães, tenentes e alferes, com preferência aos filhos dos considerados mais necessitados.”

O Regulamento deste Colégio Militar do Imperador consta de Histórico do Arsenal de Guerra do Rio de Janeiro, que foi resgatado pelo comandante do Instituto Militar de Engenharia (IME), o destacado engenheiro militar e historiador militar terrestre brasileiro, general de brigada José Carlos Albano do Amarante.

Como se vê, a ideia do Colégio do Imperador era bem diversa do Colégio Militar idealizado por Caxias, a qual se assemelha mais com a realidade dos 14 colégios militares espalhados pelo Brasil, como fator de integração da juventude militar com a civil, que ali têm base cultural comum.

Conseguiu êxito na criação das Colônias Militares, conforme foi abordado em sua atuação como ministro da Guerra. São as avós dos pelotões de Fronteira.

Sofreu grande pressão da oposição ao seu Gabinete. E resistiu impávido até ser afastado por um voto de desconfiança, como era usual, sendo substituído por Gabinete chefiado por Zacharias de Góes, que só resistiu seis dias, sendo este por sua vez substituído por Gabinete chefiado pelo Marquês de Olinda – “o Ministério dos Velhos”.

Em 28 de junho de 1875, retornou à chefia do Governo com o Ministério São João, assim chamado por ter sido formado no dia deste santo. E assim se dirigiu à Assembleia Geral:

“Sr. Presidente. Chamado ao paço de São Cristóvão no dia 23 do corrente, fui incumbido por S.M. o imperador de organizar novo Gabinete de Ministros. Não foi sem muito hesitar que pude resolver-me a aceitar tão árdua tarefa. Porém a minha dedicação à causa pública e ao Chefe do Estado (ao imperador) não me permitiu escusa.

Aceitei pois a honrosa comissão e organizei o Ministério com os cavaleiros que se acham presentes: Visconde do Bom Conselho – ministro do Império; Visconde de Cavalcanti – ministro da Justiça; Cotegipe – ministro dos Estrangeiros e da Fazenda (interino); Barão Pereira Franco – ministro da Marinha; Thomaz Coelho – ministro da Agricultura, Comércio e Indústria.

O nosso programa de Governo é o seguinte: manter a paz externa sem quebra da dignidade e direitos do Império. Seremos moderados e justos, observando rigorosamente as leis e resolvendo as questões internas com ânimo desprevendo.

Continuaremos a desenvolver a educação e ensino popular e procuraremos obter as providências que podem caber no tempo da presente sessão legislativa. Entre elas mencionarei o orçamento, os auxílios à lavoura e a reforma eleitoral. E por último declararei, se este ministério tiver a honra de presidir as próximas eleições gerais fará quanto couber na sua legítima ação para qual a liberdade de voto seja sinceramente mantida. É este o pensamento com que aceitamos o poder nas atuais circunstâncias.”

Não tocou em problemas políticos, pois tinha a missão de pacificar os conservadores, desde 1871 divididos, com a discussão da lei de 28 de setembro.

Caxias avançou muito na solução de problemas do Exército, que foram abordados em parte relativa à sua atuação como ministro da Guerra.

Caxias completou a sua obra pacificadora em prol da Unidade Nacional ao conseguir pôr fim à Questão Religiosa ou Questão Episcopomaçônica, após conseguir que o imperador assinasse a Anistia em 17 de setembro de 1875, com a ressalva imperial:

“Faço votos para que as intenções do Ministério sejam compensadas pelos resultados da Anistia, mas não tenho esperanças disto.” O imperador era contra a Anistia.

A Questão Religiosa surgiu de incidentes entre católicos e maçons, em Pernambuco e Pará. O Chefe do Gabinete era o Visconde do Rio Branco, grão-mestre da Maçonaria. A Igreja era unida ao Estado. E incidentes entre o Estado e os bispos, e entre estes e maçons, culminaram com a condenação pelo Supremo Tribunal a quatro anos de prisão, com trabalhos forçados, dos bispos D. Vital de Oliveira, de Pernambuco, e de D. Macedo Costa, do Pará. E Caxias, como Chefe de Governo e contra a ideia do Chefe de Estado, conseguiu que este assinasse o decreto de Anistia.

Caxias, como maçom e católico, sentiu-se à vontade e no dever de mediar esta questão, a qual, durante os dezoito meses de prisão dos bispos tantos estragos fizera ao Estado do Brasil, como viria a se constituir numa das causas da queda do Império em 15 de novembro de 1889.

Mundialmente não existe incompatibilidade das religiões com a doutrina maçônica. Somente no Brasil permaneceram desconfianças em função deste incidente político, mas não filosófico.

Segundo se conclui, por manifestações feitas a íntimos, Caxias não apreciava a função, por desapego ao poder. Ser chefe do Governo constituía o seu maior sacrifício. O seu calvário! E o fazia por obediência a seu

soberano, quando este lhe impunha o sacrifício que era compensado com os muitos e expressivos avanços que conquistava para o seu Exército, hoje patrono. O que talvez no íntimo compensasse o seu calvário.

E o desconforto e sofrimentos no exercício da chefia do Governo de que, repetimos, o Exército foi o grande beneficiário, isso fica evidente nas seguintes manifestações a íntimos, que vazaram para a posteridade:

“Prefiro anos de campanha militar mais dura a meses no Ministério” (Gabinete de Ministros), conforme afirmou ter dele ouvido seu biógrafo, monsenhor Pinto de Campos.

Ao seu amigo general Osório escreveu certa feita, conforme consta da sua biografia, realizada por seu filho e neto:

“Hoje (depois da guerra) toda a minha estratégia será empregada em me livrar de alguma pasta (Gabinete de Ministros), de que sempre tive mais medo do que das baterias de Lopes.”

Durante as crises políticas afastava-se do Paço Imperial, segundo escreveu a familiar, “com medo de alguma atracação (abordagem) do Homem de São Cristóvão”.

Em 1862 desabafou mais uma vez com seu amigo general Osório:⁵⁵

“Não se pode ser ministro (chefia do Gabinete de Ministros) neste tempo, meu amigo, porque os ingratos e os descontentes são muitos, pois não se pode contentar a todos os pretendentes, e rogo que o imperador não se lembre de mim para tal cargo, pois dele não colho senão desgostos e despesas. E, mesmo o perdimento de algumas amizades velhas, sem conservarmos as novas, porque estas vêm com a pasta, ficam com ela ou com quem a rege.”

Caxias sofria então a grande dor pela perda de seu único filho varão, o cadete Luizinho.

Mas o imperador ainda se lembraria dele para a chefia do Governo treze anos mais tarde, quando teve necessidade de se afastar do Brasil por motivo de viagem e deixar nas rédeas do Governo um homem de sua inteira confiança.

Caxias agora sofria a imensa dor e solidão pela perda da esposa. E assim ele narrou em carta à filha mais velha, mais tarde Baronesa de Santa Mônica, “a atracação que sofreu do Homem de São Cristóvão” para, pela 3ª e última vez, chefiar o Governo do Brasil como presidente do Conselho de Ministros:⁵⁶

“Minha querida filha, 17 de julho de 1875.

Só hoje, que é domingo, me deixaram um instante disponível para responder sua carta de 3 do corrente. Estou, minha cara filha, apesar de todos os meus protestos em contrário, outra vez ministro da Guerra e presidente do Conselho.

Você deve fazer ideia dos apuros em que me vi para cair nesta asneira (burrice) e creia que quando me meti na sege (carruagem de duas rodas e um assento para uma pessoa) para ir a São Cristóvão a chamado do imperador, ia firme em não aceitar. Mas ele assim que me viu me abraçou e disse que não me largava sem que lhe dissesse que aceitava o cargo de ministro (chefe do Gabinete). E, se eu me negasse a fazer-lhe este serviço, que ele chamaria os liberais (Partido Liberal) e que haveria de dizer a todos que eu era o responsável pelas consequências que daí resultassem.

Mas disse-me tudo isto tendo-me prendido com seus braços. Ponderei-lhe minhas circunstâncias, a minha idade (72 anos) e incapacidade, mas a nada ele cedeu.

Para livrar-me dele era preciso empurrá-lo e isto eu não devia fazer. Abaixei a cabeça e disse que fizesse o que quisesse, pois eu tinha a consciência de que ele havia de se arrepender, porque eu não seria ministro por muito tempo, pois morreria de trabalho e de desgostos. Mas não atendeu! Disse-me que só fizesse o que pudesse, mas que não o abandonasse, porque ele então também nos abandonaria e se ia embora!

Que fazer, minha querida Anicota, senão resignar-me e morrer no meu posto! E acresce que eu já tenho arriscado tantas vezes a minha vida por ele (o imperador) que mais uma, na idade em que estou, pouco sacrifício será.

Seu pai, que muito a estima. Ass.: Luiz.”

Interessante a frisar era a consciência que possuía de haver arriscado sua vida por seu imperador diversas vezes.

Quando o imperador retornou de sua longa viagem, Caxias, em 25 de julho de 1877, escreveu à sua filha, há pouco Baronesa de Santa Mônica, parabenizando-a pelo título de Barão de Santa Mônica concedido ao seu marido Francisco Nicolau Carneiro Nogueira da Gama:⁵⁷

“O imperador deverá chegar à noite. Estão acontecendo muitas festas e ninguém está mais contente do que eu, pois estou resolvido a deixar o governo, pois estou muito velho e cansado e não posso mais trabalhar. Felizmente ainda tenho um resto de saúde.”

Caxias pediu demissão de suas funções. E D. Pedro II aceitou, com a condição de que todo o Ministério também pedisse para que fosse

substituído por um Gabinete Liberal organizado por Cansanção Sinim-bú, grande adversário político de Caxias. Este foi o seu prêmio pelo derradeiro sacrifício! Foi substituído por Osório no Ministério da Guerra.

Biógrafos de Caxias veem neste gesto de D. Pedro II uma grande ingratidão ou desconsideração a ele “que tantas vezes arriscara a vida pelo imperador” ao que se somava a ausência de qualquer representante do Governo no porto quando da chegada de Caxias ao Rio, vindo do Paraguai muito doente. Desconsideração que se repetiria no enterro de Caxias, ao qual o imperador não compareceu e, ao contrário, foi ao do bispo de Petrópolis, tendo agarrado até na alça do caixão.

Enfim, são gestos que talvez biógrafos de D. Pedro II tenham explicação, por alevantadas razões de Estado.

Já em Uruguaiana, D. Pedro permitira que Caxias fosse desprestigiado pelo futuro Barão de Uruguaiana, que deixou Caxias fora do reconhecimento, para o qual convidara generais estrangeiros e brasileiros que nunca haviam ali estado. Logo ele, Caxias. Logo ele, que havia presidido duas vezes o Rio Grande do Sul e que ali combatera duas vezes, tendo inclusive mandado traçar o plano da vila de Uruguaiana, fundada pelos farrapos como Santana do Uruguai, nome dado por Domingos de Almeida, o mineiro de Diamantina, que foi “o cérebro da Revolução Farroupilha”, conforme abordamos.⁵⁸

Segundo Afonso de Carvalho em *Caxias*, eram desconsiderações dos Bragança aos Lima e Silva, pelo 7 de abril de 1831, e agora a Caxias, pela Anistia aos Bispos de Belém e Olinda. É uma opinião que carece de maiores fundamentos.

Caxias, ao deixar, em 5 de janeiro de 1878, o Gabinete e o Ministério da Guerra, muito doente, retirou-se então da vida política e social e do Rio de Janeiro para findar seus dias e gastar a pouca saúde que lhe restava na Fazenda Santa Mônica, na Estação Desengano, em Valença - RJ, em companhia de sua filha mais velha, para ele a sua Anicota. Ali faleceria em 7 de maio de 1880, conforme será abordado mais adiante, onde serão focalizados os seus dois últimos anos de vida, seus derradeiros momentos, velório e sepultamento, complementando informações já anteriormente abordadas.⁵⁹

Publicamos na *Revista do Clube Militar*, em maio de 1980, comemorativa ao centenário de morte de Caxias, ampla reportagem fotográfica sob o título “Significação histórica do Duque de Caxias”, constando fotos de seus pais, esposa e filhos, irmãos que com ele combateram em Santa

Luzia, da Fazenda Santa Mônica e do local de seu palacete na Tijuca, no momento em que estava nos alicerces o antigo edifício da Mesbla, construído no local. Antes, fora também sede do Colégio Lafaiete.

Nela, reproduzimos abalizadas opiniões sobre a projeção de sua vida e obra nos últimos cem anos depois de sua morte, numa espécie de Autos para um julgamento no Tribunal da História que sem dúvida consagram Caxias como Nume tutelar da Nacionalidade, na expressão justa, veraz e muito feliz de seu biógrafo civil Pedro Mattos Peixoto. Este o retirou do monopólio natural de seu culto pelo Exército, como seu patrono, para fazê-lo transcender como figura de projeção nacional que governou os destinos do Brasil como chefe de seu Governo por mais de quatro anos e meio, para não se citar comandante em chefe dos brasileiros em seis campanhas militares vitoriosas, em defesa da Unidade, da Integridade e da Soberania do Brasil. Por tudo reafirmamos: o século XIX no Brasil foi o Século de Caxias.

Em boa hora, insistimos, a TV Globo, por meio da novela *O Rei do Gado*, com uma audiência de 70 milhões de telespectadores no Brasil e expressiva audiência internacional, consagrou Caxias na figura do Senador Roberto “Caxias”, como símbolo de honra, patriotismo, honestidade e devoção aos mais altos interesses do povo brasileiro, ao qual Caxias serviu modelarmente.

Seguramente, expressiva parcela de telespectadores deve se ter perguntado por que senador “Caxias”, aliás expressão popular consagrada no Brasil, para adjetivar-se alguém, principalmente um funcionário civil ou militar, incorruptível e fiel ao cumprimento dos seus deveres de cidadão e constitucionais. Está de parabéns Benedito Rui Barbosa. E mais ainda, pelo tratamento nobre dado aos brasileiros que tombaram na Itália na Segunda Guerra Mundial, integrando a Força Expedicionária, em defesa da Democracia e Liberdade Mundial, como o personagem Bruno Berdinazzi, cuja medalha de herói da FEB, ao ser desenterrada cinquenta anos após, teve o poder milagroso de reconciliar o que parecia irreconciliável – “os Mezenga com os Berdinazzi”.

Que outros exemplos sejam aproveitados para fortalecer o moral, a autoestima e a fé dos brasileiros na Nação Brasil.

A TV Globo assim deu respaldo ao grande estrategista e político grego Péricles que, de tão marcante atuação, sua época foi chamada de Século de Péricles, e que afirmou uma vez:

“Aquele que morre por sua pátria faz mais por ela naquele momento do que os vivos em todas as suas vidas.”

O culto dos heróis nacionais, repetimos, não consiste em só recordar e exaltar-lhes os feitos, mas também em imitar-lhes as virtudes, aprender as lições que legaram e seguir seus exemplos. E assim procedendo renovam-se os homens e a Pátria.

A mídia no Brasil está devendo isso aos brasileiros! Exemplos de brasileiros dignos de serem imitados por suas projeções relevantes na construção da Pátria Brasil. Providência patriótica que se impõe para o Povo Brasileiro melhor enfrentar as incertezas do 3º Milênio.

Mas isso não está hoje ocorrendo!

Constatar é obra de simples verificação e raciocínio! Predomina o silêncio sobre os heróis nacionais militares, em benefício da manipulação da história, em especial, como no caso dos generais Bento Manuel Ribeiro e Davi Canabarro, linchados moralmente na minissérie *A Casa das Sete Mulheres* da Globo e de Caxias e de Barbacena entre outros, na série *A Ferro e a Fogo* da RBS TV, onde se aborda história sem a presença e assessoria de historiadores, desrespeitados em sua função social.

A projeção da amizade entre o Duque de Caxias e o general Osório no Exército

A grande amizade entre Caxias e Osório teve início na cidade de Pelotas em 1839, quando Caxias era tenente-coronel e Osório capitão, desde 20 de agosto de 1838, depois de onze anos como tenente.

A oportunidade teve lugar quando o ministro da Guerra, o pernambucano Sebastião do Rego Barros, foi obrigado a viajar ao Rio Grande do Sul, tendo levado como seu assessor o tenente-coronel Luiz Alves de Lima e Silva, comandante havia oito anos dos Guardas Municipais Permanentes da Corte, raiz histórica da atual Polícia Militar do Rio de Janeiro (PMRJ) e do Distrito Federal.

A viagem ministerial coincidia com o retorno de Bento Gonçalves ao Rio Grande, depois de fuga espetacular do Forte do Mar, na Bahia, com auxílio da Maçonaria.⁶⁰

Na tropa, havia queixas contra o general Elzeário Miranda Brito, português nascido em Lisboa, engenheiro militar que assumira o comando das Armas da província prometendo acabar com a revolução, no que

denominou “um passeio de dezessete dias”. Foi muito mal sucedido operacional e politicamente, por apoiar-se em legalistas radicais. A par disso fora acusado de discriminar oficiais nascidos no Brasil. O general Elzeário foi por nós focalizado na *História da 3ª Região Militar*.⁶¹

O ambiente de descontentamento criado por Elzeário obrigou o futuro almirante Grenfell a pedir demissão do comando naval da província, depois de haver realizado completo domínio naval nas lagoas e rios navegáveis do Rio Grande e ter feito em Pelotas séria tentativa de paz. Esta não foi concretizada por interferência de Silva Tavares, que desrespeitou convênio firmado, conforme abordamos ao focalizarmos Greenfell.⁶²

O capitão Osório, por sua liderança, foi encarregado de representar seus companheiros em audiência ministerial à qual o futuro Duque de Caxias assistiu.

O que o ministro e Caxias viram e ouviram no Rio Grande desmentira este conceito firmado pelo general Elzeário sobre Osório, ao este pedir reforma em razão de situação financeira crítica de sua mãe em Caçapava do Sul, ao ficar viúva:

“Este oficial (capitão Osório) é de gênio muito intrigante, tanto que todas as desinteligências que há na força estacionada em São Gonçalo (região de Pelotas) se atribuem ao seu inquieto humor, como V. Exa. presenciou.”

O despacho do seu requerimento indicou que devia ser atendido:

“Mas que a Osório devia o governo estabelecer sua residência fora da Província, até o término da Revolução.”

Pouco mais tarde Osório recebeu este elogio do substituto de Elzeário, o tenente-general Manoel Jorge Rodrigues:

“Serve na luta atual com bastante distinção. E merece o respeito geral.”

Em 7 de abril de 1841, Osório recebeu a seguinte indicação do Comandante das Armas, marechal Thomaz Pereira Valente, ao qual Caxias substituiria:

“Merece ser major de 1ª Linha e receber a condecoração do Cruzeiro.”

Segundo o coronel J. B. Magalhães,⁶³ ao Caxias assumir o comando do combate à Revolução:

“Tudo começou a caminhar como por encanto. Não mais prevaleceram as intrigas e as disputas por influências e prestígio.”

Osório reencontrou-se com Caxias e continuou a amizade iniciada. Osório comandava o 2º Regimento de Cavalaria Ligeira (2º RCL) em

Bagé e muito auxiliaria Caxias na pacificação. Esteve presente em Ponche Verde, quando incorporou em seu Regimento, como livres, Lanceiros Negros libertados pela cláusula 4 do Convênio de Ponche Verde: “São livres e como tal reconhecidos os escravos que lutaram pela Revolução Farroupilha.”⁶⁴

Caxias encarregou Osório, à frente de seu citado 2º RCL, da proteção entre Rio Grande e Pelotas, no Rincão da Torotama ou dos Touros, das cavalcadas que ali concentrou para remontar o Exército que recebera, a pé, no Passo do São Lourenço no Jacuí, a montante de Cachoeira do Sul.

Osório repeliu uma tentativa farrapa de conquista desta cavalcada, perseguindo os atacantes até Piratini. Foi então que Caxias o chamou e disse-lhe:

“Major Osório, o corpo ao seu comando é modelar. O Governo deve-lhe uma promoção. Previno-o que vou pedi-la ao ministro da Guerra!”.

Em julho de 1844 Caxias teve atendida a sua recomendação de promoção de Osório a tenente-coronel, continuando à frente de seu modelar 2º RCL, cujo grande conceito se firmara no Exército e no povo gaúcho. Unidade para a qual não faltavam voluntários.

Caxias confiou ao tenente-coronel Osório a delicada missão diplomática de manter o líder uruguaio Rivera afastado das negociações de paz com os farrapos. E, segundo seus biógrafos, Osório desincumbiu-se muito bem.

Segundo o historiador Pandiá Calógeras, ex-ministro da Guerra, na obra *Res Nostra*, a partir daí Osório impôs-se:

“Como o homem indicado para missões que exigem tato, coragem, finura e jeito.”

Ganhou a confiança do amigo e chefe, agora Barão de Caxias, ao ponto de este confiar ao seu 2º RCL a escolta do jovem imperador D. Pedro II, de Rio Pardo a São Gabriel, com a seguinte recomendação:

“Cuidado, tenente-coronel Osório! O imperador é jovem, só tem 20 anos e há de querer correr.”

E Osório preparou uma escolta montada só com cavalos brancos, o que impressionou vivamente o imperador e comitiva. A amizade entre Caxias e Osório se firmava cada vez mais.

Pacificada a Farroupilha, Caxias decidiu concorrer a um mandato parlamentar, condição para que pudesse inclusive um dia ser ministro da Guerra, função privativa de parlamentares.

E presidindo a província em Porto Alegre dirigiu carta ao tenente-coronel Osório em Bagé, da qual reproduzimos este trecho:

“Vá para Bagé e cabale forte e deixe o mais por minha conta. Os soldados não votam para que não se diga que quero impor uma eleição a baioneta.

Porém cabos, sargentos e oficiais não deixam de fazer número. Seu camarada e amigo – Conde de Caxias.”

Em 22 de setembro de 1846, Caxias escreveu a Osório sobre a sua eleição e escolha:

“Já saberá que Sua Majestade, o imperador, no mesmo dia que chegou à Corte a ata das eleições, escolheu-me senador por esta província. Isto é, completou a obra que Vossa Senhoria e mais amigos principiaram.”⁶⁵

Caxias foi eleito senador pelo Partido Conservador, e Osório deputado provincial pelo Partido Liberal da província sulina.

A amizade entre Caxias e Osório a esta altura era íntima. E isto, pelos próximos trinta anos, teria um significado expressivo para o progresso do Exército. Segundo o coronel J. B. Magalhães em *Osório*:

“Para o Exército subsistiam razões para que ao lado de líderes civis da época estivesse no Senado uma figura da representatividade de Caxias, como intransigente advogado da classe e da instituição militar e seu legítimo intérprete junto à Coroa.”

A grande projeção para o Exército da amizade de Caxias Conservador e Osório Liberal, e que perduraria por mais de trinta anos, residiu no fato de “não fazerem política no Exército, mas sim a política do Exército acima de interesses partidários”.

E assim se mantiveram, mesmo depois de um incidente contornável entre velhos amigos íntimos que foi super potencializado por sua intensa exploração política no Parlamento e pela imprensa, ao ponto de provocar em 1877 um leve abalo nas relações entre ambos, senadores gaúchos pelos partidos Conservador e Liberal, sendo então Caxias chefe do Governo e ministro da Guerra, e ambos, Osório e Caxias, muito desgastados por saúdes precárias e desgostos por perdas de entes muito queridos.

Tanto que, depois do referido incidente, em sessão do Senado de 5 de outubro de 1877, presente o senador Duque de Caxias, chefe do Governo e ministro da Guerra, o senador Osório e Marquês do Herval apresentou proposição consistente em venderem-se campos no Rio Grande do Sul, que o governo possuía longe dos quartéis, em Bojuru, São Vicente e São

Gabriel, para adquirirem-se campos junto aos quartéis, onde pudessem ser mantidos os cavalos para uso em emergências na fronteira.

O senador Duque de Caxias, presidente do Conselho de Ministros (chefe do Governo) e ministro da Guerra, solicitou um aparte ao senador Osório:

“Sr. presidente, o que propõe o nobre senador Osório me parece conveniente! Com os recursos que existem na província do Rio Grande do Sul e no local que estão colocados estes campos, deixam eles de prestar bons serviços para as necessidades da fronteira. A ideia do nobre senador (Osório) de colocá-los próximos dos acampamentos é de suma vantagem e por isso não me oponho a que se conceda autorização.”

Caxias foi substituído no Ministério da Guerra por Osório, em 5 de janeiro de 1878, retirando-se muito doente para Santa Mônica, após cumprir a sua mais ingrata e penosa missão, a Chefia do Gabinete São João, 1875-1877, onde, ao iniciar, pacificara a Questão Religiosa.

Logo após, em outra sessão do Senado, um senador insinuou que Osório estava fazendo uma crítica ao seu antecessor no Ministério da Guerra – o Duque de Caxias.

Tomado de viva indignação, o senador e ministro da Guerra Osório falou categórico:

“Declaro ao Senado que repilo a insinuação, porque se esse general, por cuja vida (saúde) faço votos na sua doença, esqueceu por um momento os abraços do amigo dedicado no perigo, não atribuo isso a sua vontade, nem a ingratidão. Qualquer um de nós pode sofrer uma grave enfermidade. Eu nunca soube senão respeitá-lo!”

Estas duas colocações demonstram que o incidente que abordaremos ao final foi superado. Osório atribuiu o desencontro à doença de Caxias, mas não à má vontade ou ingratidão deste.

Mas voltemos ao período pós-Farroupilha, para continuar balizando a amizade entre Caxias e Osório e os benefícios para o Exército, particularmente na boa condução das operações nas guerras externas do II Reinado.

Na Guerra contra Oribe e Rosas (1851-1852), Caxias, como comandante em chefe do Exército Brasileiro em operações, encontrou em Osório um auxiliar valioso. Caxias o usou como oficial de ligação com o general argentino aliado Urquiza, com vistas à realização de operações conjuntas. Osório em trajes civis e com dois ordenanças partiu à procura de Urquiza, atravessando perigosa campanha uruguaia. Quando Caxias

julgava Osório em viagem de ida, este já tinha voltado. E permaneceu longo tempo em campanha junto a Caxias, participando dos entendimentos entre os generais aliados, o uruguaio Eugênio Garzon e o argentino Urquiza.

Caxias designou Osório, com o seu 2º RCL, para integrar a Divisão Brasileira que, colocada à disposição de Urquiza, combateu em Monte Caseros. Ali Osório teve destacado papel operacional para a vitória. Isto lhe valeu a indicação por Caxias à promoção a coronel, o que teve lugar em 3 de março de 1852.

Ao partir para o Rio, Caxias deixou esta mensagem ao coronel Osório, entregue a um oficial:

“Transmita este abraço ao nosso Osório. Ele é o maior guasca (bravo, destemido, valente) da Província e que mais naipes (louros) colheu em Morón (Monte Caseros). Dê-lhe este recado e que disponha deste amigo na Corte.”

Mais tarde Osório sentiu-se perseguido por Ângelo Muniz Ferraz, presidente do Rio Grande e agora presidente do Conselho de Ministros. Isto o levou ao Rio para pedir reforma, no que foi desestimulado, inclusive, por Caxias, que o tranquilizou: “Não tenho a menor apreensão sobre coisas do Exército e dessa Província (Rio Grande). Conheço muito bem o atual ministro da Guerra (Sebastião do Rego Barros), o qual me merece muita confiança, bem como o Sr. Manoel Felizardo (demissionário)”.

Caxias, ao assumir o Ministério da Guerra e o Conselho de Ministros em 1862 manteve Osório no comando da Fronteira do Jaguarão.

Certa feita, ao Osório viajar a Uruguaiana, espalhou-se este boato político: “Osório foi tramar uma guerra para promover o surgimento de uma nova nação pela união do Rio Grande com o Uruguai”.

Politicamente o Conde de Porto Alegre “deu crédito à calúnia” e escreveu ao Rio no sentido de que Osório fosse chamado à ordem. A carta foi parar nas mãos de Caxias que a mostrou ao imperador e seus companheiros de Gabinete de Ministros: “Como um exemplo das teias caluniosas da época”.

Caxias amorteceu e depois anulou a calúnia contra o amigo. Mas Osório ficou indignado e escreveu a Caxias seu amigo e defensor na Corte:

“Enquanto dura o perigo não sofro acusação de separatista. Acaba-se a guerra logo começam os meus grandes inimigos a apregoar que sou anarquista, insubordinado etc. O Barão de Porto Alegre foi ultimamente alistar-se nesta roda. Não poderia ele me fazer uma ferida tão dolorosa,

tão infundada quanto ofensiva. Se de fato a notícia não chegasse a mim pela letra de V. Exa., dela duvidaria, porque a perversidade é demais.”

Vê-se quão difícil foi a vida política de Osório. Não fora Caxias defendê-lo com o seu imenso prestígio junto ao imperador, talvez outro tivesse sido o seu destino.

Passada esta onda, outras calúnias contra Osório prosperaram e terminaram por afastá-lo do Rio Grande para servir no Rio de Janeiro sem comissão. Sua despedida do Rio Grande foi entusiástica.

Lideravam a oposição contra ele o Conde de Porto Alegre e o coronel José Luiz Mena Barreto.

Caxias mais uma vez defendeu o valoroso amigo junto ao imperador. Conseguiu que a intriga fosse anulada por força do Poder Moderador do imperador. E o brigadeiro Osório reassumiu a Fronteira do Jaguarão. Mais uma vez o salvou o dedo providencial do amigo Caxias junto ao imperador.

E eclodiu a Guerra do Paraguai. Caxias, convidado pelos liberais para o comando em chefe, com apoio em suas imunidades como senador recusou, por não terem lhe assegurado as condições de assumir a presidência do Rio Grande, à qual se subordinava a Guarda Nacional, e ser o ministro da Guerra o Visconde de Camamú, o seu único inimigo no Exército. Assim ele seria crucificado!

Mesmo assim empenhou-se nos bastidores para que seu amigo general Osório assumisse o comando em chefe, o que de fato ocorreria para sua satisfação.

Sobre a escolha de um comandante em chefe, escreveu Gaspar Silveira Martins o seguinte artigo, personagem cuja ascensão política muito estava a dever à indicação e empenho de Osório:

“O que é fora de dúvida é que o Rio Grande do Sul concorre com a maior força de todo o Império... e não tolera outro general que não seja Manoel Luiz Osório ou o Exmo. Sr. Marquês de Caxias.”

Conceito partido de um liberal. E com o Partido Liberal no poder Osório comandou até a batalha de Tuiuti, em 24 de maio de 1866, retirando-se por doença.

Antes, ao defrontar-se com a invasão do Paraguai, Osório escreveu ao seu amigo Marquês de Caxias, como parte da correspondência que mantiveram:

“Temos apalpado o imenso e respeitável rio Paraná e parece que ao final teremos de passar o mesmo sobre o campo de Lopes (dirigente do

Paraguai). Ou entre este campo de Lopes e Humaitá, indo contra as regras da arte (militar). Que fazer? Ou não ir lá ou correr o risco.”⁶⁶

Campo de Lopes refere-se ao território paraguaio.

Quando Osório, muito doente, foi obrigado a retirar-se do comando--em-chefe, foi confortado por carta pelo amigo Marquês de Caxias.

Caxias foi nomeado comandante em chefe, depois do desastre militar Aliado de Curupaiti, classificado por Osório de hecatombe. Em Curupaiti, os desentendimentos entre o presidente Mitre da Argentina, general Polidoro Quintanilha Jordão, comandante em chefe brasileiro, o Conde de Porto Alegre e o almirante Inácio, Visconde de Inhaúma, de nossa Marinha, feriram de morte o princípio de guerra da Unidade de Comando.

Um dos primeiros atos de Caxias como comandante em chefe foi convidar Osório para retornar ao Teatro de Guerra, à frente do 3º Corpo de Exército, a ser organizado no Rio Grande do Sul. Osório, mesmo doente, aceitou o convite do amigo. E Caxias, convencido da sua capacidade de comunicar-se com os gaúchos, escreveu a Osório:

“Fale com estes guascas (bravos, destemidos, valentes) naquela linguagem que nós dois sabemos lhes falar!”

Caxias empenhou-se em fazer Osório comandante das Armas da província sulina. Incumbiu-lhe de formar uma força de Caçadores a Cavalos, em condições de combater com a Infantaria na falta de cavalos. Caxias então escreveu a Osório:

“V. Exa. deu-me a resposta que eu esperava... Conheço-o como um homem de bem que sabe ser amigo de quem o estima... As coisas estão num tal estado que precisamos andar muito unidos e ligeiros para que não vejamos perdido tanto sangue já derramado por nossos patrícios brasileiros e voltarmos para casa no fim, cheios de vergonha... Cure a sua perna e vá reunindo gente, pois para montar a cavalo quase que uma perna só é suficiente... Nos negócios da guerra atual tem carta branca minha... E ande ligeiro que o negócio urge, e não lhe posso dizer mais nada...”

A missão de Osório foi dificultada pelo presidente da província, que protegia os relapsos por interesses políticos, pelo comandante superior da Guarda Nacional gaúcha e pelo Barão do Serro Alegre, João da Silva Tavares, que havia sido derrotado em 10 de setembro de 1836 no combate do Seival por Antônio Netto, este depois o comandante da Vanguarda

de Osório até Tuiuti, como brigadeiro do Exército e não mais um farrapo.

O Barão Homem de Mello, grande historiador que foi vice-presidente do IHGB e ministro da Guerra e que pronunciaria a oração oficial por ocasião da fundação do Colégio Militar do Rio de Janeiro como seu professor, foi presidir o Rio Grande do Sul. E assim lamentou em carta a Osório a quem muito ajudou em sua missão:

“[...] Lastimo o mal até então feito e o fato de não ter vindo a mais tempo presidir a província...”

A partir daí, segundo o general Tasso Fragoso em *A Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai*:

“Teve início uma colaboração estreita e interrompida entre o Barão Homem de Mello, presidente, e o general Osório, comandante das Armas da Província.”

Ao despedir-se Osório de Homem de Mello, rumo ao Teatro de Guerra, falou-lhe:

“Tenha pena de mim como eu tenho de V. Exa., presidente!”

Homem de Mello foi o primeiro biógrafo de Andrade Neves, o Barão do Triunfo. Ele faleceu em Itatiaia em 1918, vítima da Gripe Espanhola e é o nosso patrono na Academia Itatiaense de História. É autor do primeiro roteiro de acesso ao Maciço do Itatiaia e acaba de ser biografado pelo tenente Sebastião de Almeida, do Centro Sargento Max Wolff. Foi ele que indicou o local do atual Centro de Recuperação de Itatiaia (CRI).

Caxias escreveu a Osório em 4 de abril de 1866, expondo-lhe o seu Plano de desbordamento e isolamento por terra e água de Humaitá:

“Tenho projetado fazer um movimento com o grosso do Exército pelo nosso flanco direito, deixando ocupada a nossa atual posição com forças capazes de oferecer resistência a qualquer ataque que os paraguaios possam empreender. Julgo conveniente que V. Exa., depois de operar junção com a 4ª Divisão do Gen Portinho, desça o rio Paraná e passe ao Cerrito, caso julgar que a força que V. Exa. dispõe para isso seja suficiente. Ou então venha até o Itati, onde a salvo pode atravessar o rio...”

Caxias não ordena, deixa como sempre a conduta ao livre arbítrio do amigo. Sobre o plano de desbordar e isolar Humaitá, Caxias escreveu ao amigo Osório:

“Se V. Exa. tiver alguma opinião diferente e lhe lembrar mais alguma coisa a ser feita, rogo-lhe que, como bom camarada, me auxilie escrevendo-me o quanto antes, porque o que desejo é acertar...”

Veja-se a grandeza e humildade de Caxias neste gesto de consulta ao amigo!

Osório respondeu concordando com o plano relativo a Humaitá, transmitiu a experiência que adquiriu naquele Teatro de Guerra e se revelou muito preocupado com o segredo que o amigo e chefe lhe confiou. E a certa altura escreveu em resposta:

“Na minha marcha irei mandando próprios a V. Exa. O portador, que é o major Faustino dará a V. Exa. alguns pormenores. Mas não lhe diga o que não quiser que ele saiba...”

E sempre confiando um no outro conduziram o Exército Brasileiro à vitória, escrevendo então juntos as mais belas páginas da História do Exército Brasileiro, na Marcha de Flanco de Humaitá, na Marcha de Flanco de Piquiciri pelo Chaco e na Dezembroada. Eventos amplamente abordados na farta bibliografia sobre o conflito.

Caxias doente retirou-se vitorioso do Teatro de Guerra onde permaneceu Osório. E ambos trocaram intensa correspondência e confidências da qual vai uma amostragem.

Ao chegar ao Rio onde só foi recebido pela esposa, Caxias recolheu-se ao seu sítio na Tijuca, local da antiga loja da Mesbla, e de lá escreveu ao amigo:

“Vim para o sítio da Tijuca para ficar mais longe dos foguetes e músicas da cidade, acompanhados de longos discursos, que é coisa com que se pagam os militares que têm a fortuna de não morrerem.”

E noutra carta a Osório, desiludido, confia ao amigo em certo trecho:

“Ainda não fui à cidade desde que aqui cheguei e ando cada vez mais aborrecido dos homens e das coisas deste mundo de enganos.”

Em 6 de agosto de 1869, em outra carta a Osório, revela seu interesse pelo amparo das famílias dos seus comandados que pereceram em ação:

“Tenho feito daqui o que posso pelas famílias dos nossos camaradas mortos na guerra e, já para quase todas, tenho obtido pensões, mas ainda faltam esclarecimentos a respeito de alguns.”

E revela a sua decepção com a ingratidão de pessoas, às quais mais bem ele tinha feito, compreendendo a amargura da velhice de muitos, pelas ingratidões e decepções recebidas ao longo da vida. Osório em resposta confia-lhe: “Que um certo ministrinho Alencar, seu votante (eleitor de Caxias) disse que este seu criado nem merecia a confiança da nação e que eu era um defunto estúpido”. E concluiu escrevendo:

“Responderei como V. Exa. quando em certa época me escreveu e disse-me –Ah, meu Osório, que canalha é esta com a qual temos que viver...”

Em carta de 28 de junho de 1870 Caxias mais uma vez confidenciou a Osório e o alerta:

“Aqui estou sofrendo as intrigas provenientes dos serviços que caí na asneira de prestar ao nosso país. Mas como tenho consciência de que cumpri o meu dever, estou satisfeito e disposto a reagir como puder aos intrigantes, os quais aqui me têm atormentado com suas visitas... Fez bem em espaçar a sua visita a esta Corte onde lhe haveriam de receber com foguetes e vivas que não encham barriga, e no fim das festas, se V. Exa. não tivesse a casa de algum amigo para se recolher, o haviam de o deixar na rua, pois assim são as coisas deste mundo, pois diz o rifão que festa acabada, músicos a pé.”

Nesta altura as intrigas políticas contra Caxias, senador conservador que havia vencido a guerra para o Gabinete Liberal que o nomeara, atingiram alta temperatura e o intrigavam com o seu amigo Osório e com o Visconde de Itaparica.

Isto levou Caxias a pronunciar célebre discurso no Senado em 15 de julho de 1870, em que tudo esclareceu e não deixou dúvidas nos senadores sobre a correta atuação de seu amigo Osório no ataque a Humaitá e no desbordamento da ponte de Itororó, e do Visconde de Itaparica sobre o não reconhecimento prévio da ponte de Itororó. Discurso publicado na íntegra por Wanderley Pinho⁶⁷ em artigo “Caxias senador”, bem como o debate de Caxias senador, ministro da Guerra e presidente do Conselho de Ministros em 1877, com o senador Zacharias de Góes, sobre o incidente que afetou a amizade entre Caxias e Osório, amizade restabelecida ao menos quanto ao respeito mútuo, conforme abordado no início deste trabalho.

Caxias em verdade foi o líder estratégico de batalha e Osório o líder tático de combate, sem igual. E ambos formaram uma dupla que se completava. Osório tinha mais contato com a tropa e tornou-se um ídolo da mesma. Caxias, mais afastado, não fez jus a esta popularidade. E foi aí que intrigantes, ainda no Paraguai, intentaram afetar aquela exemplar amizade, com elogios exagerados a Osório que procuravam diminuir a glória de Caxias. Fato que se repetiria mais tarde em relação ao tenente-coronel Benjamin Constant e marechal Deodoro da Fonseca, no tocan-

te à Proclamação da República, quando políticos destacavam exageradamente Benjamin Constant em detrimento de Deodoro.

Caxias ficou magoado com a leitura de carta enviada por Osório ao senador por Goiás, Silveira de Mello, seu adversário político, dando a impressão, pela interpretação do senador, que Caxias era desmentido.

Em 1877, Osório chegou ao Rio para tomar posse em sua cadeira como senador pelo Rio Grande do Sul e assentar-se ao lado de Caxias na bancada gaúcha. Como militar, não se apresentou a Caxias que, antes de ser um velho amigo, era o comandante em chefe de Osório como ministro da Guerra e chefe do Governo do Brasil. Osório desculpou-se por não haver trazido farda e não ter tido tempo para tal. Biógrafos de Osório são unânimes em reconhecer esta sua falta.

Ao chegar ao Senado, Caxias não o abraçou e só o cumprimentou à pequena distância com um gesto de cabeça, talvez esperando que Osório fizesse como ele fizera com o seu pai no Senado ao tomar posse – ir ao encontro do pai senador e abraçá-lo. Eram separados por três cadeiras na bancada gaúcha do Rio Grande do Sul.

Seu gesto teve grande repercussão e sobretudo exploração política implacável de parte do senador Zacharias de Góes, o que é abordado pelo artigo citado de Wanderley Pinho, que demonstra que Caxias não fez concessão à quebra das vigas mestras do seu Exército – Hierarquia e Disciplina –, nem pelo seu melhor amigo.

E Caxias encerrou com firmeza o implacável inquérito, por qual razão não havia abraçado o seu amigo que não fora visitá-lo no Ministério (Gabinete de Ministros) como militar que era, antes de empossar-se no Senado:

“Não fui abraçá-lo, pois Osório é que deveria ter ido cumprimentar-me antes no Gabinete de Ministros e Ministério da Guerra, por ser eu mais velho, mais graduado e ter sido sempre o seu chefe.”

Caxias convenceu a todos com sua argumentação monossilábica. Satisfeito, Zacharias de Góes disse não perder a esperança de que os dois velhos amigos se reconciliassem pois que a Pátria poderia ainda exigir os serviços de ambos. Caxias respondeu: “– Para mim já é tarde!”.

E ficou provado, segundo o próprio inquisidor Zacharias de Góes, que artigos no *Diário do Rio de Janeiro*, com críticas ao senador Osório, não tinham direta, indireta, oficial ou oficiosa nenhuma influência do Governo chefiado por Caxias.

Aqui indicamos os elementos para julgar-se o incidente Caxias-Osório em torno de atuações de Osório em Itororó e Humaitá, desencontro mais à conta de intrigas políticas e de possíveis erros do Diário do Exército. Eis uma preciosa lição da História, a mestra das mestras, a mestra da vida. E segundo Santana:

“Quem não conhece a História corre o risco de repeti-la.”

Em 5 de janeiro de 1878, Caxias deixou o Governo e retirou-se doente e com muita sofrida viuvez para Santa Mônica. Foi substituído no Ministério da Guerra por Osório, que continuou a defender, por curto período, com resultados, interesses do Exército, que Caxias defendera por cerca de trinta anos, na paz e na guerra, sempre com o apoio de Osório.

O exercício do Governo fora tarefa penosa ou calvário para Caxias, conforme escreveu ao amigo Osório depois do término da Guerra do Paraguai:

“Hoje toda a minha estratégia será empregada em me livrar da chefia do Gabinete de Ministros de que sempre tive mais medo do que das baterias de Lopes.”

E Caxias, a rigor, fora compulsado pelo imperador a chefiar o Governo (1875-1877), conforme desabafou a uma filha em certo trecho de carta: “Que fazer, minha querida Anicota, senão resignar-me e morrer no meu posto de Chefe de Governo. Acresce que eu já tenho arriscado tantas vezes a minha vida pelo imperador que mais uma na idade em que estou, pouco sacrifício será...”.

Conforme abordamos, houve um reencontro de Caxias e Osório, ao menos na defesa dos interesses do Exército e na repulsa de Osório de como ministro da Guerra estar fazendo críticas ao seu sucessor Caxias, ao dizer que em toda a sua vida só o teria respeitado.

Osório faleceu em 1879 e Caxias em 1880, cerca de meio ano após, deixando os interesses do Exército na orfandade e sem defensores carismáticos no Senado.

Assim, em 1881, para compensar suas ausências no Parlamento, foi organizado o Diretório Militar na Santa Cruz dos Militares, visando à eleição de militares pelos partidos Liberal, Conservador e Republicano para o Parlamento, onde os interesses da classe militar, Exército e Marinha, estavam órfãos.

E daí à República foi um passo, em razão de os militares e a família militar não terem sido atendidos. E deste Diretório Militar emergiu a liderança do marechal-de-campo Manoel Deodoro da Fonseca. Este, na

Questão Militar e fundação do Clube Militar, contou com o apoio do senador Liberal e 2º Visconde de Pelotas, o Marechal Câmara, grande amigo de Caxias.

Aqui procuramos, pela primeira vez, fazer uma análise da amizade íntima entre os dois maiores generais brasileiros do Império, a qual se projetou, muito beneficentemente, na guerra, no bom desempenho operacional e político do Exército, na pacificação da Família Brasileira na Revolução Farroupilha, no excelente desempenho operacional do Exército na Guerra contra Oribe e Rosas, na Guerra do Paraguai, 1866-68 e na paz, com o exercício do Ministério da Guerra por Caxias, por mais de seis anos e meio, onde as opiniões do general Osório eram sempre consideradas.

O incidente que abalou uma velha, sólida e íntima amizade os colheu quando desgastados pela avançada idade, doenças adquiridas no campo de batalha e ressentidos por dores da viuvez. E mais ainda Caxias, pela perda do filho de mesmo nome, sua esperança de continuar sua tradição militar e que em família era chamado cadete Luizinho.

Assim, dois velhos e heroicos chefes, habituados à luta nos campos de batalha, foram envolvidos numa guerra de alfinetes a que não estavam habituados, fato que chegou a abalar um pouco a velha amizade, mas nunca o respeito e admiração profissional recíproca.

Osório no Paraguai fora para Caxias uma espécie de seu subcomandante em chefe do Exército. Fato que se projetou na República ao ponto de, certa feita, Osório ser pensado para subpatrono do Exército e Andrade Neves para patrono da Cavalaria.

Eis nesta abordagem uma série de temas à meditação dos soldados do Exército de hoje e do futuro e de como uma guerra de alfinetes, de inspiração política, pode confundir as cabeças e provocar cisões ou abalos entre chefes, do que a História Universal nos dá vários exemplos. E aqui mais uma lição de como a orfandade dos militares no Senado, com a morte de Caxias, gerou a necessidade de os mesmos se fazerem representar no Parlamento, para defender os interesses da Marinha e do Exército. Eis que, militares desatendidos, o fato terminou acelerando a queda do Império e a sua própria derrubada, em 15 de novembro de 1889. E por via de consequência a mudança de Monarquia para República.

Fica evidente que a grande amizade entre Caxias e Osório foi extremamente benéfica para o Exército, onde, com muita e justa razão, figuram como os seus maiores expoentes de todos os tempos.

Caxias presidente da província do Rio Grande do Sul

Aspectos de sua Ação Administrativa em Porto Alegre

Sob a presidência do atual Duque de Caxias da província do Rio Grande do Sul (1842-1846 e 1851-1852), a cidade de Porto Alegre foi alvo de obras que se constituem em ponto de inflexão do expressivo desenvolvimento que a atual capital gaúcha passou a ter.

Em 12 de novembro de 1842, decorridos três dias de sua posse, Caxias visitou a Santa Casa da Misericórdia, hoje com mais de 160 anos, e um exemplo de sucesso e credibilidade científica no Brasil. Na sessão de 20 de novembro, foi aceito irmão e, em 4 de dezembro, foi eleito o seu Provedor para o ano de 1843. Em que pesem seus grandes encargos, exerceu gratuitamente aquelas funções. E tanto fez por ela que em 1846, ao deixar o governo, recebeu o título de Grande Benemérito da Santa Casa da Misericórdia de Porto Alegre, e no início da década de 1830, na Regência, seus Estatutos serviram de modelo para a Santas Casas de Areias e de Resende, no Vale do Paraíba. Caxias determinou ainda obras da Matriz de Porto Alegre, atual catedral, as quais consistiam no término da torre leste iniciada em 1800, em reparos do telhado e em rebocos em todo o exterior, assim permanecendo até sua demolição em 1925.

Em 1845, mandou projetar o Cadeião da Volta do Gasômetro, cujas obras tiveram início ainda em seu governo, o qual prestou serviços por cento e cinquenta anos, tendo sido desativado somente em 1997.

Foi obra de sua administração a Ponte de Pedra sobre o Riacho (Ponte dos Açorianos), ainda de pé. Mandou reconstituir a ponte da Azenha onde teve lugar o combate de 15 de setembro de 1835.

As casas de Porto Alegre passaram a ter número, iniciando-se o processo pelas ruas da Praia, Riachuelo e da Igreja (atual Duque de Caxias), na época, a segunda em importância depois da rua da Praia.

O calçamento de Porto Alegre teve grande impulso com os recursos de 12 contos que destinou à Câmara Municipal.

A rua que hoje leva o seu nome foi toda calçada, bem como a praça Argentina e as ruas General Câmara e João Manoel, Uruguai e Demétrio Ribeiro nas partes de ladeiras, para facilitar o tráfego nos dias de chuva.

Mandou abrir, na Cidade Baixa, as atuais ruas Venâncio Aires (antiga do Imperador) e da República (antiga da Imperatriz).

Ampliou a iluminação pública. Mandou planejar a Câmara de Vereadores e o edifício para a Justiça, ao lado do Teatro São Pedro, cujas obras também auxiliou.

Ainda em 1845, Caxias ordenou o início da demolição do entrenchamento de Porto Alegre, para estimular a sua expansão para o W sobre a Várzea.

O trecho inicial demolido foi entre a Santa Casa e a praça do Portão.

Sendo a província castrense por excelência, no dizer de Dante de Laytano, já em 1851, ainda sob a presidência de Caxias, pela segunda vez, foi estabelecida a Escola Militar de Porto Alegre, na Praia de Bellas (atual Quartel do 1º BPM), que se transferiu para o Casarão da Várzea na Redenção em 1883.

Pinturas de Wentroth dessa época mostram a imponência dos edifícios da Santa Casa, da igreja Matriz, do Cadeião da Ponta das Pedras (Volta do Gasômetro) e dos trapiches que mandou construir. A catedral aparece já com a torre leste.

Teve grande preocupação em evitar a poluição do rio Guaíba, junto à Porto Alegre da época, ao proibir que ali fossem feitos “despejos e mais imundícies”. É um pioneirismo no Sul, acreditamos!

No setor de ensino criou o Estabelecimento de Aprendizes Menores do Arsenal de Guerra, onde matriculou 34 órfãos de ambos os partidos que lutaram na Revolução Farroupilha.

O historiador Moacyr Flores, apreciando a atuação de Caxias no Campo Administrativo, complementa Walter Spalding:

“Caxias reabriu a Assembleia Provincial em 1º de março de 1845; mandou abonar ou aumentar os vencimentos dos funcionários públicos da província, com seus vencimentos defasados com o custo de vida. Lançou a pedra fundamental do Liceu D. Afonso, em 1º de fevereiro de 1846, em presença de D. Pedro II, destinando à obra recursos de duas loterias.

Mandou erguer a imponente fachada da Santa Casa (que Wentroth evidencia em suas pinturas) e nela estabeleceu uma Enfermaria Militar (a raiz histórica do Hospital Militar de Porto Alegre).

Mandou balizar o canal de navegação na Lagoa dos Patos.

Ordenou ao 2º BC que abrisse picadas nos matos Português e Castelhano a fim de afugentar os bugres.

Forneceu empréstimo para a construção dos mercados de Rio Grande e de Porto Alegre, sendo no último para a construção de rampa e trapiche (que Wentroth captou em suas pinturas).

Mandou construir dois trapiches de madeira para a coleta de água potável no rio Guaíba. Desapropriou terrenos para alargar ruas e calçá-las.

Mandou correr seis loterias beneficentes para socorrer as famílias que ficaram na miséria com a guerra.

Preocupado com a assistência religiosa aos índios nômades, determinou que um padre a fizesse, levando um altar portátil.

Caxias, muito religioso, recorreu mais tarde, na guerra do Paraguai, a um altar portátil, ainda conservado pelo Museu do Mosteiro de Santo Antônio no Rio de Janeiro.

Por tudo isso, assiste razão ao grande historiador Walter Spalding ao referir não só a obra pacificadora de Caxias na Revolução Farroupilha, mas também a administrativa como presidente da província do Rio Grande de 1842 a 1846, ao final e logo depois da Revolução Farroupilha.

“Se fizermos um estudo minucioso da obra de Caxias em relação a Porto Alegre, iremos encontrá-lo em todos os setores, dos mais salientes ao mais humildes, inclusive no tratamento dos pobres e dos órfãos, sem olhar para o passado político de quem quer que fosse.”

Este é, pois, um novo aspecto da vida modelar do grande cidadão e maior de nossos generais, pouco conhecido e difundido e aqui apresentado pelos insuspeitos depoimentos dos historiadores civis Walter Spalding e Moacyr Flores.

Caxias teve preocupações estratégicas ao defender a construção da ponte do Jacuí, a montante de Cachoeira do Sul, que tão relevantes serviços prestaria até ser destruída na Guerra Civil de 1893-1895.

Era destinada a articular o norte do Rio Grande do Sul com o sul, a serviço da economia e da segurança, possibilitando rocar, com rapidez, meios militares da fronteira com a Argentina, no Alto Uruguai, para a fronteira com o Uruguai e vice versa.

Preocupou-se, junto a seu tio presidente de São Paulo, em abrir um caminho alternativo à Estrada das Tropas Rio Grande-São Paulo, passando por Nonoai.

“Caxias recolocou Pelotas no caminho do progresso.”

Este é o título de pesquisa do historiador major Ângelo Pereira Moreira, membro correspondente da Academia de História Militar Terrestre em Pelotas e, na época, presidente do IHG Pelotas, em 1986, cujas ideias principais são abordadas a seguir:

Pelotas fora elevada a cidade três meses antes da eclosão da Revolução Farroupilha. Seu povoamento fora iniciado por volta de 1780, em território antes sob controle espanhol, por cerca de treze anos. Em 1º de abril de 1776, dia de São Francisco de Paula, os espanhóis foram expulsos de

Rio Grande, e o novel povoado, atual Pelotas, receberia a denominação de São Francisco de Paula, alusivo ao dia da expulsão espanhola de Rio Grande. Odisseia, segundo o citado major Ângelo, “abordada com detalhes em trabalho recente do coronel Cláudio Moreira Bento sob o título *A Guerra da Restauração do RGS 1774-1776*. Rio de Janeiro: BIBLIEX, 1996”.

Pelotas, sob o nome de São Francisco de Paula, por cerca de cinquenta e cinco anos (1780-1835) atingiu grande progresso socioeconômico, graças à indústria do charque ali estabelecida às margens do rio Pelotas, afluente do canal São Gonçalo. A comunicação entre suas margens era feita por barcos de couro chamados pelotas, daí o nome atual do local.

Nicolaus Dreys, que visitou Pelotas em 1835, classificou-a de cidade excepcional, em razão do seu grande progresso.

A Revolução Farroupilha transformaria Pelotas em campo de batalha entre os imperiais, solidamente plantados em Rio Grande, e os farrapos com base na serra dos Tapes, em especial em Piratini, sua capital inicial, e Canguçu, o seu maior distrito.

Em Pelotas residiam elites imperiais e farroupilhas. Estas eram constituídas de alguns charqueadores descontentes com a escorchante taxaço do charque brasileiro, impossibilitando-o de competir com o charque argentino e uruguaio nos portos brasileiros, como alimentação de escravos e de marinheiros em viagem.

Em consequência da guerra civil, houve um êxodo geral da população de Pelotas com recursos para locais seguros como Rio Grande, São José do Norte e a margem rio-grandina do São Gonçalo, no Passo dos Negros. Neste, sob proteção de uma canhoneira da Marinha, o canal do São Gonçalo, ligando as lagoas dos Patos e Mirim, passou a ser limite entre imperiais e farrapos.

Eram comuns golpes de mão imperiais em Pelotas, num dos quais foram presos os jovens José Ignacio Moreira, bisavô do autor e do citado major Ângelo, e seu irmão Pedro, logo a seguir chefes de gabinete dos ministros farrapos do Interior coronel José Pinheiro Ulhoa Cintra, mineiro de São João del Rey e do coronel de Cavalaria José da Silva Brandão, mineiro de Ouro Preto e oriundo do Exército. Esses oficiais são estudados em *O Exército Farrapo e os seus chefes*. v.l.

Pelotas ficou acéfala por cerca de oito anos. A atividade nas charqueadas cessou. Seu território trocou de mãos algumas vezes. *O Jornal do Comércio* do Rio de Janeiro noticiou em 9 de abril de 1836:

“Estão ancorados em São José do Norte 39 barcos e 14 iates, guardando famílias que desampararam Pelotas, hoje totalmente deserta.”

Liderou os combates em Pelotas, inicialmente como base para tentar reconquistar Rio Grande e depois para manter Pelotas em poder dos farrapos, o major João Manoel de Lima e Silva, tio de Caxias e mais moço do que ele, amigos de infância, meninice e mocidade.

Caxias já havia estado em Pelotas em 1839 como tenente-coronel ajudante de ordens do ministro da Guerra, onde conheceu o recém-promovido capitão Manoel Luiz Osório, fato que se tornou marco inicial de uma grande amizade e parceria profissional providencial.

Um ano antes do término da Revolução, Caxias, de passagem por Pelotas e na qualidade de presidente da província, oficiou:

“Ilustríssimo Sr. Vereador Alexandre Vieira da Cunha.

Estando já faz bastante tempo ocupada esta cidade por forças legais, as quais nela continuarão a permanecer, cumpre a V. S. como o vereador mais votado na antiga eleição para a Câmara desta cidade convocar os demais vereadores eleitos e com eles instaurar a Câmara. Esta deverá iniciar os seus trabalhos o mais breve possível, e, a seguir, chamar e juramentar as demais autoridades civis e policiais do município, para ocuparem os seus empregos até que definitivamente sejam substituídos por outros que na forma da lei tenho de nomear.

Deus guarde V. S., Cidade de Pelotas, 15 de abril de 1844.

Barão de Caxias.”

Segundo o historiador major Ângelo, este ofício teve o poder de uma varinha de condão, por despertar Pelotas de seu sonho letárgico de cerca de oito anos de paralisia política, social e econômica.

Assim, em pouco tempo Pelotas retornou ao seu caminho de acelerado progresso. Nas guerras externas de 1851-1852 e 1864-1870, tornou-se abrigo seguro para famílias residentes ou próximas das fronteiras com o Uruguai e a Argentina. E foi nesse contexto que a família do general Osório veio residir em Pelotas, onde moram alguns descendentes diretos seus.

Em 1846, Caxias acompanhou o imperador D. Pedro II (com 20 anos) e a imperatriz D. Tereza Cristina a Pelotas. Visita que, nos seus preparativos condignos de recepção, contribuiu para harmonizar famílias que haviam tomado partidos diferentes na Revolução.

O jovem casal imperial e o Conde de Caxias assistiram no recuperado Teatro 7 de Abril a uma peça teatral. O porto de Pelotas recebeu o seu 1º trapiche de madeira, um grande avanço para a época.

Pelotas, antes da Revolução, havia construído o 1º barco a vapor no Rio Grande do Sul, a barca Liberal, no arroio Santa Bárbara, por iniciativa do pelotense adotivo Domingos José de Almeida, mineiro de Diamantina, que foi o cérebro da Revolução Farroupilha e de sua transformação em República Rio-grandense.

Esse barco, tomado pelo governo, veio a se constituir em pioneiro do uso militar no Brasil de barcos a vapor, prestando assim relevantes serviços militares à causa imperial e à Marinha Imperial do Brasil.

Caxias em Santa Mônica. Últimos dias, morte e funerais

Em 5 de janeiro de 1878, o Duque de Caxias, muito doente, recolheu-se à Fazenda de Santa Mônica, debruçada à margem esquerda do Paraíba, cerca de um quilômetro de Juparanã, em Valença - RJ.

Ali ficou aos cuidados de sua filha mais velha, a Baronesa de Santa Mônica, e passou os últimos oitocentos e cinquenta dias de sua grande vida de marcante projeção positiva nos destinos da Pátria Brasileira.

Nos primeiros tempos apresentou sensível melhora e passou a percorrer a fazenda a cavalo. Ao fazer um esforço maior num exercício de equitação, sentiu-se mal e teve de ser removido da sela.

Poucos dias depois recuperou-se e pediu que lhe dessem um cavalo arreado para poder desfrutar do único prazer que lhe restava: andar a cavalo pelos arredores.

Quando foi montar o cavalo, já não conseguiu fazê-lo. Faltaram-lhe forças no braços e pernas, mas recusou a ajuda do empregado para montar.

Tristonho, recolheu-se para o interior da casa. Em pouco tempo foi obrigado a socorrer-se de uma improvisada cadeira de rodas, o que limi-

tou seus movimentos ao segundo piso do prédio e a contemplar a paisagem, a atividade da fazenda e o Paraíba do Sul de seu quarto e da sacada na frente da Casa Grande.

Ao anoitecer do dia 7 de maio, após vários dias tranquilos, a saúde do velho marechal apresentou sensível queda. Foi removido para sua cama que logo foi cercada por sua filha, genro, neto, monsenhor Meireles, coronel José Julião Carneiro da Silva (seu assistente), Carlos Arthur da Silva (amigo) e Manuel (empregado). Depois de todos despedir-se expirou entre 8h e 9h da noite.

Como mortalha vestiram-lhe sua farda de marechal-de-exército com as medalhas de cobre do Mérito Militar e da Campanha Geral do Paraguai.

O corpo foi velado durante todo o resto da noite até as 13h do dia seguinte, na capela da fazenda, onde foi celebrada missa de corpo presente.

O corpo foi transportado a braço por amigos até a estação ferroviária de Desengano, atual Juparanã. Daí saiu às 14h, em trem especial, para o Rio, onde foi sepultado junto à Duquesa de Caxias.

Segundo Vilhena de Moraes, Caxias trouxera como únicos troféus de guerra: do Maranhão, o índio órfão Luiz e, da Guerra do Paraguai, um altar portátil mandado fazer em campanha, que se encontra no Convento de Santo Antônio.

Chegada do corpo de Caxias ao Rio

O corpo, trazido de Santa Mônica por seu genro Francisco Nicolau Carneiro Nogueira da Gama e sua filha Ana de Loreto, chegou à estação D. Pedro II às 17h45min.

Foi recebido pelo Conde de Iguazu e por Beaupaire-Rohan, representantes do imperador e da imperatriz. Estes colocaram à disposição da família do Duque de Caxias um coche imperial destinado ao enterro de príncipes.

Fizeram-se presentes na estação, além de diversos oficiais, alunos da Politécnica e Escola Militar da Praia Vermelha, as seguintes autoridades: Visconde de Jaguarí – presidente do Senado; da Gávea – do Conselho Supremo Militar; e de Tocantins – irmão de Caxias; e o Conde de Baependi; barões de Cotegipe, de Piraquara, de Maroim, de Vila da Barra; conselheiros Diogo Velho, Dr. Continentino, Jaguaribe, Fausto de

Aguiar, Luís Carlos da Fonseca, Paulino de Souza, Miranda de Carvalho e major Delgado de Carvalho.

O corpo foi transportado do trem para o coche por seis soldados de Infantaria: Cândido Barbosa de Oliveira, Juvêncio Pereira da Serra e Anastácio José dos Santos, do 1º BI (o atual Batalhão Sampaio), e José Talião Papa, Manuel Paula de Albuquerque e Tibúrcio Rodrigues Torres, do 10º BI.

O coche foi acompanhado por 16 moços de estribeira da casa imperial, e o séquito rumou para o palacete de Caxias no Bonfim. Este palacete histórico foi demolido em 1979 e situava-se na atual Conde Bonfim, entre as atuais ruas Visconde de Figueiredo e Conselheiro Azenha.

Neste local o corpo foi esperado pela filha mais velha de Caxias, D. Luíza Loreto, e demais familiares. O caixão foi removido do coche para uma peça no interior do palacete, rodeada de seis tocheiros.

Transportaram o caixão os Viscondes de Tocantins e da Gávea, Barão da Penha, os tenentes-coronéis João Manoel de Lima e Silva e Aires Antônio de Moraes Âncora, os majores José Dias Delgado de Carvalho e Luís da Costa Pimentel e o capitão João Antônio de Ávila. O corpo foi ali velado até a manhã do outro dia.

O enterro do Duque de Caxias

Depois de missa e encomendação, o féretro do Duque de Caxias saiu às 9h30min de 9 de maio com destino ao Cemitério São Francisco de Paula no Catumbi. Transportaram seu caixão ao coche, conforme seu desejo, seis soldados de bom comportamento.

Além das representações do Ministério, do Senado, da Câmara, do Exército, da Marinha, da imprensa, da Magistratura, do Clero e estudantes, compareceram os senadores Visconde de Rio Branco, Barão de Cotegipe, Afonso Celso e Conselheiro, Correia e os deputados Joaquim Nabuco e Fernando Osório (filho do general Osório), conselheiros Paulino de Souza e Pereira Franco, Viscondes de Tocantins, da Gávea e do Rio-de-Vez, Barões de Mesquita e da Penha, almirante de Lamare, major de Engenheiros Alfredo de Taunay e drs. Melo Matos e Gusmão Lobo.

O caixão do duque ia no primeiro carro. No segundo iam uma coroa ducal com uma fita preta, a espada de campanha, as dragonas, o talim, a banda e o chapéu de marechal de Caxias.

No terceiro carro ia o capelão imperial. No quarto carro e nos seguintes: o ministro da Guerra, marechal Câmara e Visconde de Pelotas, conselheiros Saraiva, Dantas, Buarque de Macedo, Lima Duarte e Pedro Luís; familiares do Duque de Caxias e representações do Senado e da Câmara.

O imperador e a imperatriz se fizeram representar. O Comandante do Corpo de Polícia do Rio, junto a seus oficiais, acompanhou o enterro todo o tempo. Segundo o *Jornal do Comércio*:

“Era tal o número de pessoas que quiseram prestar esta última homenagem ao ínclito cidadão, que quando o coche fúnebre chegou às 11h no Cemitério... a fileira de carros estendia-se até a rua Conde de Bonfim de onde saía o féretro... em todas as casas estavam as janelas apinhadas de famílias; nas ruas o povo estendia-se em alas, e a entrada do cemitério tão crescido o número de pessoas já aguardava o féretro, o que só com grande dificuldade puderam os soldados que carregaram o corpo alcançar o portão e passar além.”

Do palacete de Caxias, na Tijuca, até o cemitério, o enterro percorreu cerca de seis quilômetros ao longo das atuais ruas Conde de Bonfim, Haddock Lobo, Estácio de Sá e Frei Caneca. O caixão foi removido do coche para uma peça no interior do palacete, rodeada de seis tocheiros.

Transportaram o caixão os Viscondes de Tocantins e da Gávea, Barão da Penha, os tenentes-coronéis João Manoel de Lima e Silva e Aires Antônio de Moraes Âncora, os majores José Dias Delgado de Carvalho e Luís da Costa Pimentel e o capitão João Antônio de Ávila. O corpo foi ali velado até a manhã do outro dia.

Ao chegar ao cemitério, o caixão foi tirado do coche pelos soldados que, com dificuldade, conseguiram transpor o portão.

Depois, no interior do Cemitério São Francisco de Paula, o corpo recebeu a segunda encomendação e foi recebido pela Ordem Terceira de São Francisco de Paula.

Daí, entre alas de oficiais, alunos das escolas Politécnica e Militar do Exército e praças de diversas armas, foi transportado por seus irmãos da Irmandade Santa Cruz dos Militares: Barão de Mesquita, José de Bessa, Dr. Tomás Alves, Joaquim José do Rosário, José Joaquim Ferreira Leal e irmão Provedor.

Foram revezados por outros graduados da Ordem e pelo Visconde de Tocantins (irmão e grande amigo de Caxias que o salvara de um desastre militar no combate de Santa Luzia em Minas Gerais em 1842),

major Bernardino Borman (herói da guerra do Paraguai do Regimento de Mallet, ajudante de ordens de Caxias e seu biógrafo e mais tarde destacado escritor com o pseudônimo de Vilagran Cabrita, historiador militar e chefe do Estado-Maior do Exército), e o brigadeiro Conrado Maria da Silva Bittencourt, o heroico, competente e valente comandante do Batalhão de Engenheiros na guerra do Paraguai, a Engenharia de que Caxias dispôs.

Após a terceira e última encomendação o corpo de Caxias foi colocado ao lado do túmulo de sua esposa, amiga e inspiradora de sua grande obra.

A seguir usaram da palavra: o major de Engenheiros Alfredo de Taunay, em nome do Exército; o senador Correia, pelo Senado; o Dr. Rosendo Muniz, pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, do qual o Duque de Caxias fora membro; o Dr. Aquino, como veterano da guerra da Independência; o quintanista Barros Falcão, pela escola de Medicina. O coronel de Engenheiros Conrado Jacob de Niemeyer (que fizera vários e arriscados reconhecimentos para Caxias em Humaitá usando os balões cativos vindos dos EUA) e o Dr. Duque Estrada de Teixeira.

Sobre seu túmulo a imprensa registrou coroas enviadas por suas filhas, afilhada, empregado, Escola Politécnica do Exército e Jornais *O Cruzeiro*, *do Comércio*, *Gazeta de Notícias*, entre outros.

Do discurso do major de Engenheiros Alfredo de Taunay, em nome do Exército, convém destacar estes antológicos e significativos trechos:

“Só a mais vigorosa concisão unida à maior singeleza é que poderão contar os seus feitos. Não há pompas de linguagem, não há arroubos de eloquência capazes de fazer maior esta individualidade, cujo principal atributo foi a simplicidade na grandeza.” E finalizou:

“Carregaram seu féretro seis soldados. Mas, senhores, estes soldados que circundam agora a gloriosa cova e a minha voz que se levanta para falar em nome deles são o corpo e espírito de todo o Exército Brasileiro.

Representam o preito derradeiro de um reconhecimento inextinguível que nós, militares, de norte a sul, neste vasto Império, viemos render ao nosso velho marechal, que nos guiou como general, como protetor, quase como pai, durante quarenta anos.

Nós, soldados e orador humildes, todos em suas esferas e muito pequenos pela valia própria, nos sentimos grandes pela elevação da homenagem e pela sinceridade da dor.”

Revezaram-se no carregamento do féretro de Caxias, do palacete para o coche fúnebre e deste até o interior do cemitério, além de rodearem seu túmulo durante os discurso, os seguintes soldados: João Alves de Souza, José Ferreira da Silva, João Batista de Santana, João Antônio da Silva e Valentim Delfim do Amaral, do 1º RC, o atual Dragões da Independência de Brasília, além do cabo dessa mesma unidade Francisco de Meneses e dos soldados Manuel Ferreira de Melo, do 2º R Art, e Alexandre Idalino Ferreira, do 7º BI.

Portanto, um cabo e 13 soldados satisfizeram a vontade do Patrono do Exército de ser seu caixão transportado por seis soldados dos mais antigos e de bom comportamento dos diversos corpos de guarnição do Rio de Janeiro.

O Duque de Caxias, em testamento, manifestou o desejo de ser enterado pela Irmandade da Santa Cruz dos Militares, o que de fato ocorreu em 9 de maio de 1880, no Cemitério São Francisco de Paula, no Catumbi.

A referida Irmandade possui capela no atual local desde 1632. O atual prédio teve início em 1º de setembro de 1770. Foi bento em 28 de outubro de 1811 e reconstruído em parte em 1915. Em 29 de agosto de 1923 foi atingido por incêndio, sendo restaurado no ano seguinte e sagrado seu altar em 21 de novembro de 1824.

Caxias foi Provedor dessa Irmandade em 1871 e 1872, a qual preserva em placa de bronze sua interpretação da significação social militar que é reproduzida em local próprio.

Em 23 de agosto de 1949, os restos mortais do Duque e da Duquesa de Caxias foram exumados e permaneceram, de 24 a 30 de agosto, no interior da Igreja da Santa Cruz dos Militares, em vigília cívica, até serem transportados para o Panteão do Duque de Caxias, na Praça de Caxias, defronte ao Palácio também Duque de Caxias.

Por essa igreja passaram os restos mortais de outros dois generais comandantes da guerra do Paraguai – o general Osório e o marechal Gastão de Orleans e Conde d'Eu.

De longa data, encontra-se no Convento Santo Antônio, no Largo da Carioca, no Rio de Janeiro, o altar portátil mandado confeccionar por Caxias para assistir a missas em campanha.

Trata-se de um caixão (canastra) de 1,00 x 0,60 x 0,80m, sobre cavaletes.

No interior da tampa é pintada a óleo a Última Ceia. Num nível elevado do caixão são colocados os castiçais, crucifixo, cálice e o missal usado na celebração de missas.

O compartimento inferior da canastra era destinado à guarda dos parâmetros.

A referida relíquia, o único troféu trazido por Caxias da Guerra do Paraguai, segundo Vilhena de Moraes, veio de Quissamã - RJ, da casa da filha mais velha de Caxias, em data que não foi possível precisar. O Duque de Caxias e o Marquês de Barbacena foram os únicos brasileiros a integrarem a Ordem Honorífica D. Pedro I. As insígnias de Grã-Cruz dessa Ordem, Caxias as legou em testamento à sua irmã Baronesa de Suruí.

Atualmente elas integram acervo do Museu Mariano Procópio, em Juiz de Fora - MG, que possui outras peças históricas ligadas ao Duque de Caxias e seus familiares.

Histórico da espada e do espadim de Caxias

Desde 15 de dezembro de 1932, inicialmente na antiga Escola Militar do Realengo e a partir de 1944 na Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) em Resende, repete-se anualmente a mais significativa cerimônia da vida dos cadetes – a entrega dos espadins aos alunos do 1º ano.

A grandiosidade do ato, a história dessa arma, seu simbolismo, as tradições que ela encerra estão consubstanciados nas palavras que os jovens futuros oficiais proferem em uníssono, como juramento:

“Recebo o sabre de Caxias, como o próprio símbolo da Honra Militar.” Voltemos ao passado, nas buscas da origem histórica do espadim de Caxias.

A 19 de novembro de 1931, assumia o comando da Escola Militar do Realengo o então coronel José Pessoa Cavalcante de Albuquerque, oficial de escol, de cuja brilhante folha de serviços são destaques: Instrutor Militar da Escola de Direito do Largo de São Francisco - São Paulo (1915); estagiário da Escola Militar de Saint Cyr - França (1917-1918); combatente voluntário do 4º Regimento de Dragões de Cavalaria - França; e introdutor dos blindados no Brasil, ao organizar e comandar a Companhia de Carros de Assalto. Hoje é nome da Delegacia da AHIMTB, em Brasília.

No comando da Escola Militar do Realengo promoveu profundas reformas na sua organização e no seu funcionamento. Imprimiu uma nova filosofia na seleção dos cadetes:

“A Escola não se destina a corrigir defeitos e vícios, e sim a aprimorar qualidades e virtudes aprendidas nos lares de onde provêm os futuros cadetes.”

Foi sua inspiração o posto de cadete atribuído aos alunos da Escola, vendo-se nessa denominação o sentido de companheiro mais novo dos oficiais e não aquela significação de nobreza prevalecente nos anos do Império.

Criou o Corpo de Cadetes, o Estandarte Escolar e o uniforme de gala, como simbolismo de ligação entre o Exército do Império e o da República.

Criados os uniformes históricos, julgou o coronel José Pessoa que devessem eles ser complementados por uma arma privativa do posto de cadete. Idealizou então, com sua equipe, que esta arma seria uma fiel miniatura da espada usada em campanha pelo Duque de Caxias.

Desde então ficou decidido ser o cadete o único integrante do Exército a ter a honra e o privilégio de cingir à cinta a espada de Caxias:

“Como a síntese e a expressão mais viva e sublime das virtudes militares do soldado brasileiro.”

Tomada a decisão, o passo seguinte seria a localização da espada original para servir de modelo à miniatura. Encontrá-la foi um grande obstáculo, conforme as palavras do marechal José Pessoa:

“Porfiadas *démarches* foram então realizadas para concretizar a feliz ideia. Ignorávamos, até então, o paradeiro daquela relíquia histórica.

Para isso recorreu-se em indagações a todos os lugares onde são destinados os troféus, sem ser encontrada. Afinal, com a preciosa colaboração do Dr. Max Fleiuss, fomos encontrá-la, entre outras armas gloriosas, nas coleções do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). E, ainda com o auxílio do Dr. Max Fleiuss, secretário perpétuo daquela nobre e benemérita instituição, conseguimos a licença necessária para ser copiada a arma que é a nossa mais preciosa relíquia militar.

Assim, para ali foi mandado um hábil desenhista que copiou, em rigorosa escala, todos os detalhes daquele rico troféu, magnificamente artesanado em aço e bronze.”

Das mãos de seu possuidor ao seu atual relicário no IHGB, o histórico sabre de Caxias percorreu interessantes caminhos. Foi doado em

testamento pelo Duque de Caxias ao brigadeiro João de Souza da Fonseca Costa que, como 1º tenente, fora o ajudante de ordens de Caxias na guerra contra Oribe e Rosas e mais tarde, como coronel, fora Chefe do seu Estado-Maior na Campanha da Tríplice Aliança (1866-68).

Sobre esse oficial assim se expressou o duque, na Ordem do Dia de 14 de junho de 1869, antes de retornar ao Brasil:

“Prestou-me como chefe de meu Estado-Maior a mais dedicada cooperação em tudo quanto tem dependido de seu alto emprego, não só na condução regular de todos os negócios de meu serviço político a seu cargo, como nas batalhas e combates a que tem assistido sempre a meu lado, recebendo e transmitindo as minhas ordens e expondo-se com sangue frio e abnegação aos riscos e perigos decorrentes.”

Esta espada de campanha foi localizada em 1925 pelo Dr. Eugênio Vilhena de Moraes, o maior biógrafo de Caxias, e encontrava-se ela em poder de descendente direto de Fonseca da Costa, o capitão-de-corveta Caetano Taylor da Fonseca Costa. Este oficial, em gesto que se reveste de nobreza e patriotismo, decidiu em 1925 doar a valiosa relíquia, por meio do Dr. Vilhena de Moraes, ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, onde se encontra há setenta e sete anos e de onde saiu três vezes para cerimônias na Escola Militar.

A primeira ocorreu em 1939 no Realengo e se deve à iniciativa do então major Jonas Correia Neto. Foi a espada posicionada, em solenidade de rara grandiosidade, defronte ao Corpo de Cadetes, formado ao lado da espada do general San Martín trazida pela representação da Escola Militar da Argentina em visita ao Brasil.

E do local onde hoje se encontra, segundo o professor Pedro Calmon em 1978, somente sairia em condições excepcionais de alto sentido cívico e com cerimonial condizente com a grandeza do simbolismo que ela traduz.

Posteriormente, ela foi trazida à AMAN em 1978 em homenagem ao presidente da República general João Figueiredo, o primeiro ex-detentor do espadim de Caxias a atingir a presidência da República e, em 1980, no centenário da morte do Duque de Caxias.

E o professor Pedro Calmon impôs como condição ela ser levada à AMAN com toda a pompa e circunstância, confiando o comandante da AMAN, general de brigada Iran Ribeiro Arnt e o presidente do IHGB, professor Pedro Calmon, que o tenente-coronel Cláudio Moreira Bento, instrutor de História Militar da AMAN e membro do IHGB, chefiasse

uma Guarda de Honra e Segurança composta de cadetes. E assim foi feito!

A primeira cerimônia de entrega de espadins: 1932

Localizada a espada de campanha do Pacificador, o Projeto Espadim foi submetido à aprovação do ministro da Guerra, general de brigada José Fernandes Leite de Castro (1930-1932).

Desejaram aquele general e o coronel José Pessoa:

“Que Caxias, o Duque da Vitória, pairasse no seio dos cadetes do Brasil, de igual forma que Napoleão no seio dos cadetes de Saint Cyr, na França.”

O ministro Leite de Castro aprovou a proposta e concedeu o crédito correspondente para a confecção dos espadins.

Os projetos e os recursos foram remetidos ao chefe da Missão Militar Brasileira na Europa, coronel José Duarte Pinto. Este, com desvelo e entusiasmo, cumpriu a missão, encomendando a confecção das peças à firma Solingen da Alemanha. Em outubro de 1932 os espadins chegaram ao Brasil, tendo sido incluídos na carga da Escola Militar do Realengo pelo BI nº 288 daquele ano. A seguir foram organizadas as “Instruções para recebimento e uso do espadim de Caxias”, ao que se sabe, somente publicadas no BI nº 148 de 1938.

Nos dias 15 e 16 de dezembro de 1932 teve lugar a primeira cerimônia de entrega de espadins aos cadetes, desdobrada em duas fases. A primeira de âmbito interno, e a segunda uma solenidade pública realizada no dia 16 de dezembro na Praça Duque de Caxias, atual Largo do Machado, defronte do Monumento do Patrono do Exército e que contou com a presença do Dr. Getúlio Vargas, chefe do Governo Provisório do Brasil, e de várias autoridades.

Segundo o general José Pessoa em 1938 na *Revista da Escola Militar*:

“A cerimônia teve início com as bandas tocando o antigo toque de alvorada, o mesmo que, nos campos do Paraguai, despertava os nossos gloriosos regimentos. Toque que terminou com o de ‘apresentar armas’. Quando profundo era o silêncio da grande assistência, ouviu-se a voz de um oficial, lendo com vibração as palavras sacramentais do juramento, no que era acompanhado pelos cadetes, que tinham os olhos fixos no semblante quase austero de seu patrono e pareciam iluminados pela famosa estrela que guiou sempre aquele guerreiro de vitória em vitória, e

que certamente há de guiar as novas gerações, através dos caminhos ásperos da vida. Neste instante ecoou o troar dos canhões e o rufar surdo dos tambores, anunciando a criação de uma nova arma, representativa das virtudes de nossos antigos combatentes. Seguiu-se a leitura do Boletim alusivo, do Comando da Escola, nº 297 de 16 dez. 1932.”

Sobre o evento assim se expressou o comandante da Escola Militar do Realengo em sua ordem do dia, publicada no BI nº 297 daquele ano: “Cadetes!

Defrontando a estátua do marechal Luiz Alves de Lima e Silva, aquele que em vida foi o maior dos generais sul-americanos, acabais de prestar o compromisso do recebimento do vosso espadim – arma distintivo que reproduz o sabre glorioso do invicto soldado, que com atos de sublimada grandeza esmaltou com refulgência inigualável as páginas gloriosas da história nacional, marcando-as de traços imperecíveis e assinalando o seu nome como o do cidadão que melhor serviu à Pátria e mais a estremeceu.

Vosso patrono e vosso guia, aqui não podeis faltar hoje a render-lhe as vossas homenagens, quando cingis pela primeira vez, aos vossos uniformes.

Ante o bronze majestoso que a gratidão do povo erigiu em testemunho de reconhecimento a serviços que crescem de valor com o correr dos anos, vindes, cumprindo dever que ufana e dignifica, pagar o tributo de vossa admiração ao legendário soldado que, de cadete como vós, culminou a hierarquia militar e nas dignidades honoríficas, integrado na sua profissão, por ela sempre enfeitado e, passo a passo, ascendeu na sua carreira, pelo seu valor, pela sua coragem e pelo seu acendrado patriotismo.

A espada que foi esteio de um regime, que em rudes prélios cimentou a unidade nacional e, em terras estranhas, acutilou bravamente os inimigos do Brasil, tendes hoje a honra e a rara fortuna de a cingirdes à cinta, outorgado ao Corpo de Cadetes o encargo de guardar aquele glorioso que reflete, no brilho espelhante do seu aço, a constância no dever e que nunca a ferrugem da deslealdade de leve sequer maculou, em meio século de intenso batalhar em prol da ordem e do prestígio desta terra estremecida, a que ele serviu com inexcedível dedicação e bem alto a elevou no conceito das nações!

Na homenagem que aqui prestais vossos espadins em continência, não reverenciais somente o vulto homérico do general nunca vencido,

que enriqueceu de imarcescíveis louros o Exército Brasileiro e iluminou de refulgências gloriosas uma época da vida nacional!

Saudais, também, esse passado venerado de glórias e de virtudes, que é o orgulho do nosso povo, escrínio precioso de lições de nobre civismo e onde o nome imortal do legendário Duque de Caxias esplende, aureolado, em meio de uma corte de gigantes, batalhadores devotados de um Brasil forte e generoso, que se alça, na plana maior das primeiras nações do mundo, pelo seu progresso e pela sua cultura.

E, particularmente para vós cadetes, que sois as ridentes esperanças do Exército do Brasil – as armas que abateis, apontadas para o solo sagrado da Pátria, rendendo preito sincero de admiração ao grande soldado que foi o símbolo augusto das nossas virtudes militares, juram pela vossa eterna fidelidade aos ditames da honra e do dever, e pela rigorosa observância aos exemplos que nos legou o primeiro dos generais de nossa Pátria, cuja vida será o vosso modelo e cujo nome venerando será o clarim vibrante a acender os vossos entusiasmos nas lutas sem tréguas pelo bem e pela grandeza do Brasil.”

O simbolismo do espadim

O coronel José Pessoa mandou gravar, na lâmina dos espadins, as palavras Duque de Caxias e o brasão de armas da Escola Militar.

Pelas instruções baixadas na época:

“Os espadins dos cadetes, constituindo um conjunto de elevado teor moral, deveriam ficar ligados às vidas de seus detentores, através dos tempos, por uma ficha histórica com o número de cada uma dessas armas que deveria levar a assinatura de cada um de seus detentores. E uma honrosa homenagem: sempre que um ex-detentor do espadim de Caxias distinguir-se em sua vida pública, por um gesto de sacrifício ou serviço excepcional, de real valor para o Exército ou para o Brasil, ou em benefício da humanidade, seu espadim, com o respectivo número, deve ser retirado de circulação e recolhido ao Museu Escolar, com a ficha respectiva, nela inscrita, em letras vermelhas, o motivo que determinou sua retirada de circulação.”

Foram retirados de circulação, como distinção aos gestos de sacrifício de real valor de seus ex-detentores os seguintes espadins:

- Espadim nº 496, que pertenceu ao aspirante Humberto Pinheiro de Vasconcelos. Justificou o ato o exemplo de abnegação e coragem dado

por aquele oficial ao ter sua mão despedaçada por uma granada, que manteve segura, com o braço para fora de uma janela, evitando destarte que não viesse a explodir na sala onde ministrava instrução ou atingir outros companheiros no pátio do quartel.

- Espadim nº 289, pertencente ao 1º tenente Alípio Napoleão Andrada Serpa em virtude de ato de bravura, por ele praticado, por ocasião do torpedeamento do navio “Itagiba” que transportava sua unidade de Artilharia para Olinda - PE.

- Espadim nº 1002, que pertenceu ao aspirante Francisco Mega, morto em combate, na Itália, integrando o Regimento Sampaio. Leva seu nome a turma de aspirante egressa da AMAN em fevereiro de 1955.

Além dos citados foi retirado de circulação o espadim nº 103, que pertenceu ao general de brigada Sinval Senra Martins, cadete de Intendência em 1945, aspirante a oficial em 1947 e general em 1977. Foi o primeiro cadete que cursou integralmente a AMAN a galgar o posto de oficial general.

A Academia Militar tem conferido, simbolicamente, o espadim de Caxias a personalidades e escolas congêneres das Nações amigas.

O número do espadim consta das alterações do seu ex-detentor. Já é prática os novos cadetes pleitearem e conseguirem e cingir os espadins que foram usados por seus avós, pais ou irmãos.

O valor da História e da tradição!

Em 1939 o general José Pessoa, assíduo colaborador de nossas revistas militares em assuntos de História e Doutrina Militar, escrevia na *Revista da Escola Militar*:

“O espadim de Caxias do Corpo de Cadetes, ainda quase sem história pela sua apoucada existência, nem por isso devemos olvidar-lhe fatos que, hoje sabidos, mais tarde será difícil reconstituí-los. Haja vista o exemplo histórico da nossa lendária Academia Real Militar da qual hoje mal se sabe ter sido fundada por D. João VI.”

São as sinceras homenagens ao marechal José Pessoa que, além da obra magnífica ligada à idealização e construção da AMAN, o maior sonho de sua vida e na qual passou as suas últimas vinte e quatro horas na ativa, preocupou-se em preservar sua História e tradições, ao documentá-las com depoimento em artigos em nossas revistas militares.

Estava convicto o marechal José Pessoa de que a História “é a mestra das mestras, a mestra da vida” e a mãe da tradição. E que sem documentação não há história e nem tradição que resista à ação dos tempos. E,

mais, que o povo ou grupo social sem tradição, ou que se a possui não a cultiva, é flor sem perfume, é espada sem têmpera, que quebra ao primeiro embate. É nau sem bússola, à deriva na tempestade, que não sabe de onde veio, onde está e para onde vai.

Soube o marechal José Pessoa construir e preservar, por meio dos cadetes do Exército, a tradição contida em seus espadins, cópias fiéis da espada de rija têmpera moral e cívica, tal qual a do aço de que foi forjada – a espada de campanha de Caxias, o Pacificador – a maior espada do Brasil. Espada que figura com destaque entre os maiores generais da História da Humanidade. A espada de Caxias está no Museu do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, guardada em cofre doado pelo Exército, adaptado para este fim pelo Arsenal de Guerra do Rio de Janeiro e próximo, num escrínio, um espadim de Caxias, cópia fiel em escala da mesma.

As condecorações do Duque de Caxias

Imperial Ordem do Cruzeiro

Em 17 de fevereiro de 1824, o então capitão Luiz Alves de Lima e Silva,⁶⁸ com 21 anos de idade, recebeu a sua primeira condecoração – Cavaleiro da Ordem do Cruzeiro. Isso depois de sua participação heroica como Ajudante do Batalhão do Imperador na Guerra da independência, na Bahia.

A referida ordem honorífica, considerada a Legião de Honra do Império, foi criada por D. Pedro I em 1º de dezembro de 1822, para assinalar a sua aclamação, sagração e coroação como imperador do Brasil.

Com os graus de Cavaleiro e Oficial desta ordem foram condecoradas, por feitos de bravura, diversas unidades terrestres e navais.

Em 3 de maio de 1868, já marechal do Exército efetivo e marquês, Luiz Alves de Lima e Silva, em plena campanha no Paraguai, foi agraciado com a Grã-Cruz desta Ordem do Cruzeiro:

“Em reconhecimento aos relevantes e extraordinários serviços prestados ao Brasil, no comando em chefe de todas as Forças Brasileiras e Interino dos Exércitos Aliados em Operações...”

Medalha de Ouro da Independência

Em 2 de julho de 1825, ainda capitão, Luiz Alves de Uma e Silva recebeu a sua segunda condecoração, a Medalha de Ouro da Independência, também conhecida como Medalha da Restauração da Bahia.

Cerca de 10.000 brasileiros foram agraciados com essa medalha. Ela foi a única condecoração imperial cujo metal mudava à medida que o oficial ascendia na hierarquia, ou seja, esplendor de prata para oficiais, de alferes a coronel, e de ouro para oficiais generais.

Caxias sempre demonstrou muito orgulho por essa condecoração. Ela aparece em destaque em suas fotografias, embora não figure em quadros pintados após a sua morte.

Ordem São Bento de Aviz

Em 21 de outubro de 1827, já capitão antigo, Luiz Alves de Lima e Silva foi agraciado com sua terceira condecoração – Comendador da Ordem de São Bento e Aviz. Posteriormente, em 11 de setembro de 1842, foi condecorado por D. Pedro II como Grã-Cruz dessa Ordem:

“Em consideração aos bons serviços, e mais partes que concorrem na pessoa do marechal-de-campo graduado e Conde de Caxias.”

A Ordem de São Bento e Aviz foi instituída no longínquo ano de 1162 por D. Afonso Henriques. Foi tornada brasileira com nova regulamentação e de fato destinada a remunerar serviços militares.

Todo militar com vinte anos de serviço efetivo, sem nota desabonadora, era agraciado no grau de Cavaleiro da Ordem.

Por bravura, notável mérito, ou tempo de campanha contado em dobro, o prazo limite de vinte anos era antecipado. Correspondia à atual medalha de Bons Serviços.

Imperial Ordem da Rosa

Em 18 de outubro de 1829, no Uruguai, o então major Luiz Alves de Lima e Silva foi agraciado Cavaleiro com a insígnia da Imperial Ordem da Rosa, instituída no ano anterior pelo imperador D. Pedro I, para perpetuar a memória do seu casamento com a princesa Amélia.

O nome, Ordem da Rosa, seria alusivo a uma rosa que ornamentava a touca da princesa Amélia, figurante em retrato enviado ao imperador

de Munique. Para Taunay, o nome era uma alusão ao vestido usado pela princesa ao desembarcar no Brasil, feito de gaze, salpicado de rosas meio abertas.

O botão de Rosa metálico de sua condecoração foi retirado do peito do então major Luiz Alves de Lima e Silva, ao despedir-se para retornar ao Brasil, por sua namorada uruguaia Ângela Furriol. E até hoje este botão metálico de rosa é conservado como relíquia pelos descendentes de Ângela e de seu marido, o general Eugênio Garzón, conforme abordado em Aspectos humanos de Caxias, na Primeira Parte.

Em 28 de agosto de 1866, foi agraciado com a Grã-Cruz da Ordem da Rosa, como marechal do Exército graduado e Marquês de Caxias, por serviços prestados na guerra do Paraguai. Somente ele e mais três brasileiros atingiram esse grau.

Segundo o professor Lourenço Lacombe, o colar da Ordem da Rosa do Duque de Caxias, que lhe foi concedido por D. Pedro II, foi o que pertencera a D. Pedro I.

Com a morte do Duque de Caxias, o colar retornou à família imperial e hoje pertence a D. Pedro Gastão de Orleans e Bragança.

Medalha da Campanha do Uruguai

Em 26 de junho de 1852, como tenente-general e Marquês de Caxias, foi condecorado com a Medalha de Ouro da Campanha Uruguaia, pendente de fita verde no pescoço:

“Por haver comandado o Exército Brasileiro em operações na República do Uruguai”, contra Oribe e Rosas em 1851-1852.

Medalha da Rendição de Uruguaiana

Em outubro de 1866, quando atingiu a culminância da hierarquia militar no posto de marechal-de-exército efetivo, foi agraciado com a Medalha de Ouro de Rendição de Uruguaiana, a que assistiu na qualidade de Ajudante de Campo do imperador. A referida medalha fora criada para premiar os que tomaram parte na rendição do coronel Estigarríbia, em Uruguaiana, em 18 de setembro de 1866.

Ordem de D. Pedro I

Em 26 de dezembro de 1868 foi condecorado com a Grã-Cruz da Ordem de D. Pedro I, segundo Decreto, em atendimento:

“Aos mui relevantes e extraordinários serviços, que na presente guerra tem prestado o marechal-do-exército, Marquês de Caxias, no comando em chefe de todas as forças brasileiras e Interino dos Exércitos Aliados em operações.”

Além dele, somente o Marquês de Barbacena foi agraciado com essa ordem.

As insígnias dessa ordem, em ouro e brilhantes, Caxias legou-as a sua irmã, a Baronesa de Suruí. Atualmente encontram-se no Museu Mariano Procópio, em Juiz de Fora. A Ordem de D. Pedro I foi criada por Decreto de 16 de abril de 1826:

“Para marcar de maneira distinta a época em que foi reconhecida a Independência deste vasto Império do Brasil.”

Medalha do Mérito Militar

Em 20 de fevereiro de 1869, o então marechal-do-exército efetivo e ainda Marquês de Caxias por um mês foi agraciado com a medalha de bronze intitulada Medalha do Mérito Militar, ou Medalha de Recompensa à Bravura Militar, com quatro passadores de prata, destinados a premiar seus gestos de distinta bravura praticados na Passagem de Humaitá e assalto e tomada de Forte Estabelecimento, em 19 de fevereiro de 1868, Batalha de Avaí, em 11 de dezembro de 1868 e na Batalha de Lomas Valentinas, em 27 de dezembro de 1868.

Essa medalha, de cunho nitidamente militar, Caxias a levou para o túmulo junto à seguinte, também de bronze, cujos restos, salvos de sua exumação em 1949, estão no Museu do Exército.

Medalha da Campanha Geral do Paraguai

Em fins de 1871, após haver atingido o posto e o título máximos de marechal-do-exército efetivo e duque, foi agraciado com a Medalha da Campanha Geral do Paraguai, cunhada com o bronze dos canhões tomados aos adversários. Ela fora criada pelo Decreto nº 4.560 de 6 de agosto de 1870.

Destinava-se a recompensar o integrante do Exército e da Marinha em operações na Guerra do Paraguai. O Duque de Caxias passava a usá-la com um passador de ouro com o número 2 correspondente a vinte e oito meses de campanha, ou dois anos e quatro meses.

A referida condecoração foi omitida em sua fé de ofício, mas encontrada, junto à do Mérito Militar, ao serem exumados seus restos mortais, para transladação para seu Panteão no Rio de Janeiro.

Caxias tinha muito orgulho dessa medalha. Na exumação foi encontrado o número 2 no passador, e não o número 3, conforme figura por equívoco no desenho nove de suas condecorações.

As insígnias das ordens honoríficas e as medalhas militares recebidas por Duque de Caxias que aparecem no óleo do qual foi adotado o seu retrato oficial não correspondem à realidade, conforme especialistas em medalhística já têm mencionado.

Conclui-se, à luz das fontes relacionadas na bibliografia e em dois retratos de Caxias, um tirado antes da Guerra do Paraguai, e outro, bem após e, ao que consta, o último que tirou fardado em grande gala, que:

- as medalhas de Rendição de Uruguaiana e do Mérito Militar, ou dos mais bravos da Guerra do Paraguai, eram para serem usadas por Caxias presas ao lado direito do peito. A primeira não figura em nenhuma de suas fotos. A do Mérito Militar aparece no último retrato referido e no peito esquerdo, talvez por falta de lugar no direito, tomado pela banda da Ordem do Cruzeiro do Sul;

- As medalhas da Independência na Bahia, Campanha do Uruguai e Campanha Geral do Paraguai eram para serem usadas sobre o peito esquerdo. Em foto de Caxias, anterior à Guerra do Paraguai, aparecem as duas primeiras dependuradas em colar verde, modo de usar da Campanha do Uruguai em grande gala. No último retrato referido só aparece a medalha da Independência da Bahia, pendente de colar de fita verde e amarela. Não figura a medalha Geral do Paraguai que levou para o túmulo;

- No último retrato mencionado, Caxias usa a tiracolo, com a respectiva insígnia, a banda da Grã-Cruz da Ordem Cruzeiro do Sul e o colar metálico da Grã-Cruz da Ordem da Rosa e, no peito direito, quatro placas, sendo em cima a Grã-Cruz da Ordem de São Bento e Aviz e junto ao braço a Grã-Cruz da Ordem de D. Pedro e, respectivamente debaixo da cada uma das anteriores, as Grã-Cruzes da Ordem do Cruzeiro e da Ordem da Rosa.

Esses elementos e mais o seu último retrato citado auxiliarão a compor com segurança suas medalhas e insígnias honoríficas em seu retrato oficial.

A comemoração oficial do centenário de morte do Duque de Caxias na AMAN em 7 de maio de 1980

Teve lugar em 7 de maio de 1980, na AMAN, a cerimônia oficial principal do centenário da morte do Duque de Caxias, evento histórico que se insere nos anais desse estabelecimento militar como o de maior significação.

A comemoração contou com a presença do presidente da República, João Figueiredo, e de seus ministros: general Walter Pires – do Exército; almirante Maximiniano da Fonseca – da Marinha; brigadeiro Délio Jardim de Mattos – da Aeronáutica; general Otávio Medeiros – do SNI; general Danilo Venturini – da Casa Militar; e Said Farah – da Comunicação Social.

Presentes igualmente os generais-de-exército Ernani Ayrosa, José Fragomeni, Milton Tavares, Gentil Marcondes Filho e Geraldo Alvarenga Navarro, respectivamente chefe do EME, ministro do STM, comandante do I Ex e Chefe do DEP, além de numerosos oficiais de todos os postos das três forças.

O Congresso Nacional se fez representar pelo senador Nilo Coelho e pelo deputado Flávio Marcílio, respectivamente presidente do Senado e da Câmara Federal.

O estado do Rio de Janeiro – província onde nasceu, viveu e morreu Caxias – se fez representar pelo governador Chagas Freitas.

A História do Brasil esteve presente por meio de delegações chefiadas pelo professor Pedro Calmon, general Francisco de Paula de Azevedo Pondé e Vinícius Stein Campos, presidentes ou no exercício da presidência dos Institutos Histórico e Geográfico Brasileiro, de Geografia e História Militar do Brasil e da Academia Brasileira de História.

As comemorações tiveram início com alvorada festiva acompanhada de salvas de Artilharia.

Seguiram-se formatura geral da Academia e hasteamento do Pavilhão Nacional pelo general de brigada Hyran Ribeiro Arnt, comandante da AMAN.

Foram expostos o colar e a placa de Grã-Cruz da ordem da Rosa, a Grã-Cruz da ordem de D. Pedro I, o altar portátil usado na Guerra da Tríplice Aliança e a gravura de N. S. da Conceição, sua devoção e padroeira do Exército Imperial, que se encontrava, ao falecer, em seu quarto na Fazenda de Santa Mônica.

A Cerimônia foi encerrada com um almoço de confraternização no refeitório dos cadetes.

À tarde, no cinema acadêmico, o professor Pedro Calmon realizou a sua quarta conferência no estabelecimento, sendo, ao final, aplaudido de pé pelos oficiais e cadetes, em razão da inspirada e vibrante oração sobre a vida e a obra do Duque de Caxias.

Os cadetes editaram e lançaram nesse dia número especial do *Jornal Agulhas Negras*, que evocou a vida do Duque de Caxias como aluno da Academia Real Militar de 1818 a 1821 e homenageou o seu maior e mais persistente biógrafo, Dr. Eugênio Vilhena de Moraes então com 94 anos de idade e a quem se deve muito do que se conhece hoje da vida e da obra do Patrono do Exército.

As cerimônias evocativas do Duque de Caxias foram encerradas no fórum de Resende, em sessão da Academia Brasileira de História – Delegacia Barão Homem de Mello.

Usaram a palavra os sócios tenente-coronel Cláudio Moreira Bento, delegado da Academia de História em Resende, coronel professor Rubem Barbosa Rosadas sobre aspectos profissionais do Patrono do Exér-

cito, e Vinícius Stein Campos, sobre a atuação do Pacificador na Revolução de 1842, em São Paulo.

As cerimônias na AMAN foram planejadas e executadas por comissão nomeada pelo general de brigada Hyran Ribeiro Arnt, presidida pelo coronel Carlos Arcoverde de Freitas Almeida – subcomandante da AMAN – e integrada pelos tenentes-coronéis: Álvaro de Araújo Ferreira – comandante do Batalhão de Comando e Serviços; Waldemiro Cunha Filho – chefe da Divisão Administrativa; Ney Salles – chefe da Seção de Ensino “A”, Cláudio Moreira Bento – instrutor de História Militar, e Sérgio Mendes Maurmann – subcomandante do Corpo de Cadetes.

Trechos de discurso do Prof. Pedro Calmon:

“[...] Dirijo-me, sobretudo, aos jovens cadetes de Caxias, para uma meditação. Correm por aí versões corruptas, insidiosas, sobre o papel do Brasil na Guerra do Paraguai. Um massacre daquele povo, o imperialismo brasileiro. Nada mais errado, mais falso, mais mentiroso, mais antinacional.

Fizemos a guerra ao Paraguai por uma razão sumária e única, porque Francisco Solano Lopes, presidente da Nação Guarani, violou a fronteira brasileira, invadindo o Mato Grosso e o Rio Grande do Sul.

Fizemos a guerra defensiva, foi uma guerra em nome, não só da honra no seu sentido metafísico ou filosófico da expressão, mas no sentido do resgate do território brasileiro tomado pelo inimigo. Se não fizessemos a Guerra ao Paraguai e não vencêssemos, não seríamos dignos de ser brasileiros.

Eu sinto, meus senhores, que esta afirmação fala dos cem mil mortos nacionais, dos cem mil patrícios, cujo sangue jorrou pelas planícies do Paraguai...”

Outro trecho que gravamos:

“[...] Um dia em Santa Mônica surpreenderam Caxias chorando, debruçado sobre a sela do seu cavalo... Que houve? Apenas isto: não se sentiu com forças para cavalgá-lo, para montar, para cavalgar. Acabou pouco depois numa cadeira de rodas. É o crepúsculo. E à medida que se aproxima o fim desse grande homem, ele pensa no testamento sóbrio que fez ao perder a esposa, em que resume a humildade das suas ambi-

ções, a grandeza do seu sonho, a dignidade de seu caráter, a imensidade do seu espírito.

Aquele testamento em que ele doa ao Visconde da Penha a espada de todas as campanhas. Esta espada que hoje veio à Academia Militar das Agulhas Negras. Nele renuncia às pompas de funerais faustosos. Quer a modéstia de enterro simples e recomenda o seu caixão para ser levado ao túmulo pelo Exército Brasileiro, pedindo que sejam seis praças de pré que o carreguem, a fim de, nos braços dos soldados, repousar finalmente na terra amada do seu país...

...A espada que brilhou a luz do Itororó, no momento mais grave da sua vida, seria o modelo do espadim dos cadetes do Brasil.

São vocês, cadetes, futuros generais da Pátria, que têm a honra de trazer o sabre de todas as campanhas do Duque de Caxias, para que se perpetre o milagre que o nosso patriotismo pede ao Deus dos Exércitos, para que a luz da Estrela de Caxias continue iluminando os caminhos do futuro e por eles passe, guiada por essa brilhante juventude que aqui estuda na Academia Militar das Agulhas Negras, com o breviário, com o evangelho do civismo, para que essa juventude possa levar adiante, como ele guiou pelos campos de batalha do Paraguai, as forças, as energias, as exuberâncias, os votos, as possibilidades, tudo aquilo que o Brasil tem para ser a grande Nação que sonhamos..."

Esse discurso foi de improviso e gravado e reproduzido pelo Serviço de Comunicações da AMAN. A *Revista Agulhas Negras*, ano 1980 documentou a cerimônia.

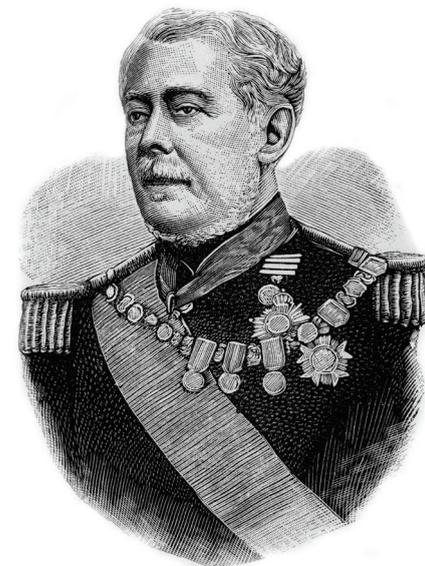
Tivemos a honra de pela segunda vez chefiar como oficial da AMAN e membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) guarda de Honra e de Segurança integrada por cadetes que trouxe a espada de Caxias desde o IHGB, onde ela nos foi confiada solenemente pelo professor Pedro Calmon, e em seguida devolvê-la ao mesmo .

Nessa ocasião fui incumbido de acompanhar o professor Pedro Calmon, já com 78 anos, com problemas de saúde, para que não fosse submetido a excessos. E foi uma agradável missão sem nenhuma alteração que deixou mais uma vez suas impressões no Livro de Visitantes Ilustres. E lembrei de quanto o havia conhecido em 1953, aos 27 anos, como orador da Aula Inaugural do ano letivo na AMAM, fato que muito me impressionou e por certo ajudou na minha mobilização para a atividade de historiador militar.

Em cada vez que trouxe a espada de Caxias para a AMAN, ela retornava com acessórios que entregava ao IGHB e que hoje fazem parte de Museu: capa para a espada com seu brasão, uma caixa escrínio e a bandeira de Caxias, anunciando sua presença na cerimônia, branca tendo ao centro seu brasão.

Mais tarde, como diretor do Arquivo Histórico do Exército e com parceria do Arsenal de Guerra do Rio de Janeiro, adaptamos um cofre antigo velho e sem uso para ser usado para guardar só a espada de Caxias. Ele foi perfurado no centro e feito um perfeito encaixe para a relíquia. Seu segredo foi reformulado e em sua frente foi colocado um belo brasão de Caxias em bronze e sobre o cofre um busto de Caxias em bronze. Por algum tempo éramos chamados para abrir o cofre.

TERCEIRA PARTE



**DUQUE DE CAXIAS
O PACIFICADOR**

Introdução à Terceira Parte

Depois de caracterizar-se a vida e obra do Duque de Caxias e seus atributos, estará o leitor mais apto para melhor entender a sua ação pacificadora no quadro das lutas internas do período monárquico que durou oitenta e um anos, ou seja, de 1808, ano da transferência da sede do Reino de Portugal para o Brasil, com a chegada do príncipe regente D. João e da rainha D. Maria I, até 15 de novembro de 1889, data da Proclamação da República pelo marechal de campo Manoel Deodoro da Fonseca, que passou à História como o Proclamador da República Brasileira.

Neste quase um século de Monarquia no Brasil, regime a que muito se deve a preservação da Unidade Nacional, ocorreram diversas lutas internas que foram conjuradas, preservando-se assim a Unidade do Brasil. Lutas que ameaçaram a transformar o país, quando dava seus primeiros e sofridos passos como Nação independente, numa colcha de retalhos e, em especial, as que eclodiram no período Regência onde Caxias se consagraria popularmente como “O Pacificador”.

A origem da consagração do Duque de Caxias como Pacificador, segundo Lourenço Luís Lacombe, que dirigiu por muitos anos o Museu Imperial de Petrópolis, foi uma iniciativa do imperador D. Pedro II que, numa recepção palaciana, indicava aos convidados a presença de Caxias e sugeria aos mesmos : “Cumprimentem ali o nosso Pacificador!”.

Estas foram as principais lutas internas ocorridas no Brasil, afora motins e pequenas revoltas locais que Hernani Donato focaliza em *Dicionário das Batalhas Brasileiras* (São Paulo: IBRASA, 1996. 2.ed.):

No Brasil, Reino Unido de Portugal e Algarve, sob a égide de D. João VI:

- Revolução Nativista Pernambucana, 1817.

No reinado de D. Pedro I:

- Confederação do Equador no Nordeste em 1824.
- Revolta de unidades de mercenários no atual Palácio Duque de Caxias-1828.

Na Regência 1831-1840:

- Setembrada e Novembrada, 1831, em Pernambuco.
 - Revolta da Brigada de Artilharia da Marinha na Ilha das Cobras, 1831.
 - Revolta do 26° BI no Rio em 12 jul. 1831.
 - Revolta da Guarda da Polícia Militar da Corte em 13/14 jul. 1831.
 - Abrilada em Pernambuco, 1832.
 - Revolta republicana do major Miguel Frias no Campo de Santana, 3 abr. 1832.
 - Revolta de parte tropas da Corte liderada pelo barão von Bulow, 17 abr. 1832.
 - Revolta dos federalistas ou dos Guanais na Bahia, 1832-1833.
 - Motim do 10° BC em Salvador, 1832.
 - Insurreição Restauradora do Crato - CE, 1832.
 - Revolta Restauradora de Santo Antônio - PE, 1832.
 - A Cabanagem no Pará, 1831-1840.
 - A Revolta dos Cabanos em Alagoas e Pernambuco, 1832-1835.
 - Levante Restaurador de Ouro Preto - MG, 1833.
 - Levante do Forte do Mar em Salvador - BA, 1833.
 - Rusgas de Cuiabá, 1834.
 - Revolta de Escravos Nagô em Salvador, em 24 jan. 1835.
 - Carneiradas em Pernambuco, 1834-1835.
 - A Revolução Farroupilha em Santa Catarina e Rio Grande do Sul, 1835-1845.
 - A Sabinada na Bahia, 1837-1838.
 - A Balaiada no Maranhão, 1838-1840.
 - Anselmada de Franca, em Franca - SP, em 27 out. 1838.
 - Revolta de Manoel Congo, em Pati do Alferes - RJ, 1838.
 - Levante de Sobral - CE, em 14 dez. 1840.
- No reinado de D. Pedro II:
- Revolução Liberal de São Paulo, 1842.

- Revolução Liberal de Minas Gerais, 1842.
- Revolução Farroupilha no Rio Grande do Sul, 1840-1845 (continuação).
- Revolta dos Lisos em Alagoas, 1844.
- Motins do Fecha Fecha em Recife, set. 1844 e nov. 1848.
- Motins do Mata Mata em dez. 1847 e jun. 1848, em Salvador.
- Insurreição Praieira em Pernambuco, 1848-1850.
- Levante dos Marimbondos de Pau d'Alho, Pernambuco-1852.
- Motim da “Carne sem osso, da farinha sem caroço e do toicinho do grosso”, BA, 1858. (Mencionada por Dionízio Cerqueira em *Reminiscências da Guerra do Paraguai*).
- Revolta dos Muckers do Ferrabraz, São Leopoldo - RS, 1874.
- Arruaças do Quebra Quilos na Paraíba, em Pernambuco e em Alagoas, 1874-1875.
- Motim do Vintém no Rio de Janeiro, em 4 jan. 1880.

Nota: As fontes históricas em princípio serão indicadas no local em que for tratada a luta interna e não ao final, para que o leitor ou pesquisador façam os aprofundamentos desejáveis na luta interna considerada.

Lutas internas nos reinados de D. João VI e D. Pedro I

Revolução Nativista Pernambucana de 1817

As lutas internas fratricidas ocorridas no Brasil têm o sabor de tragédias gregas, nas quais as partes em confronto estão com a razão e a verdade. E parece que o Duque de Caxias entendeu isso logo em sua ação pacificadora da Família Brasileira, dividida por ideais elevados, mas conflitantes e até inoportunos, como a República.

Caxias levou em sua campanha pacificadora o sábio conselho de Simon Bolívar:

“Nas lutas internas impõe-se a generosidade para com o adversário, senão a violência cresce em escala geométrica.”

Os ideais republicanos irradiados da França, dos Estados Unidos, da Inconfidência Mineira e Carioca e mesmo com origem na Guerra dos Mascates, em Olinda, encontraram acolhida em Pernambuco em 1817.

A República encontrou guarida entre os padres do Seminário de Olinda, entre oficiais brasileiros do Regimento de Artilharia do Recife (situa-

do em local, no passado, defronte a Santa Casa), em razão da fortíssima rivalidade que possuíam com os oficiais portugueses e na Maçonaria.

Na Maçonaria, lideranças militares, clericais e civis republicanas acertavam os ponteiros, como o maçom capitão Domingos Teotônio que será o líder da Revolução e mais 60 padres e 10 frades todos maçons, liderados pelo padre João Ribeiro Pessoa, alma da revolução e mestre, junto ao padre Miguelinho, do Convento de Olinda, incluindo-se o Frei Caneca, que atuará como secretário de um corpo militar revolucionário e irá liderar, sete anos mais tarde, outra revolução republicana – a Confederação do Equador.

Na Europa, a Maçonaria havia congregado secretamente homens crentes em Deus de diversas confissões religiosas para combater o Absolutismo e implantar os ideais de Liberdade, Igualdade e Fraternidade no mundo.

Como defrontavam-se dois regimes, o Monárquico e o Republicano, maçons desejavam, independente de República ou Monarquia, serem os povos dirigidos por uma Constituição ou Carta Magna.

Deste modo passaram a incidir na América do Sul duas correntes maçônicas: a Maçonaria inglesa ou azul, defensora da Monarquia Constitucional, e a Maçonaria francesa ou vermelha, favorável à República Constitucional. E nos subterrâneos da política brasileira iriam digladiar-se essas duas correntes, gerando em grande parte as lutas internas na Monarquia.

A Monarquia Constitucional era vista na época como capaz de manter a unidade da América do Sul portuguesa e da espanhola, que davam seus primeiros passos como independentes. O general San Martín era favorável à Monarquia Constitucional, e Simon Bolívar à República Constitucional. Num encontro entre ambos os libertadores, em reunião maçônica, San Martín teria sido voto vencido e retirou-se para a Europa sem dar explicações, deixando o campo livre para Bolívar, que não conseguiu, como é público e notório, manter a sonhada unidade da América do Sul espanhola.

O nosso Duque de Caxias pertenceu discretamente à Maçonaria inglesa ou azul, favorável à Monarquia Constitucional, por julgar a mais indicada para a época. O general Osório, por seu turno, ligado à maçonaria francesa ou vermelha desde tenente na cidade de Rio Grande. Ali, segundo a tradição, recebera simbolicamente uma armadura para seu

peito guerreiro. Mas achava que não havia chegado o tempo da República e que o trono significava ainda e por muito tempo a Unidade Nacional.

A compreensão dessa ideia de Osório pela linha maçônica vermelha, que caracterizou a Revolução Farroupilha, irá somar-se às forças que Caxias dispôs para pacificar a Família Brasileira, em 1º março de 1845, em Ponche Verde - RS.

A presença de Caxias na maçonaria é estudada por:

PROBER, Kurt. *O Duque de Caxias—sua vida na Maçonaria*. Rio de Janeiro, 1972 (150 anos da Maçonaria no Brasil).

O desenvolvimento da revolução pernambucana de 1817

Pernambuco dispunha na época de duas unidades do que hoje seria o Exército. Uma de Infantaria e outra de Artilharia. Nesta última teria início a revolução. Possuía 18 corpos de Milícias, sendo 11 no interior, além de oito fortes litorâneos. O estopim da revolução foi um incidente numa festa comemorativa da expulsão dos holandeses em que um alferes do Regimento dos Henriques surrou um português que havia injuriado os brasileiros. A oficialidade portuguesa, dominante, achando tratar-se de um incidente grave envolvendo aspectos políticos e sociais, tratou de punir os militares brasileiros envolvidos.

O comandante do Corpo de Artilharia, um brigadeiro português, ao tentar efetuar a prisão dos três oficiais brasileiros de sua unidade, inclusive o líder capitão Teotônio, foi assassinado pelo capitão José de Barros Lima, “O Leão Coroado”, que o atravessou com sua espada, auxiliado por um familiar. Espada que se encontra no Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico Pernambucano, junto também com valiosas fontes sobre esta tentativa republicana.

O capitão Teotônio começou a agir com vistas a implantar um governo republicano em Pernambuco. O governador procurou proteção no Forte do Brum (atual Museu do Soldado do Nordeste), onde capitulou sem resistir em 7 de março de 1817 e embarcou para o Rio.

Foi criado um Governo Provisório representativo das diversas categorias sociais. A militar foi representada pelo capitão Domingos Teotônio; a eclesiástica pelo padre João Ribeiro Pessoa e a comercial por outro líder maçom, Domingos José Martins.

Foram melhorados os vencimentos e promoções na tropa, depois de alguns protestos contra privilégios. Os ideais da Revolução Francesa se

alastraram pelo Nordeste e conquistaram a Paraíba em 14 de março e o Rio Grande do Norte em 29 de março.

Foram enviados emissários ao Ceará, à Bahia e aos Estados Unidos com dinheiro para comprar armas e munições e contratar oficiais franceses e obter apoio daquela República.

O padre Roma, enviado à Bahia, foi preso e fuzilado defronte ao seu filho, o capitão de Artilharia Francisco Abreu e Lima, que lá se encontrava preso no forte São Pedro “por assuada, resistência e ferimento”, ao envolver-se em incidente com oficiais portugueses, quando servia na unidade de Artilharia em Recife. Conseguiu dali evadir-se em 18 de fevereiro de 1818 e fugir para os Estados Unidos, onde se uniria a Simon Bolívar e participaria, com destaque, da Libertação da América, conforme artigo que escrevemos “O brasileiro que foi general de Simon Bolívar”. *A Defesa Nacional*, 725, 1986, que resgata sua vida militar como oficial de Artilharia egresso da Academia Real Militar que frequentou de 1812 a 1816. Conhecimentos que colocou a serviço da libertação da América, como chefe de Estado-Maior de lideranças libertadoras da Venezuela, Colômbia, Equador e Peru, razão por que muito justamente figura em monumento na Venezuela – *Aos libertadores da América*.

Em 3 de abril de 1817, os comandantes de unidades revolucionárias foram apresentados à bandeira e tope nacional da nova república, que é a atual bandeira de Pernambuco. E juraram solenemente defendê-los até a morte.

A reação do governo não se fez esperar. Em 23 de abril, uma esquadra do governo com quatro barcos bloqueou o porto do Recife e foram lançadas proclamações antirrevolucionárias em Alagoas, Paraíba e Rio Grande do Norte. Neste, o povo, aos brados de *Viva El Rei!* varou à espada um oficial revolucionário, numa espécie de resposta ao ato do Leão Coroado. Na Paraíba a contrarrevolução foi vitoriosa.

O Conde de Arcos lançou tropas da Bahia pelo litoral e teve início a debacle revolucionária. Em 13 e 14 de maio, no Engenho do Trapiche, os revolucionários, em grande inferioridade numérica, se retiram e abandonam sua Artilharia em presença das forças do Conde de Arcos, que mais tarde seria proprietário do edifício onde funcionou por muitos anos o Senado e que atualmente abriga no Rio uma Faculdade de Direito.

No Recife os revolucionários se renderam à força naval. Recife foi abandonada e ocupada pela força naval.

E teve início a repressão dura e violenta contra revolucionários, simpatizantes e suspeitos. Violência que teve como agentes inclusive ex-revolucionários, em resposta à revolução iniciada com a violência inominável nos meios castrenses, por ferir de morte a Hierarquia e a Disciplina. Ou seja, a violência gerando violência em escala geométrica, segundo Bolívar.

Os ideais desta revolução nativista seriam concretizados setenta e dois anos mais tarde com a Proclamação da República pelo alagoano marechal Manoel Deodoro da Fonseca e consolidada por outro alagoano o marechal Floriano Peixoto. Esta, ao custo das sangrentas e cruéis Guerra Civil (1893-1895), na Região Sul e Mato Grosso, e Revolta na Armada (1893-1894) com reflexos em todo o país. Ocasão em que foi organizada em Pernambuco a Esquadra Legal que teve papel decisivo na vitória do Governo no domínio da revolta na Armada na Baía de Guanabara e no refluxo federalista do Paraná para o Sul.

Caso a Revolução Pernambucana tivesse vencido, como teria sido o destino do Brasil, cuja Unidade e Integridade haviam sido preservadas pela Insurreição Pernambucana de 1640-1654 que expulsou os holandeses do Brasil? Na interpretação do grande pernambucano Gilberto Freyre, “em Guararapes escreveu-se a sangue o destino do Brasil! O de ser um só e não dois ou três hostis entre si”. E convidamos o leitor a meditar e fazer uma simulação futuroológica!

A repressão violenta e outras questões pendentes como o conflito nativistas x portugueses levará Pernambuco a tentar, sete anos mais tarde, mais uma tentativa republicana – A Confederação do Equador, de 1824, além de outras revoltas de intensidades variadas, assunto que está a merecer um estudo integrando todas.

Hoje sabe-se que no contexto desta revolução foi planejado libertar Napoleão da ilha Santa Helena e trazê-lo para Brasil para colocar-se à frente da revolução, como aborda Donatelo Grieco em *Napoleão e o Brasil*, do editorial de 1995 da BIBLIEx.

Caxias, então com 13 anos, ultimava seus estudos preparatórios no Seminário Real São Joaquim, na atual rua Marechal Floriano, que viria ali a se transformar no Colégio Pedro II. Decorridos pouco mais de dois meses, em 25 de agosto de 1817, jurava a Bandeira do Reino Unido do Brasil, Portugal e Algarve e iniciava de fato a sua brilhante carreira de soldado. Próximo do Seminário Real ficava a sua casa, na rua das Violas,

entre as atuais Marechal Floriano e Av. Getúlio Vargas, e o Quartel do Campo de Santana, que resultaria no atual Palácio Duque de Caxias.

A Confederação do Equador no Nordeste de 1824

A permanência da Família Real no Brasil de 1808 a 1821 criou condições infra-estruturais para a Independência do Brasil. Portugal fora constitucionalizado em função da Revolução do Porto de 1820, e D. João VI obrigado a retornar a Portugal, tendo antes jurado a Constituição. Deixou em seu lugar como regente do Brasil seu filho D. Pedro e com o seguinte alerta que a tradição consagra: “Coloca a coroa do Brasil na tua cabeça antes que outro aventureiro o faça”.

Houve pressões sobre o príncipe, obrigando-o a retornar a Lisboa, inclusive à força. Recusou-se a tal, com respaldo de forças militares do Brasil, o que passou à História como o Dia do Fico. Fato que o levou a proclamar a Independência do Brasil em 7 de setembro de 1822 e ser aclamado, cerca de um mês mais tarde, Imperador e Defensor Perpétuo do Brasil.

Era o final de uma luta surda de bastidores entre a maçonaria azul ou inglesa liderada por José Bonifácio de Andrada, favorável à Monarquia Constitucional, e a maçonaria vermelha ou francesa liderada por Gonçalves Ledo e favorável à República Constitucional. Houve um confronto entre as duas que resultou na prisão na Fortaleza de Santa Cruz de muitos maçons da linha republicana, inclusive o alagoano padre Antônio José

Caídas. Este, depois de fugir da fortaleza, foi ter na Argentina onde colocou-se a serviço de Alvear e com ele invadiu o Brasil em 1827, na qualidade de capelão. Em 11 de setembro de 1836, quando da Proclamação da República Rio-grandense, ele encontrava-se próximo à atual cidade de Rio Branco no Uruguai, defronte a Jaguarão, influenciando nos acontecimentos com ligações com outros maçons na localidades próximas, como Jaguarão, que foi a primeira a reconhecer a República Rio-grandense, conforme abordamos em artigo: “Alagoas e a República do Brasil”. *Revista do Museu do Açúcar*. nr 5. Recife, 1970.

Face às ameaças internas e externas sobre o nascente império, D. Pedro I melhorou o Exército. Em fala do trono destacou:

“O Exército está pronto em armamento, pessoal e em disciplina, e em breve chegará ao auge.”

Criou um avançado e modelar para a época Depósito de Recrutadas, entre outras medidas de fortalecimento.

Enquanto Portugal não reconhecesse a nossa Independência, o que só ocorreu em 5 de agosto de 1825, se impunha esta mobilização, pois as três divisões de Portugal que guarneciam o Rio, a Cisplatina e a Bahia em pouco foram obrigadas a retornar, não sem parte dos seus quadros haverem aderido ao Brasil.

Isso foi a oportunidade para oficiais brasileiros ascenderem hierarquicamente no Exército Imperial do Brasil, o qual só teria sua primeira organização pelo Decreto de 24 dezembro de 1824, em que foram abolidas denominações de unidades pela cor da pele de seus integrantes.

Havia no povo uma mágoa contra militares portugueses que, segundo João Ribeiro, “eles inflamavam e justificavam os ódios nativistas. Eram grosseiros, soberbos e prepotentes e por toda a parte semeavam o rancor e a cólera”. Depois de trezentos e vinte e dois anos de domínio colonial com governos militares, as mágoas e ressentimentos de parte de lideranças políticas da Assembleia Constituinte iriam se transferir para o Exército Brasileiro.

O imperador se empenhava em constitucionalizar o Império, mas a Assembleia não chegava a um denominador. Cansado de esperar, o imperador espalhou no Exército:

“Que a Assembleia Constituinte o acabara de depor e de degredar o Exército para os confins do Brasil.”

Aliás, esta ideia de afastar o Exército da Corte e confiná-lo no litoral e fronteiras existia e, com a abdicação, seria implementada e diminuída

a importância do Exército com a criação da Guarda Nacional e Polícias Militares em 1831, origem de algumas revoltas e motins.

A Guarda Nacional, criada na Regência, na Revolução de 1842 em São Paulo e Minas, tornou-se política, e a eleição de seus oficiais não era respeitada e sim manipulada. Com o tempo tornou-se anti-Exército, situação que perdurou até 1918 quando foi extinta pelo presidente Wenceslau Braz.

O início de sua decadência e incapacidade para a Defesa Nacional, a não ser no Rio Grande do Sul, o demonstra o insuspeito trabalho de Jeanne Berrance de Castro. *A milícia cidadã – A Guarda Nacional 1831-1850* (Coleção Brasileira nr. 359).

E foi com apoio do Exército que o imperador dissolveu a Assembleia Constituinte e outorgou um Constituição que vigorou sessenta e cinco anos, tendo inserida nela a figura do Poder Moderador para prevenir e solucionar crises político-militares. Como teria sido o destino do Império com a Constituição elaborada pela Constituinte? Tente o leitor uma simulação sobre esta pergunta!

Essa participação atraiu sobre o Exército animosidades de parte de algumas elites políticas da Corte, pelo que seria cobrado alto preço do Exército na Regência ao tentarem confiná-lo nas fortalezas e fronteiras e logo a seguir reduzi-lo a efetivos perigosos, como os regimentos de Cavalaria do Exército que iriam aderir à Revolução Farroupilha por passarem a efetivos de 100 soldados.

Isto explicaria, em parte, diversos motins que tiveram lugar na Regência após ter o Exército e seus chefes tomado posição a favor do povo, indo reunir-se no Campo de Santana sob a liderança do pai do futuro Duque de Caxias. Sobre isto escreveu Evaristo da Veiga em nome da Assembleia:

“Tudo, tudo se deve à resolução e patriotismo do povo e a coragem invencível do Exército Brasileiro que desmentiu as senhas insensatas da tirania.”

E suas lideranças atuaram prudentemente para evitar outra tentativa precoce de República.

Em 2 de julho de 1824, primeiro aniversário da Independência na Bahia, teve início em Pernambuco mais uma revolução republicana – a Confederação do Equador de 1824. Terminado este movimento, o Exército passou, em 24 de dezembro de 1824, por sua primeira organização.

Foram renumeradas as unidades de Linha e de Milícias e eliminadas denominações que caracterizavam a cor da pele de seus integrantes.

Desenvolvimento da Confederação do Equador de 1824

Suas causas próximas prenderam-se à dissolução da Assembleia Constituinte e outorga da Constituição de 1824 pelo imperador D. Pedro I, com o apoio do Exército.

O imperador nomeou governador de Pernambuco o Marquês de Recife, Francisco Pais Barreto. Reagiu a esta medida Manoel de Carvalho Pais de Andrade, presidente da Junta Governativa de Recife-Olinda. E se recusou a transferir o governo ao Marquês do Recife. E em 2 de julho de 1824, 1º aniversário da libertação da Bahia, proclamou a Confederação do Equador e convidou outras províncias nordestinas a participarem.

Tropas da guarnição do Exército do Recife prenderam Pais de Andrade no Forte do Brum. Dali foi libertado pela guarnição do forte e juntou-se em Olinda às tropas revoltadas. O movimento conseguiu a adesão do Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte. O porto do Recife foi bloqueado temporariamente por força naval, que foi obrigada a retirar-se face a informe de Portugal estar enviando esquadra para atacar o Brasil e restaurá-lo como sua Colônia.

O imperador incumbiu ao coronel Francisco Lima e Silva, pai do futuro Duque de Caxias, de comandar expedição a Pernambuco para debelar a revolta. Ele foi transportado por Divisão Naval ao comando de Cockrane. Desembarcou sua força em Maceió e seguiu por terra rumo ao Recife.

Em Barra Grande operou junção com forças do Exército do Recife que para ali haviam se deslocado junto ao marquês do Recife. Em 12 e 13 de setembro, depois de desbordar resistência revolucionária na Ponte dos Carvalhos, o coronel Lima e Silva entrou no Recife, com o que Pais de Andrade buscou asilo em fragata inglesa – a “Tweed”.

Em 17 de setembro, o coronel Lima e Silva atacou Olinda, fazendo com que os revolucionários buscassem proteção no interior. A revolução foi neutralizada na Paraíba e a seguir no Rio Grande do Norte. Em 28 de novembro de 1824, após cerca de cinco meses de revolução, remanescentes revolucionários foram surpreendidos e presos na Fazenda do Juiz.

A repressão mais uma vez foi forte. O Tribunal Militar condenou à morte 17 revolucionários. Entre eles o célebre português Ratclif e o frei Joaquim do Amor Divino Caneca. Este foi fuzilado em local até hoje balizado do Forte da Cinco Pontas, na área da então Campina do Taborda, cenário da rendição holandesa em 1654.

E assim teve fim mais uma tentativa republicana precursora. Pais de Andrade foi perdoado e mais tarde foi senador. Caso tivesse sido vitoriosa, como teria ficado a Integridade e Unidade do Brasil, preservada pelos pernambucanos e, em especial, nas vitórias dos Guararapes? Nestas, segundo mais uma vez o sociólogo Gilberto Freyre: “escreveu-se a sangue o destino do Brasil, o de ser um só e não dois ou três hostis entre si...”, conforme abordamos em nossa obra: *As Batalhas dos Guararapes - Análise e descrição militar*. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 1971, 2v. E ora no site www.resenet.com.br/users/ahimtb.

Entre as punições impostas a Pernambuco, uma foi a de perder para a Bahia a sua província Sanfranciscana, a parte baiana ao oeste do rio São Francisco.

Nesse tempo, Caxias havia retornado da Bahia para a Corte, onde, com o Batalhão do Imperador aquartelado em São Cristóvão e no posto de capitão, dava segurança ao imperador e residia no quartel do 2º BC aquartelado no local do atual Palácio Duque de Caxias, conforme nosso *Quartéis gerais das Forças Armadas do Brasil*. Rio: FHE-POUPEX, 1988.

A repressão à Confederação do Equador, sabe-se, provocou certos pesares confessos no coronel Lima e Silva, que mais tarde na Regência, por diversos meios, procurava minimizar suas consequências. E crê-se transferiu esta experiência ao filho, que sempre atuou como pacificador e não repressor de irmãos brasileiros em luta.

A Revolta dos batalhões mercenários no atual Palácio Duque de Caxias, Rio, 9-12 jun. 1828

Mal o Brasil consolidava sua Independência e terminava com a Confederação do Equador teve que, de 1825 a 1828, fazer grande esforço operacional para enfrentar em Montevideu e no Rio Grande do Sul a Guerra da Cisplatina (1825-1828), da qual resultaria a independência da Província Brasileira da Cisplatina (1821-1828), como República do Uruguai. O retorno da grande massa de oficiais e tropas portuguesas que guarneciam o Brasil criou grandes dificuldades para o novel Exército Brasileiro, com a enorme lacuna deixada por chefes e tropas de profissionais militares de Portugal.

Assim, todas as tropas do Rio de Janeiro e de outros locais foram enviadas para o Rio Grande e para guarnecer Montevideu onde se encontrava Caxias, então capitão. A segurança do Rio ficou a cargo do Batalhão de Granadeiros estrangeiros que aquartelava no atual Palácio Duque de Caxias. Havia mais o 27º Batalhão de Caçadores de Alemães – “Os diabos brancos” na Praia Vermelha. Comandava as Armas da Corte (atual 1ª RM) no atual Palácio Duque de Caxias o brigadeiro Joaquim Thomaz

P. Valente, Conde do Rio Pardo, que Caxias irá substituir no combate à Revolução Farrroupilha.

O estopim da revolta dos mercenários foi o castigo imposto pelo major Francisco Pedro Drago, fiscal do batalhão (subcomandante) a um soldado que trabalhava no Paço Imperial. Castigo constante de 100 pranchaços de espada. O soldado se recusou a ser castigado! O major mandou amarrá-lo e aplicar agora 200 pranchaços. Foi o estopim de uma revolta que a seguir é sintetizada:

Um grupo foi até o imperador em São Cristóvão queixar-se e pedir a demissão do major Drago, sem ser atendido. O Conde do Rio Pardo, comandante das Armas, tentou sem sucesso acalmar os soldados. E estes foram até a casa do major, na atual Marechal Floriano e a depredaram e depois a incendiaram. Nos dias 10 e 11 de setembro, os mercenários praticaram toda a ordem de tropelias e tomaram conta do atual Palácio Duque de Caxias, de onde o Conde do Rio Pardo conseguiu escapar pulando uma janela. Munidos de pedras, as atiravam em quem passasse defronte o quartel. Arrombaram o Almoxarifado da Polícia e armaram-se e entrincheiraram-se no quadro do atual Palácio Duque de Caxias. No dia 12 de setembro, o Conde do Rio Pardo reuniu os meios possíveis. E, com o apoio inclusive de Artilharia, investiu à baioneta os revoltosos. Rendidos, ao serem computadas as baixas foram contados 12 mercenários mortos e 50 feridos.

O principal cabeça da revolta, o soldado Steinhausen, foi julgado e fuzilado no Campo da Aclamação (atual Praça da República), próximo do atual Quartel General no Palácio Duque de Caxias. Para conseguir pôr fim à revolta, o Conde do Rio Pardo contou com o apoio da Brigada de Artilharia da Marinha da Ilha das Cobras (a qual irá revoltar-se três anos mais tarde e ser pacificada pelo Batalhão Sagrado e Guardas Municipais Permanentes. Evento onde Caxias terá decisivo papel).

Ajudaram a combater a revolta marinheiros de navios franceses e ingleses, populares e escravos que ali convocados na emergência compareceram armados.

O ministro da Guerra foi demitido e, em solidariedade a ele, os demais ministros pediram demissão, menos o Marquês de Aracati. Este fato provocaria, após a abdicação, medidas que obrigaram a dissolução destes corpos. Deles, o 28º BC de Alemães combateu em Passo do Rosário bem. Mas se amotinou no dia de Natal de 1828, em Pelotas, em razão de atraso de vencimentos.

Foram estudados por nós em *Estrangeiros e descendentes na História Militar do RGS* (Porto Alegre: IEL, 1975) e em *Mercenários do Imperador*, do coronel Juvêncio Saldanha Lemos, editado pela BIBLIEx em 1996.

Comandava os granadeiros o coronel Dali Hoste, que seus comandados enfiaram num caldeirão da cozinha que ficava junto à atual rua Marcílio Dias.

O Corpo de Estrangeiros fora criado em 18 de janeiro de 1822 e constituiu inicialmente de dois Batalhões de Caçadores Alemães e dois de Granadeiros. Eram filhos de mercenários do 28º BC que combateu em Passo do Rosário em 20 de fevereiro de 1827 o futuro marechal Bernardino Bormann, ministro da Guerra em 1910, além de historiador militar fecundo, e o Barão de Tefé, herói naval da Batalha do Riachuelo.

Bormann fora comandante de bateria do Regimento Mallet na Guerra do Paraguai, cuja história escreveu, e na Guerra Civil de 1893-1895 no Sul, onde teve importante papel em Santa Catarina, no combate à mesma e foi também um de seus historiadores em *Dias fratricidas*. Foi um dos biógrafos de Caxias e seu ajudante de ordens. As obras citadas indicam outras fontes para aprofundamento.

Caxias, como capitão, servia em Montevidéu quando desta revolta, e ali permaneceu até o ano seguinte, 1829, quando de fato o Uruguai tornou-se independente do Brasil, como consequência da Guerra da Cisplatina (1825-1828).

A atuação de Caxias em Montevidéu na Guerra da Cisplatina foi muito bem focalizada pelo coronel Affonso de Carvalho, em *Caxias*, publicada há sessenta anos passados e até o momento a melhor biografia de Caxias feita por um militar. Versão que está carecendo de integrar e interpretar novas revelações, enfoques e estudos sobre o Caxias surgidos neste mais de meio século desde a 1ª edição da obra citada, o que estamos tentando fazer com a presente obra *Caxias - o Patrono do Exército*. Tomara que consigamos.

As Revoltas do Período Regencial

Como já foi demonstrado antes, em nove anos de Regência aconteceram lutas internas cujas causas e intensidades variaram muito. As menores, afora as do Rio de Janeiro, as balizaremos como referências para outros estudos:

A Setembrada e a Novembrada em Pernambuco em 1831

Elas tiveram forte componente antilusitano, motivado pelo fato de os portugueses dominarem o comércio, o latifúndio e a sociedade. As revoltas se caracterizaram pelo saque a casas de comércio de portugueses e exigências de que fossem expulsos. A Setembrada consistiu numa revolta da guarnição do Exército no Recife iniciada pelo 14º BI na noite de 14 de setembro de 1831. Ela dominou a cidade até 16 e foram saqueadas casas comerciais. Na repressão morreram 300 revoltosos e foram presos 800, que foram enviados inicialmente para Fernando de Noronha e a seguir para o Rio, onde chegaram quase nus, tendo o ministro da Guerra,

brigadeiro Manoel Fonseca Lima e Silva, tio de Caxias, mandado vesti-los com sapatos, boné, camisa e jaqueta de polícia. Uma peça de cada (Aviso de 5 de novembro de 1831).

A Abrilada em Pernambuco teve o cunho restaurador de D. Pedro I, com ramificações pelo interior, mas logo foi conjurada.

A Revolta do Guanais em Salvador na Bahia, 1832-1833

Foi liderada por Bernardo Miguel de Guanais Mineiro e teve natureza federalista. Dominou e resistiu três dias em Cachoeira. Preso no Forte do Mar, converteu à sua causa a sua guarnição e com ela resistiu três dias ao Governo.

A Revolta do 10º BC em Salvador, 1832

Sublevado pelo próprio comandante, reclamando melhoria de tratamento à unidade e a sua tropa. O 10º BC foi dominado, desarmado e dissolvido. Eram reflexos do tratamento erradicador do Exército, uma das causas não abordadas destas revoltas e motins militares na Regência como o que aconteceu na Revolução Farroupilha que a expressiva maioria da guarnição do Exército a ela aderiu.

A Insurreição do Crato de 1832

Teve caráter restaurador de D. Pedro I. Foi liderada pelo coronel Joaquim Pinto Madeira. Ocuparam a cidade de Crato e ali estabeleceram um Governo Provisório para o Cariri. Foi desbaratada pelo marechal Pedro Labatut, e seu líder foi julgado sumariamente por inimigos políticos e fuzilado.

A Revolta de Santo Antônio - PE, 1832

Foi restauradora de D. Pedro I. Liderada em Bonito por Torres Galindo; os revoltosos foram debandados quando da aproximação das tropas federais a Santo Antônio.

O Levante de Ouro Preto em 1833

Foi restaurador de D. Pedro I e por descontentamentos de preterições de promoções militares, impostos sobre a cachaça e proibição de sepultamentos em igrejas. Governou a partir de São João del Rey. Investiu Ouro Preto em 23 de maio de 1833, terminando a revolta sem luta. O mesmo ocorreu em Caeté e Mariana.

As Carneiradas em Pernambuco em 1834-1835

Foi uma revolta liberal liderada pelos irmãos Antônio e Francisco Carneiro Machado Rios que promoveram três motins. Partindo de Goiana, na tentativa de conquista do Recife, foram batidos e debandados.

As Rusgas de Cuiabá em 1834

Foi uma reação contra os restauradores de Mato Grosso e contra tudo quanto fosse português ou de retorno de D. Pedro I. Foi uma explosão popular em 31 de maio de 1834, com assaltos a casas de moradia e comerciais e chacinas, seguida de queima de cadáveres, violações de mulheres, incêndios. Os mortos, segundo Hernani Donato, chegaram a uma centena.

A Revolta dos escravos Nagôs, Salvador - BA, 1835

Estourou em 24 de janeiro de 1835, pretendendo a abolição do Catolicismo e da propriedade. Propiciou alguns confrontos sangrentos e severa repressão que incluiu cinco fuzilamentos e muitas condenações com açoites. É episódio que, como o de Zumbi dos Palmares, deverá ser aprofundado do ponto de vista dos revoltosos.

A Anselmada de Franca - SP em 27 de outubro de 1838

Foi um movimento liderado por Anselmo Barcelos contra autoridades e políticos liberais de Franca que resultou em mortes, feridos e fugas. Julgados foram absolvidos.

A Revolta de Manoel Gongo em Vassouras, 1838

Consistiu numa revolta de escravos de uma fazenda e que se aquilombaram. Foi-lhes dada caça por autoridades locais, resultando na condenação à morte do líder Manoel Gongo, o qual hoje, numa nova leitura dos fatos, é consagrado e cultuado mártir da luta que culminou na Abolição. Caxias era então comandante da atual Polícia Militar do Rio de Janeiro e nada teve a ver com a repressão a essa revolta, conforme tem sido injustamente apontado por manipuladores da História, como abordamos na Primeira Parte em *Caxias vítima da manipulação da História*. Sete anos mais tarde Caxias seria pioneiro abolicionista, ao assegurar a liberdade aos lanceiros negros farrapos, incorporando-os à Cavalaria Ligeira do Exército no Rio Grande do Sul.

O Levante de Sobral em 14 de dezembro de 1840

Frustrou-se em seu plano de convulsionar o Ceará após fracassar o ataque à casa do presidente do Ceará, padre José Martiniano de Alencar. Foi fruto de radicalização política .

No relacionamento de todas as revoltas havidas durante nove anos de Regência, mais de 20 servem para demonstrar a instabilidade política do país, com sérias ameaças à unidade do Brasil, conseqüente da ausência do trono.

Relacionadas todas as revoltas de menor intensidade que passaram à História, a seguir abordaremos as de maior intensidade. Registrem-se muitas de natureza restauradora de D. Pedro I.

A Cabanagem no Pará 1831-1840

Foi uma revolta popular com ponto focal em Belém que envolveu a grande área ocupada pelo Pará, Amazonas, Roraima e Amapá, onde, no último, ela quase pôe em jogo a Integridade Nacional ao ser apoiada por franceses.

O nome Cabanagem tem origem na população amazônica pobre que morava em cabanas humildes nas margens dos rios e que se constituíram na tropa dos líderes cabanos. A região era povoada por brasileiros mamelucos e índios. Os brancos e os negros eram minorias.

O branco português, bem sucedido em suas empresas econômicas e desfrutando de privilégios, menosprezava o mameluco e o índio, constituindo-se no espoliador, na visão dos nacionais. Por esta razão eram irreconciliáveis os interesses do grupo nacional com o português. O nacional possuía forte sentimento nativista, e o português o espírito de colonizador. Assim, a notícia da abdicação causou grande alegria no grupo nacional, que alimentou esperanças de os portugueses serem afastados do poder local.

Os portugueses com grandes interesses na área passaram a resistir aos governos de nacionais e vice e versa. Este seria o ingrediente ou combustível da Cabanagem, de certa forma uma continuação das agitações ali contra a Independência do Brasil, marcada por desordens e motins e imortalizada pelo trágico e lamentável episódio da morte de cerca de 200 revolucionários, que morreram asfixiados no porão do navio “Palhaço”, onde haviam sido confinados na repressão à reação à Independência.

Os imensos vazios e a rarefeita população da região norte iriam dificultar sobremodo a pacificação desta revolta que ocorreu em concomitância com outras, como no Rio de Janeiro e Maranhão (1838-1840), onde, em ambas, o futuro Duque de Caxias atuou expressivamente, quer combatendo, quer prevenindo revoltas, como foi o caso no Rio no comando dos Guardas Permanentes (PMRJ atual).

Tinham curso ainda as dos Cabanos de Alagoas e Pernambuco (1832-1835), a Sabinada na Bahia (1837-1838) e a Farroupilha (1835-1840), todas na Regência, além de outras citadas de menor intensidade. Fatos que se constituíram num grande desafio ao Poder Central, como que consagrando a ideia de que na época a presença de um trono era fator de Unidade Nacional e de que a adoção prematura da República poderia ter sido um desastre político e fator de desintegração e desunião nacional.

Desenvolvimento da Cabanagem

O início da Cabanagem tem lugar com o pedido de afastamento do Comando das Armas do Pará do marechal Francisco Soares Andréa, por ser considerado ligado aos interesses de portugueses, mas que, por ironia, será a autoridade que efetivamente devolverá a paz à região afetada pelos cabanos. Personagem cuja vida e obra foi abordada em: ANDRÉA, José. *O marechal Andréa nos relevos da História*. Rio: BIBLIEx, 1977 (Coleção Taunay). Obra que merece ser lida para que se faça justiça a este chefe, vítima de manipulação da História e que vinha predominando na literatura sobre sua atuação. História é verdade e justiça!

Outras obras úteis:

CRUZ, Ernesto. *Nos bastidores da Cabanagem*. Belém, 1942.

REIS, Arthur César. *Síntese de história do Pará*. Belém, 1942.

Em 2 de junho de 1831 o 24º Batalhão de Caçadores do Exército se revoltou, estimulado por nativistas locais. Revolta contra seus chefes e contra o governo do Pará. Indisciplina, reflexo de medidas preconcei-

tuosas e radicais tomadas pelo Parlamento contra o Exército, o que se refletiu por todo o Brasil.

As alterações continuaram, sendo necessária a criação de um Corpo de Guardas sugerido por um português prestigioso. Prosseguindo os desencontros entre nacionais nativistas e conservadores que incluíam portugueses, expressivamente, em julho de 1831 foram enviados pela Regência um presidente e um comandante das Armas, brasileiros natos.

E continuaram as desconfianças e desencontros entre os grupos disputantes do poder. O presidente, com a conivência de seu comandante de Armas, foi obrigado a renunciar, e vários nacionalistas foram exilados, inclusive o líder cônego Campos. Este conseguiu fugir e proclamou um governo autônomo sob sua presidência, se constituindo o “1º presidente cabano”.

A Regência enviou para pacificar a província do Pará o general Machado de Oliveira, que promoveu o retorno dos nativistas exilados. E continuaram as agitações e desencontros.

No final de 1832, novos presidente e comandante das Armas foram enviados e considerados ligados aos interesses de portugueses. As tropas da guarnição do Exército envolveram-se na questão a favor dos nativistas, ou a favor da permanência do general Machado de Oliveira. A situação política se apresenta inconciliável. Os “caramurus” ou conservadores com influência de interesses portugueses ameaçaram os liberais nativistas.

A província do Pará era guarnecida por um Batalhão de Caçadores, um Batalhão de Artilharia de Posição que guarnecia os fortes e por um Batalhão da Guarda Nacional com quatro companhias em Belém e quatro no interior.

Em 16 de abril de 1832, líderes caramurus entraram em choque com o Governo e teve lugar intenso tiroteio. O presidente Machado de Oliveira conseguiu intervir e dominar a revolta.

Em 5 de setembro de 1833, mais uma vez a Regência substituiu o presidente e o comandante das Armas. Esta administração promoveu anistia geral a todos os envolvidos em revoltas e levou a efeito uma administração competente.

Mas a conspiração continuava em Belém e no interior. Essa terra de ninguém era domínio de lideranças locais que podiam levar existência independente do Governo, pois a natureza era pródiga em frutos de sobrevivência. E aí atuou com resultados o cônego Campos, aliciando

os cabanos e compondo-se com o prestigioso e rico fazendeiro coronel Malcher, da Guarda Nacional, no vale do rio Acará. E decidiram depor o governo da província. Reuniram armas e munições, mobilizaram caboclos cabanos para a revolução, em cuja frente se colocariam, entre outros mobilizados, os irmãos Vinagre: Francisco Pedro, Antônio, Raimundo, Manoel e José, e mais o Eduardo Angelim.

O Governo da província enviou contra eles ao Acará uma expedição. Ela foi surpreendida em 22 de outubro de 1833 por Francisco Vinagre e Eduardo Angelim, líderes cabanos, do que resultou a morte do comandante legal major José Nabuco de Araújo e mais três homens de sua tropa. Outra expedição foi enviada sob a chefia do comandante da Guarda Nacional, coronel José Marinho Falcão, que também foi morto pelos cabanos. O comandante naval Inglês substituiu o chefe morto e conseguiu prender os líderes cabanos coronel Malcher e Raimundo Vinagre e matar Manoel Vinagre. A Regência reforçou militarmente o Pará e recolheu o armamento que fora distribuído ao povo. Em 7 de janeiro de 1835, os cabanos investiram e conquistaram Belém sob a liderança de Antônio Vinagre e Souza Aranha. Dominaram fácil a guarnição do Exército e o Palácio do Governo. E comunicaram sua conquista à Regência em 16 de março de 1835, firmando-se solidamente no poder por diversas medidas de controle militar acertadas. A guarnição da Marinha resistiu e não se rendeu.

Do Maranhão foi enviada expedição naval ao comando de Pedro Cunha. Ela foi calorosamente recebida em Belém. E tentou Pedro Cunha insistentemente, junto ao “2º presidente cabano” Antônio Vinagre, mas sem resultados, pacificar o Pará e reimplantar ali o império da ordem e da lei. Tentou um desembarque naval em Belém, mas foi repelido com grandes perdas em pessoal e sérias avarias em sua força naval.

A fraqueza e a falta de visão da Regência e as ambições irreconciliáveis dos partidos locais ameaçavam Belém de caos. E o domínio cabano cada vez mais encontrava apoio no interior.

Em 1º de abril de 1835, foi nomeado presidente e comandante das Armas o marechal Manoel Jorge Rodrigues, que estudamos na *História da 3ª Região Militar*, v.l. Ele aportou em Belém em 10 de junho de 1835, apoiado em forte esquema militar. Foi calorosamente recebido, inclusive por cabanos.

Antônio Vinagre, premido pela realidade da força, manifestou o desejo de transmitir o governo ao marechal, sob o argumento “de que ocupava o cargo a contragosto”.

E em 25 de junho de 1835, passou o governo do Pará, que exercera por meio ano, ao marechal Manoel Jorge. Este substituiu as forças cabanas pelas suas. Os cabanos simbolicamente devolveram suas armas e munições. Em realidade as melhores, em número estimado de cerca de 3.000, incluindo canhões, eles as contrabandearam para o interior, para suas bases.

Pouco adiante os cabanos promoveram um massacre em Vila do Vigia, e foram tomadas medidas repressivas contra eles. Por isso, Antônio Vinagre, Eduardo Nogueira Angelim e Gavião e outros líderes cabanos decidiram mais uma vez investir e dominar Belém.

Em 14 de agosto de 1835, menos de dois meses da posse do marechal Manoel Jorge, os cabanos atacaram Belém. Em 22 de agosto, pela desproporção de efetivos, tornou-se insustentável a situação do marechal Manoel Jorge, sitiado por terra. Na madrugada de 23 agosto o marechal Manoel Jorge evacuou Belém e estabeleceu o Governo e seu Quartel General na ilha Tatuoca e bloqueou o porto de Belém.

Em 26 de agosto de 1835, Eduardo Angelim foi aclamado o “3º presidente cabano” e passou a ter grande dificuldade para dominar a situação, por não conhecer os manejos da administração, estar sob bloqueio naval e mesmo por desentendimentos entre as lideranças cabanas que o sustentavam no poder.

A partir de sua base naval, o marechal Manoel Jorge fez bem sucedidas incursões em Chapéu Virado, Colares, Vigia, Curaça e Vieira Vale.

Em 9 de abril de 1836, o marechal Andréa reassumiu a presidência e o comando das Armas. Em operações conjuntas foram retomando várias posições cabanas. Os cabanos em Belém, sentindo dificuldades incontornáveis, pediram anistia, que não foi concedida nas condições propostas.

E em 13 de abril de 1836, depois de cerca de sete meses sob domínio cabano, Belém retornou em definitivo ao controle da Regência. Os cabanos deixaram Belém em pequenos barcos e foram em grande número capturados nesta situação pela Marinha. Andréa tratou de reorganizar Belém.

No interior da província, devido à fraqueza demonstrada pelo governo em se fazer presente, os espaços vazios deixados foram ocupados por

lideranças cabanas, que conquistaram o apoio popular espontâneo ou por coação, pois ali imperavam a impunidade e a lei do mais forte.

O marechal Andréa procurou identificar concentrações cabanas e batê-las por partes, sem, no entanto, conseguir capturar Eduardo Angelim e outros líderes escondidos no labirinto aquático da Amazônia.

Em 20 de outubro de 1836, no rio Pequeno, próximo do lago do Porto Real, as forças legais em operação conjunta conseguiram capturar Eduardo Angelim e outros líderes cabanos.

Em dezembro, o marechal Andréa conseguiu retomar Santarém dos cabanos. Nessa altura, se apresentou um perigo potencial à Integridade Nacional do Brasil, traduzido pelo apoio aos cabanos, no Amapá, de parte dos franceses que ali litigavam com Portugal e depois com o Brasil em torno de limites.

Mas o esforço para desintegrar a resistência cabana, atomizada na imensidão da Amazônia, prosseguiu durante os anos de 1837 e 1838, quando a Revolução Farroupilha no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina atingiu o seu apogeu e para onde seguiria em breve o marechal Andréa depois de passar o governo do Pará ao Dr. João Antônio de Miranda, que realizou excelente administração, terminando por reintegrar os cabanos. Trabalho de reintegração e pacificação que foi consolidado em 1840, com a maioria de D. Pedro II.

Viveu, pois, o Pará, durante a Regência, agitação permanente que ameaçou a Unidade Nacional e a Integridade com a possibilidade de apoio francês aos cabanos no Amapá.

Enquanto tinha lugar a Cabanagem, a Regência enfrentou distúrbios e motins na sua sede no Rio, a revolta da Balaiada (1838-40) no vizinho Maranhão, a revolta dos cabanos de Pernambuco e Alagoas (1832-35), a Sabinada na Bahia (1837-38) e a Revolução Farroupilha (1835-39) no Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

Tudo nos parece evidenciar e demonstrar que o trono no Brasil foi fator de Unidade Nacional e que a adoção prematura da República constitucional poderia ter transformado o Brasil numa colcha de repúblicas fracas e hostis entre si. Eis um assunto para reflexão por simulação!

A impunidade cabana aguçada pela ausência do Estado na imensa área amazônica estimulou esta guerra quase sem fim que teria sido vitoriosa se mais capacidade intelectual e política tivessem tido as lideranças cabanas.

“Para alimentar o cérebro de um Exército na paz para melhor prepará-lo para a eventualidade indesejável de uma guerra não existe livro mais

fecundo em lições e meditações do que o da História Militar”, segundo o marechal Ferdinand Foch.

E este tema Cabanagem, no momento em que a Amazônia se torna prioridade na Defesa Nacional, é rico em meditações e lições e está a exigir um aprofundamento interdisciplinar.

Não se dispõe até hoje de uma História Militar da Amazônia integrando todos os conflitos internos e externos que a envolveram. Sendo a História Militar um laboratório da Tática e da Estratégia, conforme nos ensina o brasilianista Mac Cann, impõe-se urgente um estudo integrado de todos os eventos bélicos ali ocorridos, bem como de todos os planos militares históricos desenvolvidos desde a sua incorporação a Portugal para preservá-la, pois o Brasil necessitará seguramente dos mesmos no limiar do 3º Milênio. Gostaríamos de conhecer proposta documentada contrária a esta necessidade, aqui levantada nesta História do Duque de Caxias.

A Cabanagem foi uma revolta com causas sociais, e não político-republicanas. Foi feita por massas despossuídas, ao contrário da Revolução Farroupilha que será liderada por elites políticas e econômicas do Rio Grande do Sul contra lideranças do mesmo teor, dominantes do Sudeste e por via de consequência do Brasil.

A Guerra dos Cabanos Pernambuco e Alagoas 1832-1835

Esta revolta teve por cenário o norte de Alagoas e o sul de Pernambuco, entre o mar e o sertão. Ela envolveu, em suas ações em Pernambuco, Una, Panelas, Limeira, Água Preta e Santo Antônio, o último cenário da Batalha dos Montes das Tabocas, que abriu vitoriosamente a campanha da Insurreição Pernambucana contra a dominação holandesa no Nordeste.

Em Alagoas envolveu Barra Grande, Jacuípe, Palmeira e Porto Calvo. Este foi o local em que foi justicado o traidor Calabar. A região, além das guerras holandesas em Pernambuco, havia servido também de cenário às revoltas dos Quilombos dos Palmares ou República dos Palmares, que exigiu muitos anos para a sua erradicação. Evento estudado na obra: FREITAS, M.M, Maj. *Reino negro de Palmares*. Rio de Janeiro: BIBLIEx, 1954.

A área seria envolvida pelas revoltas republicanas de 1817 e 1824.

Hoje existe uma corrente que, em vez de Reino Negro dos Palmares, defende que teria sido a República Negra dos Palmares, colocando assim Alagoas como pioneira na forma republicana de governo, que foi proclamada e consolidada pelos alagoanos marechais Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto. É mais uma picada a ser explorada.

A região em foco era povoada por sertanejos ou cabras, mestiços de branco e índio, por escravos negros, por fazendeiros e senhores de enge-

nhos de açúcar que dominavam o contexto social, econômico e político. As relações entre os últimos com os sertanejos e negros eram rígidas e de dominação. Em Pernambuco, continuavam as disputas entre a aristocracia rural e a burguesia comercial emergente que haviam se confrontado na Guerra dos Mascates entre Recife e Olinda no início do século XVIII. Esta burguesia era ajudada por pressões da minoria liberal da área, carente de melhoria de vida num quadro dominado pela aristocracia, onde se encontravam muitos portugueses e descendentes.

A abdicação de D. Pedro I acarretou distúrbios políticos no Recife e no interior entre os caramurus portugueses e conservadores inconformados com perdas diversas com a nova situação criada. Por outro lado, alimentou, entre os liberais e nativistas, melhores oportunidades e o fim de sua posição sócio-política inferior aos caramurus.

Este seria o combustível principal da revolta dos cabanos (gente humilde e pobre do interior) que por extensão da Cabanagem, em curso no Pará, seriam tratados de cabanos como o seriam também tratados os rebeldes da Balaiada.

Em Pernambuco eles foram instigados e apoiados por interesses do grupo local que perdeu com a abdicação e passou, com apoio dos cabanos, a lutar pela restauração de D. Pedro I.

Desenvolvimento da Revolta dos Cabanos de Pernambuco e Alagoas

Em Panelas, Pernambuco, surgiu um grupo sob a liderança de Antônio Timóteo, propagando a volta de D. Pedro I ao trono do Brasil. Assim, em 30 de julho de 1832, em Passo, foi proclamado D. Pedro I como imperador do Brasil. E o problema criado foi tomando vulto, sendo enviadas para a região forças para reprimir o movimento restaurador.

Entre agosto e setembro de 1832, operações do governo em Una, Jacuípe e Barra Grande obtiveram sucesso. Alagoas foi pacificada e as lideranças cabanas alagoanas foram presas.

Em Altino foi estabelecido o Quartel General legal, com Pagadoria e Hospital. Líderes cabanos alagoanos conseguiram fugir da prisão e ocorreram sérias divergências entre o presidente, o comandante das Armas e o chefe de Polícia de Pernambuco, tendo os legais sofrido derrota em Cafundó. A seguir, o major Manuel Santiago impôs derrotas sucessivas aos cabanos que resistiam tenazmente.

Os presidentes de Pernambuco e de Alagoas se reuniram no Teatro de Operações, em 13 de maio de 1834, e coordenaram ações em plano de operações, que decidiu pelo estabelecimento de uma área dentro da qual os cabanos seriam sitiados.

Área limitada pelas linhas:

A norte, linha Jacuípe; ao sul o rio Manguaba; a leste o Atlântico e a oeste a estrada Jacuípe-Porto Calvo. E foi dado um prazo para a população ordeira evacuar a área sitiada.

Em decorrência, os cabanos perderam o ímpeto combativo pelos seguintes motivos:

Perda do apoio da população da área sitiada; corte no apoio que recebiam do partido pernambucano que defendia a volta de D. Pedro I e escassez de munição de guerra e de boca. Isto os reduziu a grupos errantes dos sertões, a cada dia menores pelas deserções, neles permanecendo só os líderes mais comprometidos com a revolta e os escravos negros, por preferirem a luta à escravidão. Fato semelhante ocorrerá no Rio Grande do Sul com os lanceiros negros farrapos da República lá proclamada e que é abordado na nossa obra já citada: *O negro e descendentes na sociedade* do RGS (P. Alegre: IEL, 1975).

As prisões ficaram abarrotadas de revoltosos capturados, exigindo grandes efetivos para a sua guarda e o consumo de alimentação destinada a sustentar a tropa.

O presidente de Pernambuco retornou ao Recife, mas grupos de cabanos continuaram perturbando a tranquilidade no interior.

Com a morte de D. Pedro I, a revolta perdeu a sua motivação política principal, mas Vicente de Paula, liderando cabanos, índios e negros, prosseguiu de armas na mão.

Para a reintegração dos cabanos à comunidade alagoana e pernambucana foi relevante a atuação do bispo D. João Marques da Purificação. Ele procurou ganhar a confiança dos cabanos e estes começaram a se apresentar e a entregar suas armas. Em abril de 1835 conseguiu da Assembleia de Pernambuco ajuda aos cabanos em roupas, remédios e ferramentas. E eles reforçaram a apresentação ao governo, tendo fim as duras privações passadas com as famílias nas matas e sempre sob perseguição. Até que ponto aí se encontram as raízes do cangaço na área?

Em Japaramduba, em 29 de maio de 1835, se renderam os derradeiros cabanos de Alagoas e Pernambuco. Mas o líder Vicente de Paula ganhou o sertão com os seus jagunços.

Agosto de 1835 assinala a pacificação da revolta. Retornaram ao Recife as tropas que lhes davam combate e o bispo de Recife e Olinda D. João Marques.

No mês seguinte, em 20 de setembro de 1835, estourava vitoriosa em seu primeiro lance em Porto Alegre a Revolução Farroupilha, que duraria quase dez anos.

O líder Vicente de Paula foi contactado em 1841 em seu arraial. Envolveu-se na política pernambucana e tomou parte na Revolução Praieira em 1849 em Pernambuco. Capturado em 1850, foi recolhido preso em Fernando de Noronha, de onde foi libertado em 1861.

Essa revolução foi paradoxal, depois de três movimentos republicanos em Pernambuco, por seu caráter restaurador do imperador D. Pedro I e portanto monarquista. Mais uma vez, com ela, fora posta em risco a Unidade Nacional que pernambucanos haviam assegurado na Insurreição Pernambucana, de que resultou a expulsão dos holandeses do Brasil, e em cujo contexto tiveram lugar as Batalhas do Guararapes nas quais, segundo Gilberto Freyre, insistimos “escreveu-se a sangue o destino do Brasil, o de ser um só e não dois ou três, hostis entre si...”, conforme consta junto a outros depoimentos abalizados, em nossa obra: *As Batalhas dos Guararapes - análise e descrição militar*. Recife: UFPE, 1971 2v.

A colocação sob sítio afastado de uma enorme área geográfica dominada pelos cabanos encontra paralelo no sítio de enorme área na Guerra do Contestado no Paraná e Santa Catarina no início do século XX. E que foi a solução estratégica antes usada para pôr fim àquela desgastante revolta contra “cabanos” de Santa Catarina e Paraná no governo do presidente Wenceslau Braz.

Esta solução lamentavelmente não foi lembrada para ser usada contra os canudenses em 1887, do que seguramente resultaria em pouparem-se vidas preciosas de irmãos brasileiros de ambos os lados em confronto.

Aborda esta revolta, a de Canudos e a do Contestado, para aprofundamentos sobre a solução do cerco ou não a seguinte obra: ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO. *História do Exército Brasileiro*. Rio de Janeiro: Sergraf-IBGE, 1972.v.2.

O Duque de Caxias, então coronel, comandava a atual Polícia Militar do Rio de Janeiro, garantindo a segurança do Governo Regencial na Corte. Esta, é fácil entender-se, era a missão estratégica mais relevante, pois qualquer ameaça direta ao Governo Central colocaria a Unidade Nacional em sério perigo. E por cerca de oito anos ele foi o fiel da balança da segurança nacional, como protetor do Governo Central.

A Sabinada na Bahia 1837-1838

No Rio Grande do Sul a Revolução Farroupilha atingia a sua fase áurea e no Pará ainda resistiam núcleos cabanos. Estas duas se constituíram nas mais duradouras revoltas do período regencial e os maiores desafios à pacificação, com possibilidades de envolvimento externo. No Norte, com França no Amapá, e no Sul, com as repúblicas do Uruguai e Argentina no Rio Grande do Sul.

Na Corte, o Parlamento e Regência se digladiavam! Nos meios intelectuais do Brasil incidiam várias doutrinas mal assimiladas, cujos defensores teoricamente se extremavam em defendê-las e colocá-las em prática, sem levar em conta a viabilidade das mesmas, num país gigante que ensaiava seus primeiros passos independente. Uns defendiam as ideias em moda da Revolução Francesa, e outras do federalismo americano. E as lojas maçônicas eram o fórum de debates destas ideias, inclusive de defesa do modelo de monarquia constitucional inglesa.

E na Bahia todas essas ideias estavam em debates em jornais, os quais de 1831 a 1837 foram editados em número de 60. Mas, nessa babel de ideias em debate, havia um consenso – a necessidade de uma revolução. Consenso de conservadores exaltados, de federalistas vencidos em 1832 e 1834, de desiludidos com o Ato Adicional à Constituição e de republi-

canos desesperançados com a não adoção da República do Brasil, com a consagração do Império ou Monarquia em 1822 e a sua preservação em 7 de abril de 1831, com a atuação prudente do Exército sob a liderança do brigadeiro Francisco Lima e Silva e seus familiares militares, onde se incluía o seu filho capitão Luiz Alves de Lima e Silva, o nosso futuro Duque de Caxias.

Isso por verem que a Monarquia só teria chance de vingar com a abdicação de D. Pedro I em favor de seu filho Pedro, menor de idade. Tese que vigorou para a felicidade do Brasil, na época, por ser um penhor da Unidade Nacional.

A prisão do líder farrapo general Bento Gonçalves da Silva no Forte do Mar, em Salvador, muito animou os baianos, que inclusive tramaram sua exitosa fuga com apoio da Maçonaria.

E foi dentro deste clima que seria tentada a revolução baiana, congregando entre suas lideranças civis e militares do Exército. Estes, como os que aderiram em massa à Revolução Farroupilha, possuíam sérias reservas pelas atitudes erradicadoras do Exército levadas a efeito por lideranças parlamentares que pretenderam, sob o belo argumento de destinar o Exército à defesa do litoral e das fronteiras, lá colocá-lo em realidade com efetivos reduzidíssimos.

Essa circunstância tem sido omitida por razões várias. E crê-se hoje que Caxias a entendeu muito bem e procurou administrá-la dentro do que era possível nas suas particularidades da época.

Desenvolvimento da Sabinada

Em 7 de novembro de 1837, o líder revolucionário baiano – o médico Dr. Francisco Sabino A. da Rocha Vieira –, acompanhado de quatro companheiros, dirigiu-se ao Forte São Pedro. Convocaram o corneteiro do forte e o mandaram executar o toque “Chamada Ligeira”, que era a senha para ter início a revolução. Em seguida tomaram o forte com apoio da guarnição deste. E deram a organização possível ao dispositivo militar revolucionário.

Na esteira dos batalhões revoltados, populares a eles se reuniram na Praça do Palácio. Divergências entre o presidente e o comandante das Armas e o chefe de Polícia da Bahia imobilizaram a reação do governo. Em reunião na Câmara de Vereadores os revolucionários decidiram:

“A Bahia fica inteira e perfeitamente desligada do governo denominado Central do Rio de Janeiro e considerada estado independente.”

O presidente legal refugiou-se num navio e renunciou dando parte de doente.

O Dr. Sabino era um médico pobre mas, por ser humanitário, era muito querido dos pobres, infelizes e oprimidos. Era fiel ao juramento de Hipócrates, parece que uma característica ética da medicina baiana da época. Em realidade parece ter sido ele a alma e o cérebro da revolução que tomou seu nome – “A Sabinada”.

A reação à Sabinada começou no Recôncavo Baiano. O chefe de Polícia, Gonçalves Martins, foi o líder da contrarrevolução, conseguindo que ela ficasse circunscrita a Salvador sem ganhar o interior baiano.

A primeira medida militar da Regência foi submeter Salvador a rigoroso sítio terrestre e naval pela Marinha e Exército. Sítio ou bloqueio que na parte naval era vez por outra quebrado por navios estrangeiros, por interesses comerciais. Nem os revolucionários saíam de Salvador, nem estes deixavam ali entrar as forças legais.

Foi nomeado para conduzir as operações contra os revolucionários o general João Crisóstomo Calado, veterano da Batalha do Passo do Rosário em 20 de fevereiro de 1827, onde tivera papel saliente no comando de uma Divisão de Infantaria da Esquerda, tendo enfrentado os seus cunhados uruguaios – os irmãos Inácio e Manuel Oribe.

Personagem estudado por seu parente: FRANCO, Afonso Arinos de M. *Um soldado do Reino e do Império*. Rio de Janeiro: BIBLIEx, 1942.

Em 23 de janeiro de 1838, assumiu o Comando das Armas da Bahia, em Pirajá, tendo encontrado a tropa em lastimável estado. E levou cinquenta dias para colocá-la em pé de guerra para investir Salvador.

Os revolucionários sabinos eram fracos no mar, mas em terra possuíam expressivos efetivos, cuja força fora potencializada por escudar-se em trincheiras e em fortes.

Em 13 de março de 1838, pela manhã, o general Calado investiu Salvador com três Brigadas do Exército, que formavam colunas, e com mais o reforço de uma Brigada pernambucana de 2ª linha. A esta caberia em Bate Folha romper o fogo e dar início ao assalto das trincheiras revolucionárias.

A Brigada do Centro, ao comando do tenente-coronel Argolo Ferrão (baiano que construiria a Estrada do Chaco no Paraguai), em disputado e sangrento confronto, atingiu a região de Sítio do Resgate. A Brigada da

direita ao comando do coronel Correia Seara avançou até a região de São Caetano. A Brigada da esquerda do tenente-coronel Sepúlveda atingiu a região de São Lourenço.

A luta prosseguiu durante todo o dia 14 de março, com violência. Os revolucionários começaram a atear fogo em casas. Para prevenir o incêndio da área comercial, para lá o general Calado destacou uma Brigada.

Em 15 de março de 1838, o general Calado progrediu com seu exército na direção do principal objetivo militar e político da contrarrevolução – o Forte de São Pedro. Ao defrontar-se com o Forte, os revolucionários propuseram-lhe anistia para todos. E Calado envia-lhes por escrito a seguinte resposta, lacônica mas determinada:

“Ao general do Exército Brasileiro com forças sobre o Forte de São Pedro só convém que a guarnição rebelde se entregue à descrição (rendição incondicional). Campo do Forte de São Pedro, 15 de março 1838, às 6 horas da tarde.”

Em seguida renderam-se os revoltosos do Forte do Mar, de onde Bento Gonçalves havia fugido para assumir a presidência da República Rio-grandense.

O general Bento Gonçalves da Silva esteve preso no Forte do Mar por treze dias, desde o final de setembro até 10 de outubro de 1837, data de sua fuga espetacular e assim desvendada por Pedro Calmon e aqui sintetizada:

“Do Forte do Mar, Bento Gonçalves foi levado para a ilha de Itaparica. Ali foi embarcado num navio que transportava farinha de trigo destinada a Pelotas e Montevideu. Foi desembarcado em Florianópolis. Dali, a cavalo, seguiu em companhia do catarinense Mateus. Em 3 de novembro atingiu Torres e no dia 10 atingiu Viamão, Quartel General do sítio terrestre de Porto Alegre ao comando do coronel Onofre Pires, com quem duelaria mais tarde por questões de honra e o feriria de morte com sua espada albana. Havia decorrido um ano e sete meses de sua prisão na ilha do Fanfa, no rio Jacuí, e dois meses de sua fuga do Forte do Mar.”

Síntese biográfica do líder farrapo consta na nossa obra já citada: *O Exército farrapo e os seus chefes*. Rio de Janeiro: BIBLIEX, 1992. v.l.

Ela esclarece mais o episódio, bem como a figura do chefe baiano tenente-coronel Francisco José da Rocha, que participou de sua libertação, o qual o líder farrapo acolheria no Rio Grande, finda a Sabinada, fazendo-o comandante de um batalhão de Infantaria farrapo e a mais alta autoridade maçônica no Rio Grande. Por isto ele elevaria a grau compa-

tível o general Canabarro, para que este pudesse assumir o comando do exército farrapo ao final.

Bento Gonçalves chegou na Bahia “com ar seco, aspecto melancólico e sisudo” segundo o jornal local. Mas sua breve permanência serviu para motivar a Sabinada.

As duas prisões em que o prenderam eram insalubres e desconfortáveis, conforme se conclui de carta de sua lavra:

“Pedia três camisas por estarem as suas em frangalhos, um capote por sentir frio a noite, pois só tinha um lençol para cobrir-se e um par de tancos para poder passear na masmorra em que estava preso que é toda uma lagoa cheia de imundície e de péssimo cheiro.”

A Bahia foi restaurada à Regência e pacificada na noite de 15 de março de 1838. As perdas revolucionárias mencionadas por algumas fontes se elevaram a 1.258 mortos, segundo os sepultamentos efetuados, 160 casas incendiadas e a prisão de 2.298 revolucionários republicanos.

O Dr. Sabino buscou proteção na casa do cônsul francês. Submetidos a julgamento, muitos revolucionários foram condenados à morte. Foram interpostos sucessivos recursos até o derradeiro ao Superior Tribunal de Justiça. Antes que este fosse decidido ocorreu a maioria de D. Pedro II, que concedeu clemência aos republicanos baianos e estendeu a anistia a todos os delitos políticos.

Líderes revolucionários foram anistiados e confinados longe de grandes centros.

E assim terminava mais uma tentativa republicana e com ela a preservação da Unidade e Integridade do jovem Brasil em seus primeiros e difíceis passos na Comunidade das Nações.

O futuro Duque de Caxias continuava a fazer a segurança do Governo Central e a Segurança Pública da capital do Império com medidas preventivas, desestimulando novas aventuras insensatas, que marcaram no Rio os primeiros tempos da Regência.

E pacificada a Bahia, dentro em breve seus serviços seriam reclamados para pacificar a Balaiada no Maranhão, uma espécie de versão maranhense da Cabanagem, como se verá.

Entre outros estudos sobre a Sabinada destacam-se as seguintes obras: BLAKE, Sacramento. “A Revolução da Bahia de 7 nov. 1837” *RIH-GB*. Tomos 48, 2ª parte, 1885 e 50, 2ª parte, 1887.

VIANNA FILHO, Luiz, A. *A Sabinada*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1946.

A Balaiada no Maranhão 1838-1840

O movimento dos cabanos no Pará teve similares nos chamados “cabanos” de Alagoas e de Pernambuco e nos balaios do Maranhão, Piauí e Ceará. Isto pelas semelhanças dos revoltosos cabanos, homens incultos e despossuídos do interior, sem motivações políticas a não ser tumultos, saques, pilhagens e crimes nas zonas sobre seus domínios, onde o poder público se fazia ausente.

Lembra de certa forma o que se tem passado nos morros do Rio de Janeiro, em que a ausência do poder público foi substituída pela autoridade de traficantes, cuja repressão tem se constituído num desafio permanente, acreditam alguns de difícil solução.

Ali, sob o estímulo do Ato Adicional que proporcionou maior autonomia às províncias, os partidos disputavam em tom violento o poder. De um lado, os conservadores integrados por portugueses e chamados bentevis, contrários à situação em poder do partido liberal ou “cabano”, que os bentevis comparavam aos cabanos do Pará, Pernambuco e Alagoas

O nome bentevi derivava do jornal da oposição *O Bentevi*.

No interior, finda a luta pela Independência, vagavam sem trabalho certo e seguro centenas de antigos combatentes.

A revolução no Maranhão tomou o nome de Balaiada derivada do apelido Balaio de um de seus maiores líderes, Francisco dos Anjos Ferrei-

ra. Este, fabricante de balaios, tipo bem acabado de sertanejo nordestino típico, alto, robusto, cabeça achatada denunciando sua raiz índia e cor escura. Ele fora vítima de violência de parte de autoridade policial que violentou duas filhas suas. Violência impune. Antes pacato e ordeiro, o absolutismo das autoridades do Maranhão e a sede de justiça, que não encontrou, tornou-se um vingador sanguinário e feroz que encheu de terror as cidades do interior maranhense, matando, violentando e devastando para satisfazer a sua sede de justiça, que procurava saciar com vinganças. E a ele se juntaram homens do mesmo padrão.

Segundo Paulo Matos Peixoto em *Caxias, nume tutelar*, no Maranhão o grupo dominante do poder assim atuava:

“Os desmandos do poder eram a norma de todos os dias. Prisões sem justificativa, humilhação aos bentevis de destaque social, que eram forçados a realizar trabalho braçal em público, violências de toda a ordem, abuso do poder, homicídios, extorsões do fisco, recrutamento militar dirigido como arma de coação, arbitrariedades, tudo era usado contra os adversários liberais – os bentevis.”

Desenvolvimento da Balaiada

Em dezembro de 1838 em Vila Manga, distante dez léguas de São Luiz, ocorreram desordens sem grandes repercussões. Mas exploradas politicamente pelos bentevis em seu jornal serviriam de estopim à eclosão da Balaiada, iniciada por cabras sertanejos ligados à causa bentevi.

Raimundo Gomes, empregado de fazendeiro bentevi, o padre Inácio Mendes de Moraes Silva, no Arari, ao passar por Vila Manga, teve companheiros seus presos injustamente pelo subprefeito José do Egito do partido “cabano” local. E entre eles um irmão seu acusado de homicídio.

Tentou em vão Raimundo Gomes libertar seus amigos e irmão. E retirou-se!

Em 13 de dezembro retornou à Vila Manga com nove outros cabras. Arrombou a prisão e conseguiu aliciar para seu grupo reforçado com os prisioneiros soltos os 22 soldados encarregados da segurança policial da vila. E como este feito repercutisse nos meios maranhenses revoltados com as arbitrariedades dos donos do poder, ele foi recebendo adesões crescentes. E inclusive de outros líderes inescrupulosos como Lívio Pedro Moura, Miloni de tal, Mulungueta e o Manuel Francisco – o Balaio –, que daria o nome de Balaiada, como a revolta entrou para a História.

Raimundo Gomes, líder dos revoltosos, sem lei e sem rei, e sem outros objetivos, agora que não o saque e vantagens pessoais, tornou-se com seu bando uma ameaça à segurança, à ordem e à tranquilidade públicas no interior maranhense. Reunidos, decidiram investir a cidade de Caxias, onde ali foram precedidos da má fama de que em ações isoladas vinham destruindo e saqueando fazendas e vilas que encontravam em caminho.

Em Caxias, sob as lideranças: civil de João Paulo Dias, líder naquela comarca, e militar do capitão Ricardo Leão Sabino, que participara da Guerra na Península Ibérica para libertar Portugal do jugo napoleônico, foi organizada uma força denominada Corpo de Exército.

Corpo de Exército que atingiu um efetivo de cerca de mil homens mobilizados na população caxiense. Foi constituído de oito companhias dispondo cada de um capitão, 16 tenentes e 32 alferes nomeados por João Paulo, líder civil da resistência.

O capitão Sabino organizou sob o seu direto comando uma bateria de Artilharia e um esquadrão de Cavalaria. E esta organização popular protegida por trincheiras então construídas e contando com o concurso de mulheres, preparando munições de boca e de guerra, os caxienses resistiram quarenta e seis dias ao sítio do bando de Raimundo Gomes. Sítio que teve a mesma duração do de Bagé em 1893-1894, em que tropas do Exército sob o comando do coronel Carlos Teles resistiram ao sítio liderado pelo general revolucionário Joca Tavares, que foi obrigado a reinternar suas forças no Uruguai, base de partida de seu ataque, conforme nosso artigo, “Comparação dos sítios federalistas de Bagé e da Lapa na Guerra Civil, 1893-95”. *A Defesa Nacional*. 767, 1995.

Quando a defesa de Caxias tornou-se crítica, o experimentado capitão Sabino usou um ardil. Este consistiu em simular haver aderido à revolta, pedindo que os rebeldes se aproximassem com ele, tocando numa flauta o Hino Nacional. Após haver provocado a aproximação balaiada, fez disparar um canhão, cujo estrondo enorme provocou pânico e desordem entre os rebeldes, que, correndo, deixaram o local na certeza de que outros disparos seriam feitos.

Esta confusão foi a oportunidade para a evacuação de Caxias. A vitória animou o partido Bentevi. Os balaios chegaram a enviar a São Luiz emissários propondo ao presidente do Maranhão rendição sem resistência.

Os líderes balaios não possuíam Unidade de Comando, esta impossível, face às vaidades e ambições de cada líder. O próprio Balaio numa

incursão em fazenda foi atingido por bala disparada por um integrante de seu bando e veio a falecer de gangrena.

Depois que eles esgotaram e saquearam os recursos de sua sustentação em Caxias, a evacuaram e partiram à procura de outras vilas e cidades mais rentáveis para pilharem. Espalharam-se os bandos pelo Maranhão, levando o medo, a insegurança e a desordem por onde passavam, chegando mais uma vez a ameaçar São Luiz. Foi nessa altura que a Regência decidiu enviar ao Maranhão, como seu presidente e comandante das Armas, o coronel Luiz Alves de Lima e Silva – o futuro Duque de Caxias –, para pacificar a província.

Seu talento aliado à boa estrela militar que havia revelado na Guerra da Independência da Bahia, na Guerra da Cisplatina (1825-1828), no subcomando do Batalhão Sagrado e na organização e comando por cerca de nove anos do que se constitui hoje a Polícia Militar do Rio de Janeiro (com a qual superou ameaças ao Poder Central e à população carioca), por certo influíram na sua escolha pela Regência.

Ao futuro Caxias foi dada a missão de pacificar o Maranhão, ficando a ele subordinadas todas as tropas em operações do Maranhão e mais as do Piauí e Ceará. Nesses estados lhe foi concedida licença prévia de conduzir operações militares, se necessárias à sua missão.

Em 7 de fevereiro de 1840, assumiu suas funções em meio à euforia geral. E dirigiu sua 1ª proclamação aos maranhenses, dizendo-lhes a que vinha, lida em todos os recantos:

“[...] Maranhenses: venho partilhar de vossas fadigas e concorrer quanto em min couber para a inteira e completa pacificação desta bela parte do Império.

Um punhado de facciosos, ávidos de pilhagem, conseguiu encher de consternação, de luto e de sangue, vossas cidades e vilas!

O terror que necessariamente deviam infundir-vos esses bandidos concorreu para que eles tivessem engrossadas suas hordas.

Contudo, graças à Providência, as vitórias até hoje por eles alcançadas começam a diminuir diante de vossas armas.

Mais um esforço e a desejada paz virá curar os males da guerra civil... Maranhenses, mais militar do que político, quero até ignorar os nomes dos partidos que por desgraça entre vós existam. Deveis conhecer a necessidade e as vantagens da riqueza e da prosperidade dos povos.

E confiando na Divina Providência, que por tantas vezes nos tem salvado, espero encontrar em vós, maranhenses, tudo o que for necessário para o triunfo de nossa causa...”

Esta proclamação espalhada e meditada em todos os recantos do Maranhão terminou resultando na aceitação de Caxias pelos partidos e pelo povo maranhense. Como era de seu feitio, Caxias passou a organizar suas forças sem descuidar da estrutura de apoio logístico as mesmas. Colocou o pagamento da tropa em dia e a instruiu.

E assim Caxias encontrou as tropas postas à sua disposição, segundo Vilhena de Moraes:

“As companhias inteiras vinham só com calças rotas ou de camisas e com o correame de couro cru sobre a pele. Uns só com espadas e outros com armas de caça. E a disciplina que apresentavam condizia com o grotesco de seus uniformes.”

Caxias deparou no Maranhão com o jovem, honrado e severo oficial major Feliciano Antônio Falcão, envolvido num desastre militar de Areias e vítima de uma intriga de seu chefe inepto e seus pares e motivada por inexperiência do que resultou não se sair bem num combate.

Caxias não aceitou o que se dizia do major, eleito bode expiatório! E deu-lhe uma chance. O colocou no comando de coluna de 500 homens num ataque importante. O major não o decepcionou. Pelo contrário, cresceu operacionalmente ao ponto de Caxias premiá-lo por incluí-lo na comitiva que despachou do Maranhão para cumprimentar D. Pedro II pela maioridade.

Criou então a Divisão Pacificadora dividida em três colunas operacionais:

A 1ª coluna ocupou as comarcas de Caxias e Pastos Bons, ao comando do tenente-coronel Sérgio de Oliveira. A 2ª coluna ao comando do tenente-coronel João Thomaz Henrique atuaria nas regiões de Vargem Grande e Brejo e a 3ª coluna ao comando do coronel Souza Pinto Magalhães atuou ocupando a vila Icatu e margens do rio Mearim.

Os revoltosos maranhenses ligados aos bentevis eram estimados em 2.000 na comarca de Brejo e cerca de igual efetivo na comarca de Pastos Bons, além de grupos esparsos em torno da cidade de Caxias.

Os revoltosos não possuíam bases fixas. Sua estratégia era de guerrilha rural. Atacavam só pontos fracos das defesas do governo. A resposta a esta estratégia foi manter suficientemente guarnecidas as vilas e cidades mais importantes para os revoltosos.

E foi a partir desses pontos fortes criados que Caxias passou a combater a Balaiada, usando com frequência o cerco de contingentes rebeldes localizados.

Colocando o governo do Maranhão a funcionar a contento, com frequência Caxias deixou São Luiz para dirigir pessoalmente as operações.

Usou como Posto de Comando o edifício da Câmara e Cadeia e a Casa da Pólvora. Prédios até hoje existentes e tombados pelo Patrimônio Histórico. Com esta estratégia de sempre ser mais forte em todas as partes importantes para os balaios, aos poucos ele foi minando suas forças.

Engrossaram as hordas balaias escravos que às centenas fugiram de fazendas do vale do Itapicuru. Estes inicialmente se aquilombaram e depois passaram a atuar sob a liderança do negro Cosme Bento das Chagas, em número estimado de 3.000 escravos.

Caxias, com apoio do futuro almirante Tamandaré, chefe das forças navais, pessoalmente reprimiu em Itapicuru-Mirim um levante da guarnição local por atraso de soldos. Foi um confronto sangrento, mas terminou por restaurar a disciplina e punir e afastar os responsáveis.

Em 23 de agosto de 1840, ao ser conhecida no Maranhão a maioria de D. Pedro II, Caxias achou o momento ideal para espalhar aos quatro ventos do Maranhão a seguinte proclamação antológica de que se reproduz aqui o seu cerne:

“Maranhenses! Uma nova época abriu-se aos destinos da grande família brasileira. Sua Majestade o imperador empunhou o cetro da governança e assumiu os direitos que pela Constituição do Estado do Brasil lhe competem.

Declarado maior, ei-lo enfim como símbolo de paz, de união e de justiça colocado à frente da nação que o reclamava.

No interior da província, no meio dos bravos que defendem vossos bens e vidas, encontrou-me tão lisonjeira novidade. E se deixei aqueles bravos, pois por eles daqui me havia ausentado, é para confirmar o que sabeis, para participar do geral regozijo e aumentá-lo, se for possível, com a notícia da quase extinção da guerra civil, restando apenas da terrível tempestade uma nuvem negra, que apesar de carrancuda breve será dissipada.

Maranhenses! Um sublime pensamento deve agora inflamar o coração brasileiro. Aspérrima foi a longa experiência. Aproveitai-a. Amor ao imperador, respeito às leis e esquecimento das vergonhosas intrigas que só têm servido para enfraquecer. Um só partido enfim, o do imperador.

E no vosso entusiasmo repitam mil vezes. Viva Sua Majestade, o senhor D. Pedro II, imperador constitucional e defensor perpétuo do Brasil. Viva a nossa Santa Religião. Viva a Constituição do Governo.

Na cidade de São Luiz do Maranhão, 27 de agosto de 1840.”

Caxias exultava com a continuidade da Monarquia, que fora posta em jogo em 7 de abril de 1831 e durante toda a agitada Regência. Dois dias antes fizera 37 anos.

A partir daí priorizou ações diplomáticas ou de relações públicas em nome do imperador e da Igreja, e acenou aos rebeldes com concessões. Mas nem todos se sensibilizaram e continuaram as operações de rescaldo por quase cinco meses até 19 de janeiro de 1841, quando conseguiu a pacificação do Maranhão, concedendo anistia a cerca de 2.000 revoltosos balaios com base em ato de D. Pedro II, de 22 de agosto de 1840.

Curioso foi o líder balaião Matroá, em Muritiba, com 120 anos e que alardeava haver participado de todas as revoltas no Norte. Com ele Caxias falou, e Matroá morreria um mês mais tarde após haver se entregado.

Ao passar o governo do Maranhão ao Dr. Antônio Miranda, Caxias lançou esta proclamação:

“Não existe hoje um só grupo de rebeldes armados. Todos os seus chefes foram mortos, presos ou enviados para fora do Maranhão. Restabeleceu-se a ordem. Fui sempre respeitado e obedecido. Todos os empregados e chefes de repartição desvelaram-se em cumprir os seus deveres durante o tempo de meu governo. Não me ufano de haver mudado corações e sufocado antigos ódios de partidos, ou antes de famílias, os quais se por um tempo se acalmam, tal como a peste, se desenvolvem por motivos que não podemos prever ou não nos é dado dissipar.”

Pacificado o Maranhão, foi promovido a oficial general como brigadeiro (atual general de brigada) e o título de Barão de Caxias em razão da cidade de Caxias, que se tornou símbolo da autodefesa popular à desordem e à anarquia, resistindo por quarenta e seis dias ao sítio dos balaios.

Raimundo Gomes rendeu-se em 15 de janeiro de 1841. Foi anistiado e enviado para São Paulo, tendo morrido no caminho. Seu substituto, o negro Cosme, chefe de escravos, continuou na luta. Preso, foi julgado e condenado à forca em setembro de 1842.

Caxias, segundo Vilhena de Moraes, trouxe do Maranhão um indiozinho órfão filho de um cacique ao qual deu seu nome Luiz Alves. Nome que daria também ao seu filho nascido em 1847. A este índio de toda a

confiança e estima da família ele deixou em testamento toda a roupa de seu uso.

Nos combates contra a Balaiada houve muitos bravos. Entre eles se destacou o pernambucano filho de Goiana, tenente Conrado José de Lorena Figueiredo, que havia se assinalado em ações contra os balaios no Maranhão e Piauí em Cajueiros, Mutuns, Brejo, Matas de Curimatã, Egito, Curral Velho, Lagoa do Meio, Remanso, Cristais, Cabeceiras, Cajazeiras, Santa Rosa, Bananeiras, Boqueirão, Curiaca, Baixa Fria, Brejinho etc. Este herói tombou morto em ação em 25 de setembro de 1840, na comarca de Pastos Bons, aos primeiros tiros com um punhado de balaios. Caxias, ao saber do fato, ficou muito sentido e dedicou uma Ordem do Dia a exaltar os feitos do tenente Conrado.

E então escreveu ao tenente-coronel José Thomaz, comandante da coluna integrada pelo tenente:

“Muito penalizado fiquei com a notícia que me deu da morte do bravo Conrado. Eu não cheguei pessoalmente a conhecê-lo. Porém por ele nutria grande simpatia por tratar-se de um bravo e me informarem de que não era cruel para com os vencidos, nem dos que deixam o inimigo fugir quando acham boa bagagem (quando fazem bom saque).

Se ele não tivesse morrido, em breve seus serviços não seriam por mim jamais esquecidos. Se ele é casado e V. Exa. sabe o nome da mulher e filhos, mande-me dizer, pois tomarei desde já sob minha responsabilidade mandar-lhes pagar o soldo com todas as vantagens da campanha, como pensão, até obter do Governo a sua confirmação, pois tenho certeza de que o conseguirei.”

Esta qualidade de chefia é eloquente e dispensa comentários. Depois Caxias soube que Conrado era solteiro, conforme Vilhena de Moraes em *Novos aspectos da vida de Caxias*.

Aí lutou também o então alferes Antônio de Sampaio e atual patrono da Infantaria, onde comandou o destacamento de Passagem Franca.

Maiores detalhes para um aprofundamento sobre esta revolta nas obras entre outras:

SERRA, Astolfo. *Caxias e o seu governo civil no Maranhão e A Balaiada*. Rio de Janeiro: BIBLIEx, 1943 e 1946.

PEIXOTO, Paulo Matos. A Balaiada in: *Caxias, Nume Tutelar da Nacionalidade*. Rio de Janeiro: Edico, 1973. v.1, p.44-75.

Lutas internas no reinado de D. Pedro II

No reinado de D. Pedro II, embora em menor intensidade, tiveram lugar várias lutas internas. Dessas lutas serão abordadas as principais e citadas as seguintes de menor intensidade:

A Revolta dos Lisos em Alagoas (1844)

O motivo alegado foi a parcialidade do Governo Provincial em favor dos liberais liderados por Cansação Sinumbú. Em face disso os conservadores, ou lisos, sob a liderança de José Tavares Bastos apelaram às armas, ocupando duas vezes Maceió, obrigando o presidente a buscar refúgio em um navio no porto.

Houve reação legal vitoriosa liderada ao final pelo brigadeiro do Exército Antônio Correia Ceara, futuro comandante da 3ª RM, que é por nós estudado na recente obra: *História da 3ª Região Militar*. P. Alegre: SENAI, 1995, v.1.

Motins do Fecha Fecha do Mata Mata

Em Pernambuco e Bahia, em 1848. Foram manifestações de descontentamentos sociais, talvez pioneiras, segundo Joaquim Nabuco, reflexos da Revolução Francesa. Em Recife o intelectual Antônio Pedro Figueiredo gritou em praça pública:

“Que significam as reformas políticas sem as reformas sociais? São uma máscara e nada mais!”

Estas perguntas acionaram insatisfações políticas e sociais populares. Em setembro de 1844, estourou o Fecha Fecha em Recife, o fechamento de casas comerciais de portugueses, repetido em setembro de 1848.

Em dezembro de 1847 e junho de 1848 tiveram lugar os motins Mata Mata Marinheiro, contra marítimos, manifestações contra portugueses, uma característica recifense. Enfim, assuntos que merecem aprofundamentos por cientistas sociais, pois eram tratados como casos de polícia. Ou por polemologistas talvez!

Levante dos Marimbondos ou de Pau d’Alho - Pernambuco (1852)

Foi uma revolta popular em Pau d’Alho contra o Recenseamento, por inquinado de fórmula disfarçada de aumento de impostos. Reuniu o seu líder João dos Remédios cerca de 400 seguidores e ocupou Pau d’Alho, que se tornou centro de resistência contra o Recenseamento. Nada conseguiu o bispo de Olinda parlamentando. Então o governo enviou força ao comando do tenente-coronel do Exército Higino José Coelho, que conseguiu debandar os marimbondos sem maiores choques.

Motim da carne sem osso, da farinha sem caroço e do toucinho do grosso em Salvador - Bahia (1858)

Foi um motim popular, revolta contra fornecedores desonestos que assim foi chamada e abordada em *Reminiscências da Guerra do Paraguai* de Dionísio Cerqueira, por um negro baiano que lhe serviu de ordenança e ao qual dedicou a sua memória, as últimas palavras de seu excelente livro.

Neste livro o autor resgatou do folclore da tropa a seguinte e bem humorada quadrinha que assim demonstrava como foram alimentados

durante a guerra pelos sucessivos comandantes do Exército Brasileiro: general Osório, marechal Polidoro Quintanilha Jordão, Marquês de Caxias e o Conde D’Eu:

“Osório nos deu churrasco, e o Polidoro farinha. O Marquês (de Caxias) nos deu jabá e Sua Alteza (Conde D’Eu) sardinha.”

Osório, gaúcho, recorreu à alimentação regional. Polidoro, com dificuldades, complementou o churrasco com farinha de mandioca (Farinha de Guerra) e Caxias, em dificuldades passageiras de carne verde, forneceu jabá, comida que fez a alegria dos nordestinos. E o Conde D’Eu, ao mandar verificar suspeitas de corrupção pelos fornecedores, foi abandonado por eles temporariamente, tendo que recorrer à compra de sardinhas de Nantes em navios europeus no Rio da Prata.

Arruaças do Quebra-Quilos (1874-1875)

Decorreu da implantação do Sistema Métrico Decimal (SMD) sem as devidas explicações assimiláveis aos sertanejos que interpretaram como um disfarçado aumento de impostos.

A Lei de 1872 foi mandada executar em 1874, ano difícil para a agricultura nordestina. As arruaças iniciaram em Campina Grande - PB e em pouco tempo se expandiram a Pernambuco e Alagoas.

Em bandos de 100 a 200 homens, os arruaçeiros invadiam cidades e feiras e destruíam os pesos do SMD, e na esteira disso eram praticados outros abusos. Essa revolta se estendeu ao Rio. A repressão foi enérgica e dela participaram forças federais.

Na Paraíba, segundo José Américo de Almeida, foram presos em massa, acorrentados e enviados a João Pessoa, velhos, moços, casados e viúvos. Os remanescentes, segundo o autor citado, dariam origem a cangaceiros. Os choques de 31 de outubro de 1874 de Fagundes-Ingá e o de 17 de setembro de 1875 em Campina Grande assumiram características de Guerra Civil, segundo Hernani Donato.

Motim do Vintém (1880)

Teve origem na cobrança pela Lei do Orçamento de 20 réis por passagem de bonde e de trem. Entre 1º e 4 de janeiro de 1880 registraram-se tumultos de protesto no Rio. Isso levou o Governo a torná-lo sem efeito. Fora o primeiro movimento de desordem no Rio desde o início da Re-

gência, em que Caxias devolveu a tranquilidade ao Rio, que se prolongou por quase meio século. Foi a última revolta no Império antes de ser deposto em 15 de novembro de 1889.

O período que findou, consolidada a Unidade, foi assinalado com preocupações com a segurança externa do Império a partir de 1850: Incidentes do Bill Aberdeen com a Inglaterra (1850-1851); Incidente do Fecho dos Morros com o Paraguai (1850); Guerra contra Oribe e Rosas (1851-1852); Guerra Contra Aguirre do Uruguai (1864) e Guerra do Paraguai (1865-1870).

A Revolução Liberal de São Paulo 1842

Com a abdicação de D. Pedro I, em 7 de abril de 1831, o Brasil viveu uma fase anárquica e turbulenta, marcada por motins, revoltas e revoluções, que só tiveram fim quatorze anos mais tarde, com a pacificação da Revolução Farroupilha por Caxias, em Ponche Verde. O fato significou, além disso, a pacificação da família brasileira e a preservação da Unidade Nacional, seriamente ameaçada desde 1831.

Nem a maioria de D. Pedro II em 1840 conseguira reunificar a família brasileira, agitada por um sonho de Federação e República, estimulado pelo Ato Adicional de 21 de agosto de 1834, que deu maior autonomia às províncias e fez do Brasil uma monarquia federativa.

O Exército foi muito perseguido e prejudicado depois de 7 de abril. Sutilmente afastado das cidades para “a defesa das fronteiras e do litoral” passou a sofrer a concorrência da Guarda Nacional e das Polícias Militares, então criadas. Em realidade, ele foi o alvo do maior esforço de erradicação de toda a sua História, conforme:

Em busca de identidade - O Exército e a sociedade brasileira, de Edmundo Campos (Rio: Forense, 1980).

Na época, as fortalezas e unidades de fronteira tiveram seus efetivos reduzidíssimos. Oficiais estrangeiros, que haviam lutado no Exército por nossa Independência, Integridade e Soberania, de 1822 a 1831, foram dispensados, inclusive o mais tarde marechal Emílio Mallet, atual patrono da Artilharia.

No Rio, para contê-las recorreu-se ao Batalhão Sagrado, só de oficiais, do qual o futuro Duque de Caxias foi subcomandante.

Em 1842, disputas acirradas entre conservadores e liberais, em Minas (Ouro Preto, Barbacena, São João del Rey etc.), atingiram altíssima temperatura, bem como em São Paulo (Sorocaba, Itu, Porto Feliz, Faxina, Capivari, Curitiba etc.).

Os liberais visualizaram a derrubada do Gabinete de Ministros conservador, sob o argumento de verem nele indícios de autoritarismo, pelas leis que criaram o Conselho de Estado, reformaram o Código Penal, as chefias de polícia nas províncias e no ato que dissolveu a Assembleia Geral.

A trama revolucionária teve curso, no Brasil, por meio da sociedade secreta Clube dos Patriarcas Invisíveis.

Em São Paulo, o pretexto foi a substituição do presidente da província, Rafael Tobias de Aguiar, a manutenção do Comandante-das-Armas e o adiamento da abertura das câmaras legislativas. E São Paulo e Minas foram à revolução.

Desenvolvimento da Revolução de 1842, em São Paulo

Em 17 de maio de 1842, estourou a revolução em Sorocaba, cuja Câmara proclamou Tobias de Aguiar e o ex-regente do Império, o Padre Feijó, presidente e vice interinos de São Paulo.

Declararam lealdade a D. Pedro II e absolutista e oligárquico o Gabinete de Ministros.

O objetivo militar era um ataque à capital, São Paulo, para depor o presidente que substituíra Tobias de Aguiar.

A Corte agiu rápido. Nomeou o Barão Caxias, que acabara de pacificar o Maranhão, com carta branca para pacificar São Paulo.

Caxias, com 400 homens, desembarcou em Santos. Cerrou logo para a capital, alvo dos revolucionários, onde chegou em 22 de maio. Ali ocupou Mogi das Cruzes, organizou a defesa da capital e bloqueou a ponte de Pinheiros, que lhe dava acesso.

Isolou os revolucionários, nas regiões de Itararé, Lorena-Guaratinguetá, de apoios possíveis do Rio Grande, Minas e Rio de Janeiro. À província do Rio de Janeiro foram incorporadas, de 18 de junho a 29 de agosto, as localidades paulistas de Guará, Lorena, Cunha, Queluz, Silveiras, Areia e Bananal.

Os revolucionários perderam tempo e não atacaram São Paulo. Caxias pôde assim tomar a iniciativa. Em dois ataques sucessivos, obrigou os revolucionários a se retirarem para longe, perseguindo-os na direção São Paulo-Campinas. Em 7 de junho deu-se o combate de Venda Grande, em Campinas, no qual os revolucionários, mesmo com superioridade numérica, foram surpreendidos e batidos.

Isso abriu caminho para Caxias investir Sorocaba, onde entrou vitorioso em 20 de junho, não tendo encontrado Tobias de Aguiar, que buscou a proteção dos farroupilhas.

Encontrou, no comando da resistência, o padre Feijó, que tentou, sem êxito, negociar em condições privilegiadas. Foi preso com todo o respeito e afastado de São Paulo para o Espírito Santo.

Em 20 de março, Caxias mandara ao comandante dos revolucionários uma carta nestes termos, na tentativa de evitar a sorte das armas:

“Que pretende? Quer V.S. empunhar as armas contra o governo legítimo de nosso imperador? Não o creio porque o conheço de muito tempo, sempre trilhando o caminho do dever e da honra... Acabo de chegar da Corte munido de autoridade para tudo aplanar. Não tenho sede de sangue dos meus patricios, porém não deixarei de cumprir os meus deveres como militar. Ainda é tempo, não ensanguentemos o solo que nos viu nascer e não acendamos a guerra civil nesta bela província para não a vermos reduzida ao estado do Rio Grande de São Pedro do Sul e sua vizinha (Santa Catarina). Responda-me e não se deixe fascinar por vinganças alheias.”

Não atendido em seu apelo, Caxias teve de cumprir seu dever com firmeza e doçura.

Antes de retornar ao Rio e ainda em São Paulo, em 5 de julho, Caxias escreveu à esposa:

“Meu bem. Ontem te escrevi uma carta por intermédio do ministro da Guerra remetendo-te 200 mil réis para fazeres um vestido muito bonito com que devemos ir ao primeiro baile que haverá aí no Rio depois de minha chegada... Beijos às nossas filhas. Teu Luiz.”

Segundo Vilhena de Moraes, a quantia enviada para o vestido equivalia a um mês de gratificação de Caxias, correspondente ao comando que recebera.

Em 13 de julho, quando retornava ao Rio, em Guaratinguetá, Caxias soube de sua nomeação para pacificar Minas Gerais, com carta branca, como o fizera em São Paulo.

A Revolução Liberal de Minas Gerais de 1842

Em 10 de junho, três dias após a vitória de Caxias em Venda Grande, em São Paulo, estourou a revolta de Barbacena, cuja Câmara aclamou presidente interino de Minas o coronel José Feliciano, futuro Barão de Cocais. Os motivos foram os mesmos que determinaram a revolta de Sorocaba. O presidente interino tomou diversas medidas administrativas. Várias cidades aderiram à revolução e muitas outras não.

Ouro Preto resistiu à revolução sob a liderança do presidente legal Bernardo Veiga, que bateu os revolucionários em Mendanha (23 jun.) e Presídio (25 jun.), o que estimulou a reação à revolução. Mas, apesar disso, os revolucionários dominavam a parte mais populosa de Minas e as comunicações com o Rio de Janeiro.

Fortificaram-se em Queluz (Conselheiro Lafaiete) e fizeram de São João del Rey a sua capital. Aí decidiram que conquistariam Ouro Preto com forças de Baependi, São João del Rey e Barbacena, após se unirem ao forte das forças revolucionárias em Cataguases.

Foi quando tiveram conhecimento da pacificação de São Paulo, o que provocou a diminuição da euforia inicial.

A vitória que obtiveram em Queluz (Conselheiro Lafaiete) em 26 de julho acendeu a chama revolucionária.

Desenvolvimento da Revolução

A Corte, temerosa que o movimento se generalizasse pelo Brasil, tomou as seguintes providências:

- Desarticulou a possibilidade de revolta no Rio pela adoção do estado de sítio.
- Convocou guardas nacionais da reserva, em licença e férias e os funcionários públicos em disponibilidade.
- Tornou obrigatório o salvo conduto para viagens em Minas.
- Ordenou a prisão dos líderes do Partido Liberal.
- Direcionou para Minas os guardas nacionais que conseguiu mobilizar, bem como algumas unidades do Exército.

Os revolucionários tiveram a pronta adesão de São João del Rey, Queluz (Conselheiro Lafaiete) e outras cidades do sul de Minas e do norte e leste de Ouro Preto.

Caxias chegou a Ouro Preto em 6 de agosto para pacificar Minas. Sua fama fez os revolucionários desistirem de atacar Ouro Preto e evacuarem Queluz.

Divergências começaram a dividir os revolucionários que se dirigiram para o leste e conquistaram, com pouca luta, Sabará, em 13 de agosto. Ali procuraram negociar uma rendição condicional, que não foi aceita.

Inseguros, os revolucionários procuraram concentrar-se no arraial de Santa Luzia, que proporcionava, por sua posição numa serra, comandamentos de vista e tiros sobre os seus acessos, além de apoiar um de seus flancos no rio da Velhas.

Em 20 de agosto, teve lugar o memorável combate de Santa Luzia, vencido com dificuldades pelas forças legais, que ali fizeram frente a 3.300 revolucionários, que souberam tirar grande partido tático das excelentes condições defensivas oferecidas pelo terreno.

Com a vitória de Caxias em Santa Luzia, teve fim a revolta de Barbacena, que durou dois meses e dez dias e que causou sérias preocupações à Corte por sua maior consistência militar.

Caxias entrou vitorioso e aclamadíssimo em Ouro Preto em 10 de setembro, tendo antes, em 29 de agosto, sido promovido a marechal-de-campo graduado (atualmente general de divisão) com 39 anos de idade. Dois meses após, em 2 de novembro, assumia, no Rio Grande do Sul, a presidência e o comando das armas para pacificá-la, o que aconteceria em 1º de março de 1845, com a Paz de Ponche Verde.

Enfim, as pacificações do Maranhão, de São Paulo, de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul preparariam Caxias, providencialmente, para que ele conduzisse os brasileiros à vitória nas guerras externas contra Oribe e Rosas (1851-1852) e contra o Paraguai (1866-1868).

Caxias estava deixando para História Militar Mundial um exemplo magnífico de como conduzir campanhas militares contra patrícios divergentes. Em suas campanhas de pacificação via nos adversários irmãos rebelados, e não inimigos. O líder Miguel Frias, de uma revolução no Rio que ele pacificou, será o seu chefe de Estado-Maior na Revolução Farrapilha. José Mariano de Matos, ministro da Guerra farrapo, será o seu chefe de Estado-Maior na guerra contra Oribe e Rosas (1851-1852). Eis a sua maior característica, segundo Taunay: “A simplicidade na grandeza!”.

Dois ilustres chefes estudaram o combate de Santa Luzia:

FRAGOSO Augusto Tasso, Gen. “Combate de Santa Luzia”. *Revista Militar Brasileira*. 25 ago. 1935.

CASTELO BRANCO, Humberto. Mal. *A Manobra de Santa Luzia. O Marechal Castelo Branco e o seu pensamento militar*. Rio de Janeiro: ECEME-SG e Ex, 1968.

Em Santa Luzia combateram ao lado de Caxias seus irmãos José Joaquim, o futuro Visconde de Tocantins, herói daquele combate, e mais Carlos Miguel Lima e Silva, irmão mais moço de Caxias sobre o qual comentava “que ele parecia um leão” naquele combate. O seu irmão José Joaquim comandou a coluna da esquerda e Caxias a da direita. E foi o fiel da vitória!

O general Álvaro Cardoso, quem julgo o introdutor do estudo crítico da História Militar na AMAN, como chefe da Cadeira de História Militar, antes do coronel Francisco Ruas Santos, que consolidou o seu pioneirismo, proferiu no Tribunal da Alçada em Minas Gerais palestra “Caxias e a Revolução Liberal de Minas Gerais” que foi publicada na citada *Revista de Estudos Universitários*, dez. 1993.

O general Cardoso buscou apoio na obra do Cônego José Antônio Marinho, revolucionário quando jovem na Revolução Pernambucana de 1817, e vinte e cinco anos depois revolucionário liberal em Minas e autor de: *História do Movimento político que no anos de 1842 teve lugar na Província de Minas Gerais*.

Curioso foi que a rua das Violas, onde Caxias passou a infância, a meninice e parte da juventude na casa paterna, hoje chama-se Teóphilo

Otoni, o líder da Revolução de 1842 em Minas Gerais. Esta rua fica entre a rua Marechal Floriano e a Av. Getúlio Vargas no Rio.

Em Santa Luzia, Caxias aprisionou o alemão major Engenheiro T. Wisner Morgentau a serviço dos revolucionários. Decorridos vinte e seis anos o reaprisionaria em Lomas Valentinas, agora a serviço do Exército Paraguai. Caxias, para pacificar a revolução Farroupilha, contaria com o apoio de revolucionários mineiros que enfrentara em Santa Luzia, segundo o general Cardoso, cujos mapas de sua palestra reproduzimos no Caderno iconográfico na Quarta Parte.

A Revolução Farroupilha, 1835-1845

De 1835 a 1845, teve lugar no Rio Grande do Sul a Revolução Farroupilha. Ela foi o resultado, segundo interpretações dominantes, da insensibilidade política do governo central e intolerância do provincial em defesa de interesses do que na época eram classificados de “galegalidade”, ou a lei dos galegos ou portugueses, que ainda exerciam grande influência no Brasil, em que pese a Independência em 7 de setembro de 1822.

Ela teve início em 20 de setembro de 1835, com a conquista farrapa de Porto Alegre, e com ela o longo processo revolucionário gaúcho que, depois de transitar pelas revoluções de 1893, 1923, 1924-1926 e 1930, teve seu epílogo, segundo Osório Santana Figueiredo, em 20 de setembro de 1932 no combate de Cerro Alegre, em Piratini, com a prisão, seguida de exílio em Pernambuco, do Dr. Augusto Borges de Medeiros.

A revolução foi liderada pelo então coronel de Estado-Maior do Exército Bento Gonçalves da Silva, na ocasião comandante superior da Guarda Nacional do Rio Grande do Sul.

A Farroupilha foi também uma revolta da maior guarnição do Exército, depois da do Rio, em aliança com a Guarda Nacional e forças econômicas (fazendeiros e charqueadores), como protesto pelas discriminações feitas ao Exército e seus membros e sobre as quais a História tem silenciado.

Os fazendeiros e charqueadores foram à luta em protesto contra os escorchantes impostos sobre o charque exportado e légua de campo. Desse modo, o charque gaúcho não podia competir com o charque pro-

duzido no Rio da Prata por inimigos de ontem, contra os quais o ônus da luta caíra mais pesado sobre o Rio Grande do Sul.

Os líderes militares dessa Revolução saíram de comandos de unidades do Exército: Bento Gonçalves, Bento Manuel, José Mariano de Matos, João Manoel de Lima e Silva (tio de Caxias) etc.

Esta revolução consagraria, aos 37 anos, como pacificador da Família Brasileira, ameaçada de dividir-se pelas lutas fratricidas do período 1831-1845 e como estrategista e tático consumado, o maior de nossos generais – Luiz Alves de Lima e Silva – o Duque de Caxias e atual Patrono do Exército Brasileiro e da AHIMTB e então comandante da atual 3ª RM, cumulativamente com as funções de presidente da província.

As operações a nível estratégico se desenvolveram em cinco fases distintas, segundo interpretamos em nossas obras: *História da 3ª RM 1809-1953 e Antecedentes*. Porto Alegre: 3ª RM-SENAI, 1995. v.l; *O Exército Farrapo e os seus chefes*. Rio de Janeiro: BIBLIEx, 1992, 2v.; e *Porto Alegre, memória dos sítios farrapos e da administração de Caxias*. Brasília: EGGCF, 1989, as quais são as mais recentes sobre esta revolução.

1ª fase - Vitória da Revolução

(20 set. 1835 - 15 jan. 1836 - cerca de quatro meses)

Consistiu na tomada e posse pelos revolucionários de Porto Alegre em 20 de setembro de 1835 seguida, no mês de outubro, de diversas ações para superar reações apresentadas pelo governo em Rio Pardo, São Gabriel, Pelotas, São José do Norte, Rio Grande e Colônia São Leopoldo.

Ao final do mês, as principais lideranças militares contra a revolução haviam sido neutralizadas ou obrigadas a imigrar. O presidente da província, deposto, havia se dirigido ao Rio de Janeiro. Ficou assim todo o Rio Grande do Sul em poder dos revolucionários que colocaram na Presidência da província o Dr. Marciano Ribeiro (médico mineiro), deputado e, no local do comandante das Armas, o coronel Bento Manuel Ribeiro, então coronel do Exército de Estado-Maior, há pouco destituído do comando da Fronteira do Rio Pardo.

A revolução ocorreu de surpresa, aproveitando o fato de que os comandantes das Armas e da Fronteira do Jaguarão estavam em suas estâncias, crenças de que o líder político militar do movimento, o coronel Bento Gonçalves da Silva, comandante superior da Guarda Nacional da

província, encontrava-se em Corrientes, na Argentina, em licença. O governo central era exercido pelos liberais.

2ª fase - a República Rio-grandense proclamada é obrigada a emigrar (15 jan. 1835 - 28 mar. 1837 – cerca de quatorze meses)

Com a nomeação do novo presidente da província, Dr. Araújo Ribeiro, pelo governo Central, esta autoridade assumiu o governo na cidade do Rio Grande, em 15 de janeiro de 1836, ponto estratégico militar que retornou ao controle do governo Central mediante hábil manobra política.

Este ponto serviu para o governo, no Rio, introduzir via marítima importantes reforços militares terrestres e navais, para consolidar aquela posição e combater, a partir dela, a Revolução.

Aderiu à causa legal o coronel Bento Manuel Ribeiro, comandante revolucionário das Armas, fator importante que evitou o ataque de reconquista da cidade de Rio Grande pelos revolucionários.

No confronto que se seguiu, segundo Canabarro Reichardt, houve divergências de estratégias entre Bento Gonçalves – líder político militar – e o major João Manoel de Lima e Silva (tio de Caxias), que assumiu o comando revolucionário das Armas.

O primeiro foi favorável à concentração, a fim de derrotar Bento Manuel para, a seguir, investir a cidade de Rio Grande. O segundo foi favorável a um investimento, a um só tempo, de Bento Manuel, na Campanha, e da cidade de Rio Grande.

Dessa hesitação decorreu serem os revolucionários batidos por partes, com a perda definitiva de Porto Alegre, em 15 de julho de 1836, reconquistada num ousado golpe de mão pelo então major Manuel Marques de Souza, futuro Conde de Porto Alegre, seguido da prisão dos líderes revolucionários em Porto Alegre que foram enviados para o Rio e confinados na Fortaleza de Santa Cruz.

Isso provocou a desistência de João Manoel de investir Rio Grande e, pouco depois, a prisão de Bento Gonçalves, em 4 de outubro de 1836, na ilha de Fanfa. Este fato ocorreu quando Bento Gonçalves se retirava de Porto Alegre, numa frustrada tentativa de reconquistar aquela capital ou mantê-la sob sítio terrestre.

Neste quadro extremamente adverso, o coronel Antônio de Souza Netto, com sua Brigada Liberal, bateu em Seival, em 10 de setembro de

1836, a força legal do coronel João da Silva Tavares, proclamando no dia seguinte, em Campo do Menezes, a República Rio-grandense, logo reconhecida pela Câmara de Jaguarão e, a seguir, pela de Piratini.

Pressionado por Bento Manoel, os chefes João Manoel e Antônio Netto reuniram suas forças em Piratini, na Serra dos Tapes, escolhida capital da República Rio-grandense, para ali instalarem e estruturarem seu Exército.

Em 10 de dezembro de 1836, sob pressão de Bento Manuel, a República Rio-grandense e o seu Exército foram obrigados a se internarem no Uruguai, deixando o Rio Grande sob o controle militar dos imperiais. Bento Gonçalves foi escolhido o presidente da República e comandante em chefe de seu Exército, quando se encontrava preso no Rio de Janeiro.

Assumiu a liderança militar farrapa o coronel Antônio Netto, em substituição ao primeiro general da República – João Manoel Lima e Silva –, que se internou no Uruguai para tratar de ferimento no rosto, recebido no combate de São Gonçalo de 2 de junho de 1836 em Pelotas. Pois já se assinalava, nessa altura, reação à sua liderança militar por condições de saúde precárias.

3ª fase - Retorno da República do Uruguai (28 mar. 1837 - 18 jul. 1839 – cerca de vinte e sete meses)

Desinteligências entre o presidente da província, brigadeiro Antero Ferreira Brito, e o comandante das Armas, o coronel Bento Manuel Ribeiro, terminaram por modificar o curso da revolução.

O presidente saiu de Porto Alegre para prender e destituir o comandante das Armas. Mas este antecipou-se e prendeu o presidente, em 28 de março de 1837, no Passo de Itapevi, em Alegrete.

Assim, Bento Manuel, pela segunda e última vez, passou-se para o lado republicano, para onde levou a vitória como fiel da balança e novo ponto de inflexão da guerra em favor da revolução.

Os republicanos então retornaram ao Rio Grande. Restabeleceram a capital em Piratini, conquistaram Caçapava em 8 de abril de 1837 e colocaram sob sítio, em 13 de maio de 1837, a capital de Porto Alegre. Este sítio se prolongaria por três anos. Conquistaram Triunfo, em 15 de agosto. Três dias depois, em São Borja, teve lugar a morte brutal, depois de emboscado e torturado, do general João Manoel Lima e Silva, aos 32 anos. Era tio, repetimos, do futuro Duque de Caxias.

Objetivos do sítio farrapo de Porto Alegre

Os republicanos farrapos, ao colocarem Porto Alegre sob sítio terrestre, objetivavam estrategicamente:

- 1- Fixar importantes efetivos imperiais na capital.
- 2- Impedir apoio mútuo terrestre Rio Grande-Porto Alegre.
- 3- Impedir envio de reforços terrestres de Rio Grande a Porto Alegre pelo litoral, ou a partir de Santa Catarina.
- 4- Impedir expansão de pontos fortes terrestres, com apoio naval ao longo do Jacuí e seus afluentes, assegurando, assim, a livre circulação e comunicações republicanas no interior do Rio Grande.
- 5- Melhor realizar a espionagem dentro dos muros da sitiada Porto Alegre, por meio de agentes republicanos infiltrados.

6- Assegurar ali a articulação da Campanha com a região serrana (Cima da Serra) e, em decorrência, com Santa Catarina e São Paulo, por terra.

Assim, enquanto os republicanos mantiveram Porto Alegre sob sítio, viveram o período áureo e de maior segurança no campo militar. Foi em razão do alto sentido estratégico do sítio republicano em Porto Alegre que, por cerca de três anos, o esforço militar imperial concentrou-se em levantá-lo.

Um herói da defesa da sitiada Porto Alegre

Desempenhou então destacado papel para defender e apoiar logisticamente Porto Alegre sitiada o seu filho – o tenente-coronel Francisco Pedro de Abreu –, futuro Barão de Jacuí, no comando do célebre Esquadrão da Barra e, depois, 5º Corpo de Cavalaria da Guarda Nacional.

Exerceu essa ação a partir de outubro de 1837, no Forte da Picada ou Chico Pedro, que estabeleceu como sua base de operações em ilha, na foz do rio Jacuí com o Guaíba, ligado à margem oposta do porto de Porto Alegre por uma picada.

Ao assumir a presidência e o comando das Armas, em 9 de novembro de 1842, em Porto Alegre, Caxias, precedido da justa aura de Pacificador do Maranhão, São Paulo e Minas Gerais, encontrou o seguinte quadro estratégico:

A tropa ao seu comando, forte de 11.500 homens, mantinha grandes efetivos no corte de São Gonçalo, face a Pelotas, e em Porto Alegre e Rio Pardo. O grosso dela acampava no estratégico Passo de São Lourenço,

no rio Jacuí, a montante de Cachoeira do Sul. A partir daí, em diversas ações com Cavalaria e Infantaria, ao longo da lagoa dos Patos até o rio Camaquã e ao longo do rio Jacuí até o rio Pardo, com apoio naval, realizou memoráveis golpes de mão sobre os republicanos, inquietando-os, aprisionando-os e trazendo gado para alimentar as tropas, a população e hospitais de Porto Alegre, aumentando, assim, a capacidade de resistir da capital.

Atuou como uma espécie, hoje, de tropa de fuzileiros navais, transportado inclusive pela barca “Liberal”, barco a vapor, pioneiro no Brasil em operações militares e construído em Pelotas, em 1832, por Domingos de Almeida e Cia.

Toda essa movimentação revolucionária de dois anos, até 15 de setembro de 1839, foi realizada com o governo central nas mãos do Partido Liberal. Nesse período foram enviados em reforço ao Rio Grande do Sul 1.904 homens. Eles representaram cerca de 17% do efetivo total enviado até a Pacificação.

Assumindo o governo o Partido Conservador, foi intensificado o combate à revolução, com envio de reforços ao Rio Grande do Sul até abril de 1839, num total de 5.772 homens, ou cerca de 30% do total enviado até a Pacificação.

Imperiais levantam o sítio de Porto Alegre

Em fevereiro de 1838, o presidente e comandante das Armas, general Elzeário de Miranda Brito, visando a derrotar os republicanos que sitiavam Porto Alegre, executou a seguir manobra:

Embarcou sua tropa em Porto Alegre e a desembarcou na margem esquerda do Jacuí. Por uma manobra desbordante dos rios Caí, Sinos e Gravataí, tentou cair sobre os sitiantes pela retaguarda. Estes, ao comando do coronel José Mariano de Matos, levantaram o sítio e retraíram para Cima da Serra, de onde avançaram sobre Lajes, em Santa Catarina.

Bento Gonçalves pressionou Porto Alegre, mas foi rechaçado pelo general Elzeário ao longo do Jacuí, até Rio Pardo. Esta foi retomada pelos imperiais em março de 1838.

Os republicanos reagiram e recuperaram Rio Pardo, em 30 de maio de 1838, na maior e mais retumbante vitória das que obtiveram. Logo a seguir, restabeleceram o sítio de Porto Alegre.

A segunda tentativa do general Elzeário de desbordar os sitiantes foi anulada com a vitória obtida pelos republicanos em Caí, em 1º de fevereiro de 1839, ao comando do general Bento Manuel Ribeiro.

No campo naval, os imperiais desalojaram os republicanos dos fortes do Itapuã e da Ilha do Junco, na estreita entrada à Lagoa dos Patos, do rio Guaíba. Neutralizaram a interferência de barcos farrapos na navegação imperial, ao longo da Lagoa dos Patos, por navegarem em comboios. Tentaram destruir o estaleiro republicano no rio Camaquã (Passo do Mendonça). Nessa ocasião, Caxias, como ajudante de ordens do ministro da Guerra e em sua companhia, esteve no Rio Grande do Sul quando conheceu o capitão Osório, donde surgiu uma grande amizade.

A expedição farrapa a Laguna

Logo a seguir, em 1839, teve lugar a expedição republicana terrestre e naval a Santa Catarina, visando à conquista de um porto de mar, na Laguna, para a república Rio-grandense. O capitão José Garibaldi, comandante da Marinha da República, depois de construir os lanchões “Seival” e “Farroupilha” no estaleiro do rio Camaquã, atravessou a Lagoa dos Patos e transportou os barcos para o rio Tramandaí.

Fez então longa e épica travessia com os barcos transportados em enormes carretas. Do rio Tramandaí atingiu o oceano e depois Laguna, em Santa Catarina, somente com o lanchão “Seival”, em razão de o “Farroupilha” haver sido engolido por uma tempestade em alto mar. Existe réplica do Seival no Parque Histórico Marechal Manoel Luiz Osório em Tramandaí. No caderno iconográfico publica-se foto do Seival genuíno.

Proclamada a efêmera República Juliana, ela teve seu epílogo com a derrota da esquadra Republicana pela Imperial, no combate naval de Laguna, de 15 de novembro de 1839.

A expedição a Laguna em julho de 1839 e o abandono definitivo da causa republicana para um período de neutralidade pelo general Bento Manuel Ribeiro, em 18 de julho de 1839, tiveram lugar com o Partido Liberal no poder, no Rio, desde abril de 1839.

Assim, com a malograda expedição a Laguna e abandono da causa republicana pelo general Bento Manuel, encerrou-se a fase da República Rio-grandense, com capitais em Piratini e Caçapava, de onde editaram o jornal oficial – *O Povo*.

4ª fase - Declínio da República Rio-grandense (18 jul. 1839 - dez. 1842 – cerca de três anos e meio)

O ano de 1839 terminou para os republicanos com derrota naval em Laguna, em 15 de novembro de 1839, e com a vitória terrestre de Santa Vitória (Bom Jesus), em 14 de dezembro de 1839, em que forças retirantes de Santa Catarina, ao comando do coronel Joaquim Teixeira Nunes, e “a maior lança farrapa” – Tasso Fragoso –, bateram e dispersaram a Divisão Paulista, ou Divisão da Serra, que invadira o Rio Grande, a partir de Lages, em Santa Catarina, em apoio ao Rio Grande para levantar-se o sítio de Porto Alegre.

O ano de 1840 foi inicialmente de equilíbrio. Assumiu o comando das Armas o general Manoel Jorge Rodrigues, decidindo logo por atacar os republicanos que sitiavam Porto Alegre.

Planejou desbordar o sítio, como o tentara duas vezes, sem êxito, o general Elzeário. Só que agora com mais forças e depois de operar junção na margem direita do rio Caí com coluna ao mando do brigadeiro oriental Izaías Bonifácio Calderon, após partir do canal de São Gonçalo, próximo a Pelotas, e atacar Caçapava, a capital da República.

Como resultado dessa manobra, teve lugar, em 3 de maio de 1840, a indecisa batalha de Taquari e, no campo estratégico, a consolidação do sítio republicano de Porto Alegre.

O grande endividamento interno e externo da República abalou seu crédito por essa época, com reflexos negativos no apoio logístico à guerra e na unidade do movimento. Tiveram então lugar as primeiras gestões visando à pacificação. Circunstância coincidente com a maioria de D. Pedro II.

Em 10 de julho de 1840, já com o Partido Liberal novamente no poder, teve lugar o mais sangrento combate da Revolução, em São José do Norte, mas assinalado por nobres gestos dos comandantes rivais Bento Gonçalves e o coronel Antônio Soares de Paiva. A falta de Infantaria tornou-se gritante para os republicanos.

Em 14 de maio de 1841, Bento Gonçalves reassumiu a presidência em São Gabriel.

Soares Andréa levanta o sítio em Porto Alegre

Assumiu a presidência do Rio Grande e o comando das Armas o general Soares Andréa, o futuro Barão de Caçapava. Concentrou seu esforço em obrigar os republicanos a levantar o sítio de Porto Alegre.

Andréa, com o concurso de forças navais e terrestres, em torno de Porto Alegre, tentou cercar os republicanos que a sitiavam. Lançou contra eles a partir de Santa Catarina uma Divisão ao comando do general Pedro Labatut, reedição da malograda Divisão da Serra. Assim, as forças imperiais em Porto Alegre serviriam de bigorna, e a Divisão Labatut, de martelo.

Em Taquari, interposto entre Porto Alegre e Campanha, Andréa deixou forte efetivo destinado a cortar a retirada dos sitiados do Porto Alegre, pretendida reedição da armadilha da ilha do Fanfa.

Para fugir da armadilha, Canabarro e Bento Gonçalves, sucessivamente, deixaram o sítio de Porto Alegre e marcharam para Cima da Serra, ao encontro de Labatut, visando também atingir a Campanha por um amplo movimento desbordante que foi o mais épico feito terrestre farrapo.

Eles anularam a manobra de Labatut, conseguiram atingir a Campanha, por Santa Maria, desbordando Taquari, mas enfraqueceram o sítio de Porto Alegre. Andréa, apesar do insucesso de Labatut, conseguiu uma grande vitória estratégica, alternativa da derrota pretendida dos sitiados, ou seja, obrigá-los a levantar, em definitivo, o sítio de Porto Alegre.

A partir dessa vitória, as forças de terra imperiais, com apoio naval, foram se espraiando e se fixando em pontos fortes, bem como ao longo das barrancas norte do rio Jacuí e afluentes e ainda confinando os republicanos na Campanha Rio-grandense e nas Missões (São Borja e Cruz Alta), tendo estes como capitais São Gabriel e depois Alegrete. Nas Missões, havia pontos fortes em São Borja e Cruz Alta. A região de Cima da Serra passou ao controle imperial.

A expedição do general João Paulo dos Santos

O general João Paulo dos Santos Barreto, agora o comandante das Armas, concentrou seu Exército, forte de 5.000 homens, na região de Cachoeira (Passo São Lourenço). Sua estratégia era penetrar na Campanha e travar uma batalha campal com os republicanos.

E assim procedeu uma longa marcha pela Campanha, de 4 de março a 13 de junho de 1841, ao longo da qual sofreu uma guerra de desgaste ou de recursos, eufemismo de guerra de guerrilhas, ou a guerra à gaúcha. Chegou ao final, na estância do Carmo, margem direita de Ibicuí, em 21 de julho de 1841, destituído do comando, com a Cavalaria quase a pé e a Infantaria extenuada e desfalcada pela peste, disenteria e deserções.

Enquanto acreditava estarem os republicanos fugindo de um combate decisivo, estes estavam desenvolvendo uma guerra de guerrilhas, típica da área, chamada então, repito – guerra de recursos ou guerra à gaúcha –, uma doutrina militar genuína desenvolvida nas guerras do Sul contra os espanhóis.

Aproveitando o insucesso desse *raid*, imaginaram os republicanos um ataque a Rio Grande que não foi efetivado, mas preocupou seriamente a Corte.

O marechal Pereira Valente comprime a mola do Apoio Logístico

O governo Central, desde março sob controle dos líderes do Partido Conservador, substituiu no comando das Armas o general João Paulo pelo marechal Tomas Joaquim Pereira Valente, Conde do Rio Pardo.

Este, durante o longo período de quatorze meses, não alterou o quadro estratégico. O esforço operacional do Império voltava-se então para Minas e São Paulo. Mas dedicou-se a preparar-se logisticamente, ou seja, refazer-se dos desgastes sofridos pelo general João Paulo. Recebeu esforços de 5.450 homens, ou metade do efetivo total de 11.000 enviados ao Sul, desde 1835.

As revoluções liberais de Minas Gerais e São Paulo haviam trazido um alento moral aos republicanos. Mas este espírito pouco perdurou, pois a discórdia entre os republicanos já começara a lavrar. Discórdia que se evidenciou, mais tarde, na instalação da Assembleia Constituinte, em Alegrete, em 1º de dezembro de 1842, ocorrida cerca de vinte dias depois de Caxias haver assumido, em Porto Alegre, a presidência da província, cumulativamente com o comando da Armas.

5ª fase - A pacificação do Rio Grande do Sul (5 nov. 1842 - 1º mar. 1845 – cerca de vinte e oito meses)

Era passo chave para o ingresso na Campanha Rio-grandense e nas Missões. Já fora usado para concentrar o Exército Demarcador de Gomes Freire na Guerra Guaranítica (1754-56); pelo Marquês de Barbacena para concentrar o Exército do Sul, depois de Passo do Rosário, em 20 de fevereiro de 1827 e, mais tarde, pelo general João Paulo, em 1841, para investir na Campanha.

O grosso estava desmontado, mas refeito logisticamente da desgastante expedição do general João Paulo. A Marinha exercia pleno domínio das águas navegáveis do Rio Grande: lagoa dos Patos e Mirim e rio Jacuí etc.

Os republicanos dominavam a Campanha e as Missões com cerca de 3.500 homens. Estavam com o controle de quase todas as cavalcadas da província e fechavam as fronteiras do Uruguai e da Argentina ao recebimento de cavalos pelas forças imperiais.

Nas Missões, com base em São Borja, atuava o coronel Joaquim Teixeira Nunes, e, com base em Cruz Alta, o tenente-coronel Gomes Portinho. Em Cima da Serra atuavam contingentes republicanos esparsos.

O Plano estratégico de Caxias

Caxias iniciou a campanha transportando, por terra, 7.000 cavalos de Rincão dos Touros, em Rio Grande, após fixar Netto em Piratini e Canabarro, face ao Passo Lourenço a montante de Cachoeira do Sul.

Atravessou o São Gonçalo no Passo da Barra. Depois de costear a lagoa dos Patos e o rio Jacuí, por cerca de oitenta léguas, atingiu o Passo São Lourenço.

Caxias desenvolveu esforços nos seguintes pontos, o que conseguiu plenamente, em que pese desgastante e persistente ação do Exército da República, sob a liderança de Canabarro, de evitar o combate (guerra à gaúcha):

1- Conquistar superioridade em cavalcadas, relativamente aos republicanos e, com isso, superá-los em mobilidade ou capacidade de manobrar (o transporte aqui se enquadra).

2- Ocupar as povoações na Campanha e Missões com Infantaria e Polícia e fortificá-los, se necessário, com trincheiras, caso de Canguçu, ou

com fortes, caso de São Gabriel (Forte Caxias) e Santa Maria (Forte da Imperatriz).

3- Melhorar as fortificações de Rio Grande e Porto Alegre (bases navais e terrestres).

4- Abrir as fronteiras nos rios Uruguai e Quaraí e, em Santana do Livramento, ao recebimento de cavalos adquiridos no Uruguai e Argentina.

5- Fechar estas fronteiras para o mesmo fim aos republicanos.

6- Fazer transportar sua Infantaria a cavalo e renunciar à Artilharia de Campanha, para maior mobilidade, conservando-a em sua Divisão.

7- Com o concurso dos caudilhos Oribe e Rosas, fechar as fronteiras, em Santana e nos rios Quaraí e Uruguai, às imigrações dos republicanos.

8- Estimular no Rio Grande, no Uruguai e na Argentina a reação e cooperação econômica e militar de imperiais ou dissidentes dos republicanos imigrados naqueles países, ou por eles neutralizados no Rio Grande.

9- Desenvolver, em Passo do Rosário, Rincão del Rey, Rio Pardo e no Rincão dos Touros, em Rio Grande, junto ao canal São Gonçalo, invernadas de cavalos para manter a mobilidade de seu Exército superior à dos republicanos.

10- Não levar a guerra contra a população civil, estimulando-a a sobreviver economicamente e não requisitando dela recursos, como havia feito o general João Paulo (mandou inclusive recuperar a igreja de Canguçu, base da Ala Direita de seu Exército, que estava quase em ruínas).

11- Proteger a invernada de Rincão dos Touros (Torotama), inclusive com auxílio da Marinha, no corte do São Gonçalo, e com expedições preventivas contra a Serra dos Tapes (Canguçu e Piratini), donde podiam partir ataques.

12- Oferecer o perdão e a anistia aos que depusessem armas (18 dez. 1844).

13- Tratar da paz em condições honrosas, negociar com firmeza, mas em alto nível de consideração aos negociadores republicanos, não transigindo com propostas de separação do Rio Grande do Império.

14- Conservar para si a direção estratégica da guerra e atuar taticamente com o concurso de oficiais rio-grandenses especializados naquele modo de luta típica das coxilhas que se estava travando – a guerra à gaúcha.

Assim recorreu ao brigadeiro Bento Manoel e ao tenente-coronel Francisco Pedro de Abreu, ou Chico Pedro, conhecedores da terra e gente rio-grandense e da guerra à gaúcha.

15- Lançar no centro do “reduto mais farrapo”, a Serra dos Tapes (Piratini e Canguçu), com base de operações em Canguçu, atual nó orográfico desta serra, a Ala Direita do seu Exército, ao comando do citado tenente-coronel Francisco Pedro de Abreu, o célebre Moringue, o mais competente guerrilheiro imperial.

16- Lançar, no momento decisivo, suas reservas em cavalos de Rincão dos Touros para fechar a fronteira do Jaguarão à Revolução, único apoio externo que recebiam por meio do general Rivera.

17- Conduzir a guerra no inverno, para provocar o desgaste das cavalladas republicanas e de seus soldados, por negar-lhes apoio nas povoações, quebrando uma tradição na área de interromper a guerra no inverno.

18- Desenvolver esforços para arruinar cavalladas republicanas. Isto por obrigá-los à intensa movimentação, ao combate no inverno, por fechar-lhes as fronteiras à importação de cavalos, por localizar e tomar suas invernadas e proteger as dos imperiais de Passo do Rosário, Rincão del Rey e Rincão dos Touros de incursões, como a que aconteceu, com êxito, em Passo do Rosário e uma malograda sobre Rincão dos Touros.

19- Procurar apressar a paz, para prevenir interferência de Rosas e da Inglaterra, que esboçaram desejos de proteger os farrapos, segundo Antônio da Fontoura em seu *Diário*.

Não se travaram encontros expressivos nesta fase. Os mais significativos foram os de Ponche Verde, a surpresa de Porongos, dois combates de Canguçu e o combate de Serro de Palma, em Candiota, última vitória republicana.

Em 1º de maio de 1845, em Ponche Verde, foi selada a Paz da Revolução Farroupilha.

Foi o reencontro da Família Brasileira, envolvida em lutas fratricidas desde a abdicação de D. Pedro I, em 7 de abril de 1831.

Por desejo dos revolucionários, Caxias foi mantido na presidência da província e no comando das Armas. De Ponche Verde a Bagé e depois até Porto Alegre, Caxias foi ovacionado.

Ligou-se desde então afetivamente aos rio-grandenses republicanos, que se tornaram seus amigos e colaboradores nas guerras externas contra Oribe e Rosas (1851-1852) e da Tríplice Aliança contra o Paraguai (1864-70).

Foi por eles eleito senador vitalício, cargo que exerceu por mais de trinta anos.

A Revolução Farroupilha, se por um lado foi ruim para a Unidade Nacional, pelas cerca de 3.000 vidas que imolou, resultou em benefício para a preservação da Soberania e Integridade Nacional, por haver transformado o território do Rio Grande do Sul num laboratório de táticas e de formação de chefes de Cavalaria para as guerras externas de 1851-1852 e 1864-1870, nas quais imperiais e republicanos marcharam irmanados lado a lado, ombro a ombro, em defesa da Soberania e Integridade do Brasil.

Mais da metade do Exército Imperial esteve ao final da Revolução Farroupilha ao comando de Caxias, no Rio Grande do Sul. Na ação de Caxias, observa-se a ênfase que emprestou aos princípios de guerra da Manobra, da Ofensiva, da Segurança e da Unidade de Comando.

Com isso foi-lhe possível enfrentar a estratégia do fraco contra o forte, ou a guerra de guerrilhas nas coxilhas do Rio Grande, baseada nos princípios de guerra da Manobra, da Segurança, da Economia de Meios e, fundamentalmente, da Surpresa.

Algumas conclusões

Quando tiveram início as negociações de paz que culminaram com a paz de Ponche Verde, segundo Henrique Oscar Wiedersphan, os farrapos reconheciam a precariedade de sua situação, confinados a uma área da província quase sem recursos, sem disporem de nenhuma vila ou povoado com base de suas operações, ou para servir de sede ao que restava do governo e da administração civil, vagando pois sem destino certo e procurando evitar um confronto com a coluna principal de Caxias.

D. Pedro II decidiu ainda terminar a guerra nas condições propostas pelos farroupilhas, basicamente estruturadas por Bento Gonçalves, e disso encarregou Caxias que desde então declarou:

“[...] estou disposto a carregar com qualquer responsabilidade que possa sobrevir, uma vez que tenho consciência que isto seja o bem da Província e do Brasil.”

Por estar doente, Bento Gonçalves mandou o tenente-coronel Ismael Soares da Silva representá-lo em reunião convocada por David Canabarro, para deliberarem sobre a paz. Independente da representação, mandou sua opinião a respeito, que sintetizamos a seguir na carta a Canabarro, de 22 de fevereiro de 1845, da Estância do Velho Netto:

“Tendo emitido minha opinião, resta repetir-vos que a paz é absolutamente necessária, que os meios de prosseguir a guerra se escasseiam, o espírito público (opinião pública) está contra qualquer ideia que tenda a prolongar seus sofrimentos, classificando de caprichosa a continuação da atual.

Uma conclusão é sempre preferível aos azares de uma derrota e a “história antiga e moderna nos fornecem mil exemplos que não devemos desprezar”(grifo nosso).

Em carta de 6 de março de 1845 a Dionízio Amaro da Silva, cinco dias depois da paz de Ponche Verde, Bento Gonçalves faz justiça a Caxias ao escrever:

“Sabes melhor que ninguém que aceitei as negociações da Paz ao ponto de ir contigo ao Campo do Barão de Caxias, depois de muitas viagens que para aquele efeito ali havia ido.

Sabes que mesmo o Barão de Caxias havia acordado o meio de uma paz que só conseguimos algumas vantagens pela generosidade dele (Caxias). Deste homem verdadeiramente amigo dos rio-grandenses, que não podendo fazer-nos publicamente a Paz, por causa da péssima escolha dos negociadores e da estupidez sem igual dos que a dirigiram, nos fez o barão o que já não podíamos esperar, salvando, assim, em grande parte, nossa dignidade.”

Finalizando a carta escreveu:

“Sigo para a minha pequena fazenda, unicamente com a ingente glória de achar-me o homem, talvez, mais pobre do País.”

Bento Gonçalves, em realidade, foi que fez as primeiras sondagens de Paz com Caxias, das quais resultou o esboço que se concretizou.

Caxias então mandou responder a Bento Gonçalves que dissesse as condições de paz solicitadas pelos farrapos, e que desde que não fosse a separação da província, podiam pedir o que quisessem, pois tinha poderes para tratar do assunto e, ainda, que o envio de emissários à Corte era só para preencher formalidades.

Assinalada a Paz, Caxias teve dificuldades por pressão dos escravocratas do Sudeste de cumprir a cláusula IV: “São livres, e como tais reconhecidos, todos os cativos que serviram a República Rio-grandense”.

Os escravocratas julgaram-na uma afronta ao direito de propriedade. Chegaram a exigir o cumprimento do artigo 5 das Instruções Reservadas de 18 de dezembro de 1844, enviadas a Caxias, que estipulava:

“5º - os escravos que fizeram parte das forças rebeldes apresentadas serão remetidos para esta Corte à disposição do Governo Imperial que lhes dará o conveniente destino.”

Canabarro entregou 120 soldados negros dos célebres Lanceiros Negros Farrapos do 1º Corpo de Lanceiros e outros de um Batalhão de Caçadores para serem levados para a Real Fazenda de Santa Cruz no Rio de Janeiro, inicialmente como escravos estatizados, local sede do atual Batalhão Escola de Engenharia.

Lanceiros negros farrapos sobre os quais escrevi em: *O Negro na Sociedade do RGS* (Porto Alegre: IEL, 1975).

Mas o barão resistiu à pressão. Concedeu-lhes a alforria prometida antes. Aplicou, então, o Aviso Ministerial de 19 de novembro de 1838, que assegurou liberdade a todos os soldados republicanos ex-escravos que desertassem de suas fileiras e se apresentassem às fileiras imperiais.

Assim, entre cumprir a instrução reservada que implicava manter escravos fora do Rio Grande os negros que lutaram pela República, e libertá-los totalmente, conforme a Convenção de Ponche Verde, o barão conciliou a divergência, libertando os soldados negros da República e os incorporando como soldados livres ao Exército nas unidades de Cavalaria Ligeira do Rio Grande, onde prestaram assinalados serviços, inclusive em Monte Caseros.

Com isso Caxias tornou-se pioneiro abolicionista. Sob este título nós escrevemos vários artigos e ainda dele tratamos em artigo “O Exército e a Abolição” em *A Defesa Nacional*. 743, 1989 (1º prêmio no concurso sobre o tema promovido pela BIBLIEx).

Do comando de Caxias na Revolução Farroupilha, existem as seguintes fontes primárias publicadas:

CAXIAS, Barão de. *Ofícios 1844-1846*. Rio: Imprensa Militar, 1950.

CAXIAS, Barão de. *Ordens do Dia, 1844-1845*. Rio: Imprensa Nacional, 1943.

CAXIAS, Barão de. Documentos de seu governo, 1844. *RIHGRGS*, nº 56, 1914 (p. 128).

Os *Anais do Arquivo Histórico do RGS*, publicados em 8 volumes em 1981 em Porto Alegre por iniciativa do coronel da Aeronáutica Moacyr Domingues contêm valiosos subsídios sobre Caxias. Aspectos de seu governo no Rio Grande do sul foram abordados na Segunda Parte em “Caxias presidente do Rio Grande do Sul”.

A Revolução Praieira em Pernambuco 1848-1849

De 1844 a 1848 o Partido Liberal dominou politicamente Pernambuco. Ao ser substituído pelo Conservador em 1848 produziram-se grandes reações que seriam o combustível para a derradeira maior revolta no período monárquico – a Praieira em Pernambuco.

O nome Praieira era derivado da rua da Praia no Recife, local da sede do jornal o Diário Novo, porta-voz dos liberais locais. Segundo Joaquim Nabuco em *Um estadista do Império*:

“O povo pernambucano acreditava que possuía dois inimigos que o impediam de ganhar a vida e desfrutar algum bem estar. Eles eram os portugueses que monopolizavam o comércio das cidades e os senhores de engenho que monopolizam a terra no interior. A guerra dos praieiros era feita contra estes dois elementos, daí o seu caráter social mais do que político.”

E os praieiros terão a adesão sucessiva de dois líderes republicanos: Borges da Fonseca e Nunes Machado. Os liberais tiveram na liderança

militar Pedro Ivo Veloso da Silveira. As violências e abusos de autoridades do interior iriam detonar a revolta Praieira.

Desenvolvimento da Revolução Praieira

A revolução teve início com concentrações praieiras em Igarauçu que a seguir rumaram para Nazaré e isolaram as comunicações de Recife com o interior. Eles conseguiram o apoio de 300 guardas nacionais treinados sob o controle de chefes liberais.

Os praieiros, a par de medidas militares, desencadearam vigorosa campanha contra o governo de Pernambuco, visando desestabilizá-lo por voltarem o povo contra ele.

E o governo local reagiu. Expediu contra os revolucionários o chefe de Polícia com apoio de 100 policiais. Sentiu esta autoridade ser impotente para resolver a questão.

Em 10 de novembro de 1848, o coronel José Vicente de Amorim Bezerra, com o seu 4º Batalhão de Artilharia de Posição, reforçado por 80 guardas nacionais e policiais, recebeu a missão de dar combate aos revolucionários. Retraindo sob pressão do governo, os revoltosos chegaram à região do engenho Mussupinho onde foi travado violento combate, com vitória dos legais. O combate foi descrito pelo coronel José Vicente ao presidente de Pernambuco nestes termos:

“Comunico que força ao meu comando obteve o mais completo triunfo no lugar Mussupinho, concentração dos rebeldes. O combate durou três horas e foi renhido e sangrento. Os desalojei, levando-os a completa debandada até vasta distância do acampamento. Desarme os prisioneiros. Não persegui fugitivos por estar fora de combate o clarim (corneiteiro) de Cavalaria e eu não podendo fazer executar os toques para que a Cavalaria fizesse carga. Em seguida mandei a Infantaria ao encalço dos revoltosos derrotados, apresentando-se alguns deles. A perda do inimigo foi considerável – 18 mortos e uma grande parte de feridos. Ficaram em nosso poder 56 prisioneiros e grande porção de armamento e cartuchos, três barris de pólvora, muitas pedras de ferir (sílex) e uma corneta.

Nossa perda foi de 10 mortos e poucos feridos.”

Pouco depois chegava ao Recife o deputado Joaquim Nunes Machado, um dos mais importantes líderes da área liberal, oficialmente, mas em realidade republicano. E sob a sua liderança praieiros reuniram-se nas matas de Catuca.

Ali o jornalista liberal (republicano) Borges da Fonseca redigiu um Manifesto dirigido ao mundo, revelando ideias liberais avançadas praticadas no ano anterior na Europa e que haviam culminado com a derrocada da Monarquia na França.

As tropas legais investiram Catuca, onde os revolucionários praticavam ações guerrilheiras. Acuados, se retiraram para a cidade de Goiana, berço natal do heroico tenente Conrado, morto no combate à Balaiada, com grande pesar de Caxias.

E novamente se concentraram em Igarauçu.

No Natal de 1848 assumiu a presidência de Pernambuco o Dr. Manuel Vieira Tosta. Demonstrando vontade política de pacificar, distribuiu proclamação assegurando justiça e oferecendo perdão aos praieiros de armas nas mãos.

Os praieiros responderam com concentração em Água Preta de cerca de 2.000 homens dispostos a atacar o Recife, o que levaram a efeito na manhã de 2 de fevereiro de 1849.

A defesa do Recife ficou a cargo do citado coronel José Vicente, comandante da Artilharia a Pé.

E foi travada violenta batalha que envolveu ruas e praças do Recife, chegando os defensores em muitos momentos temerem pela perda da vitória.

Segundo Figueira de Mello, em *Crônica da revolução Praieira*, houve uma série de erros graves de parte a parte. As linhas de defesa do Recife se estenderam em demasia, de modo que os atacantes puderam nelas se infiltrar com facilidade.

Os revoltosos, em vez de se concentrarem num só bloco para atacarem e conquistarem logo o Palácio do Governo, foram dispersados e, assim, enfraqueceram-se em todos os pontos.

Outro erro foi a coluna revoltosa da Soledade que, em vez de combater, se aplicou a saquear casas do bairro.

Rechaçados do Recife, os revoltosos atingiram Igarauçu e Pasmado em 5 de fevereiro de 1849, para reorganização e se suprirem de munições de guerra e boca. Nesta tarefa, praticaram violências e outros atos condenáveis. Pressionados, internaram-se na Paraíba. Alguns chefes desertaram e rumaram para o sul do Brasil.

Em 31 de março de 1849, Borges da Fonseca, que se havia refugiado com seu grupo no Cabo, foi atacado de surpresa e feito prisioneiro. Pedro Ivo ainda resistiu por dois meses guerrilhando. Convencido pelo

pai, entregou-se em 1850. Foi levado preso para a Fortaleza da Laje na entrada da Bahia de Guanabara. Dali conseguiu fugir com o concurso de sociedades secretas. Faleceu em viagem para a Europa. Tornou-se uma lenda no sertão!

O último combate da resistência liberal praieira ocorreu em Água Preta, em 26 de janeiro de 1850.

Lideranças praieiras foram em parte confinadas em Fernando de Noronha. O perdão imperial só foi concedido em 1852, depois da Guerra contra Oribe e Rosas (1851-1852) em que as forças brasileiras foram comandadas na vitória por Caxias.

Por ocasião da Revolução Praieira, Caxias, depois de imortalizado como Pacificador do Maranhão, São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, comandava as Armas da Corte no atual Palácio Duque de Caxias. Suas preocupações se voltavam para a delicada situação no Prata que punha em risco a Integridade e Soberania do Brasil no Sul, para o que contaria com o apoio decidido de militares farrapos que ele pacificara.

Combateu a Praieira o capitão Antônio de Sampaio, atual patrono da Infantaria. Ele vinha do Rio Grande do Sul onde, ao comando de uma companhia destacada de Jaguarão, passou longo período em Canguçu, mantendo a paz em posição estratégica entre Piratini e Caçapava, antigas capitais farrapas conforme abordamos em: *Canguçu, reencontro com a História*. Porto Alegre: IEL, 1983.

Esta foi a 4ª luta interna no período monárquico em Pernambuco, estado que abriu e fechou o ciclo de revoltas expressivas na Monarquia, a primeira em 1817 e a última em 1850. Circunstância que está a sugerir um aprofundamento interdisciplinar.

Delas, duas foram republicanas, uma restauradora de D. Pedro I e a última com características sociais liberais e republicanas.

Como teria nelas influído o justo orgulho nativista decorrente da expulsão dos holandeses simbolizados pelas Batalhas dos Guararapes?

Proclamada a República, Pernambuco teve papel estratégico de relevo ao lá ser adestrada a Esquadra Legal organizada pelo marechal Floriano Peixoto e que teve atuação decisiva na vitória sobre a Revolta na Armada no Rio, em 1894, e sobre a Guerra Civil (1893-1895) na Região Sul.

A Praieira é estudada por:

REGO, Melo, Gen, *Rebelião Praieira*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1899.

MELO, Urbano Pessoa de. *Apreciação da Revolta Praieira*. São Paulo: Ed. Nacional, 1938.

CARNEIRO, Edson. *Insurreição Praieira*. Rio de Janeiro: Conquista, 1960.

A Revolta dos Muckers do Ferrabraz 1873-1874

Nos anos de 1873-1874, sendo comandante das Armas do Rio Grande do Sul o pernambucano marechal Vitorino Monteiro – Barão de São Borja –, teve lugar em São Leopoldo o episódio conhecido como A Revolta dos Muckers do Ferrabraz, que terminou provocando a intervenção de forças do Exército locais para combatê-la.

O triste episódio de fanatismo religioso, aliado a intrigas de colonos e autoridades e falta ou deficiência de informações exatas, terminou por provocar uma tragédia social que poderá ser mais bem avaliada politicamente pelo leitor e historiador interessado na leitura das seguintes obras, entre outras:

SHUPP, Ambrósio (padre jesuíta). *Os Muckers* (mais de uma edição).

PETRY, Leopoldo. *Episódio do Ferrabraz - Os Muckers*. São Leopoldo: Ed. Rotermond. 1957.

DOMINGUES, Moacyr, Cel Av. *A Nova face dos Muckers*. São Leopoldo: Ed. Rotermond, 1977.

O cenário da revolta foi a linha Ferrabraz, em Sapiranga, tendo envolvido as localidades atuais de Campo Bom, Lomba Grande e Novo Hamburgo sob a liderança do casal João Jorge e Jacobina Maurer.

A falta de habilidade policial, instigada por acusações exageradas, terminou por acirrar o ódio entre os colonos que seguiam o casal Maurer, contra a situação de vexame que lhes impunham autoridades e vizinhos.

O conflito com os muckers foi se agravando ao ponto de o presidente da província, Dr. João Pedro Carvalho de Moraes, determinar ao seu Comando das Armas a intervenção na revolta.

E sob o comando do coronel Genuíno Olímpio de Sampaio, herói da guerra do Paraguai, foi destacado um forte contingente de 500 homens de Infantaria, Cavalaria e Artilharia nucleado pelo 13º BC de Porto Alegre (que deu origem à atual OM de Infantaria de Jaboatão - PE).

Desenvolvimento da Revolta dos Muckers

Ao escurecer de 28 de junho de 1873, o coronel Genuíno ordenou um ataque sobre a casa dos Maurer, esperando obter sua prisão.

Mas o coronel Genuíno teve uma surpresa. Os Muckers entrincheirados em troncos de árvores e depressões de terreno que conheciam muito bem reagiram violentamente ao custo de quatro mortos e 30 feridos. Sendo noite, o coronel Genuíno ordenou um retraimento para 10km à retaguarda, em Campo Bom atual.

Decorridos vinte e um dias, em 19 de julho de 1874, o coronel Genuíno, com reforços recebidos, inclusive 150 colonos alemães voluntários, atacou novamente o reduto mucker na casa do casal Maurer.

O ataque e reação foram violentos! Morreram 12 homens e oito mulheres muckers. Foram presos seis homens e 36 mulheres. Poucos conseguiram fugir. Cerca de 17 muckers se retiraram para outro reduto. Eles constituíam parte das lideranças mais expressivas. Para o coronel Genuíno pareceu que a vitória tinha sido completa.

Ao amanhecer de 20 de julho de 1874, o acampamento legal foi atingido por tiros de tocaia, disparados de mato próximo. E teve lugar cerrado tiroteio. O coronel Genuíno teve cortada com um tiro uma artéria da coxa, vindo a perecer, após esvair-se em sangue, sem o socorro do médico que se deslocava para São Leopoldo com os feridos.

A tropa do Exército, após combater no dia 21, retraiu novamente para Campo Bom. Assumiu o comando o coronel César Augusto. Em 21 de setembro de 1874, novo ataque ao reduto dos muckers foi repellido, com cinco mortos e seis feridos do Exército.

Em 25 de setembro de 1874, força civil composta de colonos de Sapiranga, Taquara, Dois Irmãos e outras picadas tentaram, sem êxito, um ataque ao reduto mucker.

Foi aí que o capitão Francisco Clementino Santiago Dantas, que participara dos ataques iniciais ao lado do coronel Genuíno, se ofereceu ao presidente da província para comandar o ataque final.

E em 2 de agosto de 1874, decorridos trinta e cinco dias do início das operações contra os muckers, o capitão Santiago Dantas atacou o último reduto dos fanáticos. No renhido combate pereceram 17 muckers, dos quais 13 homens e quatro mulheres.

Os muckers, presos antes e durante a luta, após processo em que foram condenados, apelaram e foram liberados em 1883.

Os muckers sobreviventes, para fugir às perseguições dos habitantes do lugar, mudaram-se para a Terra dos Bastos, em Lageado. Lá, no Natal de 1898, foram atacados e chacinados por colonos da picada de Maio, por acreditarem terem sido os assassinos bárbaros da Sra. Schroeder, vítima, em verdade, de seu marido, que a matara para se casar com outra. Verdade que só veio à luz depois do linchamento dos muckers remanescentes inocentes.

Participaram do combate aos muckers os mais tarde coronéis Carlos Teles, que será sitiado por quarenta e seis dias em Bagé, e João Cezar Sampaio, que o libertou em 8 de janeiro de 1894, à frente da Divisão do Sul. O último era genro do indigitado coronel Genuíno, morto no Ferrabraz. Ambos, Carlos Teles e Sampaio, destacar-se-iam por feitos heroicos em Canudos.

Nesse tempo, as tropas do Exército da guarnição do Rio Grande do Sul sentiam os maléficos efeitos do Regulamento de Ensino do Exército de 1874, de cunho bacharelesco.

No episódio do Ferrabraz, tropas do Exército, sem disporem de um desejável sistema de informações, foram lançadas numa operação sangrenta, fruto da inabilidade das autoridades de São Leopoldo e da província. Em Canudos, isso se repetirá em maiores proporções. A lição deste episódio foi ignorada em Canudos. E deu no que deu .

A resistência dos muckers contou com o concurso de colonos veteranos da Guerra do Paraguai

Os muckers foram colonos que ocuparam o Ferrabraz no centro do triângulo balizado por Novo Hamburgo, Taquara e Gramado, povoado por imigrantes alemães agricultores. Estes colonos, sem assistência médica, religiosa e educacional, entraram num processo de decadência social e de empobrecimento.

Nesse quadro de abandono despontaram as lideranças de João Maurer, um curandeiro a quem os colonos confiavam sua saúde.

A par disso, sua esposa Jacobina, na falta de padres e pastores, passou a interpretar a Bíblia e assim a desfrutar grande credibilidade que aumentou com seus ataques epiléticos, atribuídos e explorados como encontros com Deus. Jorge Maurer, cuidando do corpo, e sua esposa, do espírito de um povo abandonado nas matas e grotas, facilmente exerceram liderança que resultou no triste episódio de revolta que tantas vidas imolou.

Os colonos vindos para povoar a região citada eram originários da região de Hueruch, no SO da Alemanha, onde, na época, havia grande miséria decorrente do arrasamento sofrido pelas tropas de Napoleão.

Caxias, a essa época fora do governo, vivia a angústia da doença e morte da Duquesa de Caxias ocorrida em 1874.

Somente em 22 de janeiro assumiria pela derradeira vez o Ministério da Guerra e a Chefia do Governo. Portanto nada pôde fazer em benefício da pacificação dos muckers, ocorrida sob a égide do Gabinete de Ministros que ele substituíra.

Reflexão final sobre lutas internas no período monárquico

Como foi escrito a certa altura, as revoluções brasileiras estudadas lembram tragédias gregas em que as duas partes têm razões. Não é prudente a visão maniqueísta de dois lados, o do bem e o do mal. No fundo, em quase todas elas existiram ideais puros, mas utópicos, por cedícios, mas indiscutivelmente pioneiros, reveladores de sede de Igualdade, Fraternidade e Liberdade e de oportunidades negadas, por abusos nos campos social, econômico ou político de autoridades ou grupos dominantes do poder. Caxias entendeu isso muito bem, daí o seu sucesso como pacificador. Ele via irmãos brasileiros em divergências agudas, mas não inimigos. Reflitam sobre isso! Ninguém parte para uma revolta ou revolução sem motivos. E os que as lideraram merecem o respeito histórico da posteridade. Eles contribuíram com suas vidas, seu sangue e seus sacrifícios para alicerçarem a Pátria Brasileira. Nessas circunstâncias, o Duque de Caxias, patrono do Soldado do Brasil, deve servir de oráculo na busca da mais adequada solução em determinada conjuntura de confronto entre irmãos brasileiros. Esta parece ser a mais preciosa lição a se retirar da lutas internas do período monárquico. Nelas encontram-se subsídios

valiosos a serem estudados interdisciplinarmente para contribuir para uma nova dimensão da História Militar. Se deve as estudar não só para melhor conduzir-se a pacificação militar de outras, como também para isolar os fatores responsáveis por suas eclosões a fim de que à disposição das lideranças civis elas procurem evitar a eclosão de outras revoltas com características de guerras civis com todo o seu rosário de tristíssimas consequências. Por oportuno e para encerrar este trabalho, vale recordar estas sábias palavras de Santaiana: “Quem não conhece a História corre o risco de repeti-la!”. Acreditamos que nesta História sintética e sobretudo referencial, *Duque de Caxias – o Patrono do Exército Brasileiro* tenhamos fornecido elementos para que o leitor e pesquisador interessados e, em especial, os alunos das escolas do Exército, tenham à disposição elementos suficientes para aprofundamentos no tema que desejem estudar ou pesquisar e o mesmo se diga dos historiadores do presente e do futuro. E aos estadistas do presente e do futuro aqui existem subsídios para orientarem a preservação da UNIDADE NACIONAL, objetivo perseguido incansavelmente, e diríamos até obsessivamente, como uma espécie de religião pelo grande brasileiro o Duque de Caxias, cujo século XIX no Brasil merece ser chamado de *O século do Duque de Caxias*.

ANEXOS

Caxias, um pioneiro abolicionista

Em 1º de março de 1845, no Rio Grande do Sul, em Dom Pedrito atual, o Duque de Caxias, então barão, tornou-se pioneiro abolicionista, quarenta e três anos antes da Lei Áurea.

Isso ao incluir, por sua conta e risco, na Paz da Revolução Farroupilha (1835-45) a seguinte cláusula:

“4º - São livres e como tais reconhecidos todos os cativos que serviram na República.”

Com isso, contrariou as instruções reservadas de 18 de dezembro de 1844, que recebeu do Gabinete Liberal, por meio do ministro da Guerra, que assim dispunham sobre os soldados farrapos, ex-escravos:

“5º - Os escravos que fizeram parte das forças rebeldes, apresentados, serão remetidos para esta Corte, à disposição do Governo, que lhes dará o conveniente destino.”

O conveniente destino, segundo o tenente-coronel Oscar Wiedersphan, seria o internamento dos soldados negros farrapos, ex-escravos, na Imperial Fazenda de Santa Cruz, no Rio, inicialmente como escravos estatizados.

Para evitar esta armadilha, Caxias invocou o Aviso Ministerial de 19 de novembro de 1838 “que assegurava liberdade aos republicanos farrapos, ex-escravos, que desertassem das fileiras do Exército da República e se apresentassem às autoridades imperiais”.

Com este artifício, Caxias os libertou! Mas para impedir que os lanceiros negros farrapos fossem enviados para o Rio e ali corressem o risco de terem congeladas suas alforrias, por fortes pressões escravocratas do Sudeste, usou mais este artifício:

Após receber, em Ponche Verde, 120 soldados ex-escravos, predominantemente lanceiros negros, os incorporou ao Exército Imperial nos três regimentos de Cavalaria Ligeira estacionados na fronteira da província do Rio Grande, segundo se conclui de seus ofícios da época. E ali os receberam os comandantes, tenentes-coronéis Osório e Manoel Marques de Souza, futuros Marquês do Herval e Conde de Porto Alegre, respectivamente.

Esta é a razão da citação de Caxias como abolicionista, em discurso presidencial do dia 13 de maio de 1988, alusivo ao Centenário da Abolição.

Por ocasião do início da Campanha Abolicionista, Caxias, já muito doente, havia se retirado da vida pública para a Fazenda Santa Mônica em Juparanã, Valença - RJ, onde veio a falecer em 7 de maio de 1880.

O Corpo de Lanceiros Negros fora criado em Pelotas, em 5 de agosto de 1836, pelo tio de Caxias, major de Infantaria do Exército João Manoel de Lima e Silva, revolucionário farrapo, mais moço do que Caxias, e seu colega no Batalhão do Imperador, na Guerra da Independência da Bahia. Personagem mais tarde elevado à condição de primeiro general da República Rio-grandense.

O general farrapo João Manoel foi assassinado à traição, próximo a São Borja, em 18 de agosto de 1837, por um grupo de guerrilheiros a serviço do Império, causando grande revolta entre os republicanos farrapos.

Mais tarde, seus restos mortais foram transportados para Caçapava, lá profanados pelos imperiais e espalhados pelo campo. A única iconografia do jornal farrapo *O Povo* foi uma homenagem ao general João Manoel.

O Corpo de Lanceiros Negros se constituiu em tropa de choque farrapa. Era integrado por ex-escravos, habilíssimos nas lides pecuárias relacionadas com as estâncias e charqueadas gaúchas (domadores, campeiros etc.).

Tiveram papel de relevo como consumados lanceiros ao comando da maior lança farrapa, segundo o general Tasso Fragoso, o canguçuense tenente-coronel Joaquim Teixeira Nunes, na maior vitória farrapa, em Rio Pardo, em 30 de abril de 1939 e na expedição por terra a Laguna - SC, em 1839, quando lá foi proclamada a efêmera República Juliana.

Na surpresa de Porongos, em 1844, sofrida pelo general farrapo Davi Canabarro, os lanceiros negros salvaram a República Rio-grandense e o seu Exército de um colapso total, por meio de resistência titânica que lhes custou muitas vidas, as quais contribuíram para a manutenção das condições honrosas de paz com o Império, o que aconteceu em D. Pedrito atual, graças a Caxias.

E escreveu Bento Gonçalves a um amigo, conforme abordamos em nosso *O Exército farrapo e os seus chefes*:

“Por fim temos uma paz em que só conseguimos algumas vantagens pela generosidade do Barão de Caxias. Deste homem, verdadeiramente amigo dos rio-grandenses, que não podendo fazer-nos publicamente a paz... nos fez o barão o que já não podíamos esperar, salvando, assim, em grande parte nossa dignidade.”

Esse assunto foi por nós abordado com mais detalhes em *O Negro na sociedade do Rio Grande do Sul* (Porto Alegre: IEL, 1975), em *Estrangeiros e descendentes na História Militar do Rio Grande do Sul* (Porto Alegre: IEL, 1975), e em *O Exército Farrapo e os seus chefes* (Rio de Janeiro: BIBLIEx, 1992. 2v).

O tenente-coronel Oscar Wiedersphan abordou o assunto nos Anais do Congresso de História do II Reinado, em 1984, 2º Volume, publicados pela *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*.

Caxias, um precursor da Aeronáutica Brasileira

Na Guerra da Tríplice Aliança (1865-1870) – Campanha do Paraguai –, o Exército Imperial Brasileiro defrontou-se com um grave problema operacional, decorrente da ausência de cartas, esboços e informações sobre o Teatro de Operações.

Lutando numa planície, o problema de dominância de vistas para observações sobre o campo adversário tornou-se crucial para possibilitar a localização de obstáculos, de fortificações e acompanhar a localização e movimentação das tropas inimigas.

Para compensar esta deficiência recorria-se aos mangrulhos, postos de observação artificiais, com o formato de torres, para os observadores elevarem-se a alguns metros do solo.

No caderno iconográfico está a gravura de um mangrulho no acampamento de Caxias de Tuyu-Cuê, próximo de Humaitá.

Mangrulho servia para a observação aproximada, em torno dele, e como medida preventiva contra um ataque de surpresa. E eles povoaram o Teatro de Operações na Guerra do Paraguai. Os reconhecimentos mais profundos eram feitos à viva força pela Cavalaria, e consistiam em verdadeiros ataques, com grandes perdas em vidas, por parte da força de reconhecimento.

O ataque à posição fortificada de Curupaiti foi um salto no desconhecido, de altíssimo preço em vidas humanas para os aliados, em razão de desconhecerem o que existia entre a linha de partida e o objetivo.

Para prosseguir para as conquistas das pesadamente fortificadas posições de Curupaiti e de Humaitá, a 30km da confluência dos rios Paraguai e Paraná e ocultas por vegetação, impunha-se um meio revolucionário de observar o terreno inimigo, para planejar um Plano de Operações que desbordasse Curupaiti e ajudasse a conquistar Humaitá com o auxílio de nossa Marinha.

O Marquês de Caxias, ao assumir o comando das operações, após o desastre de Curupaiti, procurou sanar estes inconvenientes, recorrendo a uma tecnologia de observação que fora usada na Guerra de Secessão nos EUA, com o emprego de aeróstatos. Isto, depois de um insucesso com um balão construído no Brasil e por intermédio do Professor Thadeu S. Lowe, que havia sido aeronauta chefe do general Grant na Guerra de Secessão.

Caxias conseguiu que fossem adquiridos nos EUA dois balões, com o equipamento de fabricar hidrogênio, e o envio de dois balonistas, os irmãos James e Ezra Allen, que haviam auxiliado Lowe na Guerra de Secessão, o qual não pôde vir para o Teatro de Guerra como aeronauta do Exército Brasileiro.

Os balões, com os irmãos Allen, chegaram em Tuiuti em 31 de maio de 1867, e em 24 de junho de 1867 realizaram a 1ª ascensão das 20 realizadas, só com o balão menor, enquanto a última foi em 25 de setembro de 1869, no flanco direito aliado, a 5km de Tuyu-Cuê, próximo à fortaleza de Humaitá.

Depois de três meses de uso, que tornaram possível os reconhecimentos para atacar Humaitá e desbordar Curupaiti, os balões foram recolhidos ao acampamento de Tuiuti.

A alegoria sobre a 1ª ascensão de um balão, em 24 de junho de 1867 em Tuyu-Cuê, está apresentada no caderno iconográfico e na obra *História da Força Aérea Brasileira* (1975, 2ª ed. p.23) do tenente-brigadeiro do ar Nelson Freire Lavenère-Wanderley, atual Patrono do CAN. Prefácio do brigadeiro Eduardo Gomes, então ministro da Aeronáutica e hoje seu patrono, o qual assim referiu-se acerca do balão usado por Caxias na Guerra do Paraguai: “ele foi o primeiro emprego militar da Aeronáutica na América do Sul e a semente daquilo que muito mais tarde veio a transformar-se na Força Aérea Brasileira”.

Houve 20 ascensões: a 2ª, 8 jul.; as 3ª, 4ª e 5ª, em 12 jul.; a 6ª, 13 jul.; a 7ª, 20 jul.; a 8ª, 21 jul.; a 9ª, 22 jul.; a 10ª, 15 ago.; a 11ª, 16 ago.; e a 20ª e última em 25 set. 1867.

A ascensão *record*, com guarnição, foi a 7ª, na qual o aeróstato atingiu 140 metros de altura. Destacaram-se nessas operações os seguintes oficiais do Corpo de Engenheiros: capitães Francisco César da Silva Amaral, Cursino Amarante e Conrado Jacob Niemayer. Silva do Amaral, maranhense de São Luiz e filho de soldado homônimo, foi o primeiro brasileiro a desempenhar, em 12 de julho de 1867, atividades militares aeronáuticas. O segundo foi Cursino do Amarante com duas missões, e o terceiro foi Conrado Niemayer, com quatro missões. Foi o único a ser oficial general. O capitão Antônio Sena Madureira desempenhou uma missão de observador aéreo. Mais tarde teve destacada atuação na fundação do Clube Militar em 1887, onde possui sala com o seu nome.

Os irmãos Allen eram de Provence, em Rhode Island - EUA. James Allen, que foi o aeronauta chefe de Caxias, faleceu em Provence, em 24 de setembro de 1897 e em sua lápide no cemitério de Swan Point, na qual figura a imagem de um balão em alto relevo, consta uma referência aos serviços que prestou ao Exército do Brasil, conforme o brigadeiro Lavenère-Wanderley em sua preciosa *História da Força Aérea*.

As 20 ascensões permitiram retificarem-se cartas anteriormente levantadas; confirmar-se que a melhor via de acesso era Tuiuti – Tuyu-Cuê; descobrir linhas de trincheiras contínuas entre Tuiuti e Humaitá e as intenções de uma tropa de Cavalaria inimiga.

As últimas observações foram prejudicadas por esta contramedida adversária:

“Sempre que o balão aparecia, o inimigo fazia muita fumaça defronte suas trincheiras, para as ocultar. Com este intuito preparavam de antemão fogueiras de pasto.”

Dionísio Cerqueira, testemunha ocular de uma das últimas ascensões, assim a descreveu em suas *Reminiscências da Guerra do Paraguai*:

“O Marquês de Caxias, capitão experimentado e conhecedor da parte difícil de comandar, rodeou-se de oficiais inteligentes e instruídos. Nada desprezava do que pudesse ser útil ao Exército. Mandou vir um balão para se conhecer e observar o inimigo. Que azáfama para enchê-lo!

Felizmente, não precisávamos poupar ácido sulfúrico, como na República Francesa no fim do século XVIII, e não recorremos como ela ao processo lento e difícil da decomposição da água, para a preparação do hidrogênio.

Foi um dia de festa em nosso arraiais. Todos queriam ver o balão subir. Subiu com efeito mantendo-se no ar preso por cabos. Mas pouco

se viu por que o inimigo enfumçou o campo com fogueiras e tiros de canhão. Nenhum serviço nos prestou. Felizmente não nos faltaram os reconhecimentos de nossa brava Cavalaria e dos esforçados oficiais de Estado-Maior e de Engenheiros e os informes de desertores e espiões.”

O que Dionísio Cerqueira testemunhou como alferes foi uma das últimas ascensões e não percebeu a grande validade do balão no reconhecimento da via de acesso Tuiuti – Tuyu-Cuê – Humaitá.

Este episódio dos aeróstatos, além de confirmar a sensibilidade de Caxias para o progresso tecnológico militar, evidencia seu pioneirismo nos primeiros passos da Aeronáutica Militar no Brasil, seis anos antes do nascimento do outro grande brasileiro, Alberto Santos Dumont, inventor do avião e patrono de nossa Aeronáutica Brasileira, que começou sua escalada voando em aeróstatos.

Nota importante:

Na RBS, no programa *A Ferro e fogo*, sobre a Revolução Farroupilha, o professor da PUC e antropólogo, Sr. Iosvaldir Carvalho Bittencourt, ex-soldado do 18º Batalhão de Infantaria Motorizado e que mencionou concordar ser o Duque de Caxias pioneiro abolicionista, em Ponche Verde, desentendeu a falsa tese de que Caxias, Davi Canabarro e Chico Pedro e outros oficiais farrapos combinaram a surpresa de Porongos para matar os infantes e os lanceiros negros farrapos.

Perguntado em que fonte primária havia se baseado para afirmar tão grave acusação contra Canabarro e Caxias, que temos nos empenhado em rebater, conforme abordamos nesta obra em “Caxias, vítima da manipulação da História”, argumentou que se baseara em Décio Freitas e Mário Maestri, sem examinar o contraditório, ou os que demonstravam o contrário, como vários historiadores gaúchos. Alfredo Varela, em sua *História da Grande Revolução*. Porto Alegre: Ed. Globo, 1933 p. 255-259; Othelo Rosa, ao biografar Canabarro na *RIHGRGS*, 3º trim. 1934, p.248; o major João Baptista Pereira na *RIHGRGS*, 1º e 2º trim., 1928, p. 34-47; Alfredo Ferreira Rodrigues, em “Canabarro e a surpresa de Porongos”, no *Almanaque Literário e Estatístico do RGS*. 1899. p. 215-272; Assis Brasil em *História da República Rio Grandense*, 1887; Walter Spalding, em “Canabarro, mestre de brasilidade”. *RIHGB*, v. 197, 1947, p.3-62; Henrique Oscar Wiedersphan, em *Convênio de Ponche Verde*. Porto Alegre: EST/SULINA/Universidade de Caxias do Sul, 1980, p.67-79, em que fez um retrospecto sobre o problema Porongos; e mais Ivo Leites Caggiani em *David Canabarro, de tenente a general*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1993;

além dos não gaúchos como o Dr. Eugênio Vilhena de Moraes, o grande biógrafo de Caxias e o general Augusto Tasso Fragoso em *A Revolução Farrroupilha*, Rio de Janeiro: BIBLIEx, 1939. p. 271; e mais nós, em *O Exército farrapo e os seus chefes*. Rio de Janeiro: BIBLIEx, 1992, p. 127-136, bem como em *O Negro e seus descendentes na Sociedade do Rio Grande do Sul*, Porto Alegre: IEL, 1975 e *Estrangeiros e descendentes na História Militar do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: IEL, 1975. Os dois últimos premiados em 1º e 2º lugares em Concurso Nacional sobre o Biênio da Imigração e da Colonização do Rio Grande do Sul, sendo *O Negro e descendentes...* prefaciado pelo deputado federal Carlos Santos, ilustre descendente da raça negra, como o foram o coronel José Mariano de Matos e o é o Dr. Alceu Collares, que governaram interina ou efetivamente, caso do último, os destinos do povo gaúcho. José Mariano de Matos que na Constituinte, em Alegrete, apresentou um projeto de Abolição da Escravatura na República Rio-grandense.

Documento forjicado, comprovado por depoimentos de Felix Azambuja Rangel e de seu cunhado Manoel Patrício de Azambuja, publicados na *Revista do Instituto Histórico do Rio Grande do Sul*, 1º e 2º trimestre de 1928, que a seguir sintetizamos o conteúdo do que informaram:

O ofício forjado sobre Porongos, acusando de traição Canabarro e outros valorosos chefes com que com ele estavam em Porongos, foi arquitetado por Chico Pedro depois da surpresa de Porongos e feito por um major seu subordinado que o forjou e falsificou a assinatura de Caxias. Falso ofício que foi por Chico Pedro mostrado a um radical farroupilha, e este mordeu a isca ao acreditar na sua veracidade, e em seguida fazendo algumas cópias do mesmo, e as enviando, entre outros, a Bento Gonçalves e a Domingos José de Almeida, ao que hoje se sabe. Ofício que não teve efeito sobre a surpresa de Porongos, pois foi forjicado depois dela, como uma ação, diríamos hoje, de Guerra Psicológica, para abalar a liderança de Canabarro no seio do Exército Farrapo, por ser considerado o único capaz de prolongar a Revolução, o que Chico Pedro conseguiu em parte. E isso o demonstraram Félix Azambuja Rangel, comandado de Chico Pedro e o seu cunhado Manoel Patrício de Azambuja, em depoimentos, repetimos, publicados na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*, 1º e 2º trimestre, 1928.

E o Sr. Iosvaldir afirmou que existia documento a respeito. Documento também considerado haver sido forjado por Chico Pedro, na opinião do historiador e tradicionalista Antônio (Nico) Fagundes, ao escrever

“ele é tão verdadeiro como uma nota de 30 dólares”. Para os que não sabem, não existe nota de 30 dólares. Nacionalizando a expressão, o documento é tão verdadeiro e fidedigno como uma nota de 30 reais.

A propósito de Mário Maestri, recordo que escreveu no *DO Leitura* (12/141 fev. 1993, p.10) do *Diário Oficial* de São Paulo que nosso livro *O negro e descendentes na Sociedade do Rio Grande do Sul* e o do professor Fernando Henrique Cardoso eram os mais completos ou os mais sérios sobre o negro no Rio Grande do Sul. E lá levantamos, exaltamos e trouxemos a público a existência dos Lanceiros negros farrapos que figuraram na minissérie *A Casa das sete mulheres*. Assunto sobre o qual abastecemos, a seu pedido, o correto ético ator Douglas Simon, que representou bem o personagem coronel Joaquim Teixeira Nunes, a maior lança farrapa e que comandou os bravos lanceiros na trágica e comovente resistência a todo o custo em Porongos.

Que interesse estratégico ou tático teriam Caxias, Chico Pedro, imperiais, Canabarro e outros líderes farrapos para eliminar por traição os infantas e os lanceiros negros? Vale lembrar que Canabarro e Chico Pedro eram figadais inimigos e que jamais combinariam algo assim. E mais que Chico Pedro deixou “Memórias” na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*, em 1921, onde poderia acusar seu inimigo desta falha se tivesse ela existido e não o fez. Lembro ao professor Iosvaldir, homem da raça negra, que eu penso haver sido o primeiro gaúcho a exaltar o negro na obra citada, *O Negro e descendentes na Sociedade do RGS*. E penso que ele ressuscitou, talvez, a maior barriga (mentira) na História do Rio Grande do Sul, talvez por não conhecer o valor e a hierarquia das fontes da História e a existência de práticas de forjicação (falsificação) das mesmas, ou então foi levado por razões ideológicas a publicamente manipular a História para atingir o Exército indiretamente, a que ele pertenceu e pertence como reservista do 18º BI Motorizado. A não ser que dele tenha desertado espiritualmente! Foi uma pena! Mesmo se ele se dispusesse a se retratar, nada adiantaria. Pois ele por meio da RBS no programa *A Ferro e fogo* espalhou na ventania centenas de sacos de penas secas que, como a calúnia, por mais que se deseje, não podem mais ser reunidas.

Por outro lado vimos com tristeza como historiador o diretor Jaime Monjardin da magnífica minissérie televisiva *A Casa das sete mulheres*, que poderia ter conciliado fantasia com a História, ao não manipular esta, e linchar moralmente os heróis generais Bento Manoel (a quem Osvaldo Aranha, um do 20 gaúchos do século, defendeu), David Canabarro, co-

ronel Crescêncio e finalmente Caxias, ao este aparecer em cena e sobre o qual Bento Gonçalves referiu a um amigo depois de celebrada a paz de Ponche Verde:

“Por fim temos uma paz em que só conseguimos algumas vantagens pela generosidade do Barão de Caxias. Deste homem verdadeiramente amigo dos rio-grandenses, que não podendo fazer-nos publicamente a paz... nos fez o Barão o que já não podíamos esperar, salvando, assim, em grande parte nossa dignidade.”

Perdeu a chance de, como Benedito Rui Barbosa na novela *O Rei do Gado*, exaltar a vida e obra do Duque de Caxias, ao consagrar o adjetivo Caxias como sinônimo de honestidade, patriotismo, espírito público etc.

E ao citar “o senador Caxias” de *O Rei do Gado*, vale lembrar que fomos procurados via *Internet*, em 19 de março de 2003, pelo assessor parlamentar Dario Alberto de Andrade Filho, informando que o senador gaúcho pelo PT Paulo Paim desejava prestar uma homenagem aos Lanceiros negros farrapos. E fornecemos os elementos que possuíamos pela Academia de História Militar Terrestre do Brasil (AHIMTB), que presidimos. Desconhecemos até o presente no que resultou. Esperamos que contribua para resgatar o culto aos Lanceiros negros, na forma justa, como se faz a Zumbi. E que venham a ser imortalizados no bronze, no Rio Grande do Sul.

Quem usa a força das armas para impor-se à opinião pública: é Ditadura Militar! Quem usa a mentira e a fantasia na mídia para manipular mentes seria Democracia? Seria válido?

E sobre a Revolução Farroupilha que temos estudado e produzido bastante, atendendo a pedido do ator Douglas Simon, que figurou como coronel Teixeira Nunes, lhe enviamos elementos históricos suficientes, e inclusive nosso livro *O Exército farrapo e os seus chefes*, na esperança de que fossem levados em conta por Jaime Monjardin, mas isso não aconteceu. O diretor não respeitou a função social do historiador brasileiro, como deve esperar que a sua função social seja respeitada, e manipulou, à vontade, as mentes dos gaúchos e brasileiros, para seus objetivos, que não conseguimos alcançar. E venceu a batalha! E disso pode se orgulhar. Pois a grande massa de brasileiros considerou que sua obra correspondia à verdade histórica.

Aqui vale lembrar as palavras a nós dirigidas pelo historiador e tradicionalista de Santana do Livramento Velocino Silveira (Lenço Branco), decepcionado pelo linchamento moral feito por Jaime Monjardin de

David Canabarro, herói local, a não ser em seu final que foi grandioso: “Sobre a minissérie, ela não merece meu comentário. A solução, amigo, é deixar para trás os bois cornetas e tocar para frente com a tropa boa que nos resta”.

Outros especialistas em política e gramscismo seguramente encontrarão explicações para essas atitudes da mídia contra os militares, com apoio nas estratégias alternadas do Silêncio e Manipulação, quando se trata das Forças Armadas do Brasil.

Dentro deste quadro confuso foi que Arnaldo Jabor, comunicador da Globo, terminou um programa triste e me pareceu deprimido, com estas expressões que mostravam a sua decepção, sobre a conjuntura social brasileira, que a mídia ajudou a imprimir na sociedade brasileira, ao formar a sua opinião consumista:

“A filha mata os pais. O pai mata o filho drogado. O neto mata o avô. O filho mata a mãe. Pois o mercado exige vivermos rápido e consumirmos tudo. Vida só no presente. O futuro sem esperança. Não há ética! Sem esperança não há ética nem pensamento. Só o consumismo imediato. A morte (assassinato) está ficando pequena. Mata-se como que se consome um sorvete. Mamãe não me deu grana para comprar cocaína e eu a matei! Hoje sofremos menos acostumados com a morte de nossos sonhos.”

Preservar, cultivar e divulgar a História, as tradições e os valores espirituais, morais, culturais e históricos do Brasil não contam mais para a mídia nacional em geral. E desenvolver a consciência da identidade e da perspectiva históricas do povo brasileiro também não interessa. Pois grande parte da mídia se comporta como quem não veio para esclarecer e sim para confundir o povo e transformá-lo, como um navegante num grande barco, sem bússola, à deriva numa grande tempestade de violência, impunidade, decorrente da corrupção, não sabendo de onde veio, onde está e para onde é que vai, prestes a ser afundado a qualquer momento pelo crime organizado impune, que começa e eliminar representantes do Estado, como policiais e juízes, como ocorreu na Itália e ocorre na Colômbia.

Se este é o objetivo da RBS e da TV Globo na série *A Ferro e Fogo* e na minissérie *A Casa das sete mulheres*, eles conquistaram, ao manipularem a História do Brasil e do Rio Grande do Sul e as lincharem e ignorarem a existência de historiadores brasileiros e gaúchos e os banirem da mídia em geral, como se o Brasil e o Rio Grande do Sul não os possuíssem.

Até quando a mídia televisiva vai continuar prostituindo e manipulando ditatorialmente a História, as tradições e os valores da sociedade brasileira sem conceder o direito do contraditório, ou o direito de resposta a quem não concorde? Quando é que honestamente atuarão democraticamente promovendo um Projeto Verdade, em que historiadores sejam chamados e possam defender a História das covardes e levianas manipulações, como as que assinalamos e que se constituem, em causa, em grande parte do desabafo patético do citado Arnaldo Jabor? E vamos mais longe, nos desabafos dos participantes, no dia 12 de abril de 2003, na TVE, no programa *Observatório da Imprensa*, ancorado por Alberto Dines, sobre a insegurança pública nacional, que está eliminando juízes e policiais representantes do Estado. Programa onde é mostrado que os grandes agentes do crime são badalados com destaque em manchetes de primeira página em detrimento de heróis sociais como por exemplo a juíza Denise Frossard, entre outros brasileiros.

E mais, que não sejam julgados fatos históricos de mais de cento e sessenta anos no Rio Grande do Sul, dentro das circunstâncias do presente e sim dentro das circunstâncias daquele tempo.

Aqui deixa o historiador, além destas colocações para a História no futuro, o seu pesar e decepção pelo que acaba de registrar e pelo desprezo por parte da mídia brasileira pela História considerada por consenso “a mestra das mestras, a mestra da vida”. E resta a nossa satisfação de um passarinho que leva no seu bico um pouco de água para tentar apagar um incêndio na floresta, e assim chamar a atenção sobre o perigo que ele representa para os demais, consciente de estar fazendo a sua parte, e na esperança que os demais façam a sua.

Por oportuno, vale lembrar aos leitores o que lemos no Museu da República e que reproduzimos deste modo:

O ofício de se assemelhar o passado corresponde a uma enorme planície onde correm dois rios. Um reto e de margens bem definidas, que é o rio da *História*. Esta, fruto da razão e da análise isenta de fontes históricas autênticas, fidedignas e íntegras, à luz de fundamentos de crítica escolhidos.

O outro é cheio de curvas e meandros, de margens indefinidas e por vezes com perigosos alagamentos. Este é o rio do *Mito*. É este fruto das paixões humanas, das fantasias, da ignorância, das manipulações políticas e históricas ideológicas, das deformações, dos preconceitos e da injustiça etc. E, infelizmente, predominante entre nós. Esta é uma importante

lição para ajudar o leitor a exercer o seu espírito crítico, para sempre distinguir a *História* do *Mito* e assim engrossar a tropa “boa para tocar o Brasil para frente”. E evitar ser tocado por manipulação de sua mente, como tentou fazer a manipulada *História ilustrada do Rio Grande do Sul*, da Companhia de Energia Elétrica do Estado (CEEE) divulgando nas p. 141-143, sob os títulos de “Madrugada Sangrenta em Ponche Verde” o assunto ora potencializado pelo Sr. Iosvaldir e com apoio em duas gravuras retiradas da *História do Exército Brasileiro*, 1972, sem mencionar a fonte e autoria. E inclusive uma delas elaborada sob nossa orientação, conforme crédito na p. 478, e a outra de Miranda Júnior, na página 479. Pode merecer fé uma obra que assim procede? Deixo ao leitor e pesquisador esclarecido decidir! E pedir-lhes que voltem ao que escrevemos em *Caxias, vítima da manipulação da História*, que não se limita só ao presente caso, mas em muitos. Caxias que assegurou como comandante da Polícia Militar do Rio de Janeiro, hoje caçada pelas ruas por bandidos, meio século de paz e tranquilidade ao povo e Governo Central do Rio de Janeiro, conforme demonstramos em local próprio nesta obra. Isto em razão do crescimento da violência e da impunidade, escudadas na corrupção, não combatidas pela expressiva maioria dos governos da cidade e do governo do Rio de Janeiro, que desde o término da Guerra de Canudos empurraram com a barriga, deixando para o seu sucessor a solução para os dois Rio de Janeiro, o rico e remediado das planícies, assistido, e o pobre e abandonado à própria sorte das favelas, onde os governos se fizeram ausentes. E aqui encerro nossas considerações, para serem julgadas de sua validade e procedência pelos historiadores do futuro. Tomara que estejamos no rumo certo, como *azuis* e não como *inimigos azuis*, brasileiros que fazem o jogo do *inimigo vermelho*. Classificação esta de origem militar que, em manobras, o Exército amigo é representado pela cor azul e o Exército inimigo pela cor vermelha. E o *inimigo azul*, aquele integrante do país azul, que por suas ações concorre para a derrota do Exército azul e vitória do Exército Vermelho. Os corruptos, os omissos etc. no combate à impunidade e à violência, e os que para isso concorrem, formam este grande Exército inimigo vermelho.

Caxias e a educação no Rio Grande do Sul em 1846

O Barão de Caxias pacificou o Rio Grande do Sul em 1º de março de 1845 em Ponche Verde, onde também se tornou pioneiro abolicionista ao assegurar liberdade para os escravos que lutaram pela causa farrapa, incorporando-os como livres à Cavalaria Ligeira do Exército. Ele acumulava as funções de presidente e de comandante militar da então província que, a partir de 1846, o elegeu seu senador vitalício por cerca de trinta anos.

Pacificada a província, empreendeu vigorosa ação administrativa de que se ocuparam a resgatar Walter Spalding e Moacyr Flores e que focalizamos em *Porto Alegre - memória dos sítios farrapos e da administração de Caxias*. (Brasília: EGGCF, 1986).

Quanto ao ensino, idealizou e lançou a pedra fundamental, em 1º de fevereiro de 1846, em presença do imperador D. Pedro II, do Liceu D. Afonso, nos moldes do Colégio D. Pedro II no Rio onde estudara ao tempo em que era Convento de São Joaquim.

O curso no Liceu era previsto para seis anos, com uma carga horária semanal de 42 horas, funcionando das 8 às 12 pela manhã e das 14 às 17 horas à tarde. Situava-se no quadrilátero formado pelas atuais artérias Borges de Medeiros, Fernando Machado, Demétrio Ribeiro e Espírito

Santo. Este Liceu, penso, foi o alicerce de todo o edifício educacional gaúcho.

Ele reuniria as aulas esparsas de gramática latina, filosofia e geometria de Porto Alegre e as de latim e francês de Rio Grande e mais a de latim do Rio Pardo, sendo acrescida das aulas de inglês, geografia, astronomia, história, álgebra, retórica e desenho, segundo Moacyr Flores na publicação do CIPEL sobre a Educação no Rio Grande do Sul, 1998.

Sobre as dificuldades de recrutamento de professores para o Liceu, assim se expressou Caxias, como presidente da província, em mensagem aos senhores deputados provinciais gaúchos:

“Senhores deputados! Não deveis esperar que todas estas cadeiras sejam regidas por hábeis mestres, porque, desgraçadamente, a pouca importância que se dá aos mestres de nossa mocidade afugenta da nobre carreira do magistério os que a ela se deviam dedicar com vantagem pública. E nem a remuneração prevista é tal que compense ou ao menos chegue para os misteres da subsistência dos mestres...”

Esta situação, segundo nos informam, tem evoluído relativamente pouco entre nós e até verificando-se involuções na remuneração e valorização social do Magistério, contrastando com a cultura japonesa onde, por exemplo, no início do século, um herói nacional da Marinha japonesa, perguntado pelo seu imperador qual o prêmio que desejaria receber da nação ao deixar a Marinha respondeu:

“O meu maior desejo é ser mestre escolar em minha aldeia natal e contribuir com meu saber e experiência para formar as novas gerações.”

A própria ideia dos Colégios Militares é de Caxias como senador gaúcho e chefe do Governo, ao propor aos seus pares a criação de um Colégio Militar na Fortaleza São João, aproveitando instalações onde havia funcionado a Escola Militar, ao transferir-se do Largo do São Francisco para a Praia Vermelha, onde permaneceu até transferir-se em 1906 para o Casarão da Várzea, como Escola de Guerra (1906-11).

O sonho de Caxias, não aprovado pelo Senado, seria realizado mais tarde no limiar da República por Thomaz Coelho, que fora seu ministro da Agricultura num dos Gabinetes de Ministros que presidiu.

Notas aos textos das Primeira e Segunda Partes

1- Vide do autor: “Significação histórica do Duque de Caxias”, na *Revista do Clube Militar*, maio 1980 (Ed. especial ilustrada/centenário da morte de Caxias).

2- CALMON, Pedro. Palestra no cinema da AMAN em 7 maio 1980, centenário da morte de Caxias. (Do Arquivo do autor).

3- Vide do autor: *O Exército Farrapo e os seus chefes*. Rio de Janeiro: BIBLIEx, 1992. v.l.

4- Com apoio na fusão de cronologias de *Patronos das FEAA* de Olyntho Pillar; da Abril Cultural: *Grandes vultos da História* (Caxias); Exposição de objetos de Caxias, pela cadeira de História/AMAN, 1980 e Documentação de Caxias no Arquivo Nacional. Rio de Janeiro: AN, 1980 e no Arquivo do IHGB, expressivamente pesquisada e aumentada pelo autor.

5- Vide do autor: “Bases da cultura de Caxias em Arte e Ciência Militar”. *Revista Militar Brasileira*, v.116, maio 1980, p.185-190 e republicada v. 120, out./dez. 1980.

6- Vide do autor: “Caxias e o uso militar de aeróstatos no Paraguai”. *A Defesa Nacional*, 666, mar./abr. 1975, p.195ss.

7- Vide do autor: “Os Brummer, os primeiros pontoneiros do Exército Brasileiro”. *Anais da colonização alemã do Rio Grande do Sul*. São Leopoldo: Inst. Hist. SL, 1974. p.333.

8- LAGO, Laurênio. *Brigadeiros e generais, D. João VI e Pedro*. Rio de Janeiro: BIBLIEx, 1942. p.43.

9- Idem obra citada nota anterior.

10- WIEDERSPHAN, Henrique Oscar, Ten-Cel. *Gen João Manoel Lima e Silva*. Caxias do Sul: EDUCS, 1985.

11- O general Luiz Manoel Lima e Silva é estudado por Alfredo Pretexato Silva, Cap. *Generais do Exército Brasileiro*. Rio de Janeiro: M. OROSCO, 1907. p.385-388 e por vezes confundido com o general João Manoel, da nota anterior. Seu parentesco com Caxias é impreciso. Alguns o dão como o tio caçula de Caxias e outros não o reconhecem como tal. Ele escreveu a obra *Anais do Exército Brasileiro*, focalizando a Guerra Cisplatina, fonte interessante após criticadas as informações que apresenta. Obra muito criticada por Paula Cidade em *Síntese de três séculos de Literatura Militar Brasileira* e pelo Barão do Rio Branco. Para nós ela contém valiosas considerações sociológicas. O sintetizamos em nossa *História da 3ª RM, 1809-1853 e Antecedentes*. P. Alegre: 3ª RM, 1996, v.l.

12- É estudado na fonte citada na nota 8. Comandou a Legião de São Paulo que combateu no Sul nas Guerras contra Artigas e na qual o general Osório ingressou no Exército. Legião que abordamos na nossa citada *História da 3ª RM*, v.l. Foi o ministro da Guerra que respaldou o Dia do Fico.

13- Idem fonte citada nota 8.

14- Com apoio em Affonso de Carvalho em Caxias, Rio de Janeiro: BIBLIEx, 1976. p.273.

15- Vide do autor: “A Legião Prussiana contratada pelo Brasil para a Guerra contra Oribe e Rosas, 1851-1852” em *Estrangeiros e descendentes na História Militar do RGS*. Porto Alegre: IEL, 1975. Eram conhecidos como Os Brummer (Resingões).

16- Na *Revista Militar Brasileira*, agosto de 1935. p.57-63 (muito valioso).

17- *Patronos das Forças Armadas*. Rio de Janeiro: BIBLIEx, 1961.

18- *Caxias, Nume Tutelar da Nacionalidade*. Rio de Janeiro: EDICO, 1973. v.l.

19- Vide comentário na obra de Eduardo Síber: *Retrospecto da guerra contra Rosas*, em nosso livro citado na nota 15, *Estrangeiros e....*

20- Em “Caxias, chefe militar no contexto nacional”. *Revista Militar Brasileira*. 25 agosto 1953, p.81/95 (excelente abordagem).

21- Em reportagem ilustrada na *Revista Agulhas Negras* das turmas de 1955 e 1956.

22- É abordado no *Dicionário Bibliográfico*, v.1, p.462, de Sacramento Blake.

23- CADERNOS DOS CENTENÁRIOS DA REPÚBLICA E DA BANDEIRA. Rio de Janeiro: SENAI/BIBLIEx, 1989.

24- Do autor: Revista da Escola Militar da Praia Vermelha. *A Defesa Nacional*, 765, jul./set., 1994.

25- *Caxias*. Rio de Janeiro: BIBLIEx, 1979, p.32.

26- *Revista Militar Brasileira*, v. 127, out./dez. 1980. p.86.

27- Volta Redonda, AHIMTB, 1996 (Palestra: História Militar do Vale do Paraíba).

28- *Porto Alegre - Memória dos sítios farrapos e da administração de Caxias*. Brasília, EGGCF, 1989.

29- Vide nosso artigo: “A Ata falsa do Clube Militar”. *Jornal do Comércio*. Rio, 29 mar. 1989.

30- Artigo do autor na fonte citada nota 23. (Controvérsias sobre a Proclamação da República).

31- Idem: considerações do artigo citado na nota 29, demonstrando que a ata não existiu e foi forjada em 1930 por jornalista no Recife, com foros de verdade, e vez por outra circula extra oficialmente entre militares do Exército como “Documento Dinamite”, que tem merecido crédito, tal a habilidade com que foi forjado. O jornalista Roberto Meireles o tomou como vero em sua obra *A Noite das grandes fogueiras*, comprometendo-a como obra histórica. O mesmo se diga do brasileiro autor de *Soldados Salvadores*, editado pela BIBLIEx. Daí a importância do historiador, ou mesmo leitor, criticar as fontes históricas, conforme indica fonte a seguir.

32- Vide nosso artigo “A Heurística aplicada à seleção de fontes históricas confiáveis”. *A Defesa Nacional*. 765, jul./set. 1994.

33- Vide “Ação Pacificadora de Caxias na Revolução Farroupilha”, na fonte citada na nota 3.

34- “Caxias senador”. *Revista Militar Brasileira*, ago. 1930.

35- Vide Bento, *O Exército na Proclamação da República*. Rio de Janeiro: SENAI, 1989.

36- O estudamos em “Sete perfis farrapos”, na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, nº 124, 1986, p. 17-22.

37- Vide Bento. *Autoria dos símbolos do Rio Grande do Sul*. Recife: UFPE, 1971.

38- Vide Bento. “Uma testemunha dos grandes momentos de nossa História”. *Correio Braziliense*, Brasília, 21 abr. 1972. (Dia da abertura do sesquicentenário da Independência).

39- Vide Bento. *A Guarnição do Rio de Janeiro na Proclamação da República*. Rio de Janeiro: FHE-POUPEX, 1989.

40- *Jornal Tradição* do MTG, Porto Alegre, 1993.

41- Vide Bento. “Os 70 anos do 1º Sorteio Militar”. *A Defesa Nacional*. 729, jan./fev. 1987, p. 120-130.

42- Vide Afonso de Carvalho. *Caxias*. Rio: BIBLIEx, 1976.

43- Idem nota anterior p.165.

44- Idem nota anterior, p.166

45- Vide do autor *História da 3ª RM, 1808-1953 e Antecedentes*. P. Alegre: 3ª RM, 1996.

46- Vide obras citadas na nota 39 e mais CADERNOS DOS CENTENÁRIOS.

47- Vide de Lourival Coutinho *O Gen Góes depõe*. Rio de Janeiro: Liv. Coelho Branco, 1956.

48- Vide em *Revista Militar Brasileira*, v.133. 3º trim. 1996, p. 55ss.

49- Vide *A Defesa Nacional*, 773, 3º trim., 1996, p.5-16.

50- Em “O herói perfeito”. *Revista Militar Brasileira*. jul./set. 1941. p. 313ss.

51- *Revista Militar Brasileira*. Ago 1936, p.123-163.

52- Idem revista da nota anterior, p.232-271.

53- Idem nota anterior, p.177-230.

54- Idem fonte da nota 42, p.283.

55- Vilhena de Moraes. *O Duque de Ferro*. p.75.

56- Idem fonte nota 42, p.281.

57- Arquivo Nacional. SAP. Cx. 812, pacote 1, doc. 255.

58- *Revista do Instituto Hist. e Geog. Brasileiro* v.338, jan./mar. 1983. p.165-168.

59- Idem, v.338, jan./mar. 1983, p. 185-196.

60- Vide do autor: “Bento Gonçalves” em: *O Exército Farrapo e os seus chefes*. v.I.

61- Fonte cit. na nota 45.

62- Vide do autor *Estrangeiros e descendentes na História Militar do RGS*. P. Alegre: IEL, 1975.

63- *Osório*. Rio de Janeiro: BIBLIEx, 1979.

64- Ação pacificadora de Caxias, na fonte cit. na nota 60.

65- Fonte cit. nota 42, p. 155.

66- Idem nota 63, p.130.

67- Idem revista cit., nota 51, p.123-163.

68- Nos documentos sobre o Duque de Caxias existentes no IFIGB, todas as suas promoções até coronel o foram como Luiz Alves de Lima e Silva. Em seu batismo em 25 de agosto de 1803, figura como Luiz Alves de Lima e Silva, bem como em sua certidão de habilitação em Infantaria, fornecida pela Escola Militar do Largo do São Francisco. Os atos oficiais quando titular do Império ele aparece referido só pelo título. Sua certidão de batismo com data que é considerada a de seu nascimento deixa a dúvida de que tenha nascido antes e não no dia em que foi batizado.

Fontes consultadas e indicadas para aprofundamentos

Trabalhos do autor que se referem ao Duque de Caxias

- 1- *Estrangeiros e descendentes na História Militar no RGS*. P. Alegre: IEL, 1975. Referências às p.108, 113, 124, 133-7 (ilustr.), 156 (balões), 287-288.
- 2- O negro na correspondência de Caxias e apreço a seus soldados negros em: *O Negro e descendentes na Sociedade do RGS*. P. Alegre: IEL, 1975. p. 163-164, 202 e 221, doc. de 16 nov. 1848 que Caxias devolve escravos mandados para a guerra para substituir ilegalmente brancos, p.221.
- 3- *Memória dos sítios farrapos de Porto Alegre e a administração da capital gaúcha por Caxias*. Brasília: SGEEx-EGGCF, 1989.
- 4- *O Exército farrapo e os seus chefes*. Rio de Janeiro: BIBLIEx, 1992 (Ação de Caxias na pacificação da Revolução Farroupilha, p. 15-22 e a biografia de seu tio general farroupilha João Manoel Lima e Silva. p.45-68.

5- *História da 3ª Região Militar e antecedentes*. P. Alegre: SENAI-3ª RM, 1995. v.1 (Referências à atuação de Caxias como comandante da 3ª RM por duas vezes).

6- *Escolas de Formação de oficiais das Forças Armadas do Brasil*. Rio de Janeiro: FHE, POUPEX, 1988. (Focaliza a escola do Largo do São Francisco onde Caxias estudou e a da Praia Vermelha, obra de seu Ministério e seu ideal de profissionalização do Ensino).

7- *Quartéis gerais das Forças Armadas do Brasil*. Rio de Janeiro: FHE-POUPEX, 1987. (Focaliza inclusive História do Palácio, Praça Duque de Caxias e de seu Panteão e estátua).

8- Canguçu, acampamento da Ala Esquerda do Exército de Caxias e outras referências a Caxias em: *Canguçu, reencontro com a História*. P. Alegre: IEL, 1983.

9- *Sesquicentenário da Polícia Militar de São Paulo*. São Paulo: PMSP, 1981 (ref. a Caxias).

10- *Centenário do Término da Guerra do Paraguai*. Maceió: Trib. Contas, 1970.

11- *Duque de Caxias - significação histórica e vítima da manipulação da História*. Resende: AHIMTB, 2001.

12- *Contribuição à História de Dom Pedrito*. Dom Pedrito: Prefeitura Municipal, 2001. (Organizado por Adilson Nunes de Oliveira).

Artigos em revistas

Na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* – Rio - RJ (RIHGB):

- O Espadim de Caxias, dos cadetes do Exército, v. 325, out./dez. 1979. p.90-109.

- Fontes da Cultura de Caxias em Arte da Guerra. v.328, jul./set. 1980. p. 121-131.

- Centenário da Morte de Caxias. v.338, jan./mar. 1893. p. 165-196.

- A Revolução Farroupilha e fontes para seu estudo-sesquicentenário. v.348, 1985.

Na *Revista Militar Brasileira* e atual *Revista do Exército*. (RMB e RE):

- Evocação da Guerra do Paraguai no centenário, término, v.96, jan./mar. 1971.

- O Espadim de Caxias - simbolismo. v. 114, maio 1980. p.185-196.

- Fontes da Cultura de Caxias em Arte da Guerra. v.116, maio 1980, p.185-190.

- Caxias responde a um questionário do IHGB em 1852 (Passo do Rosário).

- O Duque de Caxias - pioneiro abolicionista. v. 116, jul./ago. 1988. p.30-31.

- O Duque de Caxias vítima da manipulação da História. v. 127, out./dez. 1980. p.86.

- AMAN - Jubileu de ouro em Resende. v. 131, abr./maio 1994. p.40ss.

Na *A Defesa Nacional* (DN):

- Caxias e o uso militar de aerostatos no Paraguai. n° 666, mar./abr. 1976. p.195ss.

- Desenvolvimento estratégico da Farroupilha e ação Caxias. n° 723, jan./fev. 1986.

- Caxias e a Ponte do Passo Geral do rio Jacuí. n° 752, abr./jun. 1991. p.146.

- Sesquicentenário da pacificação de São Paulo e Minas por Caxias. n° 757, jul./set. 1992. p.144.

Na *Revista do Clube Militar* (RCM)

- Significação histórica de Caxias, maio de 1980 (ampla reportagem ilustrada).

- Centenário da morte do Duque de Caxias, maio de 1980.

- Cinquentenário da 1ª entrega de espadins aos cadetes do Exército. abr./maio 1982.

- Caxias em 1946, segundo o cadete Virgílio da Veiga. jul./ago. 1984. p.29.

- A espada de campanha de Caxias pela 1ª vez em Brasília, n° 276, 1986. p.17.

Na *Revista Infantaria* (RI) da AMAN:

- Caxias soldado de Infantaria. n° 16, 1980.

Na *Revista Agulhas Negras* (RAN) da AMAN:

- Condecorações do Duque de Caxias (ilustrado a cores). Ano 1980.

Centenário do falecimento do Duque de Caxias. Ano 1980. (Este número registra as comemorações oficiais na AMAN, escolhida como local para a cerimônia principal evocativa dos 100 anos da morte de Caxias).

No *Jornal Agulhas Negras* (AMAN):

- O Espadim de Caxias dos cadetes do Exército – histórico. n° 2, 1978.

Na *Revista Judiciário em Revista* (RJV):

- Caxias, pioneiro abolicionista. n° 1, ago. 1988.

Na *Revista do Clube de Sargentos* – Rio - RJ:

- Caxias, pioneiro abolicionista, 1988.

No *Letras em Marcha* (LM):

- A Cavalaria Brasileira do passado, segundo Caxias. n° 39, jan. 1975.

- O Espadim de Caxias (encarte ilustrado) n° 82, ago. 1978.

- Necessidade de uma biografia de Caxias (em equipe), mar. 1979.

- O local da morte de Caxias (Santa Mônica). n° 57, nov. 1980.

- Centenário da morte de Caxias – reconstituição. n° 103, maio 1980.

- A recuperação do solar de Caxias (Fazenda Santa Mônica). n° 157, out. 1984.

- Caxias pioneiro abolicionista, ago. 1988.

- Caxias e a ponte do Passo Geral do Jacuí. n° 226, jul./ago. 1991

- Caxias vítima da manipulação da História. jul./ago. 1993.

Na *Revista da Academia Riograndense de Letras*. Porto Alegre - RS:

- Bases da cultura de Caxias em Arte da Guerra. Ano 1980. p. 104ss.

Na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso* (RIHGMT):

- Caxias pioneiro abolicionista em Ponche Verde, em 1° mar. 1845.

Na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo* (IHGSP):

- Significação histórica do Duque de Caxias. v.85, 1990. p.71.

No *Boletim do Instituto de Estudos Valeparaibanos* (IEV):

- Caxias pioneiro abolicionista em Ponche Verde, set. 1992.

- Desafio: apresentar provas da participação de Caxias no combate de Silveiras.

No *Mensário do Arquivo Nacional* (MAN):

- Peças históricas ligadas a Caxias - inventário e localização. 1980.

Na *Military Review*, do Exército dos EUA:

- O papel do Exército no desenvolvimento do exemplo brasileiro. 4° trim., 1986. p.64-72.

Artigos em jornais

No *Diário Popular* – Pelotas - RS:

- Canguçu na Revolução Farroupilha 1, 2 e 9 jan. 1972 (Aspectos da ação de Caxias).

- A Cavalaria gaúcha segundo Caxias (morte de Andrade Neves) 22 set. 1974.

- Centenário da morte de Caxias em Santa Mônica, 4 maio 1980.

- Caxias e a pacificação da Farroupilha (Edição de 95 anos do jornal). 1983.

- Caxias, pioneiro abolicionista em Ponche Verde, 12 jun. 1985.

No *O Liberal* – Santa Vitória do Palmar:

- Projeção histórica do Duque de Caxias. 1983.

Na *Folha Popular* – Santana - RS:

- Caxias, vítima da manipulação da História, 25 ago. 1990.

- Caxias e a ponte do Passo Geral do Jacuí, 24 set. 1992.

No *Estado de São Paulo* – SP

- Caxias pioneiro abolicionista em Ponche Verde, 22 jun. 1988.

No *Diário de São Paulo* – SP:

- Caxias e as Relações Públicas, 5 maio 1974.

No *Correio Braziliense* – DF:

Caxias herói da Guerra da Independência, 25 ago. 1972.

No *Jornal do Comércio* – Rio de Janeiro - RJ:

- Centenário da morte de Caxias em Santa Mônica, 7 maio 1980.
- O Duque de Caxias pioneiro abolicionista em Ponche Verde, 8 jul. 1988.

Na *Voz da Cidade* – Volta Redonda - RJ:

- Centenário da morte de Caxias em Santa Mônica. n° 1429, 7 maio 1980.

No *Jornal do Comércio* – Recife - PE:

- Os lanceiros negros farrapos e a Abolição, 10 jun. 1970.
- Caxias e a pacificação da Questão Religiosa em 1875, 4 jul. 1971.
- Caxias e a órfã de guerra que trouxe do Paraguai, 5 out. 1971.

No *Diário de Pernambuco* – Recife - PE:

- Os lanceiros negros farrapos e Caxias, 3 jun. 1870.

Biobibliografia do Dr. Eugênio Vilhena De Moraes – O biógrafo do Duque de Caxias

O Dr. Eugênio Vilhena de Moraes (1887-1982), nascido em Campinha - MG, em 5 de fevereiro de 1887 e falecido no Rio em 31 de outubro de 1982, com mais de 95 anos, é considerado o maior biógrafo do Duque de Caxias. Professor, bacharel em Direito, jornalista e historiador, redigiu por muitos anos o *Jornal do Comércio* no Rio. Foi admitido aos 34 anos, em 1921, no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro ao qual serviria por mais de sessenta anos. Na década de 1920, como patriota e católico fervoroso, “contribuiu decisivamente para o moderno culto ao Duque de Caxias, personalidade por ele estudada exaustivamente, com carinho e defendida com ardor e cuja memória estivera esquecida por mais de cinquenta anos...” Foi Vilhena de Moraes o idealizador do Dia do Soldado, que passou a ser comemorado a partir de 1923 na data natalícia do Pacificador. “De suas pesquisas meticolosas e exaustivas resultaram as seguintes obras de sua autoria publicadas pela Livraria Briguet, Rua do Ouvidor, 109. Rio de Janeiro - RJ:

1- *Caxias e o Jornal do Comércio do Rio*. Rio de Janeiro: 1927 (100 anos do jornal).

2- *O gabinete Caxias e Anistia aos bispos* - Questão Religiosa. Rio de Janeiro, 1929.

- 3- *O Duque de Ferro* - aspectos da vida de Caxias. Rio de Janeiro, 1933.
- 4- *Caxias em São Paulo*. A Revolução de Sorocaba. Rio de Janeiro, 1934.
- 5- *Apontamentos para a História Militar do Duque de Caxias por Eudoro Berlink*. Rio de Janeiro, 1934.
- 6- *Novos aspectos da vida de Caxias*. Rio de Janeiro, 1937.
- 7- *O Pacificador das Consciências* - sua unidade e integridade moral. Rio de Janeiro, 1977.

Em suas pesquisas junto a descendentes de personalidades ligadas a Caxias conseguiu documentos preciosos e relíquias. A espada de campanha que Caxias deixara para o marechal João de Souza Fonseca Costa e Visconde da Penha, Vilhena conseguiu que fosse doada ao Instituto Histórico Geográfico Brasileiro em 1925. E ali a foi encontrar o então coronel José Pessoa, para dela tirar cópia para confeccionar os espadins dos cadetes do Exército, na Solingen, na Europa. A imagem de N. S. da Conceição, que pertencia a Caxias e a cujos pés ele expirou na Fazenda Santa Mônica, ele doou à Academia Militar das Agulhas Negras, onde ela se encontra. Por vezes é esquecida esta circunstância. O altar de campanha de Caxias ele encaminhou ao museu do Mosteiro de Santo Antônio. A espada, o altar e a gravura de N. S. da Conceição estiveram na AMAN em 8 de maio de 1980, na cerimônia principal de comemoração (memorar juntos) do centenário da morte de Caxias. Documentos importantes sobre Caxias o Dr. Vilhena destinou ao IHGB.

Os documentos e relíquias de Caxias foram conservados, no possível, pelo senador Eusébio de Queiroz, que se casou com uma neta de Caxias, cuja filha do casal, chamada Eveline Matoso, que se casou com João José da Cunha, foi a única dos três filhos do senador que deixou descendentes, em Quissamã - Macaé, conforme reportagem do autor na *Revista Agulhas Negras*, 1955, da Turma Aspirante Mega, e na seguinte (1956). Com o senador Eusébio de Queiroz, que conservou e ordenou o arquivo de Caxias, foi que o Dr. Vilhena de Moraes obteve autorização para doá-los ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro onde se encontram. Um único livro da biblioteca de Caxias o Dr. Vilhena conseguiu preservar. Foram dois volumes de Marília e Dirceu. As fotos de retratos originais de família que pertenceram a Caxias (avós, irmãos, tios etc.) encontram-se no Museu Mariano Procópio em Juiz de Fora. Inclusive um livro dourado oferecido por oficiais à Duquesa de Caxias e precedido de valioso estudo do senador Firmino Rodrigues da Silva, amigo de Caxias, em que este rebateu críticas a Caxias na Revista *Deux Mondes*. A espada de

ouro que o povo ofertou a Caxias ao retornar de Portugal foi destinada à AMAN e é a que se faz presente nas cerimônias de entrega dos espadins aos cadetes na Academia.

Muito o Exército Brasileiro, por meio de seus integrantes de suas várias gerações, está a dever a este historiador, professor, advogado e jornalista pelo resgate da vida de Caxias. A Academia de História Militar Terrestre do Brasil, que tem o Duque de Caxias como seu patrono, o elegeu patrono de uma de suas cadeiras, que foi inaugurada pelo professor Antônio Pimentel Winz, autor de obra alentada sobre a Casa do Trem.

Aos 93 anos, quando do centenário da morte de Caxias, o visitamos em 16 de novembro de 1979 como oficial da AMAN da Comissão do Centenário da morte de Caxias que foi realizada ali. Muito idoso, mas lúcido, o historiador ainda sonhava realizar algumas pesquisas de campo envolvendo tarefas desgastantes e impossíveis. Deu-nos de lembrança sua obra – *Novos aspectos da vida de Caxias* – e pedindo com humor desculpas “pelas mal traçadas linhas” porque ao conferir-se o livro o mesmo estava atingido por traças, daí “mal traçadas linhas”.

Na mocidade sofrera muito de tuberculose, recolhendo-se para tratamento em Itaipava. Constantemente, sob perigo de vida, recebeu várias vezes extrema unção, a ponto de um familiar comentar que seu pai então “ficara viciado em extrema unção”. E viveu 95 anos!

A RIHGB, v. 333, out./dez. 1981 publicou seu necrológio, da lavra de Fernando Monteiro. Sofreu a grande mágoa de após quase vinte anos na direção do Arquivo Nacional haver sido demitido do mesmo por decreto presidencial que tomou conhecimento pelos jornais. Foi substituído pelo historiador José Honório Rodrigues, contra o qual revelou, aos 93 anos, guardar profunda mágoa pelas desconsiderações e outras atitudes para consigo e sua obra como historiador e diretor do Arquivo Nacional. A História que julgue!

Uma obra rara de defesa do comando de Caxias no Paraguai

- BRASILICUS (LIMA, Patrício Augusto Câmara). *Manuscrito de 1869, ou Resumo Histórico das Operações Militares dirigidas pelo Marquês de Caxias na Campanha do Paraguai*. Rio de Janeiro: Liv. e Litog. Popular de Azeredo Leite, 1872. 174 páginas.

Obra editada em 1872 quando Caxias era provedor da Irmandade da Santa Cruz dos Militares. Ela defende a ação de Caxias face às críticas que fora do poder lhe foram feitas no Parlamento e pela imprensa brasileira e argentina. Seu autor, usando pseudônimo de BRASILICUS assim expôs a finalidade de sua obra:

“O fim em vista, apresentando um Resumo dessas Operações, foi o de estabelecer a verdade dos fatos, tão adulterada por alguns escritores, os quais, por espírito de Partido, ou por qualquer outro motivo não menos censurável, tanto têm ridicularizado os brilhantes feitos de nosso brioso Exército e o de seu ilustre e digno general (Caxias).”

É obra de grande interesse para os militares do Exército, por abordar e discutir aspectos de Tática, Estratégia e de Chefia Militar, ao justificar as ações e chefia de Caxias, nas mais brilhantes Operações Militares até

hoje empreendidas pelo Exército Brasileiro e sob a liderança de seu atual patrono.

O livro foi mandado editar às expensas de 242 oficiais e alguns civis, entre eles o marechal Soares Andréa e Barão de Caçapava, o brigadeiro João de S. Fonseca Costa (chefe do Estado-Maior de Caxias no Paraguai), coronel Servirão M. Fonseca, majores Pego Júnior, Bernardo Vasques, Conrado Jacob, Niemayer, Thomaz Cantuária (artilheiro da Retirada da Laguna), Roham, Camisão, Antônio G. Pimentel, capitães Taunay, Bibiano Costallat, Francisco de Paula Argolo, Diniz Santiago, Bernadino Bormann (ajudante de ordens de Caxias e seu biógrafo), tenentes Emílio Jourdan (historiador da Guerra do Paraguai), alferes Gabino Bezouro, Thomaz Tompson Flores (morto em Canudos como coronel) e cadetes como Thaumaturgo de Azevedo. Enfim, nomes que se tornaram assinalados no Exército.

Estudo crítico sobre o autor da obra foi identificado tratar-se de Patrício Augusto Câmara Lima, da estirpe militar dos Correia da Câmara, iniciada por seu heroico avô o marechal Patrício Correia da Câmara e 1º Visconde de Pelotas. Nascido em Porto Alegre em 1800, foi funcionário da Fazenda. É possível que ele traduzisse opiniões de assessores militares como o coronel Fonseca Costa, chefe do EM de Caxias e dos historiadores e escritores Taunay, Emílio Jourdan (a quem Floriano encarregaria de escrever sobre as campanhas do Paraguai, “para subsidiar estudos dos alunos da escolas militares do Ceará, Porto Alegre e Praia Vermelha dentro das realidades operacionais sul-americanas”) e mesmo de Bernardino Bormann, seu genro, biógrafo de Caxias e ajudante de ordens e grande historiador. São possibilidades e não certezas!

Sobre a obra em análise, assim se referiu Caxias em duas oportunidades em cartas ao marechal Câmara, seu amigo e cuja capacidade militar admirava:

Em carta de 21 de agosto de 1872:

“Não há dúvida de que este trabalho é do Patrício Câmara. Não pode ser julgado um trabalho completo. Mas nem por isso deixa em alguma coisa de dizer verdades, ainda que em outras improvisa um pouco.”

Em carta anterior, de 13 de julho de 1872, ao mesmo destinatário, Caxias menciona:

“Lhe envio um folheto que um Patrício, e até parente seu, me ofereceu. Nele recorda nossas Operações Militares praticadas no Paraguai, durante o tempo em que comandei o Exército. E como V. Exa. foi uma

das testemunhas presenciais dessas Operações é bem competente para delas fazer o juízo (julgamento) que merecem.”

Enfim trata-se de livro raro e precioso que talvez merecesse uma edição fac-similar ou mesmo adaptada à linguagem corrente atual, por abordar as mais brilhantes operações até hoje realizadas pelo Exército e sob a liderança de seu patrono, o Duque de Caxias.

Publicação dentro da linha preconizada pelo marechal Ferdinand Foch, professor de História Militar da Escola Superior de Guerra da França de onde foi buscado para comandar a vitória Aliada na 1ª Guerra Mundial:

“Para alimentar o cérebro (comando) de um Exército na paz, para melhor adestrá-lo para a eventualidade indesejável de uma guerra, não existe livro mais fecundo em meditações e lições do que o da História Militar.”

Recebemos fotocópia do livro em 1991 do historiador Corálio Cabeda, com comentário de três páginas e meia, “O manuscrito de 1869 e o seu autor”, uma muito boa, oportuna e esclarecedora contribuição à biografia do Patrono do Exército.

Ensaio biográfico sobre o Duque de Caxias

Registramos a seguir em ordem cronológica, destacando o ano de publicação, diversos ensaios biográficos realizados sobre o Duque de Caxias, excluídos trabalhos já relacionados do autor, os de Vilhena de Moraes e o Manuscrito de 1869, antes relacionados.

Duque de Caxias ainda em vida.

-1867- ALENCAR, José de. *O Duque de Caxias*. Rio de Janeiro: Vile-neuve, 1869. (c/retr.)

-1878- CAMPOS, Joaquim Pinto de. *A vida do grande cidadão Luiz Alves Lima e Silva*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1878.

Após sua morte

-1880- BORMANN, José Bernardino, Maj. *Marechal Duque de Caxias*. Rio de Janeiro: Tip. Cruzeiro, 1880. 50p. (Foi Ajudante de Ordens de Caxias e grande historiador).

No centenário de seu nascimento na República

-1903- ROMERO, Sílvio. *O Duque de Caxias e a Integridade do Brasil*. Rio de Janeiro: Laemmert, 1903 (c/retr.).

-1903- ABREU, Capistrano de. O Duque de Caxias. *Gazeta de Notícias*, 4 ago. 1903.

-1903- OLIVEIRA, Antônio José Dias, Gen. Caxias, o Pacificador. *Revista da Escola Militar da Praia Vermelha*, 1903.

-1903- SEIDL, Raimundo Pinto. *O Duque de Caxias - esboço de sua gloriosa vida*. Rio de Janeiro, 1904 (c/retr.).

Depois do seu centenário natalício

-1907- MACIEL, Alfredo Pretextato. Duque de Caxias, em: *Os generais do Exército Brasileiro*. Rio de Janeiro: M. Orosco, 1907.

- SENE, Ernesto. *Caxias*. Rio de Janeiro, 1909.

-1920- HAFKMEYER, João. *O Duque de Caxias*. P. Alegre: Barcelos Bertaso, 1920.

Pós - Revolução de 30

-1927-1937- Obras do biógrafo de Caxias, Vilhena de Moraes, (relacionadas).

-1934- ORICO, Osvaldo. *O Condestável do Império*. Porto Alegre, 1934.

-1935- REVISTA MILITAR BRASILEIRA, nº 1, 25 ago. 1935, do Estado-Maior do Exército (5ª Seção, História e Geografia Militar).

Conteúdo.

Mensagem de próprio punho do presidente Getúlio Vargas (trecho).

“[...] Nas lutas internas em que foi chamado a intervir, nunca se deixou ganhar por ódios políticos ou por paixões subalternas. Agia dentro de um equilíbrio perfeito entre o dever do cidadão e o prestígio da função militar, orientado sempre pelo sentimento da Unidade Nacional. Getúlio Vargas, 8 ago. 1835.”

- Combate de Santa Luzia, 1842 - MG, pelo general Tasso Fragoso, p. 11.

- Hino ao Duque de Caxias, pelo Arcebispo D. Aquino Corrêa, p.18.

- Caxias e a Defesa Nacional, de Vilhena de Moraes do IHGB. p.37-54.

- O temperamento de Caxias, por Oliveira Viana. p.57-63.

- Caxias, ensaio psicológico, pelo general Liberato Bittencourt. p. 77-90.

- O Comando de Caxias no Paraguai - A doutrina em nossa História Militar, pelo tenente-coronel da reserva Genserico Vasconcellos.

- Caxias, alma militar do Brasil, por Max Fleiuss. p.33-34.

- Dois esboços sobre marchas de Caxias na farroupilha, homenagem EME.

- Duque de Caxias, por Ramiz Galvão. p.27-28.

- Caxias no Armorial Brasileiro, pelo tenente Egon Pinto (contracapa).

- Caxias, varão de Plutarco p. 131-142.

- 1936- REVISTA MILITAR BRASILEIRA - 25 ago. 1936 (Especial).

Conteúdo

- Fundação Instituto Duque de Caxias (não vingou) p. 297-298.

- Caxias na Heráldica e na Genealogia. p. 1-3.

- Caxias na Medalhística Militar por Francisco Santos. p. 23-38 (Com 10 estampas de condecorações).

- Caxias pacificador, pelo general E. F. Souza Docca. p.99-115.

- Caxias presidente da Província (RGS), por Eurico Salis. p. 117-121.

- Caxias por meio da gravura (29 reproduções de gravuras). p. 38-48.

- Caxias na Numismática, pelo coronel Laurênio Lago.

- Caxias na bibliografia brasileira, por Tancredo Paiva. p. 49-65.

- Caxias no Museu Histórico Nacional, por Gustavo Barroso.

- Caxias senador pelo Rio Grande, por Wanderlei Pinho. p. 123-163.

- Caxias ministro da Guerra, pelo major José Faustino Fº. p. 165-170.

- Caxias conselheiro de Estado (resoluções em que atuou).

- Caxias comandante em chefe, pelo general P. A. Góes Monteiro. p. 231-271.

- 1938- CARVALHO, Afonso de, Cel. Caxias. Rio de Janeiro: BIBLIEX, 1938.
- 1939- TROTA, Frederico. Caxias. São Paulo, 1939.
- 1939- FIGUEIREDO, Lima. Caxias, em: *Grandes soldados do Brasil*. Rio de Janeiro: BIBLIEX, 1939.
- 1941- REVISTA MILITAR BRASILEIRA, jul./set. 1941.
- O herói perfeito, por Carlos Maul.
- Significação do Duque de Caxias, por Lourival Fontes, p. 239-241.
- 1942- REVISTA MILITAR BRASILEIRA, jan./mar. 1942.
- Caxias e a Freguesia do Engenho Velho, pelo Mons. Mac Dowell. p.328-331.
- 1942- REVISTA MILITAR BRASILEIRA, abr./jun. 1942.
- Cartas de Caxias ao general Caldwell, por Hélio Viana. p. 340-350.
- 1942- CORREIA, Víriato. *Caxias*. Rio de Janeiro, 1942.
- 1949- REVISTA MILITAR BRASILEIRA, 25 ago. 1949.

Edição especial relativa a exumação, exposição na Santa Cruz dos Militares, traslado para o Panteão da Praça Duque de Caxias dos restos mortais do Duque e Duquesa de Caxias. Edição primorosa a cores e farta ilustração.

- 1953- REVISTA MILITAR BRASILEIRA, 25 ago. 1953 (Poliantéia)

Conteúdo

- A Espada de Caxias, por Gustavo Barroso, p.7.
- A Paz de Ponche Verde, por Eurico Salis, p. 151.
- Significação de Caxias, pelo general Inácio José Veríssimo, p.67-71.
- Caxias e a Estatística Militar, por Humberto Viana. p.239-244.
- Caxias homem de Fé, por D. Jaime Câmara (arcebispo Rio). p.9-11.
- Caxias no bronze (monumentos) pelo coronel João Batista de Matos. p. 157-201. (Relaciona e descreve os monumentos a Caxias no Brasil).
- Caxias chefe militar no contexto nacional, pelo coronel J. B. Magalhães. p.81-95.
- Caxias, a espada do Império, pelo marechal J. B. Mascarenhas de Moraes. p.15.
- O Duque de Caxias, por Marcos Carneiro de Mendonça. p.59-63.
- Caxias, Tamandaré e Jaceguai, relacionamento, por CT Murilo Silva p. 224ss.

- Culto à memória de Caxias, pelo general Pedro Aurélio Góes Monteiro. p.227ss.
- Caxias, político e diplomata pelo coronel Vet. Valdemiro Pimentel. p. 141-149.
- O verdadeiro espírito da paz, pelo capitão Rubem Mário Jobim. p.227-230.
- Biografia de Caxias - uma necessidade e diretrizes, pelo marechal Tristão de Alencar Araripe. (Sem dúvida uma obra de equipe, mas uma necessidade premente).
- 1924- BARRETO, Flamarion, Gen et alli. *Caxias, o Comandante-em-Chefe*. Rio de Janeiro: ECEME, 1956.
- 1954 - TINOCO, Brígido. *As duas paixões de Caxias*. Rio: BIBLIEX, 1954.
- 1959- RAPOSO FILHO, Amerino, Maj. *Caxias e a doutrina Militar*. Rio: BIBLIEX, 1959. (Importante e pioneiro estudo).
- 1966 - PILAR, Olinto (médico). Duque de Caxias em: *Patronos das Forças Armadas*. Rio: BIBLIEX, 1966.
- 1971- CÂMARA, Rinaldo P., Gen. *Caxias, um grande capitão em Brasilidade e Catolicismo*. Porto Alegre, 1971. (biógrafo do marechal Câmara.).
- 1972- ABRIL CULTURAL. Duque de Caxias, o criador do Exército Nacional, em: *Grandes personagens de nossa História*, v.4, 1972, amplamente ilustrado a cores - 22 ilustrações.
- 1973- PEIXOTO, Paulo Mattos. *Caxias, Nume Tutelar da Nacionalidade*. EDICO, 1973. 2v. (Muito bom trabalho).
- 1970-1996- Trabalhos do autor antes relacionados.

- 1980- *Revista Militar Brasileira*, Maio 1980. Esp. - Centenário morte Caxias.

Conteúdo

- Fontes da Cultura de Caxias em Ciência e Arte da Guerra - coronel Cláudio M. Bento.
- Caxias visto pelo marechal Humberto Castelo Branco.
- Caxias Militar e estadista, pelo prof. F. de Souza Brasil.
- Epopeia e legenda sobre Caxias, pelo CDoc Ex.
- Interpretação de Caxias pelo general Otávio Costa.
- Caxias e sua permanente lição, pelo general Jonas Correia Neto.

- Caxias na pacificação do RGS, pelo tenente-coronel P. J. Mallet Jou-bim.

- Caxias, o homem, por Américo Lacombe.

- Homenagem a Caxias no Congresso, pelo coronel e senador Jarbas Passarinho.

- Caxias - divagações, pelo general Geraldo Knaack de Souza.

- Caxias e os Princípios de Guerra, pelo coronel Affonso Trompowski.

-1982- FROTA, Guilherme Andréa. O Corpo de Guardas Municipais Permanentes. *Revista Militar Brasileira*. nº 3, 1982. (PMRJ).

-1994- COZZA, Dino Willy, CMG Fzo. Duque de Caxias - seu lado romântico. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. nº 338, abr./jun. 1994. p. 393-398.

Existem muitos e variados trabalhos que podem ser resgatados em instrumentos de trabalho do historiador e publicados nas revistas *Defesa Nacional, do Clube Militar, Nação Armada, Agulhas Negras* etc.

Em tempo: Em 6 de junho de 1984 o historiador macaense, Antônio Alvarez Parada, respondeu-nos carta em que indagávamos sobre a presença do Duque de Caxias na Fazenda da Machadinha, em Quissamã, de sua filha mais moça, Ana de Loreto e genro Manoel Carneiro da Silva e 1º Visconde de Ururai. Concluindo, o Duque e Duquesa de Caxias chegaram em Macaé em 4 de novembro de 1869, a bordo do navio “Macahé”, seguindo no mesmo dia para a Fazenda Machadinha onde teriam se demorado até 11 de abril de 1870, por cinco meses e sete dias, quando retornaram para o Rio no mesmo navio “Macahé”. Refere a existência em Macaé de trinetos de Caxias entre os quais José de Lima Carneiro da Silva, proprietário do *Jornal da Cidade*.

Relatórios do ministro da Guerra Duque de Caxias

O Duque de Caxias ocupou o Ministério da Guerra em três oportunidades, num total *record* no Império, de seis anos, seis meses e vinte e quatro dias, deixando em todos os períodos relatórios que foram microfilmados pelo Arquivo Histórico do Exército em 1990. (O original está em Brasília).

1º Período-14 jun. 1855-4 maio 1857– Microfilme: rolo 1

2º Período-2 mar. 1861-24 maio 1862 – Microfilme: rolo 1

3º Período-22 mar. 1875-5 jan. 1878 – Microfilme: rolo 5

Os assuntos tratados podem ser procurados no documento:

ARQUIVO HISTÓRICO DO EXÉRCITO. Índice dos assuntos dos relatórios dos ministros da Guerra e do Exército, 1832-1937 (Contribuição ao Centenário da República). Instrumento de trabalho do Historiador nº 10 - Distribuição 10 exemplares .

Distribuição/Exemplares: Ministro, Chefe EME, IHGB, CDoc Ex, MHEX, BIBLIEX, ECEME, AMAN (Cadeira História), ARQUIVO NACIONAL, A Hist. Itamarati, CPDoc-FGV, Museu Nacional (Bibl.), AHEx, coronel Cláudio Bento (Diretor AHEx).

Breve histórico da presente obra

Este trabalho de pesquisa foi iniciado em 1980 na Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), estimulado pelos preparativos do Centenário de Falecimento do Duque de Caxias, ali evocado como cerimônia principal oficial em todo o Brasil e reportagem alusiva ilustrada na *Revista do Clube Militar*. Pertencíamos então, na condição de instrutor de História Militar, à Comissão criada pela AMAN encarregada da realização da referida cerimônia.

Passada a cerimônia comemorativa, em 7 de maio de 1980, a qual foi registrada pela *Revista Agulhas Negras* da AMAN, ano 1980, iniciamos o presente projeto, tal o volume de informações que havíamos colhido, onde destacamos longas entrevistas que mantivemos no Rio de Janeiro com o Dr. Eugênio Vilhena de Moraes, dedicado biógrafo de Caxias.

E sempre que aparecia elemento novo íamos formatando este trabalho. Entendendo que o Duque de Caxias transcende o Exército e que era dada pouca ênfase a sua projeção política como presidente das províncias do Maranhão, São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, nesta por duas vezes, e que havia sido senador pelo Rio Grande do Sul por trinta anos e presidido em três oportunidades o Gabinete de Ministros, solicitamos ao general Alberto Mendes Cardoso, então chefe da Casa Militar,

para tentar obter apoio para a sua publicação e ser o mesmo prefaciado pelo Comandante Supremo das Forças Armadas, o então presidente Fernando Henrique Cardoso, com profundas raízes familiares no Exército, conforme demonstramos em artigo “Raízes familiares do Presidente Fernando Henrique Cardoso no Exército”, publicado na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. v. 162, nº 410, p. 101-121.

Com a criação da Secretaria de Segurança Institucional, o projeto me foi devolvido por incompatível com as novas funções do órgão.

E outra tentativa foi recorrer a concurso promovido pela Biblioteca do Exército, que anunciava um prêmio de 5.000 reais.

Nessa altura já havíamos tirado dois primeiros prêmios em concursos da BIBLIEx com os trabalhos: *O Exército e a Abolição* e *O Exército na Proclamação da República*.

E neste esforço para tornar realidade, ressalto a cooperação do historiador civil acadêmico da AHIMTB Dr. Flávio Camargo, no preparo metucioso e revisão dos originais junto ao coronel Luiz Ernani Caminha Giorgis, Delegado da AHIMTB no RGS.

Vale lembrar que a BIBLIEx Editora foi criada em 1937 pelo general Valentim Benício, patrono hoje de cadeira na AHIMTB, com a finalidade de editar obras de preferência de oficiais do Exército, que naquela época, menos do que hoje, não dispunham de apoio editorial em editoras civis. E realizou trabalho notável nesta linha.

Vale lembrar igualmente que foi o grande diretor da BIBLIEx, general Humberto Peregrino, atual patrono de cadeira em vida na AHIMTB, que estimulou o surgimento de uma geração de escritores militares por atribuir-lhes escreverem sobre assuntos de interesse da Cultura do Exército, que dominavam. E ele se encarregava de publicar suas obras, depois de apoiá-las com revisão e *copy desk*, e assim alimentou uma corrente do pensamento militar brasileiro, prestes a extinguir-se.

Para confirmar basta ser lida sua obra *História da Biblioteca do Exército - um capítulo da História Cultural do Brasil*. Rio de Janeiro: SENAI, 1991.

Temos recorrido à *Internet* por falta de apoio editorial, no *site* www.ahimtb.org.br. Neste, em História, a AHIMTB possui a *Revista Eletrônica de História Militar Terrestre*. Creio que este é o caminho futuro e estamos na sua trilha. A busca pelo www.google.com em nosso nome “cláudio moreira bento”, remete o leitor a cerca de 10 páginas com referência a obras por nós produzidas. Aqui recorro e homenageio o Grupo fundador da Revista *A Defesa Nacional*, no Editorial de lançamento de autoria

do capitão Mário Clementino de Carvalho, hoje patrono de cadeira na AHIMTB, inaugurada pelo grande pensador militar coronel Nilton Freixinho:

“Estamos profundamente convencidos de que só se corrige o que se critica. E de que criticar é um dever. E de que o progresso é obra dos dissidentes. E de que esta Revista, a *Defesa Nacional*, foi fundada para exercer o direito que todos temos, de julgar as coisas que nos afetam, segundo o nosso modo de ver e de darmos a nossa opinião a respeito.”

E esta Revista ajudou o progresso do Exército desde então!

Espero que *Duque de Caxias - o Patrono do Exército Brasileiro* traga na presente edição uma contribuição ao objetivo atual nº 1 do Exército no qual tenho colocado a minha fé por nele acreditar e que ainda não foi revogado de direito:

“Pesquisar, preservar, cultivar e divulgar a memória histórica, as tradições e os valores morais, culturais e históricos do Exército.”

Dados da Academia Brasileira de História Militar Terrestre do Brasil

Foi fundada em Resende, *A Cidade dos Cadetes*, em 1º de março de 1996, aniversário do término da Guerra do Paraguai e do início do ensino militar na AMAN, em Resende. A Academia de História Militar Terrestre do Brasil, ou simplesmente AHIMTB, desenvolve a História das Forças Terrestres do Brasil: Exército, Fuzileiros Navais, Infantaria da Aeronáutica, Forças Auxiliares e outras forças que as antecederam. Possuindo sede e foro em Resende, mas de amplitude nacional, tem como patrono o Duque de Caxias e como patronos de cadeiras historiadores militares terrestres assinalados, por vezes também ilustres chefes militares, como os marechais José Bernardino Bormann, José Pessoa, Leitão de Carvalho, Mascarenhas de Moraes, Castelo Branco e generais Tasso Fragoso, Alfredo Souto Malan, Aurélio de Lyra Tavares, Valentim Benício e o coronel Pedro Dias de Campos, da PMSP etc. Foram consagrados em vida como patronos de cadeiras, em razão de notáveis serviços à História Militar Terrestre do Brasil, os generais A. de Lyra Tavares, Jonas de Moraes Correia, Francisco de Paula Azevedo Pondé, Severino Sombra e Umberto Peregrino, o almirante Hélio Leôncio Martins e os coronéis Francisco Ruas Santos, Jarbas Passarinho e Hélio Moro Mariante, da Brigada Mi-

litar/RGS. Figuram como patronos os civis Barão do Rio Branco, Dr. Eugênio Vilhena de Moraes, Gustavo Barroso, José Antônio Gonçalves de Mello e Pedro Calmon, pelas contribuições à História Militar Terrestre do Brasil.

Entre os fatores da escolha de Resende, ressalta ser a AMAN a maior consumidora de assuntos de História Militar, que ministra a seus cadetes nos 2º, 3º e 4º anos, por meio de sua cadeira de História Militar, o único núcleo contínuo e dinâmico de estudo e ensino de História Militar no Brasil. A Academia possui como órgão de divulgação o jornal *O GUARARAPES*, que é dirigido a especialistas no assunto e a autoridades com responsabilidade de Estado pelo desenvolvimento deste assunto de importância estratégica. Divulgação que potencializa por meio de sua *Homepage* – a pioneira entre as entidades do gênero no Brasil, e onde implantou os livros *As batalhas dos Guararapes*, relacionadas com o Dia do Exército, e *Caxias – o Patrono do Exército Brasileiro e a Unidade Nacional*, relacionado com o Dia do Soldado.

A Academia desenvolve seu trabalho em duas dimensões: a 1ª, a clássica, como instrumento de aprendizagem em Arte Militar, com vistas ao melhor desempenho constitucional das Forças Terrestres, com apoio em suas experiências passadas etc.

A 2ª com vistas a isolar os mecanismos geradores de confrontos bélicos externos e internos, para que colocados à disposição das lideranças civis estas evitem futuros confrontos bélicos com todo o seu rosário de graves consequências para a Sociedade Civil Brasileira.

A Academia dá especial atenção à juventude masculina e feminina, estudando no sistema de ensino das Forças Terrestres Brasileiras, com vistas a promover encontro dela com as velhas gerações e com as atuais de historiadores militares terrestres e soldados terrestres e, além, tentar despertar no turbilhão da hora presente, ao ingressar no insondável 3º milênio, novas gerações de historiadores militares terrestres, especialidade hoje em vias de extinção por falta de apoio e sobretudo estímulo editorial. Constatar é obra de simples raciocínio e verificação! É assunto que merece, salvo melhor juízo, séria reflexão de parte de lideranças das Forças Terrestres com responsabilidade funcional de desenvolver a identidade e a perspectiva históricas das mesmas e, além disso, as suas doutrinas militares expressivamente nacionalizadas, calcadas na criatividade de seus quadros e em suas experiências históricas bem sucedidas, o que se impõe a uma grande nação, potência ou grande potência do 3º milênio.

No desempenho de sua proposta, ela vem realizando sessões junto à juventude militar terrestre brasileira, a par de posses de novos acadêmicos do Exército, Fuzileiros Navais, Infantaria da Aeronáutica e Polícias Militares, que vêm progressivamente mobilizando e integrando em sua cruzada cultural e centralizando subsídios em seu Centro de Informações de História Militar Terrestre do Brasil em Resende, junto a AMAN.

Outra finalidade da Academia é enfatizar para os jovens com os quais contata a importância da História do Brasil e a de sua subdivisão – A História Militar Terrestre do Brasil. A primeira como a mãe da identidade e perspectivas históricas do Brasil e a segunda como mãe da identidade e perspectivas históricas das forças terrestres brasileiras no contexto das do Brasil, como em todas as grandes nações e grandes potências mundiais. Isto por ser subsidiária de soluções táticas, logísticas e estratégicas militares brasileiras que, nos últimos quinhentos anos foram responsáveis, em grande parte, pelo delineamento, conquista, definição e manutenção de um Brasil de dimensões continentais.

Soluções capazes de contribuir para o desenvolvimento da doutrina militar terrestre brasileira, com progressivos índices de nacionalização, como a sonharam o Duque de Caxias e os marechais Floriano Peixoto e Humberto Castelo Branco etc.

Complementarmente procura a Academia apontar aos jovens, seu público alvo, os homens e instituições que lutam patrioticamente, a maioria das vezes sem nenhum apoio, para manter acesas e vivas as chamas dos estudos de História do Brasil e seus desdobramentos, com o apoio na análise racional e não passional de fontes históricas, íntegras, autênticas e fidedignas, que com grandes esforços garimpam, ao invés das manipulações históricas predominantes entre nós feitas por historicistas, fruto das mais variadas paixões, fantasias e interesses, o que Rui Barbosa já denunciava em seu tempo. Confirmar é obra de simples verificação e raciocínio. E se os jovens disto se convencerem e exercerem o seu espírito crítico será meia batalha ganha.

A Academia vem atuando em escala nacional com representantes em todo o Brasil em suas várias categorias de sócios e já possui em Brasília, funcionando junto ao Colégio Militar, a sua delegacia Marechal José Pessoa. Instalou no Colégio Militar de Porto Alegre a delegacia General Rinaldo Pereira Câmara e, em Fortaleza, a delegacia Cel José Aurélio Câmara. No Rio de Janeiro a delegacia Marechal João Batista de Matos, no IME. E em São Paulo, em caráter experimental a delegacia Cel Pedro

Dias de Campos, voltada para História da PMSP e ao abrigo da Associação de Oficiais da Reserva da Polícia Militar de São Paulo, cujos quadros contam com dois acadêmicos, seu presidente e vice-presidente. Em Pelotas possui a delegacia Fernando Luís Osório, homenagem ao grande historiador militar neto do general Osório. Em Caxias do Sul a delegacia Gen Morivalde Calvet Fagundes, grande historiador da Revolução Farroupilha. Em Curitiba a delegacia Gen Luiz Carlos Pereira Tourinho. E em Bagé tenta estabelecer a delegacia Dr. Tarcísio Taborda.

Este é em síntese o perfil da Academia de História Militar Terrestre do Brasil, que pretende ser um fórum cultural para o debate de assuntos históricos de natureza doutrinária e em especial para militares da Reserva das Forças Terrestres do Brasil, para aproveitar as valiosas experiências que colheram em suas vidas na caserna. É uma feliz oportunidade. Seu sucesso continuado depende do empenho, solidariedade e vontade cultural de seus membros e da sensibilidade das lideranças de nossas Forças Terrestres em apoiar e estimular a iniciativa de grande benefício e insignificante custo para as mesmas, a serviço do objetivo atual n 1º do Exército, repetimos:

“Pesquisar, preservar, cultuar e divulgar a memória histórica, as tradições e os valores morais, culturais e históricos do Exército Brasileiro.”

Ela possui como seus presidentes de Honra, sempre que aceitarem a encargo, o comandante do Exército, o chefe do DEP, o comandante da AMAN e o presidente da Fundação Educacional D. Bosco.

QUARTA PARTE



DUQUE DE CAXIAS CADERNO ICONOGRÁFICO

ADVERTÊNCIA: O presente caderno iconográfico tem a finalidade de catálogo referente às ilustrações aqui reproduzidas, ligadas ao Duque de Caxias, para remeter o leitor e pesquisador aos originais com as melhores condições que puderam ser reproduzidas.

O autor.

Iconografia relacionada com o Duque de Caxias

Duque de Caxias, retratos em óleo, fotografias etc.

| | Pág. |
|--|-------------|
| 1 Caxias de perfil, óleo de Miranda Júnior, pintado especialmente para a Biblioteca do Exército..... | 439 |
| 2 Óleo de Caxias – Pacificador, autor Armando Viana em 1942, centenário da pacificação de São Paulo e Minas Gerais. Doado em 1988 ao Arquivo Histórico do Exército pelo autor, junto aos originais premiados de suas pinturas que decoram o Salão Nobre do Comando Militar do Sul..... | 439 |
| 3 Caxias quando ministro da Guerra e chefe do Governo como presidente do Conselho de Ministros pela segunda vez em trajes civis (Fonte: <i>Revista do Clube Militar</i> , jul./set. 1996)..... | 439 |
| 4 Duque de Caxias (Fonte: BIBLIEx. Autor: Autran)..... | 439 |
| 5 Duque de Caxias, comandante em chefe das Forças Aliadas em Operações no Paraguai em litogravura existente no Arquivo Nacional..... | 440 |
| 6 Fotografia do Duque de Caxias durante a Guerra do | |

- Paraguai que serviu de modelo aos pintores José Américo e Joaquim da Rocha Fragoso para pintarem, respectivamente, Caxias em A Batalha do Avaí em 1868 (Fonte: *Revista do Clube Militar*, maio 1980)..... 440
- 7 Caxias Marquês, com cerca de 52 anos, ao assumir pela 1ª vez as funções de ministro da Guerra e chefe do Governo como presidente do Conselho de Ministros em litografia de Sisson (Fonte: *Revista do Clube Militar*, ago. 1935).....440
- 8 Óleo de Caxias de 1862, quando ministro da Guerra e chefe do Governo como presidente do Conselho de Ministros (Fonte: OSÓRIO, Fernando Luís. *O Espírito das Armas Brasileiras*, Pelotas, 1918).....440
- 9 O Duque de Caxias em pintura de 1868 de Joaquim da Rocha Fragoso. Permaneceu mais de um século no Palácio Duque de Caxias, sendo enviado para a AMAN onde se encontra no antigo gabinete do comandante. Existe cópia do mesmo na Biblioteca Mal José Pessoa, desde a sua inauguração (Fotografia: Sgt Cunha – SMAV-AMAN).....441
- 10 Óleo do Marquês de Caxias de autoria de J.B. Courtois existente no Museu Histórico Nacional (Fonte: *Reminiscências da Guerra do Paraguai*. BIBLIEx, 1980).....441
- 11 O Duque de Caxias em 1871, quando provedor da Santa Cruz dos Militares e conselheiro de Estado na cerimônia de juramento da Constituição pela princesa Isabel (detalhe da tela de Vitor Meireles existente no Museu Imperial de Petrópolis).....441
- 12 Retrato de Caxias com 76 anos na fazenda Santa Mônica, em Valença, e da qual mandou exemplar com dedicatória ao seu amigo marechal Câmara (Fonte: CÂMARA, Rinaldo. *O Marechal Câmara*, v. 2).....441
- 13 Juramento à Constituição pela princesa Isabel em 1871 em óleo de Vitor Meireles existente no Museu Imperial de Petrópolis, onde Caxias aparece no limite direito da gravura (Fotografia: sargento Cunha, ESMAN-AMAN).....442
- 14 Aquarela focalizando o Duque de Caxias, o Patrono do Exército, em destaque na frente dos QGs do Exército (1822-1990), no Rio de Janeiro em suas quatro

- configurações sucessivas, até o atual Palácio Duque de Caxias e o atual de Brasília (Fonte: Bento & Coutinho. *Quartéis Gerais das Forças Armadas do Brasil*. FHE-POUPEX, 1989).....442
- 15 Óleo alegórico de Caxias na Conquista de Itororó (Fonte: gravura no Arquivo da BIBLIEX).442

Caxias

família, pais, esposa, filhos, irmãos, tio e o amigo general Osório

- 16 Os pais de Caxias, o brigadeiro Francisco Lima e Silva, que participou das duas primeiras regências e liderou o Exército em 7 de abril de 1831, para preservar a Monarquia, e sua esposa D. Cândida de Oliveira Belo, ambos brasileiros natos (Fonte: Abril cultural, Personagens célebres).....**443**
- 17 A Duquesa de Caxias, D. Ana Luíza de Loreto Carneiro Vianna (nome de solteira) em 1871, três anos antes de falecer. Óleo de Joaquim Costa Fragoso, existente no antigo Gabinete do comandante da AMAN, vendo-se ao fundo a imagem em branco do Duque de Caxias. Por longos anos essa pintura centenária decorou a sala dos professores da AMAN (Fotografia: sargento Cunha, SMAV- AMAN).....**443**
- 18 Os filhos de Caxias: o cadete Luiz Alves com o uniforme

- do Colégio D. Pedro II, falecido com 14 anos (a). D. Luiza de Loreto e Baronesa de Santa Mônica, mais velha (b) em cuja companhia Caxias findou os seus gloriosos dias e Ana de Loreto e Baronesa do Uruguai, a mais moça (c). Ambas dividiram o nome de Ana Luiza de Loreto da mãe (Fotografia: extinto Sv Cinecartográfico do Exército).....443
- 19 Visconde de Tocantins, herói do combate de Santa Luzia. Com esse irmão o Duque de Caxias manteve estreito e descontraído intercâmbio epistolar. Sua vitória em Santa Luzia muito deveu à atuação desse irmão (Fonte: coleção V. de Moraes).....444
- 20 Baronesa de Suruy, dama do Paço. Foi a esta irmã que Caxias doou a sua Grã-Cruz da Ordem de D. Pedro I, que integra atualmente o acervo do Museu Mariano Procópio (Fonte: coleção V. de Moraes).....444
- 21 Carlos Miguel de Lima e Silva, irmão mais moço de Caxias e que, segundo sua expressão, “parecia um leão combatendo em Santa Luzia”. (Fonte: coleção V. de Moraes).....444
- 22 O primeiro general farroupilha João Manoel Lima e Silva, tio de Caxias e companheiro de estudos na Academia Militar que foi assassinado em São Borja e que mereceu do jornal *O Povo*, farrapo, a única ilustração alusiva ao seu segundo sepultamento em Caçapava do Sul, de onde seu túmulo foi profanado por imperiais e seus ossos espalhados pelos campos. (Fotografia: Abril cultural. Personagens célebres).....444
- 23 Alegoria de Caxias e o general Osório, o seu grande amigo, camarada e colaborador na Guerra do Paraguai, como uma espécie de comandante e subcomandante em chefe do Exército Imperial em Operações naquele país. Grande e modelar amizade focalizada no texto desta obra (Fotografia: Cláudio M. Bento).....444
- ## Caxias – Locais onde nasceu, estudou, viveu e faleceu
- 24 Porto da Estrela onde Caxias nasceu em 25 de agosto de 1803, dia consagrado a São Luiz, rei da França, razão da escolha de seu nome. E foi de São Luiz, no Maranhão, que comandaria a sua 1ª ação pacificadora. O Porto da Estrela, estratégico na época, articulava as comunicações do Rio – Porto da Estrela, via marítima, com Petrópolis e Vassouras, via terrestre. Daí foi que em realidade partiu Caxias em direção a Vassouras para pacificar Minas em 1842. (Fonte: Rugendas, Viagem pitoresca.).....445
- 25 Na pintura fiel e veraz de Rugendas, a paisagem humana e arquitetônica das imediações da rua das Violas, defronte as torres da igreja à direita, na qual Caxias residiu criança, menino, adolescente e jovem. Visão do Mosteiro São Bento (1821-1825). Na paisagem humana uma amostra do vestuário civil, militar e eclesiástico da época, bem como os das mulheres. (Fonte: Rugendas, Viagem pitoresca.).....445
- 26 Escola Militar do Largo do São Francisco, onde Caxias cursou Infantaria, dos 15 aos 19 anos, de 1818 a 1821, por cerca de quatro anos, como cadete, alferes e tenente. Livros-registro da Escola Militar contendo referências a Caxias foram microfilmados e indexados pelo general

- F. De Paula e Azevedo Pondé (Fonte: BENTO & COUTINHO. *Escolas de Formação de Oficiais da FFAA do Brasil* - FHE-POUPEX).....445
- 27 Vista da fazenda de São Paulo, no Taquaruçu, próximo da Vila Estrela onde Caxias nasceu em 25 de agosto de 1803, data hoje consagrada como o Dia do Soldado. Depois de o local ser recuperado foi transformado em Parque Histórico Duque de Caxias, aos cuidados de seu município natal Duque de Caxias (Fonte: CARVALHO, Afonso de. *Caxias*).....446
- 28 Locais ligados a meninice, adolescência e juventude de Caxias: A - Campo de Santana. B - Quartel do Campo, atual PDC. C - Igreja de Santana (atual Central do Brasil). D - Seminário São Joaquim, onde Caxias estudou de 1809 a 1817 como cadete (atual D. Pedro II). E – Rua das Violas onde Caxias morava. F - Convento de São Bento. G - Escola Militar do largo do São Francisco onde Caxias estudou (1818-1821). H - Paço Imperial. I - Ponta do Calabouço, local da Real Academia (1792-1810), onde estudou o pai de Caxias. J - Casa da futura esposa de Caxias. K - Largo do Rocio, atual praça Tiradentes, usado pela Escola Militar como campo de “Manejo de tropas” (Ordem unida), e local do Teatro Real São João, onde Caxias assistiu, em 26 de fevereiro de 1821, com 18 anos, as cerimônias de juramento da Constituição de Portugal por D. João VI e os príncipes D. Pedro e D. Miguel. L - Largo Carioca.....446
- 29 Aspecto da atual praça, então Campo de Santana, no início do século XVIII. Ao fundo o início das obras do Quartel do Campo de Santana, origem do atual Palácio Duque de Caxias. Este foi parte do cenário de Caxias como menino, adolescente e jovem. No canto esquerdo, parte média, situava-se a casa paterna na rua das Violas entre as atuais Marechal Floriano e Av. Getúlio Vargas. O casario a esquerda fazia parte da área mais densamente construída e povoada do Rio de Janeiro. (Fonte: Gravura antiga do Rio, cópia do autor).....446
- 30 Aspecto do Campo de Santana, em 1818, para as festas de

- Aclamação de D. João VI, rei do Brasil. Ao fundo o Quartel do campo de Santana, local do atual Palácio Duque de Caxias, onde como cadete assistiu aos 15 anos as cerimônias e como aluno do Convento São Joaquim (local do atual Colégio Pedro II). (Fonte: BENTO & COUTINHO. *Quartéis Gerais das FFAA Brasil*. FHE-POUPEX).....447
- 31 Palacete na Conde de Bonfim - Tijuca, residência oficial do Duque de Caxias por quase meio século. Foi demolido e em seu local construída a Mesbla Tijuca, depois de ali funcionar por muitos anos o Colégio Lafayette. (Foto: Arquivo Nacional).....447
- 32 Escavações em 1980, no local do palacete onde viveu Caxias e família, para a construção do edifício da Mesbla Tijuca. (Foto: Do arquivo do autor).....447
- 33 Fachada da Fazenda Santa Mônica, onde Caxias passou seus últimos oitocentos e cinquenta dias de vida em companhia de sua filha mais velha Luiza de Loreto e Baronesa de Santa Mônica, abaixo. Na sacada, Caxias em cadeira de rodas passou muitas tardes contemplando a paisagem e a movimentação da fazenda. (Foto: *Revista do Clube Militar*. Maio 1980).....448
- 34 Na foto, nas duas últimas janelas, o quarto onde Caxias viveu seus últimos dias e onde faleceu na noite de 7 de maio de 1880 cercado por familiares. Pelo portão abaixo existia uma saída privativa, onde eram guardados os arreamentos de Caxias e de onde ele partia até quando lhe foi possível para seus passeios matinais a cavalo. (Foto do autor).....448
- 35 Vista da Fazenda Santa Mônica da margem direita do rio Paraíba, vendo-se ao centro o enorme edifício principal da fazenda com dois andares e no seu final, a direita, o quarto onde Caxias viveu seus últimos dias tendo à frente de sua janela a bela vista do Paraíba. (Foto do autor em 1980).....448
- 36 Aspecto do Quartel General do Exército, em sua penúltima configuração até o atual Palácio Duque de Caxias, e que passou por profundas reformas quando Caxias foi ministro da Guerra por três vezes. À sua

- sombra Caxias menino assistiu a sua construção, nele viveu como solteiro e nele trabalhou como comandante das Armas da Corte, conselheiro de Guerra e ministro da Guerra. (Fonte: BENTO & COUTINHO. *Guarnição do Rio na Proclamação da República*. FHE-POUPEX).....449
- 37 Túmulo de Caxias e da Duquesa de Caxias, onde seus restos mortais permaneceram de 1880 a 1949, por sessenta e nove anos, até seu traslado para o Panteão defronte o atual Palácio Duque de Caxias, na praça Duque de Caxias. (Fonte: *Revista Militar Brasileira*. Ago. 1935.).....449
- 38 Busto em bronze de Caxias na AMAN, com placa aposta e aumentada abaixo, com os dizeres: “Soldados que tiveram o privilégio de conduzir os despojos do grande marechal: 1º RC - João Alves de Souza, José Ferreira da Silva, João Baptista de Sant’Anna, Valentim Delphim do Amaral. 2º RA - Manoel Ferreira de Mello. 1º Btl I - Cândido Barbosa de Oliveira, Juvêncio Pereira da Serra, Anastácio José dos Santos. 7º Btl I - Alexandre Idalino Ferreira, 10º Btl I - José Talião Papa, Manoel Paula de Albuquerque, Tibúrcio Rodrigues Torres e Cb do 1º RC - Francisco de Menezes” (Foto: sargento Cunha, SMAV-AMAN).....449
- ## Caxias na Segurança do Governo no Rio de Janeiro
- 39 Aspecto da movimentação do Quartel do Campo de Santana e atual PDC no Dia do Fico, quando ali se reuniram tropas e povo sob a liderança do marechal Joaquim Xavier Curado, que impediram o embarque forçado do príncipe regente D. Pedro para Portugal. Caxias ainda cursava Infantaria, como tenente, na Escola Militar do Largo do São Francisco e participou do esquema militar em apoio ao marechal Curado (Fonte: BENTO & COUTINHO. *Quartéis Gerais da FFAA do Brasil*. FHE-POUPEX).....450
- 40 Movimentação militar no Quartel do Campo de Santana, em 7 de abril de 1831, sob a liderança do brigadeiro Francisco Lima e Silva, com a participação de seu filho, o futuro Caxias, e dos tios deste, em apoio à abdicação de D. Pedro I em benefício do futuro D. Pedro II, como única alternativa de preservação da Monarquia no Brasil. (Fonte: BENTO & COUTINHO. *Quartéis Gerais das FFAA do Brasil*. FHE-POUPEX).....450

- 41 Caxias como tenente Ajudante do Batalhão do Imperador teve o seu batismo de fogo na Guerra da Independência da Bahia de cuja libertação em 2 julho de 1824 participou ativamente, tendo sido agraciado com medalha alusiva da qual muito se orgulhava de usar. (Fonte: Rodrigues, Watsh. *Batalhas brasileiras*. FHE-Poupex).....450
- 42 Alegoria da entrada triunfal do Batalhão do Imperador, em Salvador, depois da expulsão de tropas portuguesas do general Madeira de Mello, e de cujo Batalhão Caxias era o tenente Ajudante. (Gravura EME, *História do Exército Brasileiro*. V.2).....451
- 43 Memorial a Manoel Congo, em Vassouras - RJ, que liderou uma revolta em fazenda e depois estabeleceu um quilombo e cuja repressão e morte dos escravos e de seu líder correu por conta de autoridades locais, fato que tem sido manipulado e colocado na conta de Caxias como comandante da Polícia Militar da Corte, o qual nada teve a ver com o fato, conforme *Caxias vítima da manipulação da História*. (Foto do tenente Sebastião Almeida).....451

Caxias na Balaiada no Maranhão

- 44 Caxias na Balaiada e seu plano de Campanha abordado com detalhes no texto da obra. (Fonte: EME, *História do Exército Brasileiro*. v.2).....452
- 45 Ruínas tombadas da Antiga Câmara e cadeia de São Luiz - MA onde Caxias se instalou e estabeleceu o seu QG e sede do Governo para pacificar a Balaiada. À esquerda, aspecto original da construção e sua planta baixa. (Fonte: MARANHÃO. *Tombamentos estaduais*, 1987).....452
- 46 Antiga casa da Pólvora utilizada por Caxias para armazenar, sob forte guarda, a pólvora que usou nos combates a revoltosos da Balaiada. (Fonte: MARANHÃO. *Tombamentos estaduais*, 1987).....453
- 47 Esboço síntese das operações militares conduzidas por Caxias para pacificar São Paulo em 1842, cuja descrição e análise consta no texto. Abaixo a medalha do Pacificador com palma, uma miniatura do Brasão de Caxias. (Fonte: EME, *História do Exército Brasileiro*, com apoio em CARVALHO, Afonso de. *Caxias*. BIBLIEx).....453

Caxias na Revolução Liberal de Minas Gerais

- 49 Marcha de Caxias do Rio a Ouro Preto para pacificar Minas em 1842, quando viajou até o Porto Estrela via marítima e dali em diante a cavalo, conforme é abordado no texto. (Fonte: CARDOSO, Álvaro, Gen. *Revista Estudos Universitários*. Sorocaba - SP).....454
- 50 Esquema do combate de Santa Luzia travado por Caxias e desenvolvido no texto sobre a Revolução Liberal de Minas Gerais de 1842. (Fonte: CARDOSO, Álvaro, Gen. *Revista Estudos Universitários*. Sorocaba - SP).....454

Caxias na Revolução Farroupilha

- 51 Sede da Presidência e do Comando das Armas exercidos por Caxias (1842-1846 e 1851-1852) no Rio Grande do Sul. À esquerda igreja Matriz com a torre direita já levantada mediante apoio de Caxias. Na frente destes prédios corre a rua Duque de Caxias (Fonte: Aquarela de Wendroth, cerca de 1852).....455
- 52 Aspecto da parte de Porto Alegre mais densamente povoada (1842-1852), quando Caxias presidiu e comandou as Armas do Rio Grande. Em destaque no alto a igreja matriz com a torre da direita que ele mandou terminar de erguer. À esquerda, no alto, a Santa Casa de Misericórdia de que Caxias foi provedor e nela criou uma Enfermaria Militar, raiz histórica da rede hospitalar militar em Porto Alegre. (Fonte: Aquarela de Wendroth c. 1852).....455
- 53 Aspecto ao final do século XIX do Palácio do Governo do Rio Grande, que Caxias presidiu e comandou suas Armas por duas vezes. No fundo, a torre da igreja matriz que ele terminou de levantar e demolida com ela em 1925 para dar lugar à atual Catedral. (Fonte: BENTO. *História da 3ª RM*, v.2).....455
- 54 Aspecto da igreja São Sebastião em Bagé, durante a Guerra Civil (1893-1895). Nela, em 1845, depois de assinada

- a Paz de Ponche Verde, Caxias mandou celebrar um solene *Te Deum* pela alma dos irmãos brasileiros, de ambos os lados, que tombaram em defesa de suas verdades. (Fonte: BENTO. *História da 3ª RM*. v.2).....456
- 55 Alegoria de recusa de Davi Canabarro de apoio à Revolução por Rosas da Argentina, com estas palavras ao seu emissário e consagradas pela tradição – “Com o sangue do primeiro soldado estrangeiro que atravessar a fronteira assinaremos a paz com o Império, pois antes de republicanos somos brasileiros”. (Fonte: EME-CHEB 1972, Estudo de Cilka Silva).....456
- 56 O lanchão “Seival”, verdadeiro, apodrecendo numa praia de Laguna - SC. (Fonte: Foto cedida pelo historiador catarinense Walter Piazza).....456
- 57 Teatro de Guerra da Revolução Farroupilha, com balizamento das áreas da Campanha, Missões, Mato Castelhano, Mato Português, Cima da Serra com as atuais localidades gaúchas. (Fonte: BENTO. *O Exército Farrapo e os seus chefes*. BIBLIEx).....457
- 58 Teatro de Guerra da Revolução Farroupilha em apoio a sua abordagem no texto, destacando a hidrografia, locais principais de combates e serras do Sudeste, último reduto de resistência farroupilha. (Fonte: BENTO. *O Exército farrapo e os seus chefes*).....457
- 59 Fortificações de Porto Alegre com as quais ela enfrentou três longos sítios farrapos. Apoiadas no rio Guaíba e com os seus diversos baluartes nominados. Caxias mandou removê-las, em parte, para a cidade começar a se espriar pela várzea na direção do atual Colégio Militar, cuja rua a sua retaguarda, a Venâncio Aires, mandou abrir em seu 1º governo. (Fonte: FLORES, Moacyr. *Revolução Farroupilha*).....457
- 60 Alegoria de combate de cavalarias na Revolução Farroupilha por Edison Cleri. (Fonte: *O Exército farrapo e seus chefes*. BIBLIEx. 2v).....458
- 61 Aspectos remanescentes de Piratini que serviu de capital dos farrapos, ao ponto de República do Piratini ser sinônimo de República Rio-grandense que aí viveu os seus

- maiores dias. À direita, na parte superior, o prédio que abrigou o Ministério da Guerra e da Marinha da República Rio-grandense. (Fonte: Cartão Postal).....458
- 62 A Estrela de Caxias, ou Cometa Brillhante de 1842, pintado na ocasião por pintor da Escola Naval, cujo original está no IHGB em mau estado e foi recomposto como acima figura, pelo CF Carlos Norberto Stumpf Bento, com auxílio de computação eletrônica. (Fonte: Cedido pela Dir. do Patr. Hist. Cult. da Marinha).....458
- 63 Lanceiro Negro farroupilha que lutou ao preço de sua liberdade. Caxias assegurou liberdade aos Lanceiros Negros pela cláusula 4ª do Convênio de Ponche Verde, os incorporando como livres à Cavalaria Ligeira do Exército, no Rio Grande do Sul, tornando-se assim pioneiro abolicionista. (Fonte: *Atlas Histórico do MEC*).....459
- 64 Caxias, a concluir-se de Kurt Prober, foi maçom, muito discreto, da linha azul ou inglesa, adepto da monarquia constitucional. Acima, de obra do autor citado, Caxias é tratado como “Soberano, grande Comendador e grande inspetor grau 33”. Documento datado de 26 de julho de 1847, logo depois que assumiu a sua cadeira no Senado e cerca de dois meses antes de assumir o Comando das Armas da Corte. Em São Paulo, a Loja Piratininga possui sua Carta Constitutiva assinada por Caxias. (Fonte: PROBER. *Caxias e a Maçonaria*).....459

Caxias na guerra contra Oribe e Rosas

- 65 Mapa com movimentação de Caxias, de Santana a Montevideú, como comandante em chefe do Exército do Brasil em operações contra Oribe e Rosas. (Fonte: P. Q. DUARTE. Gen. *Sampaio*. BIBLIEx).....**460**
- 66 Batalha de Monte Caseros. Alegoria. Destaque atiradores prussianos com fuzis Dreyse a agulha, atirando nos artilheiros adversários. (Fonte: BENTO. *Estrangeiros e descendentes Hist. Mil. RGS.*).....**460**
- 67 Alegoria de uma carga do 2º RC de Bagé ao comando do tenente-coronel Osório na Batalha de Monte Caseros de 2 de fevereiro de 1852. (Fonte: EME-CFIEB, Desenho de Miranda Júnior).....**461**
- 68 Porto Alegre vista do sul. Desenho da época em que Caxias presidiu o Rio Grande e comandou suas armas na Guerra contra Oribe e Rosas (1851-1852). Aparecem como destaque o Palácio do Governo, a igreja matriz e a Santa Casa de Misericórdia de que Caxias foi Provedor e irmão benemérito e nela criou uma Enfermaria Militar. (Fonte: Pintura de Wendroth).....**461**

Caxias na rendição de Uruguaiana

- 69 Alegoria da Rendição paraguaia em Uruguaiana, em 18 de setembro de 1865, do coronel Estigarribia com 59 oficiais, 5.131 soldados e o padre Duarte. Da esquerda para a direita: Caxias, presidente Mitre, Conde D'Eu, imperador D. Pedro II, ministro da Guerra Ângelo Ferraz, coronel Estigarribia e padre Duarte. (Fonte: Coleção do autor).....**462**
- 70 Rendição de Uruguaiana, na visão do pintor Canovas, onde Caxias é representado pela 3ª pessoa depois do imperador D. Pedro II. (Fonte: BENTO. *História da 3º RM*. v.I).....**462**
- 71 Uruguaiana cercada por forças aliadas, segundo o pintor argentino tenente Cândido Lopez que acompanhava o presidente Mitre.....**462**

Caxias na guerra do Paraguai 1866-1868

- 72 Caxias em seu acampamento em Tuiuti, vendo-se ao fundo seu QG e espartano alojamento, reconstituído com base em foto da época. (Fonte: EME-CHEB 1972, aquarela de Martins).....**463**
- 73 Foto da Guarda do QG de Caxias em Tuyu-Cuê e estação telegráfica de campanha a seu serviço. (Fonte: EME-CHEB - Arquivo Iconográfico, 1972).....**463**
- 74 Caxias - QG em Para Cuê, reconstituído por Miranda Jr. com apoio em foto em mau estado. À esquerda uma torre chamada mangrulho, um posto de observação da enorme planície em torno, uma característica do Teatro da Guerra do Paraguai nas planícies marginais aos rios (Fonte: EME. *História do Exército Brasileiro*. v.2).....**463**
- 75 Foto de uma bateria de Artilharia brasileira no ataque a Humaitá de 16 de julho de 1868. (Fonte: BENTO. *O Negro e descendentes no RGS*).....**464**
- 76 A bateria Londres de Humaitá com 180 canhões, a qual consta haver sido delineada com auxílio do major Vilagran Cabrita quando instrutor de Artilharia de Missão Militar no Paraguai. Foi dinamitada depois de conquistada pelo Batalhão de Pontoneiros do 2º Corpo de Exército. (Fonte: CAMARA, Rinaldo. *O Marechal Câmara*).....**464**
- 77 Caxias na conquista de Itororó, o seu maior momento como líder de combate, em alegoria de Miranda Júnior. (Fonte: EME. *História do Exército*).....**464**
- 78 Fortaleza de Humaitá e suas imediações, mapa mandado levantar pelo almirante e Barão de Inhaúma José Joaquim Ignácio. Este era o objetivo militar dos Aliados. Veja-se a posição dos navios da Esquadra. Como os números: 11, as correntes que barravam o rio e a fortaleza com suas inúmeras baterias, sendo a 7 a bateria Londres, o 8 - quartéis de Artilharia, os 18 e 26 quartéis de Infantaria, 17 igreja. 20 - Casa de Solano Lopes. 27 - Quadro de mulheres e 30 trincheiras com fosso de terra com 10 palmos de largura e 10 de altura. (Fonte: IHGB - *150 anos*. p. 193).....**465**
- 79 A Zona de Combate da manobra de Flanco de Piquiciri através do Chaco e da Dezembrada, vendo-se assinalada entre Angostura e Sta. Helena o traçado da estrada construída por Caxias sobre o Chaco e os locais de suas vitórias na Dezembrada – Itororó, Avaí e Lomas Valentinas. (Fonte: PORTELA Cel. *Mallet - patrono da Artilharia*).....**465**
- 80 A Estrada do Chaco em out./dez. 1868, balizada por setas pretas, acompanhando, acima, o corte do arroio Vileta e ao longo dela uma linha telegráfica e quatro pontes e quatro pontilhões construídos pelo Batalhão de Pontoneiros criado no Rio Grande do Sul e extinto antes da Campanha da Cordilheira. (Fonte: EME. *História do Exército Brasileiro*, com apoio em Tasso Frago).....**465**
- 81 Alegoria de um dos balões mandado vir dos EUA por Caxias para observação aérea, com vistas a apoiar seu planejamento de conquista de Humaitá. Fato que o coloca entre os pioneiros da nossa Aeronáutica Militar. A equipe que contratou foi a de balonistas que haviam prestado serviços ao Exército da União na Guerra de Secessão. (Fonte: LAVENÈRE. *História da FAB*).....**466**

- 82 Caxias na conquista de Itororó. Alegoria de W. Rodrigues. (Fonte: Calendário FHE-POUPEX).....466
- 83 Caxias na conquista de Itororó, alegoria mais verossímil. (Fonte: Capa da *Revista do Clube Militar* jul./ago. 1944).....467
- 84 Caxias na conquista de Itororó, em *vitraux* no Palácio Duque de Caxias, com apoio em desenho de Miranda Júnior, vencedor em concurso sobre o tema, para decorar o palácio ao ser construído. (Fonte: CARVALHO, Affonso de. *Caxias*. BIBLIEx, última ed.).....467
- 85 Caxias na caricatura na revista *Semana Ilustrada*, na fase decisiva da Guerra do Paraguai. (Fonte: EME. *História do Exército Brasileiro*).....467
- 86 Lenço comemorativo das vitórias de Caxias, amplamente adquirido por veteranos da Guerra do Paraguai, depois do término dela. As estrelas representam suas vitórias militares. No quadrado com as estrelas as suas insígnias das ordens da Rosa, de Avis, de Cristo e de D. Pedro I. (Fonte: *Revista Militar Brasileira*, ago. 1935).....467
- 87 Caxias na Batalha do Avaí, em pintura de Pedro Américo, no Museu Nacional de Belas Artes no Rio. Desagradou a Caxias ser pintado com a túnica aberta, conformando-se, ao pintor explicar que era em homenagem ao sacrifício de Caxias de estar em campanha com o ventre inchado, em função de moléstia do fígado que o atormentava desde a pacificação do Maranhão, depois de lá ingerir água infectada.....468
- 88 Alegoria do Exército comandado por Caxias no Paraguai, com as armas de Infantaria, Cavalaria, Artilharia e Engenheiros com os seus uniformes, armamentos e equipamentos da época, em aquarela de Miranda Júnior. (Fonte: EME - CFIEB, 1972. Projeto História do Exército em audiovisuais).....468
- 89 Alegoria de Caxias na Batalha de Lomas Valentinas, epílogo da Dezembrada. (Fonte: *Revista Militar Brasileira*. Ago. 1935).....468

Duque de Caxias algumas realizações como ministro da Guerra

- 90 Aspecto primitivo da Urca e Praia Vermelha, vendo-se ao fundo a Escola Militar da Praia Vermelha mandada construir por Caxias em c. 1856, para afastar a Escola do centro do Rio (Fonte: *História do Exército*).....469
- 91 Visão da Escola Militar da Praia Vermelha construída na 1ª vez que Caxias foi ministro da Guerra (1855-1857). Ela teve sua fase áurea profissionalizante militar de 1857 a 1874, por trinta e sete anos, até ser atingida pelo bacharelismo militar, o que culminou com o seu fechamento em 1904, seguido de sua extinção em 1905, para ser recriada em Porto Alegre em 1906-1911 como Escola de Guerra, sendo em seguida transferida para o Realengo onde funcionou até 1944, transferindo-se a seguir para Resende. (Fonte: BENTO & COUTINHO. *Escolas de formação de oficiais das FFAA do Brasil*. FHE-POUPEX).....469

- 92 Quartel General do Exército (1860-1913), em função da grande ampliação que nele foi feita por Caxias como ministro da Guerra em três ocasiões. Nele, nove anos depois de Caxias falecer, teve lugar a destituição do Gabinete Ouro Preto ali reunido e a Proclamação de fato da República, em seu interior, pelo marechal Manoel Deodoro da Fonseca com apoio do comandante do Exército, como Ajudante General, o marechal Peixoto. (Fonte: BENTO & COUTINHO. *Quartéis Gerais das FFAA*. FHE-POUPEX).....470
- 93 Asilo dos Inválidos da Pátria e a Capela do Bom Jesus, na ilha de Bom Jesus, construído por Caxias quando ministro da Guerra, para amparar brasileiros invalidados em lutas internas e externas. (Fonte: BENTO & COUTINHO. *A Guarnição Militar do Rio de Janeiro na Proclamação da República*. FHE-POUPEX, 1889).....470
- 94 Folha de rosto do Regulamento baixado por Caxias, com o aval da princesa, em 1876, para regulamentar a vida nos quartéis fixos, cujas normas eram muito variáveis e função de cada comandante. É o avô do atual RISG. (Fonte: Arquivo Histórico do Exército).....471
- 95 À esquerda, espada mandada fazer por Caxias no Arsenal de Guerra, para minorar os efeitos dos castigos previstos em regulamentos do Exército, na impossibilidade de revogá-los. À direita, a espada normal. (Fonte: PONDÉ, F. de P. de A. *Manuscritos da Casa do Trem*. Existe exemplar no museu do Arsenal).....471
- 96 Colônias militares de Nioac, Brilhante e Dourados criadas por Caxias como ministro da Guerra, para cobrirem a fronteira em Mato Grosso do Sul atual. Na de Dourados se imortalizam o tenente Antônio João e seus comandados reagindo a invasão paraguaia. “Sei que morro mas o meu sangue e de meus camaradas servirão de protesto solene contra a invasão do solo de minha Pátria.” (Fonte: EME, *História do Exército*).....471

Duque de Caxias Brasão de Armas

- 97 Brasão de Armas de Caxias, em cartão postal raríssimo, como peça extra da magnífica *Coleção Brasileira* de 25 peças, organizada pelo capitão da Guarda Nacional J. Simões Lopes Neto. Mandou destruir os exemplares, seguramente por terem errado o escudo. Dele só se conhece um exemplar, cuja cópia foi-nos cedida pelo colecionador Flavio Azambuja Kremer que o encontrou num livro antigo que adquiriu.....472
- 98 Brasão de Armas de Nobreza e Fidalguia do Duque de Caxias, não conferido oficialmente. (Fonte: Gravura em CARVALHO, A. de. *Caxias*).....472
- 99 Brasão de Caxias na capa da *Revista do Clube Militar* de maio de 1980, alusiva ao centenário de morte de Caxias em Santa Mônica.....472
- 100 Brasão de Caxias doado ao IHGB por Américo Jacobina Lacombe. (Fonte: IHGB - *150 anos*, 1988, p. 181).....472

Duque de Caxias – espadas e o espadim dos cadetes do Exército

- espadins aos novos cadetes. Na lâmina de um lado as inscrições *Imperador e Constituição* e do outro *Honra e Pátria*. (Fonte: Arquivo do autor).....474
- 105 Escrínio onde é guardada no Museu da AMAN a espada de Honra de Caxias que lhe foi doada pelo Povo Brasileiro ao retornar do Paraguai. (Fonte: SMAV-AMAN. Sargento Cunha).....474
- 106 Sede do IHGB, à rua Augusto Severo, 8, do qual Caxias foi sócio honorário de 1847 a 1880, por trinta e três anos e que guarda, desde 1925, sua espada de campanha, binóculos, insígnia de Comandante do Exército, criada no Centenário de sua morte, e sua documentação preservada e organizada por seu familiar Eusébio de Queiroz, relacionada ao final em fontes históricas. (Fonte: Foto cedida ao autor por Pedro Calmon 1980).....474

- 101 Espada de campanha de Caxias, tendo ao lado como sua cópia fiel reduzida um espadim, arma privativa de cadete do Exército. A espada e o binóculo de Caxias pertencem ao IHGB. É possível ver peças de uniforme de cadete e, no fundo, o retrato oficial de Caxias. (Fonte: Foto tirada no IHGB em 1980 pela Guarda de Honra e Segurança da espada transportada IHGB-AMAN e vice-versa, em 7 de maio de 1980).....473
- 102 Espada de campanha de Caxias sobre ao Carta Imperial que o elevou a Duque de Caxias e suas insígnias da Ordem de N. S. Jesus Cristo (acima); Ordem da Rosa, ao lado e em cima; da Ordem de São Bento de Aviz, no meio; e a medalha da Campanha do Uruguai 1851-1852. (Fonte: IHGB - *150 anos*. 1988, p.183).....473
- 103 Espada de campanha de Caxias decorando o poema Caxias de Leôncio Correia. (Fonte: *Revista Militar Brasileira*. Ago. 1935).....473
- 104 Espada simbólica que foi oferecida pelo Povo Brasileiro a Caxias quando retornou da Guerra do Paraguai. Ela pertence ao acervo da Academia Militar das Agulhas Negras se fazendo presente nas cerimônias de entrega de

Duque de Caxias condecorações

- 107 Condecorações de Caxias abordadas no texto: de cima para baixo, da esquerda para a direita e: 1 e 1A - A Imperial Ordem do Cruzeiro. 4 e 4A - A Imperial Ordem da Rosa. 7 - Ordem de D. Pedro I. 8 - Medalha do Mérito Militar. 9 - Medalha da Campanha Geral do Paraguai. (Fonte: *Revista Agulhas Negras*, 1980, p. 15).....**475**
- 108 Condecorações de Caxias continuação: 2 - Medalha de Ouro da Independência da Bahia; 3 - Ordem de São Bento de Aviz; 5 - Medalha da Campanha do Uruguai; 6 - Medalha da Rendição de Uruguaiana e Coroa Ducal sobre veludo com o seu brasão e que figurou na carroça especial que trasladou seus restos mortais e da duquesa para o Panteão em 1949 e cópia da do seu brasão. (Fonte: *Revista Agulhas Negras*, 1980).....**475**
- 109 Detalhes da Medalha de Ouro comemorativa da Restauração da Bahia e a qual muito Caxias se orgulhava de ostentar como veterano da Guerra da Independência, em público e em fotografias. (Fonte: IHGB-150 anos, 1988).....**475**

Duque de Caxias cristão de fé robusta

- 110 Gravura de N. S. da Conceição, padroeira do Exército Imperial e devoção do Duque de Caxias, atual patrono do Exército, e em cujos pés ele expirou, em 7 de maio de 1880, na Fazenda Santa Mônica em Vassouras - RJ. Integra o Museu da AMAN desde que doada pelos descendentes do Pacificador por meio do Dr. Eugênio Vilhena de Moraes. (Foto de Litografia de Lafosse segundo o original de Murilo).....**476**
- 111 Placa de mármore na Igreja Santa Cruz dos Militares de que Caxias foi provedor de 1871 a 1872 com os dizeres (colocada em 19 de novembro de 1936): “Irmandade da Santa Cruz dos Militares, 1871 - Palavras do Exmo. irmão Provedor Luiz Alves de Lima e Silva e Duque de Caxias. Os laços da espada nos unem, as lides da guerra nos ligam e os braços da Cruz nos abrigam. A nossa missão é sagrada: santificar o culto do Divino Lenho e aliviar da miséria as viúvas e filhos dos que seguem a nobre profissão das armas. Eis aí o fim da saída e religiosa instituição denominada IRMANDADE DA SANTA CRUZ DOS MILITARES.” (Foto do autor).....**476**

- 112 Altar portátil usado por Caxias para assistir missas na campanha do Paraguai, rezadas pelos capelães Frei Fidelis e Frei Salvador de Nápoles. Desde 1925 veio de Quissamã Macaé para o Museu do Convento de Santo Antônio da garoa, ligado às tradições militares do Rio Janeiro, no Sul, pelas quais foi o santo sucessivamente sendo promovido e figurando na folha de pagamento até a República.
(Fonte: *Revista do Clube Militar*, maio 1980).....476
- 113 Convento de Santo Antônio onde é guardado o altar portátil de campanha do Duque de Caxias.
(Foto: do arquivo do autor).....476

Duque de Caxias na Filatelia

- 114 Da esquerda para a direita: selo de 40 centavos, 1945, comemorativo dos 100 anos da Paz de Ponche Verde, com Caxias cumprimentando Davi Canabarro; mil réis, comemorativo dos 100 anos do início da Revolução Farroupilha, com a efígie do Duque de Caxias; 400 réis com efígie do Duque de Caxias, com anos 1803 e 1880 de seu nascimento e morte; 1,20 cruzeiros, comemorativo dos 100 anos da pacificação de Minas; 3,30 cruzeiros alusivo aos 100 anos da Revolução Farroupilha, pacificada por Caxias; 4,00 cruzeiros comemorativo dos 100 anos da morte de Caxias e 20 centavos comemorativo da Semana do Exército, 1971.
(Fonte: Coleção de José Sarquis).....477
- 115 Conjunto de cinco selos comemorativos em 1953 dos 150 anos do nascimento do Duque de Caxias.
(Fonte: Coleção José Sarquis).....477
- 116 Selo obliterado em 7 de maio de 1980 na AMAN com o respectivo envelope nº 00149 na comemoração oficial dos 100 anos de morte do Duque de Caxias.
(Fonte: Coleção Pedro Calmon).....477

Duque de Caxias na Numismática

- 117 Moeda de prata de 2.000 réis, cunhada pela Casa da Moeda em 1935, 100 anos do início da Revolução Farroupilha que foi pacificada por Caxias. Anverso gravado Calmon Barreto, reverso gravado Walter Toledo.
(Fonte: *Revista Militar Brasileira*, ago. 1935).....478
- 118 Moeda de bronze e alumínio de 2.000 réis, gravada pela Casa da Moeda em 1936, na Série brasileiros ilustres. Era a de maior valor.
(Fonte: Museu Valores Banco Central, p.264).....478
- 119 Cédula de 2 cruzeiros tendo o Duque de Caxias no anverso e a então Academia Militar de Resende no reverso. Impressas durante a II Guerra Mundial para fazer frente à carência de matéria-prima para cunhar moedas.
(Fonte: Museu de Valores do Banco Central, p.273).....478
- 120 Cédula de 100 cruzeiros lançada nos anos 1980, tendo o Duque de Caxias no anverso e no reverso o combate de Queluz (atual Conselheiro Lafayete - MG) na Revolução de Minas Gerais de 1842. Desenho de Heaton Cia Rensburg na obra do Cônego Marinho sobre a Revolução de 1842 em Minas e, sobreposta, a espada de campanha do Duque de Caxias que pacificou Minas em 1842.
(Fonte: Museu de Valores do Banco Central, p.294).....478

Hino ao Duque de Caxias do arcebispo D. Aquino Correia

- 121 HINO AO DUQUE DE CAXIAS DO ARCEBISPO D. AQUINO CORREIA.
(Fonte: *Revista Militar Brasileira*, ago. 1935).....479

Caxias - translado dos restos mortais - 1949 - para o seu Panteão

- 122 Lápide do túmulo de Caxias, removida em 1949 para sua exumação. Dizeres: “Marechal de Exército Luiz Alves de Lima. Duque de Caxias. Nasceu em 25 de agosto de 1803. Faleceu em 7 de maio de 1880. Tributo de amor e de saudade de suas filhas e genros. Jazigo Perpétuo”. Decorado com canhões, lanças, fuzis, projetis de canhões e coroas de louros etc., e encimado por sua coroa ducal.

- (Fonte: *Revista Militar Brasileira*. 1949 – Especial de sua exumação e traslado).....**480**
- 123 Aspecto do traslado dos restos mortais de Caxias, desde a Santa Cruz dos Militares, onde permaneceu algum tempo, até o Panteão defronte o atual Palácio Duque de Caxias. Em cima, carroça especialmente construída conduzindo seus restos mortais e relíquias, tirada por cavalos brancos. Atrás, a pé, a Irmandade Santa Cruz dos Militares. Abaixo aspecto do Panteão de Caxias e do povo e tropa em seu redor aguardando a chegada de seus restos mortais. (Fonte: *Revista Militar Brasileira*, 1949 - Especial de sua exumação e traslado).....**480**
- 124 Visão dos restos mortais de Caxias e duquesa e relíquias, na nave central da Igreja Santa Cruz dos Militares, de que fora provedor de 1871 a 1872. Ali permaneceram sob guarda de oficiais que se revezaram, noite e dia, até Caxias seguir destino para o seu Panteão. (Fonte: *Revista Militar Brasileira*, 1949 - Especial de sua exumação e traslado).....**480**
- 125 Visão do alto do cerimonial de homenagem, na nave da Igreja Santa Cruz dos Militares, dos restos mortais de Caxias e esposa em trânsito para deposição no Panteão defronte ao Palácio Duque de Caxias onde se encontram. O Plano Diretor da AMAN previa, quando de sua construção, que a ida dos restos mortais de Caxias para o Panteão em seu interior seria o fecho de ouro de sua construção. (Fonte: *Revista Militar Brasileira*, 1949 - Especial de sua exumação e traslado).....**481**
- 126 Alegoria da estátua equestre – Panteão, praça Duque de Caxias – com pombas brancas revoando, em homenagem ao Pacificador e Patrono do Exército, cujos veneráveis restos mortais ali estão depositados sob guarda permanente. (Fonte: BENTO & COUTINHO. *Quartéis Gerais das FF.AA do Brasil*. FHE - POUPEX).....**481**

Caxias - Diversos

- 127 Palácio de São Cristóvão, por volta de 1831, quando Caxias, major do Batalhão do Imperador, daí saiu para juntar-se no Campo de Santana ao seu pai e tios, em apoio à abdicação de D. Pedro I em favor do futuro D. Pedro II, como única alternativa de salvar a Monarquia. Como ministro da Guerra, conselheiro de Guerra e de Estado e chefe do Gabinete de Ministros, Caxias esteve neste palácio incontáveis vezes para despachar com D. Pedro II e a regente princesa Isabel. (Fonte: Arquivo Histórico do Exército).....**482**
- 128 Paço Imperial na atual Praça 15 (de Novembro) sede do Governo, que Caxias frequentou incontáveis vezes em festas e como integrante destacado de Governo no Reinado de D. Pedro II. (Fonte: Museu Histórico do Exército - Forte de Copacabana).....**482**
- 129 Na visão de Rugendas, aspecto de um desfile militar, a pé, defronte ao Palácio de São Cristóvão (atual Quinta da Boa Vista) entre 1821 e 1825, sendo assistido por oficiais generais a cavalo, tendo ao fundo uma tropa de Cavalaria, seguramente do atual regimento Dragões da Independência de Brasília. A tropa a pé, desfilando,

- poderia ser o Batalhão do Imperador que ali aquartelava, do qual Caxias era tenente ajudante, antes de seguir para a Guerra da Independência da Bahia (RUGENDAS, Viagem Pitoresca).....483
- 130 À esquerda QG de Caxias quando comandou no Rio de Janeiro por cerca de oito anos o Corpo de Municipais Permanentes, a atual PMRJ, que ainda possui seu QG no mesmo local na Cinelândia. (Fonte: BENTO & COUTINHO. A Guarnição Militar do Rio na Proclamação da República. Calendário FHE-POUPEX).....483
- 131 Placa comemorativa ao centenário do falecimento do Duque de Caxias (Foto do autor).....484
- 132 Espada de Campanha de Caxias que figura no brasão da Academia de História Militar Terrestre do Brasil, fundada em Resende em 1º de março de 1996 e da qual o Duque de Caxias é patrono. (Fonte: cedido ao autor pela Diretoria da Academia de História Militar Terrestre).....484







13



14



15



16



17



18



19



20



21



22



23



24



25



26



27



28



29



30



31



32



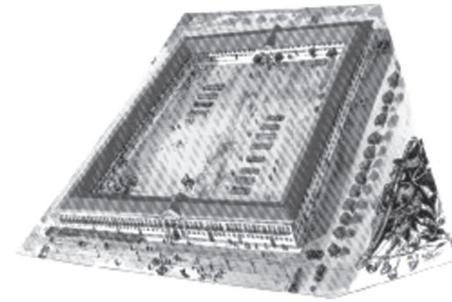
33



34



35



36

37 38



SOLDADOS QUE MERECEM O PRIVILÉGIO
DE CONDUZIR OS DESPOJOS DO GRANDE
MARECHAL
FRANCISCO DE SALES DE OLIVEIRA FERREIRA DA SILVA
DAS FORTES DE SANT'ANNA, JOSÉ ANTÔNIO DA SILVA
VALENTE, JOSEPH DE AMARAL, JOSÉ DE MARIANO FERREIRA
DE MELLO, FERREIRA, ACACIO FERREIRA, JOSE FERREIRA
FERREIRA DA SILVA, JOSE FERREIRA, JOSE FERREIRA
FRANCO, ALEXANDRE DE ALMEIDA FERREIRA, FERREIRA, JOSE
SILVEIRA, MANOEL PAULA DE ALBUQUERQUE, FERREIRA
FERREIRA, FERREIRA, FERREIRA, FERREIRA, FERREIRA



39



40



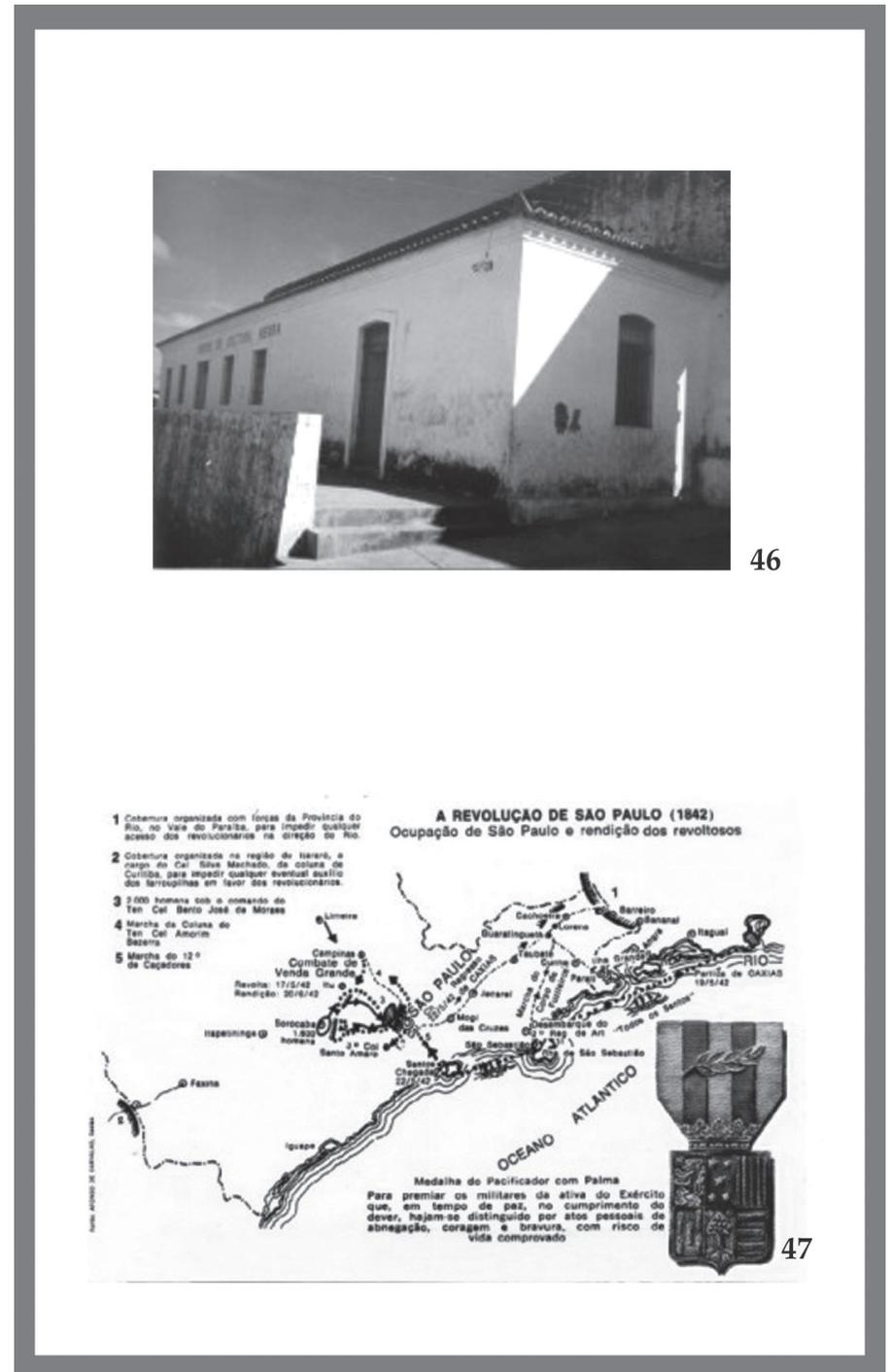
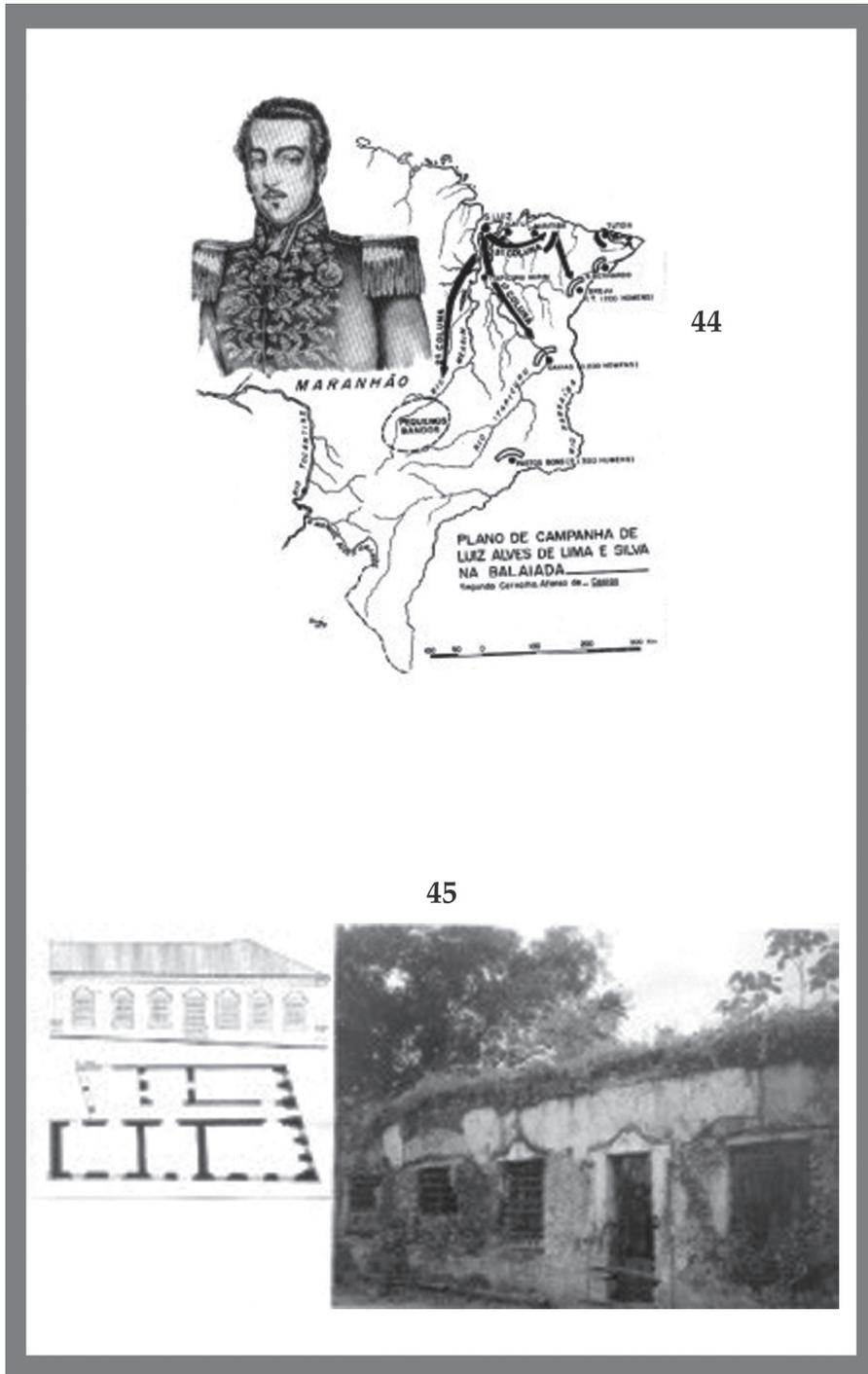
41

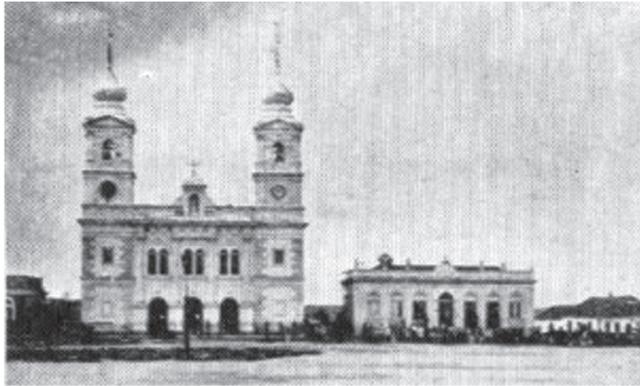


42



43

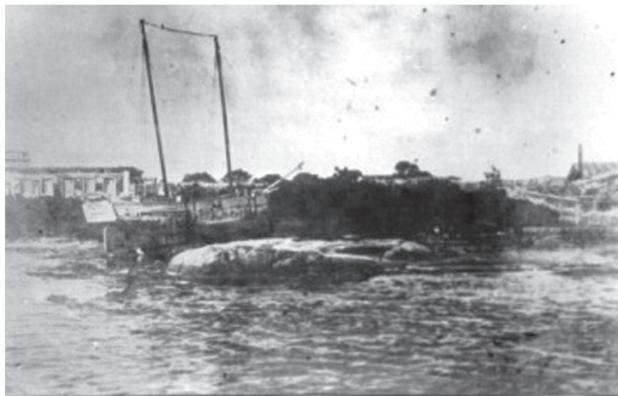




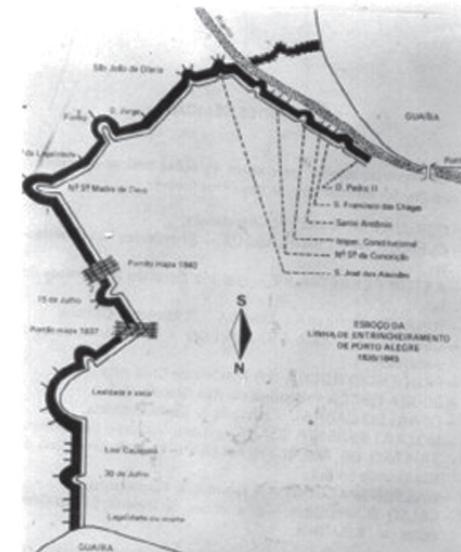
54



55



56





60



61



62



64

63



DISCURSOS

E MAIS PEÇAS D'ARCHITECTURA RECITADAS

POR OCCASÃO DA POSSESSÃO DE ALGUMAS
DIGNIDADES DA SENHA

AUG. E RESP. L. UN. ESC.

NO DIA DO 2.º DE Maio de 1867. L. 1. da 1867.
1867

AO SOB.-GR. COMEN.-GR. INSP. G. 32.

CONDE DE CAXIAS.



Rio de Janeiro,

Typ. de J. BINTOT,
rua do Ouvidor n. 36.

1867.

65



66



67



68





69



70



71



72



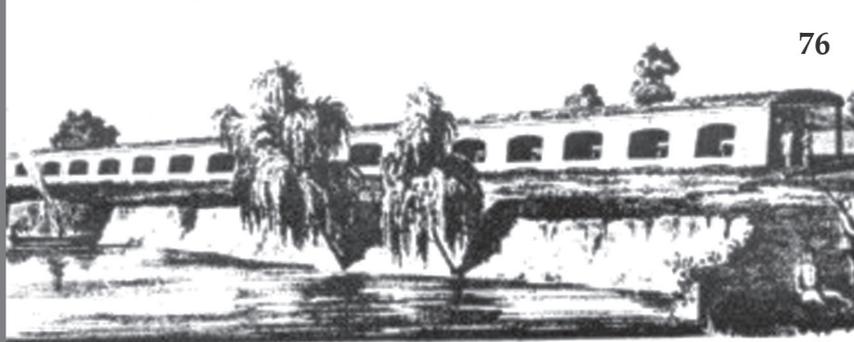
73



74



75

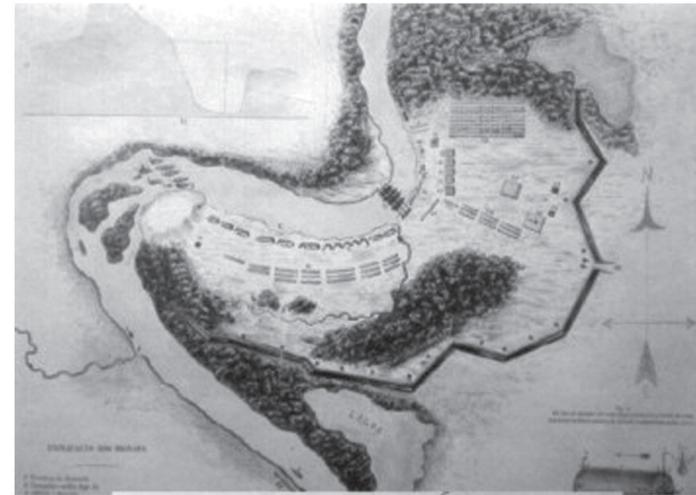


76

Estação de Londres. — Uma das 17 que Adolpho Wernitz, com seus 120 cavalos.



77

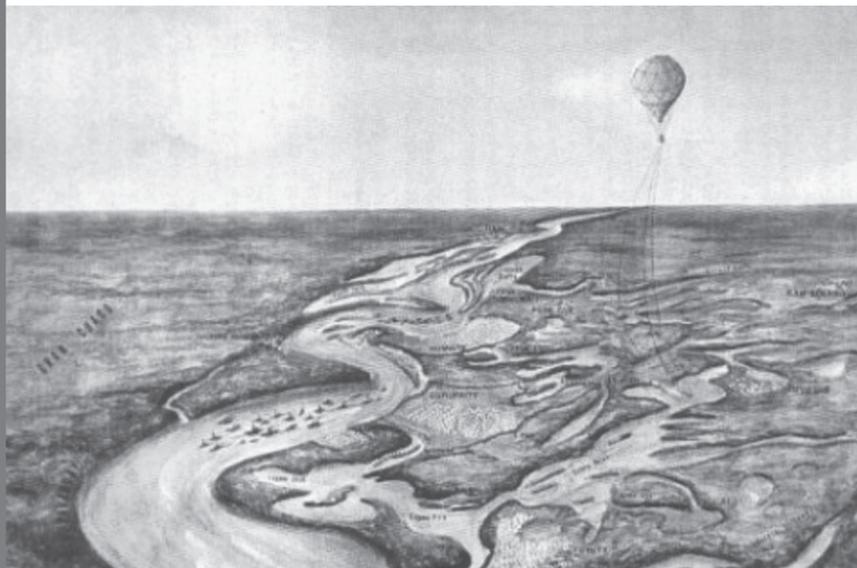


78

79 80



81



82



REVISTA
O CLUBE MILITAR

83



84



85

GALERIA DOS HOMENS ILUSTRES



86



87

"Gloria a ti, soldado da minha terra!"



88



85

89



90



91





92



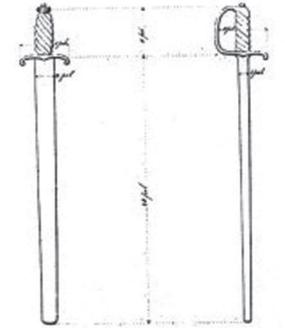
ANJO DE PAULISTA DA REINA E CAPELA DO BOM-JESUS



93

REGULAMENTO
 PARA A DOCTURINA E SERVIÇO GERAL
 DOS
CORPOS ARREGIMENTADOS DO EXERCITO
 EM QUARTEIS FIXOS
 A QUE SE ADAPTA
 O DECRETO N.º 6570 DE 15 DE NOVEMBRO DE 1876

Revisão das medidas e tipos para a fabricação de uniformes para o Exército
 1876 de 2 de Setembro de 1877



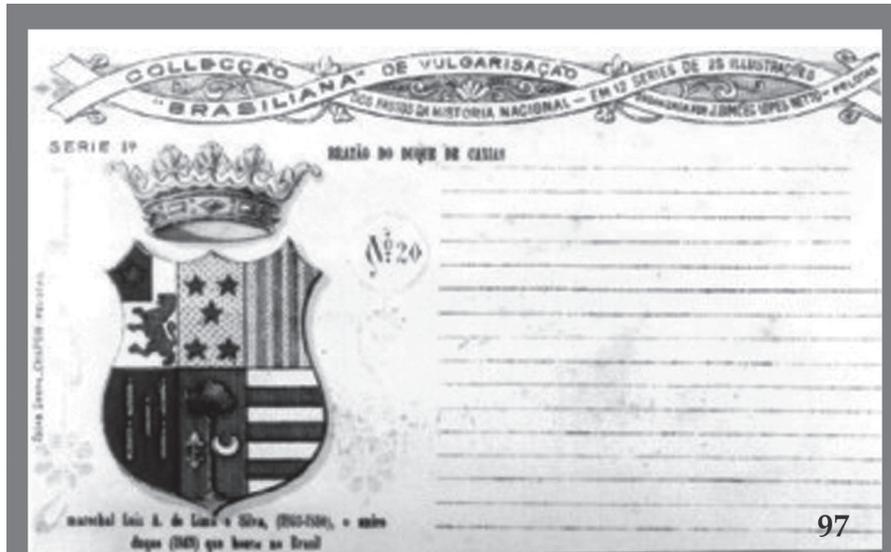
95

RIO DE JANEIRO
 TYPOGRAPHIA NACIONAL
 1876.

94



96



97



99



98



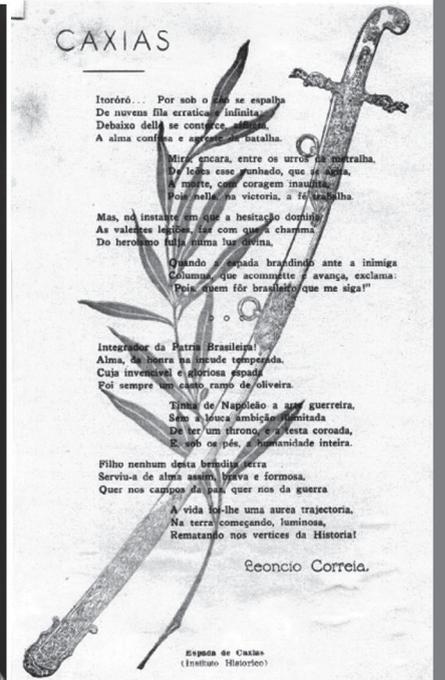
100



101



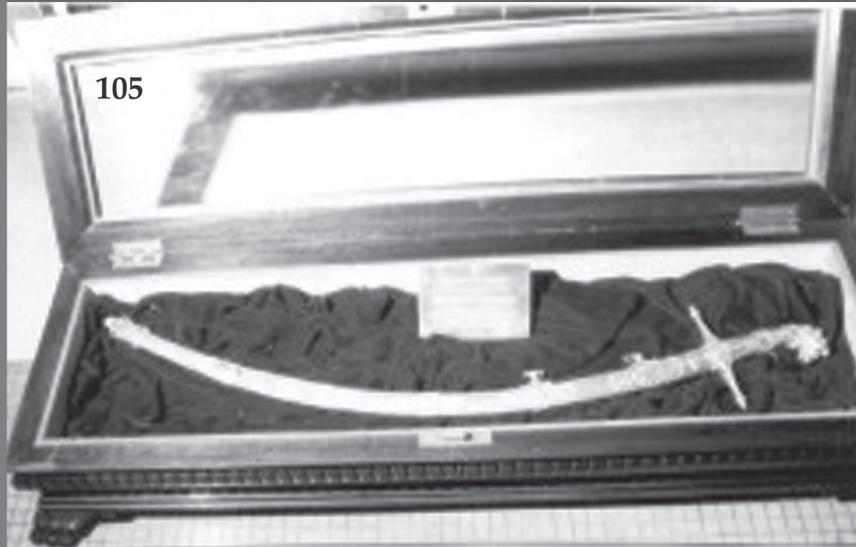
102



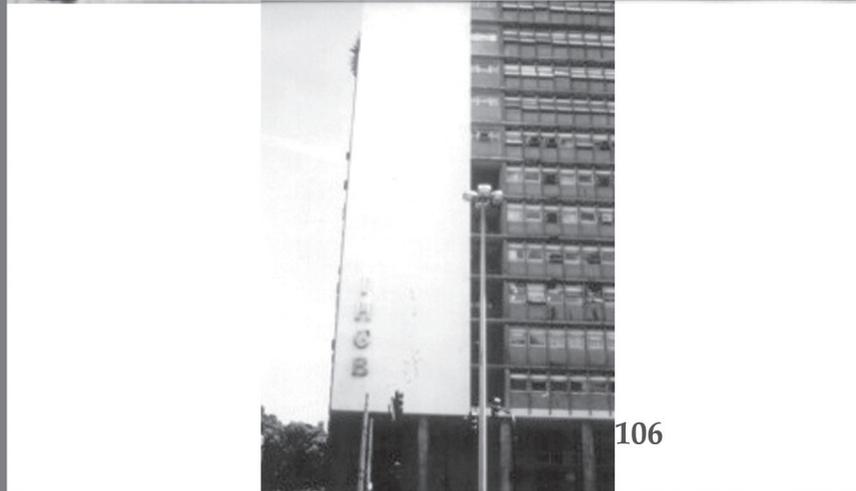
103



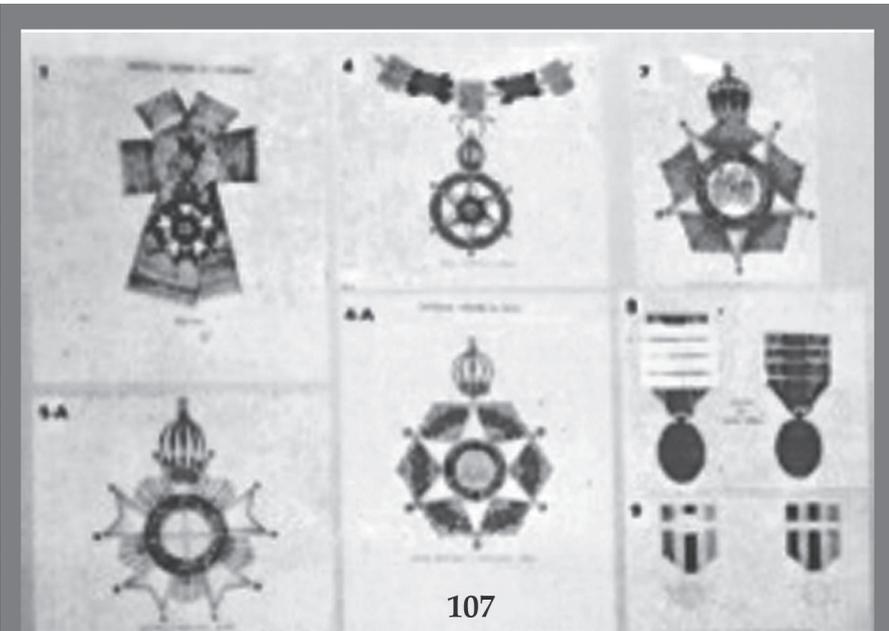
104



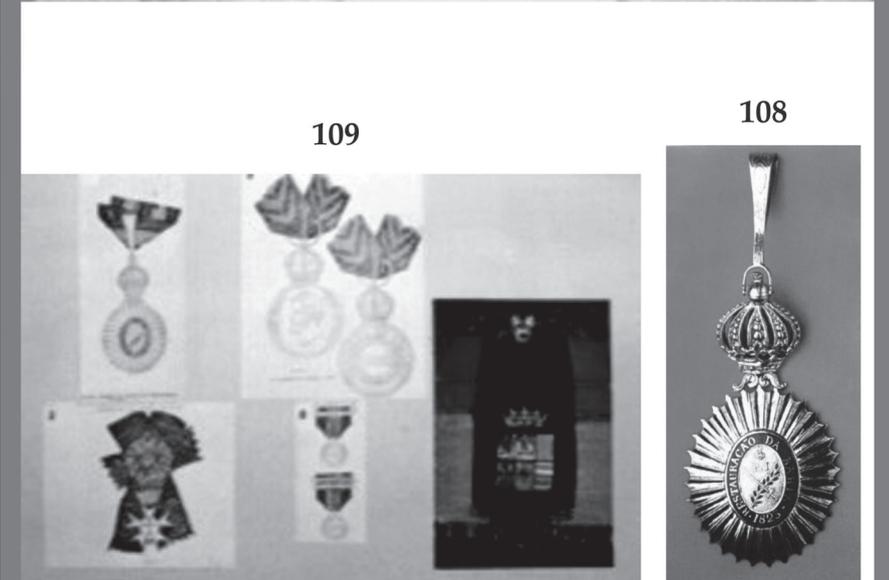
105



106



107



109

108

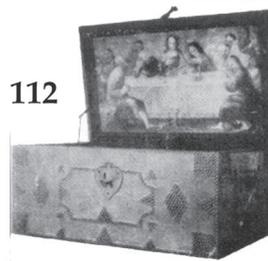




110



111



112

113



114



115



116

Homenagem ao Duque de Caxias 1.º dia de circulação
 Finanças Brasileiras de Correios e Telégrafos Nº 00149

Hymno ao Duque de Caxias

Offerecido ao glorioso Exército Nacional

121

Sobre a história da Pátria, ó Caxias
Quando a guerra tropeja minaz
O esplendor do teu gládio irradias
Como um íris de glória e de paz

Salve, Duque Glorioso e sagrado
Oh, Caxias, invicto e gentil!
Salve, flor de estadista e soldado!
Salve, herói militar do Brasil

Foste o alferes, que guiando, na frente
O novel pavilhão nacional
Só no Deus dos exércitos crentes
Coroaste-o de louro imortal!

De vitória em vitória, traçaste
Essa grande Odisséia, que vai
Das revoltas que aqui dominaste
Às jornadas do atroz Paraguai

Do teu gládio sem par, forte e brando
O arco de ouro da paz se forjou
Que as províncias do Império estreitando
À unidade da Pátria salvou

Em teu nome, oh Caxias, se encerra
Todo Brasil militar:
Uma espada tão braa na guerra,
Quã fecunda na paz a brilhar!

Tú que foste, qual fiel condestavel,
Do deve e da lei o campeão,
São indígete sacro e inviolavel,
Que hoje inspire e proteja a Nação!

Cuyabá 1935

D. Aquino Corrêa,
Arcebisbo de Cuyabá



117



119



118



120

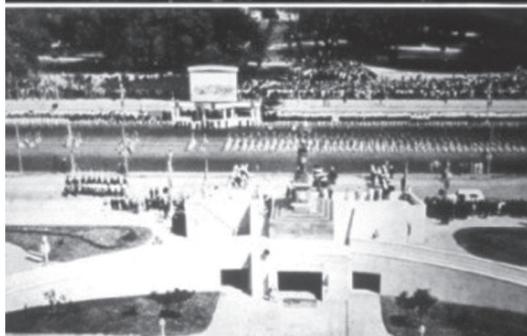




122



123



124



124



125



126



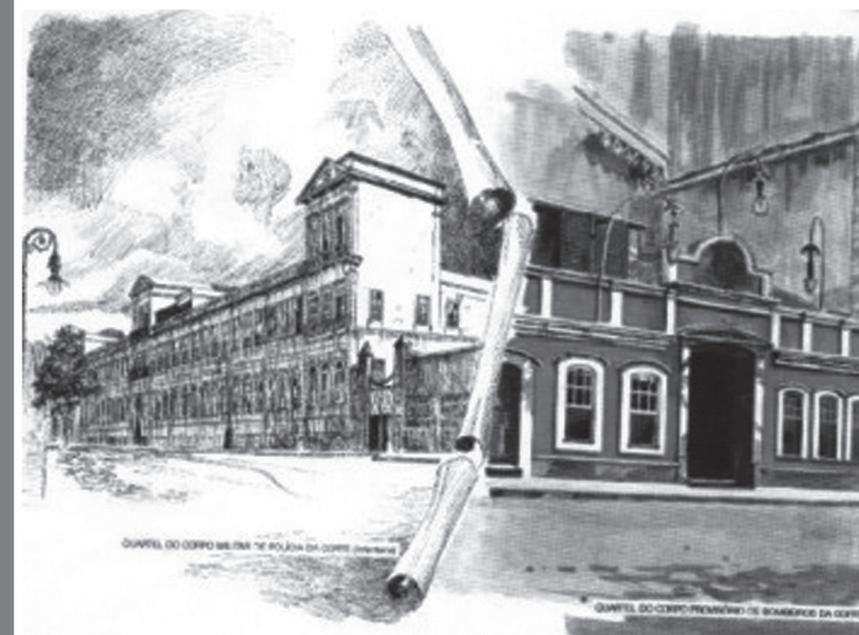
127



128

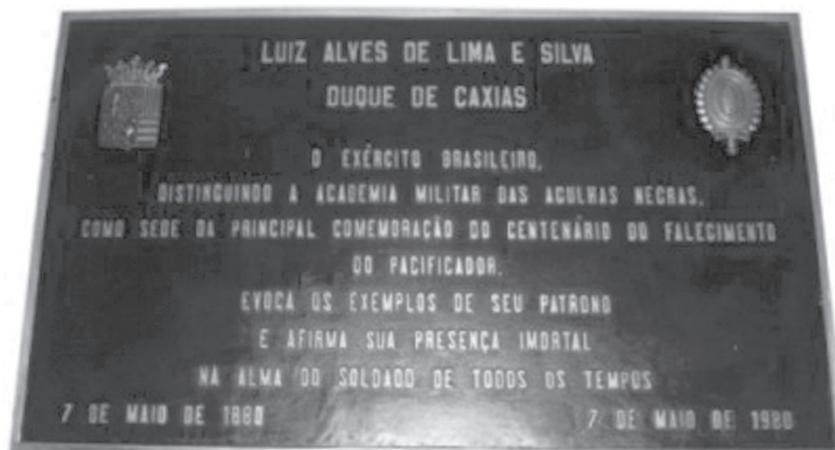


129



130

131



Coronel de Engenharia QEMA Cláudio Moreira Bento
Resende, Março de 2003



132

| | |
|------------------------|---|
| Quantidade de páginas | 488 |
| Formato | 15,3 x 22,1cm |
| Mancha | 29 x 45 paicas |
| Tipologia | Garamond |
| Corpo/entrelinha | 12/14pt |
| Papel miolo | Offset 75gr |
| Papel capa | Cartão supremo 240g (plastificado) |
| Impressão e acabamento | Tavares & Tavares Empreendimentos Comerciais LTDA - 2022 |